

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – DOUTORADO**

Tatiana Lyra Lima Félix

**DESEMPREGO EM MARX E SEU REDIMENSIONAMENTO NA FRAGMENTAÇÃO  
DO TRABALHO NO SÉCULO XXI**

**Maceió, Alagoas**  
**2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – DOUTORADO**

Tatiana Lyra Lima Félix

**DESEMPREGO EM MARX E SEU REDIMENSIONAMENTO NA FRAGMENTAÇÃO  
DO TRABALHO NO SÉCULO XXI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito à obtenção do Título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Norma Alcântara  
Brandão de Holanda - UFAL.

Maceió, Alagoas  
2021

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvino – CRB4/1459

F316d Félix, Tatiana Lyra Lima.  
Desemprego em Marx e seu redimensionamento na fragmentação do trabalho no século XXI / Tatiana Lyra Lima Félix. – 2021.  
225 f.: il.

Orientadora: Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda.  
Tese (doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas.  
Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social.  
Maceió, 2021.

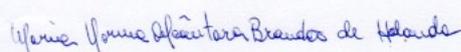
Bibliografia: f. 221-225.

1. Trabalho. 2. Processo de trabalho e de valorização. 3. Trabalho abstrato. 4. Revolução industrial e tecnológica. 5. Desemprego. I. Título.

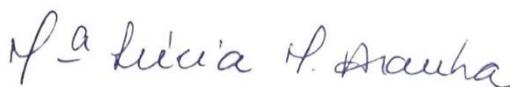
CDU: 331”20”

Membros da Comissão Julgadora de Defesa de tese de doutoramento de **Tatiana Lyra Lima Felix**, intitulada “DESEMPREGO EM MARX E SEU REDIMENSIONAMENTO NA FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 21 de dezembro de 2021, às 16 horas, por meio de vídeo conferência via Google Meet.

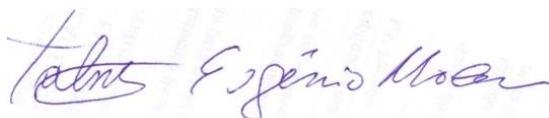
### Banca Examinadora



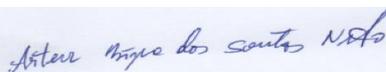
Dr.<sup>(a)</sup> Maria Norma Alcantara Brandão de Holanda.  
Presidente – UFAL



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Lúcia Machado Aranha  
Examinadora Externa – UFS



Prof. Dr. Talvanes Eugenio Maceno  
Examinador Externo – UFAL



Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto  
Examinador Interno – UFAL



Prof. Dr. Sérgio Daniel Gianna  
Examinador Interno – UFAL

Ao autor da minha vida, meus pais, minha irmã, força e afeto, inspiração e amor depositados ao longo de minha existência.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero externar meus sinceros agradecimentos a todos os que estiveram ao meu lado durante a jornada da produção do conhecimento. Agradeço pela seriedade e respeito depositados na pesquisa acadêmica que hoje materializo.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda, pela grande contribuição ao longo dos meus anos acadêmicos, que culminou na concretização de vários ciclos. Por ser uma mãe em muitos momentos e abraçar meus projetos acadêmicos, zelando pelo meu crescimento na pesquisa.

Ao prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto, pelo convite para integrar seus projetos que culminaram na publicação de livros e artigos. Grata pela parceria.

Aos professores que integraram a banca de qualificação e defesa desta tese, a saber: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lúcia Machado Aranha, Prof. Dr. Sérgio Daniel Gianna, Prof. Dr. Diego de Oliveira Souza, Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto, Prof. Dr. Talvanes Eugênio Maceno e Prof. Dr. Daniel Arthur Lisboa de Vasconcelos. Agradeço imensamente a todos pela gentileza em aceitar o convite e pelos ricos acréscimos disseminados no diálogo com a minha pesquisa.

A todos os professores do grupo de pesquisa sobre Reprodução Social, pela produção e disseminação do conhecimento ao longo desses quinze anos de convivência. Agradeço pelos momentos instigantes de discussão e pelas ricas contribuições nas pesquisas.

A todos os professores que passaram pela minha vida acadêmica e que deixaram marcas construtivas na formação do que hoje me tornei academicamente.

Aos meus colegas e companheiros da turma 2017.2, a primeira a inaugurar o tão esperado e bem-vindo doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Ufal.

Ao corpo administrativo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/Ufal, pela colaboração em todo o processo de formação ao qual estive vinculada.

Agradeço ainda pelo apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes – Código de Financiamento 001), por ter fomentado a realização desta pesquisa.

E, por fim, a todos os trabalhadores desempregados que seguem na luta pela superação dos problemas que beiram os limites absolutos do capital.

*Desempregos, desempregos,  
Expandiu... Expandiu,  
pelos quatro cantos do mundo!  
Homens ou as máquinas? Máquinas!  
As máquinas apropriaram dos trabalhos  
dos seus espaços, dos seus sonhos  
agora tornaram dona do seu sono  
e dos seus passos...  
Sem máquinas... Sem café, sem pão  
sem roupas, e até, sem compaixão.  
Desempregos, desempregos,  
sob as margens da vida...  
Brota como se fosse  
erva daninhas, paridas, ou bombas...  
A matar de fome que toma a felicidade  
que tromba com a esperança  
que explode e arromba...  
A vergonha de quem se toma.*

*(Antônio Montes, Desemprego).*

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar o desemprego em Marx no âmbito da fragmentação do trabalho na atualidade. Para tanto, analisa os fundamentos ontológicos do trabalho e da divisão do trabalho, situando o trabalho como uma atividade que jamais desaparecerá, uma categoria universal, mesmo com todo o desenvolvimento tecnológico que se vivencia na atualidade. Pontua o aspecto ontológico do trabalho com a história, ao situar o trabalho desde os primórdios até as sociedades de classe, mostrando que, sem deixar de exercer centralidade na reprodução social, o trabalho metamorfoseia-se em trabalho abstrato, em trabalho alienado. Esclarece a diferença entre a divisão do trabalho natural-espontânea, que evolui naturalmente das diferenças de sexo e de idade, ou seja, aquela divisão do trabalho em que o processo de trabalho era realizado pela tribo ou família, à divisão do trabalho nas sociedades de classes e, em particular, no capitalismo. Situa a especificidade do trabalho na produção capitalista, onde o trabalho abstrato se distingue das bases do trabalho no sentido ontológico. Desmistifica a ideia de que há uma identidade entre trabalho e emprego, desvelando a estrutura das profissões no interior do trabalho produtivo e improdutivo de mais-valia. Saliencia a produção capitalista, ao situar historicamente a acumulação primitiva do capital no âmbito da cooperação manufatureira, da maquinaria à grande indústria. A partir da lei geral da acumulação capitalista de Marx, evidencia as mudanças na produção e seus efeitos sobre o trabalho. Apresenta a formação de um exército industrial de reserva e de uma superpopulação relativa no cenário histórico da Revolução Industrial inglesa do século XIX. Expõe as bases objetivas que fundam o desemprego na sociedade capitalista. Ressalta a dimensão do desemprego no processo de gerenciamento na produção capitalista a partir do século XX. Torna evidente que a acumulação flexível intensifica as contradições na esfera do trabalho, elevando o desemprego a uma dimensão mundial. Elucida a dimensão crônica do desemprego a partir dos anos 1970, num momento em que o capitalismo atinge uma crise de proporção estrutural que afeta o mundo, agravando as contradições nos limites absolutos do capital. Considera a política neoimperialista e neoliberal como uma estratégia político-econômica para adensar a acumulação do capital financeiro transnacional por meio da privatização, do acirramento da flexibilização e da precarização do trabalho, com a ampliação do desemprego e do subemprego. Aborda o trabalho no século XXI e as consequências, tendências e perspectivas do desemprego em face do avanço da tecnologia. Por fim, traz Marx de volta para afirmar que é possível apreender o desemprego à luz de seus ensinamentos, demonstrando sua atualidade e a alternativa de superação do desemprego para além dos limites absolutos do capital.

Palavras-chave: Trabalho. Processo de trabalho e de Valorização. Trabalho Abstrato. Revolução Industrial e Tecnológica. Desemprego.

## ABSTRACT

This study aims to present unemployment in Marx, in the scope of the current fragmentation of work. Therefore, it analyzes the ontological foundations of work and the division of labor, situating work as an activity that will never disappear, a universal category, even with all the technological development that is currently experienced. It points out the ontological aspect of work with history, placing work from its beginnings to class societies, showing that, without ceasing to exercise centrality in social reproduction, work is metamorphosing into abstract work, into alienated work. This clarifies the difference between the natural-spontaneous division of labor, which evolves naturally from differences in sex and age, that is, that division of labor in which the work process was carried out by the tribe or family, to the division of labor in societies of classes and, in particular, in capitalism. It situates the specificity of work in capitalist production, where abstract work is distinguished from the bases of work in the ontological sense. Thus, it demystifies the idea that there is an identity between work and employment, showing the structure of professions within productive and unproductive work of added value. It emphasizes capitalist production, by historically placing the primitive accumulation of capital within the scope of manufacturing cooperation, machinery to large industry. Based on Marx's general law of capitalist accumulation, it highlights changes in production and their effects on work. It presents the formation of an industrial reserve army and relative overpopulation in the historical setting of the 19th century English Industrial Revolution. Thus, it exposes the objective bases that found unemployment in capitalist society. It emphasizes the dimension of unemployment in the management process in capitalist production from the 20th century onwards. It makes it clear that flexible accumulation intensifies the contradictions in the labor sphere, raising unemployment to a global dimension. It elucidates the chronic dimension of unemployment from the 1970s onwards, at a time when capitalism reached a crisis of structural proportions that affected the world, aggravating the contradictions in the absolute limits of capital. It considers the neo-imperialist and neoliberal policy as a political-economic strategy to intensify the accumulation of transnational financial capital through privatization, increased flexibility and job insecurity, unemployment and underemployment. It exposes work in the 21st century and the consequences, trends and perspectives of unemployment in the face of the advance of technology. Finally, it brings Marx back to affirm that it is possible to apprehend unemployment in the light of his teachings, demonstrating its relevance and the alternative of overcoming unemployment beyond the absolute limits of capital.

Keywords: Job. Work and Valorization Process. Abstract work. Industrial and Technological Revolution. Unemployment.

## RESUMEM

Este estudio tiene como objetivo presentar el desempleo en Marx, en el ámbito de la actual fragmentación del trabajo. Por tanto, analiza los fundamentos ontológicos del trabajo y la división del trabajo, situando el trabajo como una actividad que nunca desaparecerá, una categoría universal, incluso con todo el desarrollo tecnológico que se vive actualmente. Señala el aspecto ontológico del trabajo con la historia, ubicando el trabajo desde sus inicios en sociedades de clases, mostrando que, sin dejar de ejercer la centralidad en la reproducción social, el trabajo se metamorfosea en trabajo abstracto, en trabajo alienado. Así aclara la diferencia entre la división natural-espontánea del trabajo, que evoluciona naturalmente de las diferencias de sexo y edad, es decir, esa división del trabajo en la que el proceso de trabajo lo realiza la tribu o la familia, a la división del trabajo en sociedades de clases y, en particular, en el capitalismo. Sitúa la especificidad del trabajo en la producción capitalista, donde el trabajo abstracto se distingue de las bases del trabajo en el sentido ontológico. Así, desmitifica la idea de que existe una identidad entre trabajo y empleo, mostrando la estructura de las profesiones dentro del trabajo productivo e improductivo de valor agregado. Enfatiza la producción capitalista, al colocar históricamente la acumulación primitiva de capital dentro del ámbito de la cooperación manufacturera, la maquinaria para la gran industria. Basado en la ley general de acumulación capitalista de Marx, destaca los cambios en la producción y sus efectos en el trabajo. Presenta la formación de un ejército industrial de reserva y una relativa superpoblación en el marco histórico de la Revolución Industrial Inglesa del siglo XIX. Así, expone las bases objetivas que encontraron el desempleo en la sociedad capitalista. Destaca la dimensión del desempleo en el proceso de gestión de la producción capitalista a partir del siglo XX. Deja claro que la acumulación flexible intensifica las contradicciones en el ámbito laboral, elevando el desempleo a una dimensión global. Dilucida la dimensión crónica del desempleo a partir de la década de 1970, en un momento en que el capitalismo alcanzó una crisis de proporciones estructurales que afectó al mundo, agravando las contradicciones en los límites absolutos del capital. Considera la política neoimperialista y neoliberal como una estrategia político-económica para espesar la acumulación de capital financiero transnacional a través de la privatización, intensificando la flexibilización y el trabajo precario, el desempleo y el subempleo. Expone el trabajo en el siglo XXI y las consecuencias, tendencias y perspectivas del desempleo ante el avance de la tecnología. Finalmente, vuelve a traer a Marx para afirmar que es posible aprehender el desempleo a la luz de sus enseñanzas, demostrando su relevancia y la alternativa de superar el desempleo más allá de los límites absolutos del capital.

Palabras clave: Trabajo. Proceso de Trabajo y Valorización. Trabajo abstracto. Revolución industrial y tecnológica. Desempleo.

## SUMÁRIO

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>12</b>  |
| <b>2</b> | <b>TRABALHO, SUA PROCESSUALIDADE E VALOR NA TRAJETÓRIA HISTÓRICO-ONTOLÓGICA DAS SOCIABILIDADES.....</b>  | <b>27</b>  |
| 2.1      | O TRABALHO COMO CATEGORIA UNIVERSAL DO MUNDO DOS HOMENS.....   | 28         |
| 2.2      | DIVISÃO DO TRABALHO, FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DO VALOR NA HISTÓRIA DAS SOCIABILIDADES.....  | 37         |
| 2.2.1    | A divisão do trabalho natural-espontânea e a formação do valor.....  | 38         |
| 2.2.2    | A divisão do trabalho nas sociedades de classe: o processo de valorização das mercadorias e sua generalização no cerne do capital mercantil.....   | 46         |
| 2.3      | A PRODUÇÃO DO MAIS VALOR E O TRABALHO ABSTRATO.....  | 59         |
| <b>3</b> | <b>BASES OBJETIVAS DO DESEMPREGO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA.....</b>  | <b>71</b>  |
| 3.1      | ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E O MODO DE SER ESPECIFICAMENTE CAPITALISTA: a divisão do trabalho na cooperação manufatureira, maquinaria e grande indústria e o processo de produção da mais-valia absoluta e relativa..... | 72         |
| 3.2      | A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: o desemprego como efeito do movimento da composição orgânica do capital industrial.....   | 85         |
| 3.2.1    | Os efeitos da lei geral da acumulação capitalista sobre a classe operária inglesa no século XIX.....   | 96         |
| <b>4</b> | <b>DESEMPREGO NA PRODUÇÃO GERENCIAL DO CAPITAL FINANCEIRO... 113</b>   | <b>113</b> |
| 4.1      | TAYLORISMO, FORDISMO E DESEMPREGO ESTRUTURAL.....  | 118        |
| 4.2      | DESEMPREGO EM FACE DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL.....   | 128        |
| 4.3      | DESEMPREGO NOS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL: os interesses do capital transnacional em meio à crise dos anos 1970 e os efeitos sobre o trabalho em fins do século XX.....  | 144        |
| <b>5</b> | <b>REDIMENSÃO DO DESEMPREGO NA FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI.....</b>   | <b>161</b> |
| 5.1      | DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL ÀS “MÁQUINAS INTELIGENTES”: a fragmentação do trabalho diante do avanço científico-tecnológico nos limites absolutos do capital.....   | 163        |
| 5.2      | A NATUREZA EXPLOSIVA DO DESEMPREGO ESTRUTURAL E O SEU CARÁTER DINAMITADOR NA ATUALIDADE.....   | 181        |
| 5.3      | A SUPERAÇÃO DO DESEMPREGO PARA ALÉM DOS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL.....  | 193        |
|          | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>207</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>222</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O domínio universal do capital estende-se sobre os lugares mais distantes e isolados do globo terrestre. Essa expansão na contemporaneidade é um reflexo da acumulação desenfreada de riquezas que ativa os limites absolutos do capital. Nessa direção segue a sociedade capitalista, alicerçada em três importantes esferas intrinsecamente relacionadas entre si, que movem o seu modo de ser: trabalho, capital e Estado. Tais categorias permeadas por contradições advindas da estrutura do capital são reproduzidas pelo teor de inúmeras crises, que se aprofundam e se disseminam, afetando toda a sociabilidade.

O aprofundamento das crises cíclicas burguesas desemboca numa crise em grandes proporções. A crise contemporânea não se apresenta como uma crise cíclica, solucionada pelos constantes processos de reestruturação produtiva, mas como uma crise estrutural situada nos limites absolutos do sistema capitalista desde os anos 1970. Uma crise de caráter universal, com magnitude global e extensa na escala de tempo. Essa crise adentra todas as esferas da vida social, inclusive a esfera do desemprego, uma vez que este fenômeno é parte constitutiva do movimento da composição do capital nas bases da estrutura produtiva capitalista.

O debate em torno do desemprego vem sendo amplamente explorado por inúmeros autores. Muitas discussões giram em torno da busca de uma solução em torno dessa categoria no interior de um sistema capitalista supostamente “humanizado”. No tocante à problemática do desemprego, refutando a “sabedoria econômica convencional” de muitos autores pós-modernos, Marx traz elementos cruciais em sua obra *O capital* que destriçam elementos importantes sobre as bases objetivas do desemprego na sociedade capitalista. Uma vez que o desemprego se encontra no cerne do desenvolvimento das forças produtivas vinculadas ao trabalho abstrato, torna-se imprescindível recorrer a sua teoria para desvelar o sentido do desemprego na atualidade, compreender seu redimensionamento no âmbito da fragmentação do trabalho até chegar a sua expressão no século XXI.

O objetivo que nos leva a estudar o desemprego e sua manifestação na fragmentação do trabalho abstrato se deve à gravidade do seu caráter dinamizador na atualidade. A alta tecnologia traz uma redimensão nos padrões de produção e, com ele, uma série de problemas e contradições. O cenário atual nos move a pensar o

desemprego em Marx e trazer à tona a sua atualidade, a fim de encontrarmos em sua teoria soluções plausíveis diante dos níveis alarmantes que afetam o mundo inteiro.

O foco da discussão neste estudo será conduzido por meio de uma pesquisa bibliográfica, situada numa postura teórico-crítica marxista. A escolha do tema surgiu em continuidade à pesquisa de mestrado, quando se buscou compreender os fundamentos ontológicos do desemprego em Marx. Esta pesquisa busca compreender o desemprego na estrutura da fragmentação do trabalho e como ele se redimensiona ao longo do desenvolvimento das forças produtivas geradas pelo capital.

De início, o desvelar do trabalho, sua processualidade e valor na trajetória histórico-ontológica das sociabilidades nos remete a uma discussão importante no processo de construção do objeto da pesquisa. Uma vez que esse objeto é a fragmentação do trabalho e o desemprego, desvendar em Marx o aspecto histórico-ontológico do trabalho, sua processualidade nas diferentes formas de sociabilidade e as formas de valorização que o processo de trabalho estabelece na produção até chegar ao trabalho abstrato, capitalista, é de suma importância para a compreensão das bases objetivas que fundam o desemprego.

Uma vez que o desemprego nasce da forma abstrata/alienada do trabalho e, também, por ele ter diferentes dimensões no âmbito da fragmentação do trabalho no desvelar histórico do capitalismo, analisar o caminho da acumulação que leva à produção especificamente capitalista é fundamental para conhecer os elementos que compõem o capital na estrutura produtiva especificamente capitalista, haja vista que o capital precede e transcende as relações de produção e a sociabilidade genuinamente capitalista.

Essa composição em movimento no processo histórico da cooperação manufatureira, maquinaria e grande indústria nos traz um cenário propício para a apreensão da relação intrínseca entre capital, trabalho e desemprego. Conhecer o movimento da lei geral da acumulação capitalista de Marx na história da Revolução Industrial, em que se criam as bases da produção especificamente capitalista, nos ajuda a compreender, como ponto de partida, os novos padrões da produção nos séculos XX e XXI. Estes seguem junto a crises e guerras intercapitalistas pela expansão e natureza do capital financeiro e devido aos novos contornos dimensionais para o desemprego.

O desemprego estrutural na produção gerencial do capital financeiro está associado a uma nova fragmentação do trabalho estabelecida pelo padrão taylorista e fordista-keynesiano. Entender os elementos históricos que configuram as mudanças

na produção e o índice do desemprego nessa fase do capitalismo monopolista é essencial para situarmos as mudanças a partir dos anos 1970, quando surge um novo padrão de produção – toyotismo e sua acumulação flexível –, a crise estrutural e novos condicionamentos políticos.

A partir desse momento, as contradições que nascem no interior do capitalismo ativam os limites absolutos do capital, entre elas o desemprego crônico que se estabelece junto às políticas econômicas neoimperialistas e neoliberais. O avanço das forças produtivas no século XXI, aliado às novas políticas econômicas, deflagra ainda mais a fragmentação do trabalho. Novas alternativas são impostas ao processo de exploração do trabalho, acarretando uma explosão do desemprego crônico.

A clara explicitação da linha teórica seguida nesta exposição está alicerçada na necessidade de expor os elementos que configuram a fragmentação do trabalho na trajetória histórico-ontológica do desenvolvimento das forças produtivas e, por consequência, as bases objetivas do capital que fundam o desemprego como condição necessária do processo de acumulação capitalista. A importância dessa discussão está centrada na maneira como o desenvolvimento das forças produtivas recria desumanizações. O desemprego como uma categoria contraditória, constitutiva historicamente na essência da acumulação de capital, advém de um curso dialeticamente contraditório do trabalho como fundamento do mundo dos homens. Ele surge e se intensifica na base do trabalho abstrato/alienado, em que o trabalho concreto ganha uma nova configuração, fragmentando-se para atender às necessidades de acumulação e expansão do capital.

Para entender como essa fragmentação está condicionada na sociedade burguesa, e como o desemprego se funda nela, é necessário conhecer o desvelar das forças produtivas na história, como se processa na sociedade primitiva, como ganha novos contornos nas sociedades de classe, em que o capital emerge e configura-se no capitalismo, avançando em seu processo de acumulação de riqueza e geração de desumanizações.

A partir desse entendimento, cumpre desvelar como o capital move os constantes processos de crise e reestruturação produtiva, como as contradições do movimento da lei geral da acumulação capitalista ativam os limites do capital e disparam uma explosão de cronicidade do desemprego nas margens do avanço das forças produtivas movidas da maquinaria às “máquinas inteligentes” atuais. Trata-se de mostrar o capital como o propiciador das contradições desumanas movidas pela sua sede

desenfreada de acumulação de mais-valia. Assim, o desemprego emerge sob a égide do trabalho abstrato/alienado e sofre mutações no curso do desenvolvimento das forças produtivas aderidas à acumulação capitalista.

Para destrinçar os elementos constitutivos do trabalho como categoria fundante do ser social e do desemprego no âmbito da fragmentação do trabalho abstrato/alienado, foram utilizadas as obras *O capital*, de K. Marx, a reprodução social na *Ontologia*, de G. Lukács, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de F. Engels, e *A formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson. A escolha desses autores surgiu devido à necessidade de se compreender como o trabalho surge no mundo dos homens, como se fragmenta na divisão do trabalho, como ganha novos contornos de valorização através da produção para uso e troca de mercadorias, como é desencadeada uma série de contradições na esfera da produção, como se intensificam essas contradições no cerne do trabalho abstrato/alienado e como o desemprego é estabelecido na representatividade do mais-valor, da acumulação do capital na esfera da produção especificamente capitalista.

A partir das sociedades de classe, o curso do trabalho segue numa linha contraditória que se intensifica no capitalismo dos monopólios. O processo de trabalho vai sendo delineado por uma base de valorização que se transfigura na ótica do mais-valor diante de uma generalização da mercadoria e de uma intensa exploração da força de trabalho. As bases objetivas do desemprego são estabelecidas como parte inerente e constitutiva da reprodução do capital, encontrando seu ponto de inflexão na Revolução Industrial inglesa, em que milhares de trabalhadores podem ser demitidos do chão de fábrica e substituídos pelas máquinas. Isso serve para revelar que a quintessência da denominada Revolução Industrial é a economia de tempo, sem jamais aliviar o fardo do trabalho que pesa sobre os ombros dos trabalhadores.

Autores como Engels e Thompson trazem os elementos essenciais para adensarmos essa discussão no cenário urbano da Inglaterra no século XIX, em que a classe trabalhadora surge condensada às fortes oscilações na oferta de trabalho, sofrendo os efeitos da lei geral da acumulação capitalista. A forma clássica da Revolução Industrial tem seu lócus privilegiado de manifestação na Inglaterra do século XVIII. Por isso optou-se pela renomada obra de Engels para esclarecer os efeitos da lei geral da acumulação capitalista sobre a classe trabalhadora nesse país na fase da grande indústria do século XIX. Retratar esse processo histórico é necessário para compreendermos como o trabalho vai se reestruturando no século seguinte, diante de crises

e de um leque de problemas, sendo o desemprego um deles, Isso propicia uma compreensão totalizadora da anatomia do capital ao longo de seu desenvolvimento histórico na Europa.

Entre os autores utilizados para situarmos o cenário da fragmentação do trabalho e do desemprego no século XX, estão G. Alves, D. Harvey, em *A condição pós-moderna*, I. Mészáros, em *Para além do capital*, J. Bernardo, em *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*, entre outros. A importância desses autores para compreender o século XX está nas suas contribuições em relação ao cenário produtivo do capitalismo na sua fase gerencial monopolista de controle ubíquo da força de trabalho, ressaltando os processos históricos que caracterizam a fragmentação do trabalho no âmbito do taylorismo, fordismo e toyotismo – da acumulação flexível, do desemprego estrutural e das crises que circundam a vida social, alcançando um nível estrutural e, por consequência, efetivando um agravamento das contradições que ativam os limites absolutos do capital.

Nesse processo, a dimensão crônica do desemprego atinge o mundo inteiro e explode nas bases da atual “revolução” (contrarrevolução) produtiva movida pelo estabelecimento das “máquinas inteligentes” e por políticas econômicas, quer sejam neoliberais, quer neoimperialistas, que buscam perpetuar o lucro da classe dominante mediante a intensificação da economia de tempo de trabalho. Da máquina a vapor ao estabelecimento do controle por “máquinas inteligentes” surgem novas configurações na estrutura produtiva do capital e, com elas, mais contradições e desumanizações.

Para compreender a fragmentação do trabalho e o desemprego diante dos processos históricos que perpassam a esfera da produção capitalista no século XXI, foram estudados autores como Mészáros, em *O século XXI: socialismo ou barbárie*; Harvey, em *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*; Santos Neto, em *Mundialização do capital: imperialismo e subimperialismo*, e N. Bostrom, em *Superinteligência: caminhos, perigos e estratégias para um novo mundo*. Tais obras retratam a realidade socioeconômica do século XXI, os avanços na esfera da produção, a atual configuração do trabalho e a tendência da disseminação da tecnologia movida pelas “máquinas inteligentes”, que promovem mudanças na estrutura do trabalho e na dimensão do desemprego. O capitalismo necessita expandir-se gerando desumanizações, destruição e barbárie. O desenvolvimento das forças produtivas, controlado pelos interesses da acumulação de capital, avança para uma explosão do

desemprego crônico que não pode ser superado se não for para além das raízes materiais que legitimam o capital.

As diferenciações que matizam as perspectivas teóricas dos autores marxistas selecionados esclarecem a anatomia do trabalho no contexto da crise profunda que caracteriza o sistema do capital, tendo como pano de fundo a natureza ontológica do trabalho e a natureza ontológica do capital. A mais-valia como o fundamento ontológico do sistema do capital permite entender a contraposição radical existente entre capital e trabalho, e a necessidade de uma crítica profunda ao sistema que subordina todas as coisas aos seus imperativos de lucratividade, enquanto sinônimo de acumulação de mais-valia ou mais-trabalho.

A nossa investigação do desemprego estrutural no interior do sistema do capital tem em Marx, Lukács e Mészáros sua sustentação teórica fundamental. As contribuições de David Harvey, E. P. Thompson, J. Bernardo e outros estão delineadas num marco diferencial em que a natureza da crise estrutural do capital em nenhum instante é flexibilizada, tendo o trabalho como categoria essencial para compreender o complexo de complexos que forjam a totalidade social. Nesse sentido, salienta-se como o entendimento marxiano da economia, enquanto complexo parcial, constitui uma categoria predominante perante a constelação de categorias extraeconômicas. Desse modo busca-se, num mosaico de interpretações marxistas, ressaltar o que é essencial, na perspectiva de apreender o desemprego estrutural nos termos muito bem salientados por Marx na lei geral da acumulação e por Mészáros em sua obra *Para além do capital*.

Pensar no desemprego em Marx e seu redimensionamento na fragmentação do trabalho no século XXI requer situar o aspecto histórico-ontológico que revele a centralidade do trabalho ao longo do desenvolvimento das forças produtivas. Requer entender como o processo de trabalho alienado cria e recria desumanizações vinculadas à produção de valores que não atendem às necessidades humanas primordiais. O desemprego, como uma contradição vinculada aos processos de desumanização da propagação do capital no capitalismo, consiste numa fragmentação do trabalho movida pelos constantes processos de reestruturação produtiva que vêm ao encontro dos interesses lucrativos da burguesia enquanto classe dominante ou personificação exemplar do capital.

Para entender o problema do desemprego atualmente, torna-se necessário apreender os elementos que o precedem no contexto da reprodução social. A análise

ontológica em Marx favorece o entendimento de que o trabalho funda o mundo dos homens e sua processualidade vai adquirindo novos contornos no desenvolvimento das forças produtivas, chegando, num determinado momento da história, a ganhar uma nova forma sem anular a sua natureza ontológica: o trabalho abstrato-alienado. A fragmentação do trabalho na reprodução social atingida pelo capital está diretamente relacionada com o processo de desenvolvimento da relação entre campo e cidade. O que no trabalho concreto comparece como unidade indissolúvel entre subjetividade e objetividade, teoria e prática, cabeça e mãos, na manifestação abstrata dissocia-se para atender à lógica do mais-valor. Nessa dissociação, o desemprego nasce como condição imprescindível do processo absoluto de controle do trabalho pelo capital e da necessidade permanente de expansão das taxas de acumulação capitalistas.

Nas relações de produção capitalista, o trabalho ganha novos contornos; inúmeras contradições e desumanizações são intensificadas, sendo o desemprego uma das consequências imediatas. Para analisarmos o desemprego, na fragmentação do trabalho abstrato e seu redimensionamento na atualidade da estrutura produtiva do capital, devemos perceber como o trabalho, o processo de trabalho, de valoração e produção do mais-valor o substancializa.

Algumas questões são importantes a fim de levantar algumas hipóteses. Por que, então, estudar o trabalho como centralidade no mundo dos homens e sua fragmentação no capitalismo para entender a origem do desemprego? Por que o processo de trabalho leva a desumanizações e contradições que se intensificam nas bases do capitalismo, configurando uma nova dimensão do trabalho aliada ao fundamento do desemprego? Por que o capitalismo necessita reestruturar constantemente a produção para elevar sua acumulação de capital e, para isso, precisa manter o desemprego? Por que o capital não sobrevive sem elevar sua acumulação e elevar as contradições imanentes às crises que se propagam em sua órbita expansiva, sendo o desemprego em expansão um fator necessário nesse processo? Por que o desenvolvimento das forças produtivas tão importantes no processo do trabalho que funda o ser social e estabelece a continuidade de reprodução social não pode avançar a ponto de superar o desemprego e as desumanizações no cerne da acumulação capitalista? É possível solucionar o desemprego em meio ao avanço tecnológico e às crescentes mudanças na estrutura cada vez mais fragmentada do trabalho na contemporaneidade? O que isso tem a ver com as exigências de qualificações frequentes da força

de trabalho na esfera da produção e com o acirramento do conhecimento técnico e adaptativo ante a contínua necessidade de controle da classe dominante sobre a força de trabalho?

Para responder à constelação de aporias acima, e entendendo que a humanidade nunca suscita problemas que ela não consegue solucionar, consideramos essencial partir da compreensão dialética para apreender a categoria da totalidade social enquanto um complexo de complexos. A categoria da totalidade constitui um vetor essencial para elucidar a processualidade histórica do desemprego no interior do sistema do capital, o circuito vicioso da relação capital e trabalho, bem como o emaranhado estranhado e fetichizado do sistema assentado na acumulação de mais-valor ou trabalho além do necessário que é entregue gratuitamente ao capitalista.

Neste cenário, nossa investigação tem seu ponto de inflexão na compreensão da categoria da totalidade como uma categoria também movente e movida, e não pela fantasiosa perspectiva burguesa do mundo como uma coisa estática e do capital como um sistema eterno e imutável. Apreender a ossatura do sistema do capital presume a compreensão da totalidade social como perpassada por uma série de totalidades parciais que interagem entre si de forma dialética.

Em vez de considerar a dialética como a arte de cair sempre de cabeça para cima, parte-se aqui do entendimento do método dialético segundo os imperativos estabelecidos por Karl Marx em *O capital*. Nesta obra, a economia política transcende o universo reificado das ciências particulares da burguesia e sua compreensão fragmentada da realidade social. Como salienta Mézáros (2013, p. 62), a apreensão da economia como compreensão dialética de todas as categorias da sociedade humana, mediante suas transformações complexas – nas mãos de Marx –, comparece de forma equidistante da visão mecanicista e determinista do mundo, pois a crítica da economia política ou “ciência do proletariado” abarca todo o mundo da história das formas da existência das categorias da sociedade humana. Inexiste história da humanidade cindida da história da natureza. O entendimento das múltiplas transições e mediações das categorias possibilita compreender a inter-relação e a conexão das categorias entre si como um todo coerente possível de ser apreendido em seu núcleo racional.

A categoria da totalidade social desvela a anatomia do desemprego no interior da forma mais poderosa de extração de mais-valia que existiu na história da humanidade. A totalidade concreta é a categoria fundamental da realidade envolvida num turbilhão de contradições, em que a essência das coisas se oblitera completamente.

Isso implica afirmar que a categoria mais concreta é também a mais rica de determinações e mediações, por isso o movimento movente e movido da categoria da totalidade pressupõe uma série de complexos de complexos; nesta, as distintas totalidades parciais interagem dialeticamente entre si.

A elucidação da categoria do desemprego é uma totalidade parcial que presume a compreensão da totalidade do sistema do capital como um sistema forjado em contradições e numa série de totalidades parciais (capital usurário, mercantil, comercial, industrial e financeiro). O capital financeiro, por sua vez, tem seus desdobramentos enquanto capital portador de juros, capital produtivo e capital fictício ou meramente especulativo.

Os complexos específicos, escreve Mészáros (2013, p. 58), “se ligam uns aos outros num complexo dinâmico geral que se altera e modifica o tempo todo”. Inexiste em Marx, Lukács e Mészáros qualquer espécie de culto à totalidade como uma coisa estática e fechada ou como um sistema hermético que subsiste em si mesmo, como o sistema hegeliano. É possível afirmar o caráter relativo e circunstancial de toda totalidade social. Isso permite entender a natureza temporal e histórica do sistema do capital e do desemprego como manifestação dos limites absolutos do monstro que parece ter vida própria ou ser causa de si mesmo, obliterando toda a sua sustentação.

A compreensão da anatomia do desemprego no interior do modo de produção capitalista presume o entendimento da anatomia do trabalho e seus distintos desdobramentos na história da humanidade: trabalho concreto e trabalho abstrato. No decorrer desta tese observa-se o movimento ontológico do trabalho concreto e sua subordinação ao trabalho abstrato, enquanto preceito essencial do monumental processo de abstração e fetichização que forja a mercadoria, o dinheiro, o capital, a forma salário, a ciência, a tecnologia etc.

A elucidação do desemprego passa pelo entendimento de uma série de categorias tais como valor trabalho, mais-valia (absoluta e relativa), maquinaria e subordinação real do trabalho ao capital, lei geral da acumulação capitalista, desenvolvimento tecnológico, luta de classes etc. As categorias econômicas são categorias predominantes para elucidar a anatomia do desemprego no interior do capital enquanto forma poderosa de controle do mundo do trabalho.

No contexto da totalidade social, o trabalho concreto, como a base da sociabilidade humana, ganhou existência ao fundar e reproduzir processualmente um complexo social evidente por um constante intercâmbio orgânico do homem com a

natureza. Isso gerou novas necessidades e possibilidades e desencadeou, portanto, novos conhecimentos e habilidades, novas relações que se organizaram na forma de complexos sociais fundamentados no trabalho, mas com funções e especificidades peculiares.

Nesse curso, o trabalho concreto possibilitou uma grande mudança na estrutura produtiva, gerando a dinâmica das sociedades singulares. Os complexos advindos nesse período estimularam a geração de uma divisão do trabalho. No interior dessa divisão, disseminou-se um conjunto de atividades especializadas para responder às necessidades que permeiam as relações sociais.

Os contínuos atos de trabalho desencadearam uma dinâmica onde o social se sobrepõe cada vez mais ao natural. O nível social cada vez mais apurado, como parte constitutiva do ser social, viabilizou a existência de relações não apenas individuais ou grupais, mas coletivas. Na divisão do trabalho da sociedade primitiva, surge a criação do valor de uso. A acentuada caracterização de valor de troca como uma categoria puramente social vai se formando com a produção de mercadorias, cujos valores também se associam ao movimento de criação do mercado e ao estabelecimento das forças produtivas nas bases da reprodução do capital.

Como resultado de uma significativa transformação nas relações de produção, a cooperação e a divisão do trabalho passaram por grandes processos de transformação, substituindo revolucionariamente o modo de produção feudal pelo tipicamente burguês. Assim, a divisão do trabalho ganha uma nova forma na manufatura como a primeira forma tipicamente capitalista de produção de mercadorias; o trabalho passa a ser deslocado para o indivíduo que dirige a produção, enquanto os grupos coletivos de trabalho repetem suas atividades rotineiras.

Num processo onde a divisão do trabalho é desenvolvida combinando-se os ofícios anteriormente separados, tem-se como resultado “um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 2017, p. 413), sendo a qualificação da força de trabalho registrada nessa fase de desenvolvimento do capitalismo, aliada a uma especialização por trabalhador nas funções peculiares a cada processo de trabalho. A produtividade manufatureira, impulsionada por uma única operação no processo de parcialização do trabalho, tira de cena o trabalho artesanal, uma vez que a produção de forma parcial obriga o trabalhador a interromper o fluxo do seu trabalho para iniciar outra operação. Ou seja, “a continuidade de um trabalho uniforme aniquila

a força tensional e impulsiva dos espíritos vitais, que encontram na própria mudança de atividade seu descanso e estímulo” (MARX, 2017, p. 415).

O desgaste contínuo da exploração do trabalho nessas condições transforma o prazer de trabalhar em tarefa árdua e cansativa. A repetição exaustiva de uma atividade impede o trabalhador de desenvolver sua capacidade produtiva e criativa e o torna incapaz de exercitar as suas potencialidades. A especificidade da divisão manufatureira do trabalho afeta subjetiva e objetivamente o trabalhador no processo de trabalho. Nesse cenário, a especificidade dos trabalhos parciais é distribuída entre diversos indivíduos, sendo o próprio indivíduo transformado como um motor automático de um trabalho parcial.

Após a produção manufatureira, a Revolução Industrial inicia uma verdadeira divisão do trabalho. A maquinaria passa por um processo de desenvolvimento qualitativo, estabelecendo uma revolução industrial que firma as bases da acumulação especificamente capitalista. Esse processo evolutivo desenvolve cidades, tornando-as autônomas, e estabelece um distanciamento entre o campo e as cidades, cuja produção ganha novos contornos por meio de atividades gerenciais criadas para atender às necessidades de crescimento acumulativo de capital.

O desenvolvimento econômico é estabelecido no capitalismo por meio da dimensão do valor cada vez mais abstrata – o valor de troca torna-se a base de todo o sistema produtivo. A lei geral da acumulação capitalista serve como ponto de inflexão para apresentar os elementos estruturantes dos limites absolutos do sistema do capital assentado na apropriação do mais-trabalho. Enquanto fundamento da teoria do valor, o sistema socioeconômico inserido na produção do tempo de trabalho socialmente necessário tem como premissa a acumulação da mais-valia ou do mais-trabalho. A alma da sociedade burguesa consiste na apropriação do tempo de trabalho excedente.

Ao se desenvolver a produtividade do trabalho, a força do capital se eleva. A quantidade de riqueza produzida impulsiona novos ramos da produção, de forma que grandes massas devem estar disponíveis para ser exploradas sem prejudicar a escala de produção em ramos existentes. Nesse processo, as profissões surgem para dinamizar a economia ante a sofisticação da produção em face de um desenvolvimento tecnológico cada vez mais apurado. Nessa forma de sociabilidade, a divisão do trabalho estabelece novas modalidades profissionais para o atendimento de suas necessidades produtivas.

Como tendência geral da acumulação, o capitalismo precisa produzir mais com menos trabalhadores alocados na produção. Assim, o sistema eleva a força de trabalho excedente, que em meio a fortes flutuações e à produção transitória da superpopulação, demite os trabalhadores e dificulta a sua absorção. Esse estrago da superpopulação relativa na sociedade advém da essência do modo de produção capitalista, que reproduz a sua riqueza material e, ao mesmo tempo, a miséria. Trata-se de uma contradição necessária do conflito entre capital e trabalho, da extração de mais-valia como fonte de acumulação de capital, da propriedade privada dos meios de produção e do produto de trabalho.

Na produção especificamente capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas segue o padrão do gerenciamento sob o controle absoluto do capital sobre o trabalho de forma ubíqua e intensa. Na fase dos monopólios forjada pelo capital financeiro, as mudanças na estrutura da produção ascenderam a dinâmica acumulativa a patamares exorbitantes, numa dimensão mundial. Os padrões revolucionários que transcenderam o chão das fábricas das antigas máquinas industriais do século XIX avançam no século seguinte mediante a gestão e o planejamento técnico científico do trabalho. Do taylorismo ao fordismo, crises cíclicas acompanhavam a dinâmica das forças produtivas até chegar à dimensão de uma crise estrutural. No âmbito dos limites absolutos do capital, a acumulação flexível buscou trazer novos contornos à produção para estabelecer uma intensa economia de tempo de trabalho como substrato essencial do sistema do capital, vigente com a sistemática colaboração da política neoimperialista e neoliberal.

Os efeitos da expansão capitalista nos limites absolutos do capital fizeram a humanidade experimentar um agravamento dos problemas sociais, econômicos e ideológicos. A crise estrutural abrange todas as esferas do sistema do capital, seja a produção, o consumo, a circulação, seja a distribuição e a realização. A ampliação e o fortalecimento dessas esferas produzem crises que, de forma extensa e contínua, apontam os limites absolutos do capital.

As constantes instabilidades socioeconômicas em meio à crise estrutural fazem a alta burguesia reverenciar a política neoliberal dada a necessidade de encontrar novos mecanismos para desesperadamente deslocar suas contradições. Trata-se de um mecanismo mais que necessário que se inscreve na esfera dos mercados transnacionais. Na anatomia do capital, a crise estrutural devasta todas as forças motrizes do conjunto das relações humanas, pois requer uma extração máxima de trabalho

excedente, elevando o desemprego de uma dimensão estrutural para um patamar crônico que revela os limites absolutos do referido sistema. Os reflexos dessa crise recaem sobre o mundo inteiro, e o desemprego crônico se alastra na base de tecnologias cada vez mais apuradas, devido às mudanças drásticas na fragmentação do trabalho.

Num cenário de elevadas taxas de lucros dos grandes aglomerados financeiros e das grandes corporações empresariais para a liberdade do mercado, o processo de exploração capitalista passa a situar-se nas raízes contraditórias da defesa da “flexibilidade”, emparelhada com a legislação trabalhista, por meio da destrutiva globalização capitalista. A relação de dominação do capital sobre o trabalho tem se mostrado cada vez mais um fenômeno preocupante. O antagonismo entre o capital social global e a totalidade do trabalho sempre foi irreconciliável. Atualmente isso é notório nas circunstâncias socioeconômicas mundiais.

Somente a intensificação das taxas de exploração pode direcionar tanto nacionalmente como em nível global um intenso antagonismo social em longo prazo. Nessa direção, seguem as contradições dos limites absolutos do capital a alastrar-se como uma mancha de óleo. O capital é incapaz de se impor limites. Mesmo que se queira escamotear a sua essência com paliativos, sua lógica não consegue mais dirimir as consequências de seus antagonismos.

Diante da hipótese acima, o caminho que percorre a exposição deste estudo está delineado em quatro seções.

A primeira seção analisa os fundamentos histórico-ontológicos do trabalho e da divisão do trabalho. O trabalho é compreendido como uma atividade imanente ao mundo dos homens, que funda o ser social e que, portanto, jamais desaparecerá. É uma categoria universal, mesmo com todo o avanço tecnológico que segue o curso das formas mais desenvolvidas de sociabilidade, como a que desfrutamos atualmente. Situa os primórdios da divisão do trabalho até a chegada das sociedades de classe e torna evidente que o trabalho passa por várias transformações, sem deixar de exercer a centralidade na reprodução social. Por fim, enfatiza a distinção ontológica entre trabalho fundante e trabalho abstrato/alienado na estrutura da produção do mais-valor.

A segunda seção esclarece o processo de acumulação primitiva de capital com a chegada da produção especificamente capitalista. Para tanto, promove uma análise histórica da cooperação manufatureira, da maquinaria e da grande indústria. Demonstra, em Marx, como essas fases do desenvolvimento das forças produtivas se

entrelaçam no movimento da lei geral da acumulação capitalista. Assim, compreende-se a natureza da produção capitalista no processo de exploração da força de trabalho e os efeitos sobre a classe trabalhadora. Torna evidente como as bases objetivas do capital fundam o desemprego, ao situar o cenário histórico da classe operária nos grandes centros industriais ingleses do século XIX.

A terceira seção discorre sobre o capitalismo monopolista e as mudanças na produção com a gerência científica do trabalho sobre o modelo de produção fordista-keynesiano. Faz uma correlação entre a estrutura produtiva dessa fase do capitalismo monopolista e a dimensão do desemprego estrutural. Explica os processos de crises relevantes para a entrada de um novo modelo de produção assegurado na acumulação flexível. Salienta que o avanço do desenvolvimento das forças produtivas nessa fase do capitalismo dá margem a novas formas de empregabilidade de contratos e a uma fragmentação cada vez mais acirrada da divisão do trabalho, tendo em vista a ampliação de um exército industrial de reserva e de uma superpopulação relativa fadada ao inevitável aparecimento da dimensão crônica do desemprego. Expõe o período histórico em que o capitalismo atinge uma crise de proporção estrutural, na base das contradições que ativam os limites absolutos do capital. Situa o desemprego crônico na corda bamba da explosão populacional e das taxas ascendentes da superacumulação produtiva. Delineia a corrida neoimperialista e neoliberal no âmbito do capital financeiro transnacional, os projetos de privatização, o enxugamento do trabalho, a precarização e o desemprego. E salienta a necessidade do tempo supérfluo para o capital e a negação de um tempo disponível para a sociedade, uma vez que a natureza do capitalismo sobrevive da exploração da classe trabalhadora, para expandir e acumular de forma cada vez mais intensiva o capital.

A quarta seção apresenta a redimensão do desemprego na fragmentação do trabalho no século XXI. Elucida a nova fragmentação do trabalho no âmbito da alta tecnologia movida pelas “máquinas inteligentes”. Trata-se de entender as novas configurações do trabalho na estrutura produtiva do capital na atualidade e, conseqüentemente, a natureza explosiva do desemprego ao alcançar um caráter demolidor no cenário das novas relações de produção e trabalho.

Uma vez que estamos vivenciando um momento em que o avanço tecnológico está no cerne dos limites absolutos do capital, trazer Marx de volta torna-se necessário para situar o desemprego à luz de seus ensinamentos, demonstrando que, mesmo

diante das enormes mudanças que os trabalhadores vivenciam no mundo do trabalho, é possível reverter a situação para além do capital.

## **2. TRABALHO, SUA PROCESSUALIDADE E VALOR NA TRAJETÓRIA HISTÓRICO-ONTOLÓGICA DAS SOCIABILIDADES**

O trabalho é uma categoria universal do mundo dos homens que se desenvolve numa contínua processualidade de atos singulares na dinâmica da reprodução social. No curso do desenvolvimento das forças produtivas, o processo de trabalho sofre uma constante e inevitável fragmentação, já que a divisão do trabalho vai ganhando novos contornos a partir das sociedades de classe.

A divisão do trabalho natural-espontânea surge no primitivismo, disseminando os traços da universalidade ontológica do trabalho que fundam o ser social. A progressão do trabalho sob a sociedade de classes, ao desencadear uma divisão do trabalho cada vez mais ampla e ramificada, impulsiona a troca de mercadorias e eleva a sociabilidade a um estágio superior. As categorias da vida econômico-social passam a realçar a tendência intrínseca de se reproduzir ininterruptamente, além de impulsionar esta reprodução a níveis ascendentes, a traspasar as formas superiores do socioeconômico, nas quais o processo de valorização das mercadorias segue na margem da produção do mais-valor (LUKÁCS, 2018).

Nesse cenário, o trabalho abstrato entra em cena mediante uma série de determinantes históricos que favorecem a dissociação, como inimigos, do trabalho manual e do trabalho intelectual, além de uma acentuada divisão do trabalho entre cidade e campo. O trabalho abstrato-alienado torna-se preponderante e amplia uma fragmentação nas relações de produção; as contradições e desumanizações são aprofundadas, e o desemprego surge como uma condição imprescindível da acumulação especificamente capitalista.

A respeito desses determinantes históricos, a presente seção apresenta o ponto de partida do trabalho na vida humana, sua processualidade no desenvolvimento das forças produtivas e sua manifestação no capitalismo. É imprescindível compreender a importância do trabalho concreto, a divisão do trabalho e sua fragmentação em torno do trabalho abstrato, para desmistificar os elementos que fundam as raízes materiais do desemprego. Uma vez que o trabalho concreto nunca desaparecerá no mundo dos homens, é fundamental compreender como ele se metamorfoseia na processualidade histórica da divisão do trabalho, ao ser atingido pela estrutura do trabalho abstrato-alienado, onde são geradas as bases objetivas do desemprego

## 2.1. O TRABALHO COMO CATEGORIA UNIVERSAL DO MUNDO DOS HOMENS

A partir da *Ontologia do ser social* de G. Lukács, em *A Reprodução* (2018) pode-se afirmar que o ser é uma categoria cujo caráter de totalidade é ineliminável. Nada existe senão no interior de relações causais, ou seja, nada existe fora de relações com a totalidade do ser. Na reprodução, as esferas são intrinsecamente articuladas, embora essencialmente distintas umas das outras. A esfera inorgânica revela o tornar-se outro; a esfera biológica reproduz o mesmo; já a esfera social produz sempre o novo. Tanto na esfera orgânica quanto na esfera social, a reprodução torna-se uma categoria determinante para o ser em geral<sup>1</sup>.

Do ponto de vista biológico, os traços fundamentais e elementares da vida são nascer, viver e morrer. No ser social, a reprodução biológica constitui um momento insuprimível, mas é apenas um momento, pois na reprodução das atividades e da própria vida humana surgem categorias e relações categoriais completamente novas, que modificam também a reprodução biológica da vida.

Este embasamento ontológico da reprodução do ser social tem como fundamento ineliminável o homem com sua constituição física e sua reprodução biológica. Portanto, num processo articulado, o ser biológico é baseado na natureza inorgânica, assim como o ser social o é sobre o ser natural como um todo.

Tendo esse entendimento como ponto de partida, podemos ressaltar que por dezenas de milhares de anos, muitas mudanças ocorreram para que o desenvolvimento da reprodução do ser social se efetivasse. Enquanto na vida orgânica a reprodução já se manifestava nos processos vitais da existência biológica, muitas mudanças externas e internas ocorreram e transformações contínuas trouxeram consequências enriquecedoras para a concretização de saltos qualitativos na esfera social do ser. Assim, pelo trabalho funda-se o ser social e ativa-se a totalidade reprodutiva da sociedade humana a patamares superiores de desenvolvimento. Nesse processo, os fenômenos em geral pressupõem o trabalho com todas as consequências daí advindas.

Na reprodução social, em Lukács (2018), as categorias ontológicas do ser social surgidas pelo trabalho possuem existência própria a cada momento. A relação

---

<sup>1</sup> Ser, significando em sentido estrito, se reproduzir (LUKÁCS, 2018).

dialética entre os processos teleológicos e a causalidade, que se define nos nexos causais do mundo objetivo, resulta na essência do trabalho como categoria fundante do ser social. Esta relação torna-se fundamental na reprodução social que move a essência do mundo dos homens. O processo da reprodução social implica a constante necessidade da produção de novos patamares de sociabilidade, atribuindo ao ser social um novo cunho ontológico que se manifesta na dinâmica contínua da história concreta do mundo dos homens.

O ser social desenvolve-se num ambiente cuja base é a natureza cada vez mais transformada pelo trabalho. Os momentos nos quais se evidencia a insuprimibilidade última da vida biológica são nitidamente modificados no conteúdo e na forma pelo desenvolvimento social, pelas suas formas de reprodução. Através do trabalho, foi possível o homem construir o seu mundo externo, buscando aperfeiçoá-lo e edificá-lo continuamente e, ao mesmo tempo e com estas mesmas ações, construir a si mesmo, transferindo-se de uma mera singularidade natural a uma individualidade no interior da totalidade social.

Embora sofra mudanças histórico-sociais em algumas circunstâncias bastante amplas, a essência e os traços ontológicos fundamentais do trabalho não mudam. Por meio dele, a prioridade ontológica da práxis na vida humana conduz o homem a um verdadeiro fundamento ontológico do ser social, uma vez que ele se apresenta como gênese da humanização do homem e como um salto ontológico em relação ao ser orgânico e inorgânico.

A reprodução social não ocorre exclusivamente pelo trabalho, mas por uma série de complexos que a partir dele se desenvolve. O trabalho que funda o mundo dos homens se manifesta numa perene interação entre ser natural e ser social. A relação entre essas esferas é mediada pela consciência do ser social, como um fator-guia para a execução de seu processo de trabalho. Nas palavras de Marx:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural, como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela forem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2017, p. 255).

Por meio dos constantes processos de transformação da natureza pelo trabalho, o homem constrói o novo e modifica a si mesmo. Executa o trabalho pela potência de sua capacidade intelectual e física. Com a finalidade de satisfazer as necessidades humanas e sociais, realiza o trabalho, tornando-se mediador e coordenador de suas ações. Sendo ele mesmo quem controla todo o processo de trabalho, com isso domina a totalidade da produção, numa constante troca material com a natureza. Esse processo de interação contínuo e cada vez mais intenso é fundamental para que, em cada momento histórico, o desenvolvimento do trabalho se eleve e a reprodução social se estabeleça.

A força motriz e a capacidade intelectual mediada pela consciência fazem o homem desenvolver o trabalho mediante um conjunto de fenômenos condicionados à apropriação da matéria natural, que ainda não tem trabalho incorporado, para transformá-la em matéria-prima. No processo de trabalho, a ideação e a execução atuam em conjunto na transformação da natureza e do próprio homem. Nele, os homens adquirem conhecimento e realizam constantemente a produção do novo, sem se desprender dos condicionamentos externos e da particularidade do meio natural e social em que vivem. Conforme Marx (2017, p. 255),

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente.

Pelo instinto, os animais agem produzindo sempre o mesmo para sobreviver. Diferentemente, o homem realiza o trabalho como uma forma de extrair da natureza os meios para a sua sobrevivência, produzindo sempre o novo pela finalidade idealmente projetada. Assim, ele planeja e regula a sua ação controlando seus impulsos para a realização de seus intentos, de forma consciente e socialmente articulada, distinguindo-se dos animais.

Nesse processo, apreende-se a consciência humana como aquela de um ente social real, que possui capacidade de apreender os objetos e os seus nexos,

generalizando as próprias experiências. No sentido ontológico, a consciência animal é um epifenômeno, enquanto a consciência humana, pelo contrário, está sempre em movimento através de atos teleológicos. A partir do trabalho, a consciência humana produz um sistema de mediações que, de forma crescente, estão sempre a serviço da reprodução da vida social. Ou seja,

A consciência humana, em contraste, é posta em movimento por posições de propósito que vão para além da existência biológica de um ser vivo, ainda que devam servir imediatamente antes de tudo à reprodução da vida, na medida em que, a seu serviço, levam a cabo sistemas de mediação que, em medida crescente, tanto formal quanto conteudisticamente, retroagem sobre as próprias posições, e só após este desvio por mediações sempre mais amplas, dirigem-se novamente ao serviço da reprodução da vida orgânica. (LUKÁCS, 2018, p. 238)

Nesse curso em que o trabalho coloca cada indivíduo perante novas atividades e novas capacidades para concretizá-las, os produtos gerados por ele buscam satisfazer as necessidades humanas de uma nova forma, cada vez mais longe da satisfação biológica, mas nunca rompendo com ela. Assim, o trabalho e os produtos do trabalho introduzem continuamente novas necessidades na vida social. Necessidades até então desconhecidas, e juntamente a elas, novas maneiras de satisfazê-las. Nesses termos, a reprodução da vida humana torna-se cada vez mais variada e mais complexa; o homem como autor de sua práxis se transforma e se afasta cada vez mais da reprodução biológica da própria vida.

Em Marx (2017, p. 255), isso significa que o trabalho não se limita “a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, a finalidade pretendida, que, como ele bem o sabe, determina o modo de sua atividade com a força de uma lei a qual ele tem de subordinar sua vontade”. Essa determinação de modo algum é um ato isolado, pois além do esforço físico

a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais. (MARX, 2017, p. 255-256).

Nesse processo, a vontade orientada a um determinado fim é exercida conforme os conhecimentos e habilidades que o homem vai adquirindo em seus experimentos, enriquecendo a sua capacidade de construção do novo a partir do mesmo. Nos momentos simples do processo de trabalho tem-se, “em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto, e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2017, p. 256).

Ao buscar concretizar seus objetivos no processo de trabalho, o homem encontra os meios de trabalho para realizar a sua finalidade. Na natureza, particularmente no objeto de trabalho, ele escolhe os meios a partir das propriedades químicas e físicas que possam intervir na concretização do objeto idealizado previamente. Quando o produto é finalizado fisicamente, ele passa a servir como meio de uso para a satisfação das necessidades sociais e humanas. Como uma necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza, o trabalho útil é a condição de existência do ser social. Como produtor de valores de uso, ele é uma autoexpressão do próprio homem, ao se desvelar nas relações que os homens estabelecem entre si, partindo do processo de transformação da natureza.

Para Marx (2017, p. 256), “todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes”. Nessa relação, sabe-se que, por exemplo, a terra, assim como a água e o peixe, é uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos na natureza, objetos de trabalho preexistentes ao ser social. Da mesma forma, “é o peixe, quando pescado e separado da água, que é o seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios”. Se o próprio objeto de trabalho já é filtrado por um trabalho anterior, Marx o denomina de matéria-prima, “como, por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado”. Assim, “toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho”.

Nesses termos, meio de trabalho é um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e objeto de trabalho, é o que serve de guia para a atuação sobre esse objeto. Assim, o homem “utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito” (MARX, 2017, p.

256). Desconsiderando-se os meios de subsistência encontrados prontos na natureza, o objeto de que o trabalhador se apodera imediatamente, como na coleta de frutas, por exemplo, é denominado meio de trabalho. Nas palavras do supracitado autor,

O objeto de que o trabalhador se apodera imediatamente - desconsiderando-se os meios de subsistência encontrados prontos na natureza, como as frutas, por exemplo, em cuja coleta seus órgãos corporais servem como únicos meios de trabalho – é não o objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Como a terra é seu armazém original de meios de subsistência, ela é também seu arsenal de meios de trabalho. Ela lhe fornece, por exemplo, a pedra, para que ele a arremesse, ou a use para moer, comprimir, cortar, etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como tal na agricultura, toda uma série de outros meios de trabalho e um grau relativamente alto de desenvolvimento da força de trabalho. Mal o processo de trabalho começa a se desenvolver e ele já necessita de meios de trabalho previamente elaborados. (MARX, 2017, p. 257).

Marx nos mostra que, ao serem encontradas ferramentas e armas de pedras, madeira, ossos e conchas trabalhados, bem como animais domesticados, é evidente o uso e a criação de meios de trabalhos nos primeiros estágios da história da humanidade Para Marx (2017, p. 257), “o uso e a criação de meios de trabalho, embora já existam em germe em certas espécies de animais, é uma característica específica do processo de trabalho humano”. Da mesma forma que as relíquias de ossos são importantes para o conhecimento da organização das espécies de animais extintos, também as relíquias de meios de trabalho são importantes para a compreensão das formações socioeconômicas extintas. Portanto, “o que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’” se produz. Para Marx, estes fornecem um grau de desenvolvimento da força de trabalho e indicam as condições sociais nas quais se trabalha.

Sobre os meios de trabalho de natureza mecânica, que para Marx são chamados de “sistema de ossos e músculos da produção”, o autor considera que eles “oferecem características muito mais decisivas de uma época social de produção do que aqueles meios de trabalho que servem apenas de recipientes de objeto do trabalho e que podemos agrupar sob o nome de sistema vascular da produção”, a exemplo dos “tubos, barris, cestos, jarros, etc.”. Segundo o autor, “apenas na fabricação químicas tais produtos passam a desempenhar um papel importante” (MARX, 2017, p. 257-258). Num sentido mais amplo,

O processo de trabalho inclui entre seus meios, além das coisas que medeiam o efeito do trabalho sobre seu objeto e, assim, servem de um modo ou de outro como condutores da atividade, também todas as condições objetivas que, em geral, são necessárias a realização do processo. Tais condições não entram diretamente no processo, mas sem elas ele não pode se realizar, ou o pode apenas de modo incompleto. O meio universal de trabalho desse tipo é, novamente, a terra, pois ela fornece ao trabalhador o local e, a seu processo de trabalho, o campo de atuação. Meios de trabalho desse tipo, já mediados pelo trabalho, são, por exemplo, oficinas de trabalho, canais, estradas, etc. (MARX, 2017, p. 258).

Portanto, no processo de trabalho, “a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto de trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. Esse processo se extingue no produto”. Assim, consideramos em Marx produto, um valor de uso, “um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma”. Desse modo, “o trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado e o objeto está trabalhado”. Nessas circunstâncias, “o que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio” (MARX, 2017, p. 258).

Diante desse entendimento, podemos afirmar, portanto, que o processo de trabalho

É atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso -, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2017, p. 261).

Com base nesse conceito, a partir do trabalho, os homens realizam inúmeras atividades que não visam diretamente à alteração da natureza. Como o trabalho, por sua vez, viabiliza a tarefa de produzir os bens necessários à existência da humanidade por meio de uma transformação do natural, nesse processo o homem também se transforma e se torna cada vez mais complexo, trazendo desafios que não podem mais ser resolvidos apenas na esfera do próprio trabalho. Sendo o trabalho a raiz a

partir da qual, em momentos específicos e com funções diferenciadas, surgem novas dimensões sociais, as consequências do trabalho no sujeito agente e no seu processo ao longo da história são o resultado de novas determinações, novas mudanças na esfera do ser social.

Nesse processo, novas descobertas são objetivadas e desenvolvidas. O desenvolvimento das forças produtivas modifica a esfera biológica dos homens em patamares cada vez mais puramente sociais, e passa a apresentar como tendência a reprodução social e o impulso ascendente do afastamento das barreiras naturais. Como consequência, formas econômico-sociais tornam-se cada vez mais complexas.

De forma desigual e progressiva, pelo trabalho, o ser social foi capaz de viabilizar uma transformação qualitativa na dinâmica das sociedades singulares. Desde a fabricação de instrumentos primitivos, que culminou nos primeiros artefatos em pedra lascada, passando pela exploração das forças naturais, como o uso do fogo, pela domesticação de animais num certo espaço de tempo, tudo isso vai dando lugar a novos estágios de desenvolvimento. A processualidade contínua do trabalho vai transformando qualitativamente a estrutura e a dinâmica das sociedades singulares até chegar a desenvolver a base objetiva da escravidão. Através de várias etapas, o caminho leva ao capitalismo, com o reforço das contradições que imperam no curso das relações sociais de classe e do estabelecimento da propriedade privada.

Diante de uma trajetória histórica que evidencia formas cada vez mais elevadas de desenvolvimento das forças produtivas, podemos entender que, pelo trabalho, o homem torna-se cada vez mais social e, portanto, se afasta das barreiras naturais. O trabalho para a simples satisfação das necessidades humanas se desenvolve para além dele no contexto social e faz de seu processo e produto uma generalização que extrapola o indivíduo singular, ao se ligar à práxis, e esta também ao homem. À medida que uma sociedade se desenvolve, menos ela se apoia em bases puramente naturais, embora não possa prescindir da natureza. Mesmo que existam costumes enraizados em sociedades de lenta transformação, a sua origem e o seu caráter vão ganhando formas definitivamente sociais, ainda que na sua imediatez pareçam conservar formas de manifestações naturais.

O desenvolvimento da sociabilidade tem por objetivo influir sobre as consciências a fim de que os indivíduos realizem determinadas posições teleológicas. Quanto mais desenvolvida é uma sociedade, maior será o afastamento da barreira natural, mais decisivos serão os complexos sociais de segunda ordem, ou seja, a

centralização das decisões sobre os complexos que vão se formando na realidade a partir do trabalho. Desde o trabalho mais primitivo, complexos particulares e específicos foram multiplicados, mediados e agrupados, formando as sociedades em estágios de desenvolvimento determinados.

O nascimento e as mudanças das categorias econômicas surgem no processo de desenvolvimento das forças produtivas a partir do trabalho. A economia, enquanto sistema dinâmico de todas as mediações que formam a base material para a reprodução dos indivíduos singulares e do gênero humano, é o elo real que “constitui a base material para a reprodução do gênero humano e de seus exemplares singulares” (LUKÁCS, 2018, p. 135). Ela transforma a sociabilização da sociedade e dos homens que a constituem. Neste sentido, o trabalho dá a direção que eleva o desenvolvimento do ser social a uma sociabilidade cada vez mais pura e mais complexa, mais rica em mediações pelo crescimento das forças econômicas.

O capitalismo distingue-se de todas as formações societárias precedentes. O caráter econômico essencial desta formação é a sua específica sociabilidade, que possui como modo de produção uma reprodução ampliada, perpétua e dinâmica na base do capital e da força de trabalho. Embora a dinâmica da estrutura econômica possa ser encontrada nos processos produtivos das mais diversas formações, pela primeira vez, “apenas no capitalismo é realizado em forma pura seu puro caráter social” (LUKÁCS, 2018, p. 289).

Não devemos esquecer que mesmo nas outras formações, o processo reprodutivo faz do indivíduo um ser social que responde às suas necessidades no campo concreto de sua práxis, por meio do trabalho e para além dele. As posições teleológicas que surgem a partir do trabalho possuem um caráter alternativo que produz a riqueza histórica de cada época. Nesse processo, o reconhecimento de um novo plano econômico e social depende das ações dos homens, de suas decisões alternativas postas por posições teleológicas de homens singulares ou de seus grupos.

Diante dessa exposição, em que afirmamos o trabalho como a categoria universal do mundo dos homens, torna-se importante agora nos debruçarmos, por meio de uma abordagem histórico-ontológica, sobre a divisão do trabalho. Sua origem parte de uma necessidade da própria evolução dos atos singulares de trabalho como uma categoria dinâmica que está em constante processualidade na reprodução social. O processo de valorização perpassa a sua dimensão natural-espontânea e a sua manifestação diante das sociedades de classe. Os processos de fragmentação do trabalho

e de valorização se desvelam conforme o desenvolvimento das forças produtivas na história das diferentes sociabilidades.

## 2.2. DIVISÃO DO TRABALHO, FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DO VALOR NA HISTÓRIA DAS SOCIABILIDADES.

Em qualquer sociabilidade humana, os valores de uso formam o conteúdo da riqueza material. Na medida em que eles são trocados por valores de uso de outro tipo, surge uma mudança na esfera da produção: o trabalho primitivo meramente de coleta vai ganhando novos contornos com o aumento das comunidades, novas técnicas e habilidades surgem, permitindo a criação de animais, o aparecimento da agricultura e do artesanato. A diversidade da produção e o conseqüente crescimento da divisão do trabalho partem da necessidade de organização de um processo de trabalho contínuo, diversificado e, portanto, histórico no mundo dos homens.

A sociedade de classes emerge do processo de acumulação de mais-trabalho que brota da capacidade de o produtor produzir mais do que o necessário para reproduzir sua existência. É a capacidade de produzir além do necessário para a reprodução de sua existência que permite um processo de acumulação enquanto pedra nodal das sociedades de classes. O fundamento de todas as sociedades de classe se denomina trabalho excedente. A divisão do trabalho emana da necessidade objetiva de aprofundar a apropriação do trabalho excedente e da relevância da constituição de uma rede ideológica fundamental para justificar todo o movimento objetivo de acumulação de riqueza.

Assim, a divisão do trabalho nas sociedades de classe paulatinamente substitui a divisão do trabalho natural-espontânea resultante da necessidade de subordinação do valor de uso ao valor de troca, que encontra na constituição do mercado mundial na era do capital mercantil seu momento fulgurante. As forças produtivas aparecem nas bases das sociedades de classe por meio de um processo de complexificação social que torna evidente uma desigualdade social definida por uma divisão entre trabalho intelectual e físico e uma acentuada divisão entre cidade e campo. A geração das classes e dos antagonismos de classe cria as desumanizações, o processo de trabalho e de valorização segundo um curso contraditório.

Uma vez estabelecido o excedente econômico no âmbito da produção de mercadorias, deve-se compreender como ele se processa na história sob as condições objetivas da produção escravista e feudal, e como as bases objetivas que fundam o modo de produção especificamente capitalista estão intrinsecamente vinculadas com um processo de generalização das mercadorias mediante o capital mercantil.

Trazer esses elementos históricos nos leva à compreensão das mudanças que o processo de valoração sofre ao longo das forças produtivas estabelecidas pela divisão do trabalho nas sociedades de classe. Nesse cenário, o valor de uso e de troca ganha novos contornos com a dimensão da mercadoria na produção do mais-valor pelo trabalho abstrato.

### 2.2.1 A divisão do trabalho natural-espontânea e a produção do valor

Como vimos, a reprodução social é garantida através da atuação do homem sobre a natureza, a fim de produzir os meios necessários à sua subsistência. O constante intercâmbio orgânico do homem com a natureza gera novas necessidades e possibilidades; desencadeia, portanto, novos conhecimentos e habilidades, novas relações que se organizam na forma de complexos sociais fundamentados no trabalho, mas com funções e especificidades peculiares. Nesse curso, o trabalho possibilita uma grande mudança na estrutura social, gerando a dinâmica de diversas formas de sociabilidades.

A partir do trabalho, os novos complexos sociais dele advindos estimulam a geração de uma divisão do trabalho. No interior dessa divisão, dissemina-se um conjunto de atividades especializadas para responder às necessidades que permeiam as relações sociais. Atrelada ao desenvolvimento da comunicação, da linguagem precisa entre os homens reunidos para o trabalho, a divisão do trabalho surge com base numa diferenciação biológica das pessoas que formavam o grupo humano. Trata-se de um período histórico no qual os homens tinham um domínio incipiente sobre a natureza, não existia a exploração do homem pelo homem, as ações teleológicas não estavam ainda a serviço da dominação. Um momento “cuja reprodução todos os seres humanos executam em grande parte em sua práxis cotidiana inintencional e

inconscientemente, que, no conjunto das atividades humanas, interiores bem como exteriores, está presente como médium inevitável da comunicação” (LUKÁCS, 2018, p. 182).

Na base primitiva, a vida era protegida contra a ameaça dos animais selvagens, e a caça foi um instrumento necessário para manter a sobrevivência da comunidade. A violência não estava a serviço do homem, a fim de dominar outro homem, mas se manifestava nos animais selvagens, no intuito de garantir a sobrevivência da comunidade pela caça ou por situações causais que colocassem em risco suas vidas. Esse tipo de atividade dependia da disponibilidade de alimentos na natureza. A produção era muito escassa e a organização não podia evoluir para além de pequenos bandos que migravam para vários lugares (PONCE, 2005).

A primeira forma humana de organização social era, portanto, os bandos migratórios, com uma produtividade muito reduzida. O trabalho com a coleta concedia uma possibilidade muito limitada de desenvolvimento das ferramentas. O constante deslocamento apenas possibilitava às pessoas carregarem o indispensável para a sobrevivência, como alimento e água. As ferramentas muitas vezes serviam apenas para contemplar as necessidades emergentes; muitas eram abandonadas assim que a tarefa na qual eram empregadas se encerrava (PONCE, 2005).

As características e limites peculiares a essa fase da sociedade primitiva pressupõem o trabalho e a divisão do trabalho como um processo ainda distante de atingir o excedente de produção que marca a sociedade de classes; no entanto, há a produção de excedente, geralmente partilhado com toda a comunidade. Inexistem as classes sociais. Os conhecimentos e as habilidades eram limitados, não viabilizavam um desenvolvimento das forças produtivas autossuficientes.

Trata-se de um período em as necessidades humanas estavam a serviço das descobertas ainda pouco precisas, para a criação, pelo trabalho, de ferramentas mais sofisticadas, de artefices que facilitariam a produtividade. Apesar da escassez e do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, havia um nível de desenvolvimento das relações de sociabilidade em que subsistia uma igualdade entre homens e mulheres e um tratamento elevado das crianças (PONCE, 2005).

Para Marx (2017), diferentemente da divisão do trabalho nas sociedades de classes, a comunidade primitiva possui uma divisão do trabalho fisiológica, como característica peculiar. Trata-se de uma divisão do trabalho que evolui naturalmente das diferenças de sexo e de idade, ou seja, sobre uma base puramente fisiológica. É uma

divisão natural-espontânea do trabalho porque não é resultado de um processo altamente sistematizado e consciente, nem de uma ação deliberadamente direcionada a servir a interesses privados.

Há uma inusitada complementaridade de sexos que produzem de forma conjugada visando ao interesse coletivo e não à apropriação privada dos bens coletivos. A comunidade revela-se essencialmente gregária e avessa à disjunção entre trabalho manual e intelectual. O criar-se o novo, a exemplo das ferramentas de pedra, é resultado da capacidade consciente do indivíduo, no processo de transformação da natureza, de desenvolver suas habilidades e conhecimentos, de cada vez mais se afastar das barreiras naturais.

O processo de cooperação presente na divisão do trabalho primitivo estava limitado ao desenvolvimento das forças produtivas ainda pouco evoluído. Como não havia uma autossuficiência na produção, os homens não conseguiam acumular nenhum bem; produziam em comum para a satisfação imediata de suas necessidades.

Assim, viviam à mercê da penúria e sobreviviam com o pouco que conseguiam no processo de trabalho. Esse pouco era consumido imediatamente para a sobrevivência do grupo. Como viviam em bandos pouco numerosos, andando de um lugar para outro na busca de alimentos, não existia a propriedade privada de nenhum bem. A igualdade entre eles era estabelecida pela carência generalizada.

A divisão do trabalho estabelecida pela diferenciação social mínima entre os sexos ocorre de forma naturalmente espontânea no interior das tribos e famílias. Trata-se de um período em que a tribo foi uma forma primitiva, naturalmente desenvolvida da socialização humana e baseada no parentesco de sangue. Posteriormente é que se desenvolveram, a partir do início da dissolução dos laços tribais, as múltiplas e diversas formas da família<sup>2</sup>. Nesse processo, uma divisão natural-espontânea do trabalho é fundada nas diferenças de sexo e de idade, ou seja, “sobre uma base puramente fisiológica, que amplia seu material com a expansão da comunidade” (MARX, 2017, p. 425). É um cenário histórico no qual o aumento da população na comunidade impõe um processo de conflitos entre as diversas tribos, devido à subjugação estabelecida de uma tribo por outra.

A cooperação como a base do trabalho comunitário expande-se à medida que as comunidades ultrapassam os limites da produção simples. A comunidade primitiva

---

<sup>2</sup> Nota de Engels à 3 ed. de 1883, constante da edição da Abril Cultural.

perdurou gradualmente, gestando em seu interior os elementos que mais adiante responderiam por sua dissolução. Entre esses elementos, a domesticação de animais e o surgimento da agricultura sinalizam o avanço de determinadas comunidades que se distinguiam de outras. Muitas dessas comunidades deixaram de ser nômades e seus membros passaram a se dedicar ao pastoreio e ao cultivo de terras. Trata-se de um cenário de significativas transformações na relação dessas comunidades com a natureza.

Para Marx (2017, p. 409), a cooperação do trabalho nesse período da civilização humana, situada entre os povos caçadores, ou, também, entre os povos na agricultura da comunidade indiana, baseou-se, “por um lado, na propriedade comum das condições de produção”, e, por outro, “no fato de que o indivíduo isolado desvincilhou-se tão pouco do cordão umbilical da tribo ou da comunidade quanto uma abelha da colmeia”. Mesmo que a cooperação já trouxesse um ganho no desenvolvimento das forças produtivas das civilizações primitivas, a lei que atua sobre ela é uma lei natural e espontânea, estabelecida ainda em processos de trabalhos rudimentares, tradicionais.

Para o autor, “a lei que regula a divisão do trabalho comunal atua aqui com a autoridade inquebrantável de uma lei natural”, ao passo que cada indivíduo “executa todas as operações” referentes a seu trabalho de modo tradicional (MARX, 2017, p. 432). O trabalho manual e o trabalho intelectual estão umbilicalmente ligados no processo de trabalho do indivíduo, como uma autoridade inquebrantável. Os indivíduos em cooperação executam todas as operações tradicionais na produção, sem rupturas ou parcelamento. Observa-se que, nessas civilizações primitivas, a divisão do trabalho conserva o trabalho em seus traços ontológicos puros.

A divisão planejada do trabalho foi estabelecida no mecanismo de produção comunal como meta apenas para atender ao planejamento da produção e, portanto, não foi efetivada como uma forma de autoridade externa ao trabalho dos próprios produtores. O cultivo da terra em comum e a distribuição dos produtos a seus membros eram características da organização social da produção coletiva. Por se basear na posse comum das terras, na união comum entre agricultura e artesanato e numa divisão de trabalho fixa, o estabelecimento de novas comunidades servia apenas de plano e de projeto.

Segundo Marx (2017, p. 426), no caso em que a divisão fisiológica do trabalho é o ponto de partida, os órgãos particulares de um todo imediatamente compacto

ainda não se desprendem um dos outros, não se decompõem. Nesse momento da divisão do trabalho, “a troca não cria a diferença entre as esferas da produção”; ainda não “coloca em relação esferas de produção diferentes e as transforma em ramos mais ou menos interdependentes entre si”.

A emergência das sociedades de classes se inscreve no contexto da ampliação da capacidade produtiva e da possibilidade de acumulação, em que uma parte do excedente, ao invés de ser partilhado de forma isonômica entre seus partícipes, passa a ser apropriada por determinadas famílias (PONCE, 2005). As relações de dominação e subalternidade que emergem na esfera familiar e do parentesco acabam moldando o comportamento interno da comunidade e estabelecendo relações diferenciadas até a substancialidade e o conteúdo societal primitivo serem completamente deformados e destruídos.

A apropriação do tempo de trabalho excedente dos produtores permitiu ao estabelecimento da sociedade de classes nos seus distintos modos (escravismo, asiático, feudal e capitalista). O desenvolvimento das forças produtivas propiciou o surgimento de diferentes ramos da produção, impulsionando progressivamente novos patamares de produtividade, na perspectiva de atender aos interesses permanentes das classes dominantes e nunca aos das classes dominadas.

Esse processo não se deu de maneira mecânica e determinista. Apesar de todos os povos possuírem sua gênese nas sociedades comunais, sua forma de ser constitui-se de maneira bastante heterogênea e diferenciada, guardadas as devidas relações de identidade e homogeneidade; por sua vez, o desenvolvimento das sociedades comunais não representou um caminho uniforme em que se pudesse daí extrair o desenvolvimento das relações escravistas e feudais. O modo de produção asiático revela a natureza diferenciada do desenvolvimento histórico das sociedades não europeias.

Os constantes atos de trabalho, cuja finalidade comum era a satisfação das necessidades básicas da comunidade, se desenvolvem e se complexificam. O processo contínuo do trabalho possibilitou aos indivíduos o alcance de novos conhecimentos e novas habilidades, que, por sua vez, propiciaram novas possibilidades. Aperfeiçoaram-se os instrumentos a favor do adensamento da produção na margem do excedente econômico. Este representa uma subversão na vida das comunidades primitivas.

Em *A sociedade contra o Estado*, Pierre Castres (1979) salienta que os povos

que habitavam o Brasil, como os ianomamis, colocaram em movimento uma divisão do tempo de trabalho nos termos sexuais em que não precisam trabalhar mais que dois meses em quatro anos e que, por meio do tempo médio estimado, ocupavam menos de quatro horas diárias com as obrigações produtivas. Essa divisão social do trabalho e a forma de compreender o tempo disponível da sociedade permitia que eles tivessem bastante tempo livre para se dedicar às atividades essencialmente fundamentais. Isso serviu para que se tornassem inimigos potenciais da empresa colonizadora que marca o advento do mercado mundial e revela que o curso da história se forja em contradições e que nem sempre a superação das sociedades primitivas ou comunais representa uma elevação das condições verdadeiramente humanas.

Estas sociedades estavam muito longe de subordinar o valor de uso ao valor de troca, como a sociedade capitalista, e muito menos se constituíram como espécie de pedestal para o modo de produção capitalista. Nessas sociedades, as relações de troca existiam somente em suas fronteiras mediante a troca do excedente da produção. A produção não estava organizada para a troca. A produção de excedente acontecia episodicamente e não era a alma das sociedades comunais e das sociedades pré-capitalistas.

Na tentativa de apresentar uma história do dinheiro e apontar seu caráter claramente histórico, Marx assinala que o dinheiro surge como um valor de troca entre produtos. Escreve nosso autor:

Os povos nômades são os primeiros a desenvolver a forma-dinheiro, porque todos os seus bens se encontram em forma móvel e, por conseguinte, diretamente alienável, e, também, porque seu modo de vida os põe constantemente em contato com comunidades estrangeiras, com as quais eles são chamados a trocar seus produtos. (MARX, 2017, p. 163).

Através do estabelecimento da mercadoria<sup>3</sup> nas primeiras formas de troca estabelecidas pelo aparecimento do comércio, “a possibilidade da acumulação abre a alternativa de *explorar* o trabalho humano” (MARX, 2017, p. 426). Quando “posta a exploração, a comunidade divide-se antagonicamente entre aqueles que produzem o

---

<sup>3</sup> Cabe salientar que o sentido de mercadoria em Marx refere-se a um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz quaisquer necessidades humanas.

conjunto dos bens (os produtores diretos) e aqueles que se apropriam dos excedentes (os apropriadores do fruto do trabalho dos produtores diretos)” (MARX, 2017, p. 426).

A troca dos produtos comuns e a lógica do excedente geraram uma possibilidade de acumulação e de alternativa de exploração. Essa tendência estabelecida mediante a propriedade resulta na dissolução das sociedades primitivas, entrando em cena a sociedade de classes, cujo trabalho segue num curso dialeticamente contraditório do desenvolvimento das forças produtivas. “Frequentemente os homens converteram os próprios homens na forma de escravos”, sendo estes, no capitalismo, fadados a se tornar “matéria monetária original” (MARX, 2017, p. 163).

O trabalho é universal, mas determinado social e historicamente, com distintos conteúdos sociais adquiridos nesse processo. Mesmo sem a predominância da mercadoria ou a dominação de classes sociais, a divisão do trabalho na sociedade primitiva é estabelecida e se desenvolve nas relações de produção. Na forma comunal, assim como em todas as que a sucedem, o trabalho na produção do valor de uso é indispensável para a existência da vida humana, por constituir a necessária mediação entre o homem e a natureza para o atendimento de suas necessidades de subsistência.

Conforme Marx (2017, p. 114), “os valores de uso formam o conteúdo da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. O valor de troca surge inicialmente “como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço”. A peculiaridade de a sociedade primitiva não tornar seus produtos em mercadoria generalizada não altera a diversidade da produção e o conseqüente crescimento da divisão do trabalho, pois tais fatores são conseqüência da necessidade de organização de um processo de trabalho contínuo, diversificado e, portanto, histórico no desvelar das necessidades da reprodução social.

O desenvolvimento espontâneo da divisão do trabalho é concomitante à criação do valor de uso, e sua acentuada caracterização de valor de troca vai se associando ao movimento de criação do mercado e ao estabelecimento das forças produtivas sob as bases das sociedades de classe. A partir das sociedades de classe, um processo de complexificação social é estabelecido por uma desigualdade social entre os homens, em meio a uma “divisão entre trabalho intelectual e trabalho físico e da cidade

e campo que, contudo, se cruzam ininterruptamente com o surgimento das classes e das contradições de classes”. (LUKÁCS, 2018, p. 139).

A mercadoria no comércio e sua generalização com o capital mercantil criam as bases objetivas para a implantação do capitalismo como modo de produção hegemônico. Os elementos imprescindíveis que compõem esse processo na história serão analisados nas páginas que seguem.

### 2.2.2. A divisão do trabalho nas sociedades de classe: o processo de valorização das mercadorias e sua generalização no cerne do capital mercantil.

Conforme expusemos anteriormente, num estágio primitivo das forças produtivas, o trabalho ocorria de forma coletiva, por meio de uma tribo ou de uma família consanguínea, cuja propriedade comunal estabelecia a garantia igualitária de seus membros no que se refere às condições de sobrevivência. Com o desenvolvimento no seio familiar ou tribo, uma divisão do trabalho evolui das diferenças de sexo e de idade sobre uma base puramente fisiológica, ampliando a produção à medida que se expande a comunidade.

No decorrer da história, novas relações entre as tribos e famílias vão se desenvolvendo, até alcançarem potencialmente uma produção que ultrapasse as suas necessidades de subsistência. O domínio cada vez mais amplo na criação de animais e na agricultura modifica o cenário da economia produtiva, dando origem a um conjunto de novas necessidades. Neste momento, surge uma ampliação do caráter social do ser social e da autonomia relativa dessa esfera em relação às esferas de ser anteriores. Ou seja, a autonomia do ser social se efetiva relativamente, a exploração do homem pelo homem vai se alicerçando na sociedade, e as relações alienantes são inevitavelmente postas<sup>4</sup>. Surge a propriedade privada e novas relações de apropriação privada de riqueza.

---

<sup>4</sup> Para Lukács (2018, p. 501), a alienação é historicamente determinada pelos homens. Trata-se de “um fenômeno exclusivamente histórico-social, que emerge em determinados níveis do desenvolvimento existente, tomando desde então formas historicamente sempre diferentes, sempre mais incisivas”. Diz respeito a um processo de desumanidade construído historicamente pelos homens em sociedade. Em certo sentido, poder-se-ia dizer “que toda a história da humanidade a partir de uma determinada altura da divisão de trabalho (provavelmente já desde a escravidão) é também a da alienação humana. Nesse sentido, também tem ela objetivamente uma continuidade histórica” (LUKÁCS, 2018, p. 509). Na particularidade da sociedade capitalista, as formas correspondentes às alienações “não se formam

Para Marx, a forma da propriedade comunal perpassou a gênese de todos os povos. Não havendo nenhuma relação mecanicista da sociedade primitiva para a sociedade escravista, esta se constituiu muito mais como a particularidade da Europa, que acabou sendo generalizada pelos interesses ideológicos das concepções históricas eurocêntricas da burguesia, e da perspectiva stalinista, que galvanizou posições no interior da interpretação marxista da história. Inexiste alguma espécie de articulação determinista entre o modo de produção primitivo e o modo de produção capitalista, bem como entre escravismo e feudalismo com o capitalismo.

Acerca da relação existente entre as sociedades pré-capitalistas e o modo de produção capitalista, Marx é bastante taxativo nos *Grundrisse* (2011). Para Marx (2011, p. 169), a relação existente entre as sociedades antigas e a sociedade capitalista é como um “grão de sal”. O fato de a sociedade burguesa se constituir como uma “organização histórica da produção mais desenvolvida e mais diferenciada” e o fato de a “anatomia da sociedade burguesa servir como uma chave para revelar a anatomia das sociedades precedentes” não indicam que subsiste alguma relação de determinação entre elas.

A periodização da história elaborada em *A ideologia alemã* aplica-se somente ao desenvolvimento da formação sócio-histórica da Europa Ocidental, em que capitalismo emergiu das entranhas do feudalismo. Não serve nem mesmo para explicar o desenvolvimento da Rússia. Nos *Grundrisse* (2011), Marx salienta de forma incisiva a existência das formações pré-capitalistas asiáticas, em que a disjunção do trabalhador dos seus meios de produção e de subsistência não estava presente. Essa forma de organização da produção foi a mais duradoura na história da humanidade; nela estava consubstanciada uma unidade entre a agricultura e a manufatura, o que possibilitava a autonomia da comunidade aldeia.

O reconhecimento da existência do “modo de produção asiático” desautoriza as perspectivas históricas que se concentram na existência de uma ordem predeterminada de sucessão do desenvolvimento dos diferentes modos de produção. As *Formen* têm uma elaboração sofisticada, pois não se circunscrevem ou reduzem a

---

espontaneamente apenas a partir do desenvolvimento econômico, mas não raro são cheias de pretensão ideológica de serem autênticas formas de ultrapassagem da manipulação brutal”. Nesses termos, pode-se ressaltar que “quanto mais, contudo, a transformação do ser humano é efetuada não mais em essência espontaneamente, mas através da práxis social consciente ou através de sua caricatura na manipulação, tanto mais significativa se torna a função da ideologia também para as bases sociais objetivas da alienação”. (LUKÁCS, 2018, p. 691-692).

história da humanidade à história da Europa. A principal inovação consiste em inserir o termo “modo de produção asiático” no famoso prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, em que ele escreve: “Em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade” (1983, p. 35).<sup>5</sup>

Na forma asiática<sup>6</sup>, a terra é a base tanto da agricultura quanto da manufatura. A propriedade da terra comparece como sinônimo de participação da vida comunitária, pois inexistente possibilidade de subsistência subjetivo-objetiva do indivíduo desprendido da comunidade aldeia. Marx tenta esclarecer a unidade existente entre propriedade comunitária e individualidade, enquanto categorias que brotam da unidade do trabalho com a terra. Embora os indivíduos sejam trabalhadores, eles não estabelecem relações entre si na condição de trabalhadores, mas aparecem como proprietários que ao mesmo tempo trabalham para garantir a reprodução de sua existência. Nesse caso, os indivíduos não organizam sua produção na perspectiva da produção de excedente para venda, mas produzem somente para garantir a reprodução de sua existência e existência de sua comunidade.

As características dessas formas espontâneas de produção são: a) o sujeito existe como membro de uma comunidade; b) a relação com a terra é mediada pela comunidade, seja como propriedade comunitária da terra (forma asiática) ou como propriedade privada da terra (forma antiga e forma germânica). Marx não se refere aqui ao modo de produção escravista e ao modo de produção feudal, mas à forma antiga e à forma germânica, que são termos muito mais específicos, pois estão

---

<sup>5</sup> A obra *Oriental despotismo* de Karl Wittfogel, escrita em 1957, inscreve-se como primeira tentativa de retomar o debate aberto por Karl Marx nos textos do *New York Daily Tribune*, nos *Grundrisse*, na *Contribuição à crítica da economia política* e em *O capital*. Essa retomada é fortalecida pela tradução inglesa das *Formas que antecedem a produção capitalista* em 1964 na Inglaterra com Eric Hobsbawm. No entanto, uma plêiade de autores marxistas, tanto estruturalistas quanto stalinistas, contrapõem-se à noção de modo de produção asiático. Entre eles, Kosambi em *An introduction to the study of Indian history*, publicada em 1956; bem como a obra de Perry Anderson, *As linhagens do Estado absolutista* (1985); a obra *Orientalismo* de Edward Said (1979) e as obras dos althusserianos Samir Amin (1977), Hinder e Hirst (1975).

<sup>6</sup> O conhecimento de Marx sobre o Oriente intensificou-se com seu exílio na Inglaterra a partir de 1850, particularmente graças ao contato com os economistas clássicos como J. S. Mill, Adam Smith e Richard Jones. Em 1853, publicou artigos sobre a Índia e a China no *New York Daily Tribune*. Nas cartas de Marx e Engels (1853), ele defende a tese de que havia uma ausência de propriedade privada da terra na Ásia. E Engels atribui essa ausência de propriedade à aridez do solo nas grandes áreas desérticas do Saara, Pérsia, Arábia, Índia e Tartária, que obrigava o Estado a constituir sistemas de irrigação. Marx, por sua vez, concentrava sua atenção na relação mútua entre as obras públicas produzidas pelo governo central e a existência de aldeias.

relacionadas àquelas formas em que trabalhador não aparece desprendido de suas condições de trabalho.

Quando se trata de modo de produção escravista e do modo de produção feudal, a relação com os meios de trabalho se inscreve sob a mediação de uma terceira potência: o senhor de escravos e o senhor de terras.

É considerando a particularidade do desenvolvimento econômico europeu que podemos entender o escravismo como uma forma de organização da produção das mais perversas que existiram na história da humanidade, pois os escravos eram considerados como meros objetos falantes, como meios de produção diferentes do boi e de uma fiandeira, porque eram dotados de fala.

Entre os instrumentos (*órgana*) alguns são inanimados (*ápsucha*), outros animados (*émpsucha*): por exemplo, para o capitão do navio o timão é inanimado, o marinheiro vigilante da proa das naus é animado (pois nas artes o subordinado – *uperétes* - é uma espécie de instrumento). Da mesma maneira cada objeto de propriedade (*ktéma*) é um instrumento para a vida (*órganon pros zoén*) e a propriedade (*ktésis*) é um conjunto de instrumentos. Também o escravo é um objeto de propriedade animado (*doulos ktéma ti émpsuchon*) e cada subordinado (*uperétes*) é como um instrumento que tem precedência sobre os outros instrumentos [...] Portanto, os instrumentos são instrumentos de produção (*órgana poietiká*), enquanto um objeto de propriedade (*ktéma*), ao contrário, é um instrumento de ação (*órganon praktikón*): assim de uma lançadeira obtemos algo mais do que seu simples uso, mas uma roupa ou uma cama são apenas utilizadas. [...] Ora, a vida é ação e não produção (*bíos práxis ou póiesis esti*), por isso, o escravo é um subordinado na ordem dos instrumentos de ação (*ho doulos uperétes ton prós práxis*). (ARISTÓTELES, Pol., I, 4, 1253b 27- 1254a 7).

Nota-se que inexistente a palavra escravo no grego; o termo que serve para designar escravo é “*doulos*”. A palavra escravo vem de eslavos e emergiu numa etapa posterior da história, mais exatamente, nas derrotas dos povos do Leste Europeu (poloneses, russos, tchecos etc.) para os germânicos. Estes povos foram escravizados em massa na Alta Idade Média e comercializados com os árabes. A inexistência da palavra em grego não minimiza em nada o fato de que as sociedades greco-romanas forjaram as experiências mais violentas de exploração da força de trabalho que existiram na história da humanidade e foram reeditadas sob novas bases na etapa da acumulação primitiva de capitais.

O escravismo colonial representa uma fase histórica em que o capital não conseguia realizar a subordinação real da força de trabalho e por isso recorreu ao expediente da violência e da força, para controlar o trabalho. Essa experiência foi precedida pela escravidão antiga, em que se organiza uma sociedade através da força e da violência<sup>7</sup>, cuja estrutura produtiva se insere em dois polos. Segundo Netto e Braz (2012 p. 77-78), “uma minoria de propriedades de terras e de escravos (que amplia seus contingentes através de guerras) e, na base, a massa de homens que não tem sequer o direito de dispor da própria vida – e entre esses dois polos gravitam camponeses e artesãos livres”. Ao mesmo tempo, como parte do excedente econômico, a mercadoria vai ganhando forma no comércio.

Os valores de uso das mercadorias produzidos para a troca são inseridos no comércio, resultando no “aparecimento do dinheiro como meio de troca e de um grupo social dedicado à atividade mercantil (os comerciantes ou mercadores). Ao cabo de algum tempo, a escravidão deixa de envolver apenas os capturados em guerra, estendendo-se a membros da própria sociedade em questão”.

Em relação à comunidade primitiva, o modo de produção escravista significou um avanço na história da humanidade, no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas pelo trabalho. A propriedade privada dos meios de produção e a exploração do homem pelo homem diversificaram a produção de bens e “o incremento da produção de mercadorias com base na *produção mercantil* estimulou o comércio entre distintas sociedades” (NETTO E BRAZ, 2012, p. 78-79). Mesmo diante de tais avanços, o processo de trabalho não atingiu uma autossuficiência para o atendimento das necessidades sociais. Cercada por crises, essa sociedade não alcançou o excedente econômico necessário para alimentar seu aparelho repressivo.

---

<sup>7</sup> Segundo Netto e Braz (2012, p. 78), o modo de produção escravista não foi o único dominante na Antiguidade, mesmo sendo fundado na base da grande civilização grega e tendo continuidade com o Império Romano. No Extremo Oriente também havia se constituído “uma articulação social distinta, com a hipertrofia de um forte poder político central – um *Estado*”, que foi responsável “pela construção de obras hidráulicas de grande porte (drenagem, irrigação) e manteve em suas mãos o controle da terra e da agricultura”. Era um Estado com formas políticas despóticas, combinando-se com a estagnação social “que acabou por garantir uma enorme perdurabilidade histórica àquela articulação, designada de modo de produção asiático”. Já no Ocidente o escravismo perdurou até a queda do Império Romano e se configurava nas relações sociais “presididas pelo antagonismo entre escravos e seus proprietários”. Existiam “poucos segmentos livres”, como os artesãos, por exemplo, além dos “subgrupos que serviam aos proprietários, ligando-se a tarefas administrativas e burocratas (coleta de impostos, cobrados de agricultores e mercadores); ou repressoras (combate às rebeliões de escravos)”. Esse modo de produção também era compatível com as formas imperiais, na conquista de novos territórios para a obtenção de mais escravos e uma maior coleta de tributos de seus dominados.

O Estado romano foi o mais militarizado que existiu na Antiguidade. O poder destrutivo da máquina de guerra do imperialismo romano revelou no seu interior as categorias fundamentais que iriam sustentar todo o edifício do capitalismo, tais como dinheiro, salário, desenvolvimento científico, tecnologia, divisão hierárquica do trabalho etc. No entanto, as sucessivas revoltas escravas viriam afetar a *pax romana* desde o nascimento do império, com as revoltas servis (a primeira, liderada por Euno na Sicília, entre 135 e 132 a.C.; a segunda, liderada por Sálvio Trifão, também na Sicília, entre 104 e 100 a.C.; a terceira, liderada por Spartacus, entre 73 e 71 a.C.). O caráter prometeico de Spartacus, que tenta tomar de assalto os céus, serviu como espécie de referência para todos os povos e indivíduos escravizados no mundo inteiro. Marx cultivava admiração por Spartacus, e expressou isso muito bem na sua análise da Comuna de Paris. Não se pode deixar de lembrar as palavras de Plutarco, no tomo IV da obra *Vidas paralelas*: “Spartacus era inteligente, mais helênico do que bárbaro, com força e coragem extremas aliadas a uma cultura e doçura superiores àquelas esperadas de um ser humano em suas condições”.

E, por fim, as inúmeras revoltas bárbaras, que poderiam também ser denominadas de revoluções bárbaras, num tempo histórico em que inexistia o termo revolução para falar das mudanças das estruturas sociais, haja vista que esse termo somente foi adotado quando da Revolução Francesa. As revoltas bárbaras serviram para minimizar o tratamento desumano oferecido aos trabalhadores na Europa.

A destruição do império romano representou a superação do escravismo antigo e a constituição de uma nova forma de organização da produção – o feudalismo<sup>8</sup>. Seu fundamento na estrutura social está centrado na propriedade da terra, constituída por dois polos: os senhores e os servos. A Igreja católica estava entre os nobres, como possuidora de grandes extensões de terras, e isso lhe assegurava uma fonte de

---

<sup>8</sup> O feudalismo encontrou-se plenamente estruturado na Europa por volta do século XI, com suas características principais inteiramente definidas: uma classe de produtores diretos, os servos, que já então gerava um excedente agrícola significativo, expropriado pelos senhores feudais, classe parasitária dedicada especialmente à caça e à guerra. Mas, paralelamente, mantinha-se a produção para a troca (isto é, a produção de mercadorias), centrada no trabalho artesanal. Essas trocas serão muito estimuladas a partir das Cruzadas, assim, a estrutura social do feudalismo começa a se tornar complexa: os artesãos, pouco a pouco se organizam (em corporações) e os comerciantes/mercadores também buscam mecanismos associativos (as ligas). O estabelecimento de rotas comerciais para o Oriente trará um novo dinamismo a esse processo que dará às atividades comerciais um destaque cujas consequências vão contribuir para a erosão das bases da ordem feudal, abrindo a vida a crise do feudalismo e suas instituições, num longo período de transição que, ao fim, marcará o colapso do *Antigo Regime*. (NETTO E BRAZ, 2012, p. 81).

enorme poder. Em contrapartida, a condição servil dos camponeses seguia um pouco diferente da dos escravos; porém, também eram duramente explorados, pois embora dispusessem de instrumentos de trabalho, retiravam seu sustento do que produziam nos feudos e nas terras em comum.

Conduzida por uma economia essencialmente rural e hierárquica, a sua produção era destinada especialmente ao autoconsumo:

O traço social mais importante é a dependência pessoal, o trabalho só em casos excepcionais assume a forma de mercadoria e, apesar disso, 'a corvéia se mede com o tempo, exatamente como o trabalho produtor de mercadorias'. Nem mesmo na família camponesa patriarcal, as condições da divisão do trabalho são determinadas diretamente, no interior da família, pela troca de mercadorias, 'mas aqui o dispêndio das forças de trabalho individuais medido com a duração temporal se apresenta pela sua própria natureza como determinação social dos próprios trabalhos, já que as forças de trabalho individuais operam, pela sua própria natureza, somente como órgãos da força de trabalho comum da família'. (LUKÁCS, 2018, p. 125-126).

O excedente produzido pelos servos era expropriado mediante o monopólio real e a violência dos senhores, donos da justiça no âmbito de seus feudos. A vida miserável dos servos estimulou muitas revoltas e rebeliões camponesas; por estarem presos à terra, ações como fugas e luta por mudanças eram casos de dura punição. Diante dessa realidade, a estrutura social vai se complexificando e estimula cada vez mais as relações de troca de mercadorias.

Com efeito, o crescimento do comércio propiciou o rompimento do caráter autárquico e limitado da economia do feudo, além de proporcionar profundas implicações. Estimulou um adensamento da troca de mercadoria para elevar o consumo da nobreza, mercadorias trocadas por dinheiro. O dinheiro, com isso, começa a conferir uma função privilegiada na vida social. A atividade comercial passa a ser fomentada em regiões afastadas, estimulando o surgimento das cidades, a urbanização para os núcleos do comércio. É no interior dessas relações que ganham importância crescente os comerciantes e mercadores, representantes do capital mercantil que se movem pelo lucro como único objetivo.

Conforme Pirenne (1982, p. 83),

Coincide necessariamente com esta mobilidade dos bens da terra o progresso da circulação monetária nos campos. Digo progresso, e não

princípio, pois seria um erro crer, como isto é, os séculos posteriores ao século VIII tenham sido uma época de intercâmbio, não em dinheiro, mas em espécie. Falando com propriedade, a chamada 'economia natural' nunca predominou exclusivamente. Sem dúvidas, o senso pago ao senhor pela família dos grandes domínios existia geralmente em produtos do solo. Nada mais explicável e mais prático num sistema em que os ditos censos destinavam-se apenas à alimentação do proprietário; mas, logo que a colheita se transforma em objeto de intercâmbio, seu preço se exprime e se paga em numerário. Isso já acontecia no comércio interminente a que se tinha que recorrer nos tempos da penúria. Nunca se observou que se haja trocado o trigo de que se necessitava, em vez de comprá-lo a dinheiro contado.

Nesse momento do desenvolvimento das forças produtivas, começa a entrar em cena uma nova forma da riqueza, diferente da ordem feudal. A partir dos grandes comerciantes, que nascem nas entranhas da ordem feudal, surgirão os elementos<sup>9</sup> que conformarão a classe que derrotará o sistema feudal<sup>10</sup> “– eles constituirão a *burguesia*” (NETTO E BRAZ, 2012, p. 82). Do ponto de vista econômico, as mediações de natureza mercantil que penetraram a economia feudal entre os próprios senhores, pois até a terra começou a ser objeto de transição mercantil, e também entre senhores e servos, quando as prestações em trabalho e espécie passaram a ser substituídos por pagamentos em dinheiro, aquilo que era próprio de um segmento de ordem feudal, surge a economia mercantil urbana, de forma cada vez mais consolidada e ampliada, pouco a pouco iniciando a sua irreversível expansão<sup>11</sup>.

Nesse cenário,

---

<sup>9</sup> Esses novos elementos referem-se ao desenvolvimento das forças produtivas no processo de transição entre o modo de produção feudal e o capitalista. A trajetória histórica que expressa essa transição leva, em Marx, da chamada cooperação manufatureira à grande indústria. A essa particularidade, far-se-á uma exposição na próxima seção.

<sup>10</sup> A crise do feudalismo abre-se no século XIV, num processo extremamente complexo – e, até hoje, objeto de controvérsias e polêmicas – que só culminará, em termos histórico-universais, no final do século XVIII. No decurso desses séculos, operando para a ultrapassagem do modo de produção feudal, as suas contradições internas foram potenciadas pelos efeitos do florescimento do comércio, expressos na consolidação crescente de uma economia de base mercantil. (NETTO E BRAZ, 2012, p. 82).

<sup>11</sup> Do ponto de vista político, uma centralização do poder surge na formação do Estado nacional moderno – o *Estado absolutista*. A centralização do poder político nas mãos de um monarca absoluto atendia, num primeiro momento, aos interesses do conjunto da nobreza e dos grandes comerciantes – financiadores, os últimos, do custo cada vez maior das novas instituições e seus órgãos. Tais custos não podiam ser bancados nem pelos nobres nem pelos camponeses. Os primeiros constituíam uma classe parasitária e o principal do que obtinham vinha da exploração dos camponeses (a parte que provinha de seus negócios agora tornados mercantis, embora significativa, não era decisiva); os camponeses, que, com a expansão da economia mercantil à vida rural, estavam pouco a pouco se livrando das obrigações da servidão, mesmo com uma melhora da sua situação a partir de meados do século XV, não podiam suportar a carga fiscal que lhes era imposta. Restava aos grandes grupos mercantis buscar aqueles custos – e eles o fizeram na medida em que alguns de seus interesses eram contemplados pelas monarquias absolutas. (NETTO E BRAZ, 2012, p. 84-85).

Tão incapazes de resistir as suas novas necessidades, quanto de encontrar meios de satisfazê-las, muitos nobres viram-se obrigados, de início, a contrair dívidas que, posteriormente, reduziram-nos à ruína. Nos meados do século XIII, Tomás de Cantimpré conta que em sua paróquia natal o número de cavaleiros diminuiu de 60, que era em fins do século anterior, a um ou dois. Sem dúvida, isto é, tão somente, a confirmação local de um geral. A própria igreja foi atingida por isso. O Arcebispo de Ruão, Eudes Rigaud, descrevera na mesma época, a situação da maioria dos pequenos mosteiros da sua diocese como sobremaneira crítica (PIRENNE, 1982, p. 83).

Tanto os latifundiários leigos quanto os eclesiásticos resistiram melhor à crise abandonando, no todo ou em parte, a organização senhorial tradicional. Tal organização tornou-se inútil com o crescimento do comércio. No transcurso do século XII, em quase todas as partes, ela desapareceu. Da mesma forma, “os mosteiros das regiões desprovidas de vinhedos venderam os longínquos domínios que possuíam em regiões vinícolas. Uma vez que se podia adquirir vinho no mercado, do que servia continuar a produzi-lo com grandes gastos em sua terra?” (PIRENNE, 1982, p. 83). Diante desse cenário, os possuidores das terras mais sensatos buscavam aumentar suas rendas em dinheiro, “o que os induziu, como era natural, a suprimir ou a atenuar a servidão” (PIRENNE, 1982, p. 86).

Por numerosas que fossem, durante o século XII, as alforrias não puseram fim a existência da classe servil, como bem se sabe. Conquanto, esta não desaparecesse, perdia em grande parte o seu caráter primitivo. Os camponeses puderam eximir-se, mediante pagamento em dinheiro, das corvéias e dos censos de toda a espécie. Se os nomes antigos de mão-morta, de melhor *catel*, de *formariage*, se conservaram, às vezes, até fins do Antigo Regime, as realidades que designavam se suavizaram muito. Embora substituíssem, as corvéias já eram serviços bastante leves em comparação às obrigações que envolviam outrora. Em parte, algumas desapareceram as senhorias, mas, em todas, seu domínio sobre os homens diminuiu. (PIRENNE, 1982, p. 86, grifos do autor).

Grande parte dos camponeses libertados foi transformada em colonos que possuíam o solo. Entretanto, ao longo do século XIII, difunde-se o arrendamento a prazo nas regiões mais adiantadas. Um cenário onde “muitas ‘cortes’ antigas são alugadas a lavradores ricos” (PIRENNE, 1982, p. 87). Foi um período em que o abrandamento do regime senhorial mostrou-se proporcional ao desenvolvimento do

comércio. A influência deste nas cidades produziu uma expansão das atividades mercantis, que já tinham alcançado um nível internacional. Na Europa Ocidental, já se verificava o nascimento da manufatura.

Agora que o camponês podia encontrar numa cidade vizinha um mercado para seus produtos, “o desejo de poupança nasce-lhe ao mesmo tempo que o de lucro, e não existe melhor emprego das economias do que a aquisição de terras. Porém, a burguesia também se interessa por elas. Aos ricos mercadores das cidades oferecem a melhor inversão para os lucros que o seu comércio realiza” (PIRENNE, 1982, p. 89).

Todavia, é importante ressaltar que a revolução das condições econômicas da vida social não seguiu a mesma direção das mudanças correspondentes à estrutura política. Enquanto a sociedade se tornava cada vez mais burguesa, a ordem política ainda era feudal. As forças produtivas que se desenvolveram nessa fase histórica exigiam novas relações, relações burguesas propriamente ditas. Travada pelo Estado absolutista, a burguesia tratou de removê-lo, num processo que culminou na Revolução Burguesa<sup>12</sup>. Desse modo, encerra-se o antigo regime feudal, e entra em cena o desenvolvimento das novas forças produtivas. A partir desse colapso, criam-se as condições para a concretização histórica do modo de produção capitalista, “gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de mercadorias ocupa o centro da vida econômica”. (NETTO E BRAZ, 2012, p. 98).

Nesses termos, pode-se compreender que

O capitalismo é, por sua própria natureza, um sistema anárquico, em que as ‘leis’ do mercado ameaçam constantemente romper a ordem social. Ainda assim, provavelmente mais que qualquer outra ordem social, o capitalismo precisa de estabilidade e de previsibilidade nas suas organizações sociais. O Estado-nação ofereceu isso por meio de uma elaborada estrutura legal e institucional, apoiada pela força coercitiva, para sustentar as relações de propriedade do capitalismo, seu complexo aparelho contratual e suas intrínsecas transações financeiras. Foi assim desde os primeiros dias do capitalismo. Na Inglaterra do fim da era medieval e início da moderna surgiu um sistema de relações de propriedade que progressivamente submeteu os produtores e apropriadores aos imperativos de um mercado competitivo. (WOOD, 2014, p. 26).

---

<sup>12</sup> A Revolução Burguesa se constituiu numa época de revolução social. Inicia-se com uns grupos mercantis, tornando-se figuras centrais na economia, conformando-se numa nova classe social e constrói a sua hegemonia político-cultural, confrontando “a feudalidade, derrotando-a nos confrontos maiores de 1688/89 (Inglaterra) e 1789 (França)”. A tomada do poder político pela burguesia constituiu um desfecho de luta pelo “domínio da cultura e das ideias de um campo de batalha decisivo, como provam a Reforma protestante e a Ilustração”. Assim a burguesia conseguiu organizar o povo (o conjunto do Terceiro Estado) e lidera-lo com o fim do Antigo Regime. (NETTO E BRAZ, 2012, p. 87).

A forma capitalista de ser perpassa por um momento de acumulação primitiva. No século XVII há a luta dentro das corporações privilegiadas e a luta parlamentar contra o monopólio antigo. Sua fase madura remonta ao momento da Revolução Industrial, no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX. A importância dessa fase foi meramente econômica, uma vez que apresentou um reflexo dramático menos decisivo da política.

A Revolução Industrial representou a transição de um estágio inicial para um estágio maduro, que “com base na transformação técnica atinge seu próprio processo específico de produção apoiado na unidade de produção em larga escala e coletiva da fábrica”. Assim se dá “um divórcio final do produtor quanto à participação de que ainda dispunha nos meios de produção, estabelecendo-se uma relação simples e direta entre o capitalista e os assalariados” (DOBB, 1987, p. 28).

Sobre o modo de produção capitalista, na próxima seção apresentaremos os elementos históricos decisivos da acumulação primitiva do capital diante da cooperação manufatureira e o coroamento capitalista nos marcos da Revolução Industrial, a fim de situarmos as raízes materiais do desemprego. Agora, é necessário atentarmos para o processo de fragmentação do trabalho na ótica da valorização das mercadorias. Sabe-se que, nas sociedades de classe, a troca de excedentes somente se estabelece como troca de mercadorias quando a necessidade de produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si passa a se confrontar como mercadorias.

Com a produção de mercadoria, a generalização das trocas só é possível devido ao crescimento da divisão do trabalho no âmbito do trabalho social total e com o conjunto de valores de uso demandados pela sociedade através de formas complexas de trabalhos privados. Para ser mercadoria deve-se produzir valor de uso social transferido a outros homens por meio da relação de troca. Para a produção de mercadorias é necessária uma intensa divisão social do trabalho, em que os distintos trabalhos concretos são realizados por diversos produtores individuais, como condição para impulsionar o processo de troca entre vários produtores.

Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalho privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus

produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho, e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas.

É somente no interior da troca que “os produtos do trabalho adquirem uma objetividade de valor socialmente igual, separada de sua objetividade de uso sensivelmente distinta” (MARX, 2017, p. 148-149). O estabelecimento do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor “só se realiza na prática quando a troca já conquistou um alcance e uma importância suficientes para que se produzam coisas úteis destinadas à troca e, portanto, o caráter de valor das coisas passou a ser considerado no próprio ato de sua produção”. (MARX, 2017, p. 148-149). A partir desse momento,

Os trabalhos privados dos produtores assumem, de fato, um duplo caráter social. Por um lado, como trabalhos úteis determinados, eles têm de satisfazer uma determinada necessidade social e, desse modo, conservar a si mesmo como elos do trabalho total [...]. Por outro lado, eles só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores na medida em que cada trabalho privado e útil particular é permutável por qualquer outro tipo do trabalho privado e útil, ou seja, na medida em que um equivale ao outro. (MARX, 2017, p. 148-149)

A produção generalizada de mercadorias cria as bases hegemônicas da sociedade capitalista. À medida que se desenvolvem as forças produtivas, cresce a complexidade na produção de mercadorias demandadas pela satisfação de diferentes necessidades humanas. A divisão social do trabalho se intensifica “numa sociedade cujos produtos assumem genericamente a forma da mercadoria” (MARX, 2017, p. 120), numa sociedade que está diretamente atrelada à dinamização da produção de mercadorias e ao processo de trabalho contido na diversidade e potencialização das funções concernentes à produção do valor.

O valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho nela contido<sup>13</sup>. Para Marx (2017, p. 118-119), “uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. E esse é o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta, etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria”. Nesse processo, “quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria”. Nesse sentido, “para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. (E não somente para outrem)” (MARX, 2017, p. 120).

Marx (2017, p. 120) explica que no caso do “camponês medieval que produzia a talha para o senhor feudal e o dízimo para o padre, nem por isso a talha e o dízimo se tornavam mercadorias”. Para se tornar mercadoria, “é preciso que, por meio da troca, o produto seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso. Nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor”. Portanto, o valor de uso de toda mercadoria consiste numa “determinada atividade produtiva adequada a um fim, ou trabalho útil. Valores de uso não podem se confrontar como mercadorias se neles não residem trabalhos úteis qualitativamente diferentes”.

Nesse processo, podemos afirmar que a soma das forças de trabalho individuais distintas resulta na força do trabalho socialmente necessário, determinada pelo mercado para a dinamização do processo de trabalho vital ao sistema produtivo de capital. O tempo de trabalho socialmente necessário está vinculado à forma concreta do valor; “tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e de intensidade do trabalho” (MARX, 2017, p. 117).

Portanto, na sociedade capitalista,

---

<sup>13</sup> Cabe ressaltar que as mercadorias surgem no processo de trabalho “na forma de valores de uso ou corpos-mercadorias, como ferro, linho, trigo, etc. Essa é sua forma natural originária”. Entretanto, elas só são mercadorias porque são objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor. Por isso, “elas só aparecem como mercadorias ou só possuem a forma mercadoria na medida em que possuem esta dupla forma, a forma natural e a forma de valor”. (MARX, 2017, p. 124). Conforme o autor, “as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social”. Portanto, “é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias”. (MARX, 2017, p. 125).

a divisão social do trabalho torna tão unilateral quanto multilaterais suas necessidades. Exatamente, por isso, seu produto serve-lhe apenas de valor de troca. Mas o que ele pode obter é apenas a forma equivalente universal, socialmente válida, existente como dinheiro, e este encontra-se no bolso de outrem. Para apoderar-se do dinheiro, a mercadoria precisa, antes de mais nada, ser valor de uso para o possuidor do dinheiro, de modo que o trabalho nela despendido esteja incorporado numa forma socialmente útil ou se confirme como elo da divisão social do trabalho. (MARX, 2017, p. 180).

Nesse contexto, a divisão social do trabalho se intensifica junto às ocupações nas bases do capitalismo que se autonomizam em profissões. A divisão do trabalho no capitalismo passa a criar novas técnicas que irão contribuir para a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas. Cabe salientar que a técnica do trabalho se afirma com evidência cada vez maior na divisão do trabalho. Ou seja, o trabalho que funda a sociedade primitiva (quando os homens ainda tinham pouco domínio sobre a natureza, não existia a exploração do homem pelo homem e a teleologia ainda não estava a serviço da dominação) segue num curso dialeticamente contraditório ao se estabelecer, num determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, nas chamadas sociedades de classe. Estas, por sua vez, alcançam um ritmo de trabalho mais elevado no capitalismo, expresso numa divisão social do trabalho dominada pela tecnologia. O caminho de transição para efetivar o modo de produção especificamente capitalista é construído por uma acumulação primitiva de capital que nasce no seio da cooperação manufatureira, passa pela maquinaria e se generaliza na grande indústria burguesa.

O capital move a acumulação burguesa. Para compreender os elementos que deflagram a sua inserção no processo de fragmentação do trabalho e de valorização especificamente capitalista, é necessário apontarmos como o trabalho abstrato subordina o trabalho concreto, como o trabalho abstrato é a base para entender o desemprego. Somente no interior do sistema do capital é possível dispensar trabalhadores; nenhuma outra forma de sociedade dispensou trabalhadores.

O capital implica um desenvolvimento das forças produtivas não apenas para produzir valor, e valor que se valoriza (mais-valia), mas para operar uma economia substancial de tempo de trabalho mediante o desemprego, intensificando a produção e mediante a substituição de trabalhadores por máquinas. A divisão social do trabalho

deve ser inserida no debate sobre a necessidade de intensificar a produção para produzir mais-valia, conforme veremos a seguir.

### 2.3. A PRODUÇÃO DO MAIS-VALOR E O TRABALHO ABSTRATO

Vimos no primeiro item desta seção que, no processo de trabalho puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Quando tratamos do trabalho fundante do ser social, referimo-nos à apropriação individual de objetos naturais para fins de necessidades vitais, em que o próprio homem controla a si mesmo. Esse processo é descrito por Marx (2017, p. 577) como um sistema natural onde “cabeça e mão estão interligados”, sendo o processo de trabalho o fator que une o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Nas sociedades de classe, a divisão social do trabalho se intensifica e promove uma separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Nessa nova situação, “o produto, que antes era o produto direto do produtor individual, transforma-se num produto social, no produto comum de um trabalhador coletivo”, tendo em vista produzir mais-valia. Assim, o trabalho abstrato-alienado surge na forma de “um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto de trabalho” (MARX, 2017, p. 577).

Nessa direção, a sociedade burguesa madura converteu em trabalho abstrato toda transformação da natureza socialmente significativa. Como finalidade, o trabalho abstrato é a produção de mais-valia acima dos valores de uso necessários à vida dos homens. As necessidades humanas tornam-se submissas às necessidades do capital, sem cancelar o fator ontológico da existência do capital pela transformação da natureza para a produção dos meios de produção e de subsistência.

Nesses termos, o trabalho abstrato-alienado é a base para se entender o desemprego, uma vez que este nasce no eixo das contradições criadas pelo desenvolvimento das forças produtivas pelo capital que segue na produção de valor, e valor que se valoriza (mais-valia), que opera numa economia substancial de tempo de trabalho que intensifica a produção mediante a substituição de trabalhadores por máquinas.

Pelo processo de valoração, são estabelecidas as bases para o trabalho abstrato, sendo a mais-valia o fundamento ontológico do sistema do capital. O trabalho concreto é subordinado ao trabalho abstrato, uma vez que a produção de valor – pela mediação do tempo de trabalho socialmente necessário contido em cada mercadoria – serve de base para a mais-valia. O capitalista está interessado mesmo é na produção de mais-valia. Entender esses elementos no presente item é essencial para desvelarmos na próxima seção as bases objetivas que constituem o desemprego como mecanismo essencial para a ampliação da mais-valia produzida pelo trabalhador e apropriada pelo capitalista.

Por ora, comecemos esclarecendo a formação do valor da mercadoria como dinheiro e capital, para depois situarmos a sua manifestação sobre a estrutura produtiva do trabalho abstrato. Historicamente, “o capital, em seu confronto com a propriedade fundiária, assume inevitavelmente a forma dinheiro, da riqueza monetária, dos capitais comercial e usurário” (MARX, 2017, p. 223). Sua primeira forma de manifestação ocorre “no mercado, seja ele de mercadorias, de trabalho ou de dinheiro – como dinheiro, que deve ser transformado em capital mediante um processo determinado” (MARX, 2017, p. 223).

A transformação do dinheiro em capital ocorre no processo de circulação de mercadorias, onde mercadoria se converte em dinheiro e dinheiro em mercadoria – M-D-M; ou seja, vender para comprar. Mas, ao lado dessa forma de circulação, tem-se uma segunda forma de circulação, sobre a qual dinheiro se converte em mercadoria e mercadoria se reconverte em dinheiro – D-M-D; ou seja, comprar para vender. Conforme Marx (2017, p. 224), “o dinheiro que circula deste último modo transforma-se, torna-se capital e, segundo sua determinação, já é capital”.

A circulação simples de mercadorias ocorre em duas fases contrapostas: na primeira, a compra, quando “o dinheiro é convertido em mercadoria” e, na segunda, a venda, quando “a mercadoria volta a ser convertida em dinheiro” (MARX, 2017, p. 224). Nesse processo, “a circulação simples é aquela que começa com a venda e termina com a compra, ao passo que a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda” (MARX, 2017, p. 225). Na primeira, pode-se afirmar que “o ponto de partida e de chegada do movimento é a mercadoria; na segunda, é o dinheiro. Na primeira forma, o que medeia o curso inteiro da circulação é o dinheiro, na segunda, é a mercadoria” (MARX, 2017, p. 225). Nesse processo,

Dinheiro é justamente a figura transformada das mercadorias, nas quais estão apagados seus valores de uso específicos. Trocar \$100 por algodão e, em seguida, voltar a trocar esse mesmo algodão por \$100, ou seja, trocar dinheiro por dinheiro, o mesmo pelo mesmo, parece ser uma operação tão despropositada quanto absurda. Uma quantia de dinheiro só pode se diferenciar de outra quantia de dinheiro por sua grandeza. Assim, o processo D-M-D não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua distinção quantitativa. Ao final do processo, mais dinheiro é tirado da circulação do que nela fora lançado inicialmente. O algodão comprado por \$100 é revendido por \$100+\$10, ou por \$110. A forma completa desse processo é, portanto, a quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor. O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital. (MARX, 2017, p. 226-227).

Podemos então ressaltar que

A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido. Como portador consciente desse movimento, o possuidor de dinheiro se torna capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor- é a sua finalidade subjetiva, e é somente enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo de suas operações que ele funciona como capitalista ou capital personificado. (MARX, 2017, p. 228).

No processo de circulação em que o valor se autovaloriza, “capital é dinheiro, capital é mercadoria” (MARX, 2017, p. 230). O capitalista sabe que “toda mercadoria, por mais miserável que seja sua aparência, ou por pior que seja seu cheiro, é dinheiro” (MARX, 2017, p. 230). Ou seja, “o valor se torna, assim, valor em processo, dinheiro em processo, e como tal, capital. Ele sai da circulação, volta a entrar nela, conserva-se e multiplica-se em seu percurso, sai da circulação aumentado e começa o mesmo ciclo novamente” (MARX, 2017, p. 231). Trata-se de um processo no qual dinheiro é mercadoria e mercadoria é dinheiro; ou seja, dinheiro que cria dinheiro. Para o autor,

Comprar para vender, ou mais acuradamente, comprar para vender

mais caro, parece ser apenas um tipo de capital, a forma própria do capital comercial. Mas também o capital industrial é dinheiro que se transforma em mercadoria, retransforma-se em mais dinheiro. Eventos que ocorrem entre a compra e a venda, fora da esfera da circulação não alteram em nada essa forma de movimento. Por fim, no capital a juros, a circulação D-M-D' aparece abreviada, de modo que seu resultado se apresenta sem a mediação, ou dito em estilo lapidar, como D-D', dinheiro que é igual a mais dinheiro, ou valor que é mais que ele mesmo. (MARX, 2017, p. 231).

A mudança do valor do dinheiro destinado a se transformar em capital tende a ocorrer “na mercadoria, que é comprada no primeiro ato D-M, porém, não em seu valor, pois equivalentes são trocados e a mercadoria é paga pelo seu valor pleno” (MARX, 2017, p. 242). Assim, “a mudança só pode provir de seu valor de uso como tal, isto é, de seu consumo” (MARX, 2017, p. 242). Para poder extrair o valor do consumo de uma mercadoria

Nosso possuidor do dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica de trabalho ou força de trabalho<sup>14</sup> (MARX, 2017, p. 242).

A força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado quando “ela é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho” (MARX, 2017, p. 242). O capital surge nessa relação quando “o possuidor de meios de produção e de meios de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho” (MARX, 2017, p. 245). Nessa relação o capital anuncia, desde suas origens, uma nova etapa no processo social de produção. Assim como em todas as mercadorias, a força de trabalho também tem um determinado valor. Conforme o autor,

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção –

---

<sup>14</sup> “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. (MARX, 2017, p. 242).

e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para a sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. (MARX, 2017, p. 245).

O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma quantidade determinada de meios de subsistência e “varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, isto é, de acordo com a magnitude do tempo de trabalho requerido para a sua produção” (MARX, 2017, p. 247). O capital social é constituído por um montante de capital constante (meios de produção) e de capital variável (força de trabalho)<sup>15</sup>,

A parte do capital constituída em força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomina-o, por isso, parte variável do capital, ou, mais sucintamente, capital variável. Os mesmos componentes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho, distinguem-se como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, distinguem-se, do ponto de vista do processo de valoração, como capital constante e capital variável (MARX, 2017, p. 286).

Nessa direção, pode-se entender que o trabalhador durante uma parte de seu processo de trabalho produz apenas o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios necessários à sua sobrevivência. Produzindo sob as condições de uma divisão social do trabalho, ele produz seus meios de subsistência na forma de uma mercadoria particular. Assim, “a parte da jornada de trabalho de que ele necessita para isso pode ser maior ou menor a depender do valor de seus meios de subsistência médios ou, o que é o mesmo, do tempo médio do trabalho diário requerido para a sua

---

<sup>15</sup> sobre esse aspecto, faremos uma melhor exposição na próxima sessão, ao discutirmos a lei geral de acumulação de capital.

produção<sup>16</sup>” (MARX, 2017, p. 292).

Vimos até o momento que o processo de produção, imbricado à unidade dos processos de trabalho e de formação do valor, é um processo de produção de mercadorias. Como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele se torna processo de produção capitalista, cuja mercadoria se transforma em capital. Passemos agora a analisar o que diferencia as várias formações econômicas da sociedade capitalista e como a processualidade acumulativa de capital está condicionada a uma forma abstrata de trabalho no capitalismo, na qual o trabalho é “apenas a forma como esse mais-trabalho é extraído do produtor imediato, do trabalhador” (MARX, 2017, p. 293).

Para Marx (2017, p. 406), “o motivo que impulsiona e a finalidade que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valor e, portanto, a máxima exploração possível da força de trabalho pelo capitalista”. Nesses termos, a cooperação que emerge da Revolução Industrial é uma força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social e, portanto, uma força produtiva do capital. Essa força social do trabalho na produção “desenvolve-se gratuitamente tão logo os trabalhadores são colocados sob determinadas condições, e o capital os coloca sob essas condições”. É sabido que “a força produtiva social do trabalho não custa nada ao capital e, por outro lado, não é desenvolvida pelo trabalhador antes que seu próprio trabalho pertença ao capital”.

Conforme expusemos no início do item anterior, nas sociedades primitivas não se conhecia a exploração do homem pelo homem, pois este, como trabalhador, controlava a si mesmo no processo de trabalho. Quando surgem as sociedades de classe, mais precisamente na sociedade capitalista, essa situação muda, aumentando o esforço desse trabalhador, pois além da intensificação da exploração de sua jornada de trabalho, há também uma alteração ontológica sobre a sua relação com o trabalho: com o trabalho abstrato não desaparece o trabalho fundante. Sem deixar de ser a categoria fundante do mundo dos homens, o trabalho se converte em trabalho

---

<sup>16</sup> Na superfície da sociedade burguesa, “o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, como determinada quantidade de dinheiro paga por determinada forma de trabalho” (MARX, 2017, p. 605). O valor do trabalho e sua expressão monetária oscilam acima ou abaixo, conforme as necessidades da acumulação de capital. Ela ocorre através de um contrato de trabalho entre capitalistas e trabalhadores no mercado, conforme veremos na lei Geral da Acumulação Capitalista exposta no próximo capítulo.

abstrato. As forças vitais do próprio trabalhador tornam-se exploradas pela potência da classe dominante. A subordinação cada vez mais intensa e dura do corpo e da vontade do trabalhador na execução da produção capitalista torna-se a mediação pela qual se estabelece a alienação do trabalhador.

Entre todas as sociedades de classe, há uma particularidade dessa situação no modo de produção capitalista. Segundo Marx (2017, p. 406), “com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital se converte num requisito para a consecução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção”. Nesse processo, há uma crescente necessidade por funções de controle e por pessoal especializado para executá-las. Isto porque é inevitável o antagonismo entre capital e trabalho, uma vez que cresce a massa de trabalhadores e sua resistência mediante a pressão do capital pelo volume exigido dos meios de produção no processo produtivo e pelo controle que exerce sobre o trabalho para a sua adequada utilização.

Essa subordinação técnica do operário ao andamento do meio de trabalho “e a composição peculiar do corpo de trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos mais diversos níveis etários geram uma disciplina de caserna, que evolui para um regime fabril completo, e desenvolve inteiramente o trabalho de supervisão”. Ao mesmo tempo, ela estabelece uma “divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e capatazes, em soldados rasos da indústria e suboficiais industriais” (MARX, 2017, p. 496). A partir disso, como mero efeito do capital ao utilizá-los simultaneamente, realiza-se a cooperação dos assalariados numa conexão em que as suas funções de trabalho subordinam-se aos interesses capitalistas.

Nas palavras de Marx,

Com o desenvolvimento da cooperação em escala ampliada, esse despotismo desenvolve suas formas próprias. Assim como o capitalista é inicialmente emancipado do trabalho manual tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima com a qual tem início a produção verdadeiramente capitalista, agora ele transfere a função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores individuais e dos grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados. (MARX, 2017, p. 407).

Na especificidade do trabalho capitalista,

O produto, que antes era o produto direto do produtor individual, transforma-se num produto social, no produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto de trabalho. Desse modo, a ampliação do caráter da cooperação do próprio processo de trabalho é necessariamente acompanhada da ampliação do conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções. (MARX, 2017, p. 577).

Surge então a categoria do trabalho coletivo, ampliando-se o conceito de trabalho produtivo. Trabalho produtivo e trabalho coletivo passam a ser categorias que se interpenetram, pois, para trabalhar produtivamente, basta ser órgão do trabalhador coletivo. Observa-se que se amplia o conceito de trabalho produtivo e trabalhador produtivo, sendo o trabalhador coletivo composto pelos trabalhadores produtivos em um contexto em que a divisão de trabalho provocou uma cisão entre trabalho manual e intelectual, entre campo e cidade<sup>17</sup>, num processo histórico de controle da força de trabalho.

Na particularidade da sociedade capitalista, em sua fase madura de produção, o trabalhador coletivo tem como função atender ao trabalho produtivo, convertendo a natureza nos meios de produção e de subsistência para a reprodução social. Esse trabalhador coletivo, composto por trabalhadores produtivos, exerce, enquanto totalidade, uma troca orgânica com a natureza, mas para que a função social de converter a natureza nos meios de produção e subsistência indispensáveis à sociedade capitalista seja realizada, o trabalhador coletivo precisa incorporar “um nível de divisão social do trabalho que o torna internamente heterogêneo” (LESSA, 2007, p.152). No trabalhador coletivo encontramos assim um trabalho produtivo de alguns de seus membros internos que não é mais idêntico ao trabalho original; com isso o trabalhador coletivo torna-se uma totalidade heterogênea.

Considerando de maneira isolada a atividade de cada membro do trabalhador coletivo, encontramos tanto o trabalho como intercâmbio orgânico com a natureza, quanto trabalhadores que atuam em outras atividades. Essa ampliação do trabalho produtivo somente foi possível porque o trabalhador, que antes controlava a si mesmo, passa agora a ser controlado. Tal ampliação do trabalho produtivo para além das

---

<sup>17</sup> A respeito desse processo, ver a próxima seção, sobre a acumulação primitiva do capitalismo.

atividades do intercâmbio orgânico do homem com a natureza é, por assim dizer, um estreitamento dele. Ele se estreita porque não basta produzir mercadoria, tem de produzir mais-valia. Conforme Marx (2017, p. 578):

O conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.

Enquanto o trabalho é “condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 2017, p. 261), o trabalho produtivo “não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais valia”. Este último encerra “uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital” (MARX, 2017, p. 578).

Para controlar a força combinada dos trabalhadores, surge uma espécie particular de trabalhadores assalariados, como expressão da oposição entre o trabalho intelectual e o manual. O superintendente controla de forma imediata e direta o processo de trabalho para o capital, no intuito de elevar a produtividade decorrente da cooperação. Essa relação de controle sob a forma de assalariamento, que em outras situações caberia apenas ao capitalista, possui formas variadas e vantajosas para a extração de mais-valia. Essa relação de assalariamento insere-se de diferentes formas na estrutura produtiva da sociedade burguesa.

Desde os técnicos, engenheiros, administradores que se localizam no interior ou nas proximidades dos locais de trabalho, até os inspetores do Estado encarregados da aplicação da legislação trabalhista e fiscalização das condições de trabalho. Este corpo de inimigos do trabalho manual é em si muito variado tanto nas suas funções específicas, como também no seu rendimento e nas suas inserções sociais. (LESSA, 2007, p.162).

Também, essa relação de assalariamento se insere de diferentes formas na estrutura produtiva da sociedade burguesa. Faz parte desse conjunto de trabalhadores

O trabalhador coletivo, os trabalhadores que são 'supervisores do trabalho', os trabalhadores manuais que não são parte do trabalhador coletivo (os camponeses e os artesãos, por exemplo), e os trabalhadores intelectuais que não são encarregados da 'superintendência' (professores, jornalistas, etc.), além dos executivos, administradores com elevados postos na hierarquia das empresas, etc. (LESSA, 2007, p.162).

Em Marx (2017, p. 690), é "proletário apenas o assalariado que produz e valoriza capital". Enquanto o proletário produz e, ao mesmo tempo, valoriza capital, o assalariado que não é um proletário, quando produtivo, não produz capital, "apenas serve de autovalorização de capital". Nesses termos, o proletário é a única classe da sociedade burguesa que produz o conteúdo da riqueza material, que produz o capital. Ela é a única classe que exerce a função social de transformar a natureza em bens de uso para produção e subsistência. Como parte dos trabalhadores produtivos, ela é a única que produz capital, produz toda riqueza social, o capital social total. Isso porque,

O proletariado é a classe revolucionária por excelência: é a única classe que vive do 'conteúdo material da riqueza' produzida pelo seu trabalho. Suas condições de vida e trabalho não decorrem, nem direta, nem indiretamente, da exploração de uma outra classe social. (LESSA, 2007, p.181).

#### A inserção da burguesia na estrutura produtiva estabelece

Uma manutenção das alienações sempre pela afirmação de um patamar superior de valorização do próprio capital. Como a constituição da burguesia enquanto classe revolucionária é um processo histórico já realizado (diferente do que ocorre com a potencialidade revolucionária do proletariado), sua atuação limita-se a buscar novas formas de reprodução do capital. (LESSA, 2007, p.182).

Em cada momento histórico, o ser das classes não decorre direta e imediatamente da estrutura econômica, nem as determinações materiais são exauridas mediante as variadas posições político-ideológicas. As contradições e dissoluções aclamadas pelos processos de alienação da sociedade burguesa trazem

para proletários e assalariados não proletários uma identidade importante: ambos são assalariados explorados pelo capital.

Essa estrutura do trabalho na produção capitalista nos leva à necessidade de conhecer o cenário produtivo da maquinaria e da grande indústria. Entender os elementos aqui situados é de fundamental importância para inseri-los na objetividade histórica que brota às margens da acumulação primitiva capitalista e que se desenvolve no cerne da Revolução Industrial, atingindo contraditoriamente os meios de trabalho e de subsistência da classe trabalhadora em seu conjunto. No capitalismo, onde as forças produtivas atingem uma autossuficiência econômica, a essência da acumulação de capital restringe a distribuição da riqueza material diante da propriedade privada e do antagonismo de classes. Caracterizada por um momento de grande progresso em termos econômicos e técnicos, a maquinaria inicia a verdadeira e própria divisão social do trabalho determinada pela tecnologia.

Tendo em vista que a técnica é sempre apenas derivada do desenvolvimento das forças produtivas, antes de tudo dos seres humanos (do trabalho), das relações entre seres humanos (divisão de trabalho, estratificação em classes) da mesma forma, as categorias especificamente militares, como tática e estratégia, não derivam da técnica, mas das mudanças que intervêm nas relações econômico-sociais fundamentais entre os homens (LUKÁCS, 2018). Desse modo, aquele período em que a técnica estava a serviço do homem ficou para trás; surge no capitalismo um processo de reificação do homem nas suas relações de trabalho, em que a técnica passa a dominá-lo. Sua força de trabalho torna-se mercadoria, e os trabalhadores sofrem constantes processos de exploração. Os efeitos da lei geral da acumulação capitalista são lançados sobre a classe trabalhadora, que passa a sofrer com desemprego, subemprego, precarização, entre as mais degradantes formas de vida e de trabalho gerados nas grandes indústrias da burguesia.

O trabalho na base capitalista de produção submete o homem ao fetichismo da técnica, uma vez que sua força de trabalho nada mais é do que uma peça a mais na engrenagem. A força de trabalho como uma forma-mercadoria surge nos moldes das ilusões do sistema monetário movido pelo capitalismo. O trabalhador está no cerne das relações sociais de produção burguesa, ele atua “na forma de coisas naturais dotadas de estranhas propriedades sociais” (MARX, 2017, p. 157), propriedades estranhas que atingem um “caráter fetichista do mundo das mercadorias” (MARX, 2017, p. 148).

Sobre os mecanismos que dão objetividade a esse processo, a cooperação manufatureira, a maquinaria e a grande indústria representam o cenário da produção capitalista onde a força de trabalho humana cristaliza-se como mercadoria valiosa para efetivar o caráter expansivo e sempre crescente da acumulação de capital por um lado, e de desumanizações por outro, nas mesmas proporções ascendentes.

As raízes materiais do desemprego surgem nesse processo. Para conhecer como estão estruturadas e como fundam o desemprego, é imprescindível atentar para o conteúdo da próxima seção.

### 3. BASES OBJETIVAS DO DESEMPREGO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Vimos anteriormente que o trabalho é o fundamento do ser social. A reprodução social parte da universalização do trabalho para a efetivação do mundo dos homens. Nessa direção desenvolvem-se as forças produtivas de produção, que, numa trajetória dialeticamente contraditória, aliena o trabalho e o condiciona não mais para o atendimento das necessidades prioritariamente sociais, mas para uma necessidade essencialmente econômica, a favor da acumulação de capital para a burguesia.

O trabalho concreto comparece em todas as sociedades de classe, mas assume novos corolários na produção essencialmente capitalista. No capitalismo, o processo de trabalho passa a ser regido segundo o imperativo da valorização e da produção de mais-valor. O substrato essencial do sistema do capital está no cerne da teoria do valor e da mais-valia. Partindo desse entendimento, torna-se possível trazer os processos históricos que objetivam a constituição do desemprego no capitalismo maduro.

No modo de produção capitalista, o trabalho concreto se distingue do trabalho abstrato e as categorias do trabalho produtivo e improdutivo de mais-valia se entrelaçam, incorporando as profissões recém-chegadas. Estas surgem diante de uma acumulação primitiva capitalista expressa na trajetória histórica da cooperação manufatureira, da maquinaria e da grande indústria, onde a lei geral de acumulação burguesa se movimenta nos contornos da produção, efetivando o modo de ser especificamente capitalista. Assim, a composição orgânica do capital é movida para expandir a produção; nesse processo, as contradições são reforçadas no interior do capitalismo.

As bases objetivas que surgem na configuração da relação entre capital e trabalho geram, como efeito, um exército industrial de reserva e uma superpopulação relativa no cenário das grandes cidades inglesas do século XIX. O desemprego tem como base fundamental a economia de tempo de trabalho para o capitalista e, desse modo, a ampliação da mais-valia. O crescimento do exército industrial de reserva é o mecanismo que o capital constitui para obstar seus processos de crise, pois consegue rebaixar o valor da força de trabalho e dos salários no contexto da tendência da queda da taxa de lucro do capitalista.

O cenário de transitoriedade histórica da burguesia onde o capital concorrencial atinge a base monopolista é movido por uma centralização e concentração de capitais cada vez mais contidas nas mãos de poucos capitalistas. Esse movimento é impulsionado pela Revolução Industrial, que expande a produção e atinge a multiplicidade do capital financeiro no plano mundial. Nesse processo, as forças produtivas são delineadas e reestruturadas a serviço da acumulação ascendente de capital. Por conseguinte, crescem as contradições junto às crises cíclicas, inclusive o desemprego, que alcança uma dimensão global.

A lei geral da acumulação capitalista se materializa mediante uma ampliação exacerbada da exploração do capital sobre a força de trabalho. Para o sistema de acumulação ser efetivado, é necessário um ciclo de reestruturação constante na base produtiva a fim de melhor adequar as crises em ganhos econômicos por lucros.

O objetivo desta seção é expor os elementos da composição orgânica do capital em funcionamento na estrutura produtiva capitalista, cujo movimento e cuja processualidade demarcam as bases materiais que fundam o desemprego no plano mundial.

### 3.1. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E O MODO DE SER ESPECIFICAMENTE CAPITALISTA: a divisão do trabalho na cooperação manufatureira, maquinaria e grande indústria e o processo de produção da mais-valia absoluta e relativa.

A fragmentação do processo de trabalho na sociedade capitalista está diretamente relacionada com a complexidade e o desenvolvimento da divisão social do trabalho devido a exigências demandadas pela produção de mercadorias. Cabe salientar que enquanto a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, mediada ou não pela troca de mercadorias, pode ser encontrada nas mais diversas formações socioeconômicas, “a divisão manufatureira do trabalho é uma criação absolutamente específica do modo de produção capitalista” (MARX, 2017, p. 433). Como a produção e a circulação de mercadorias é o pressuposto geral do modo de produção capitalista, “a divisão manufatureira do trabalho requer uma divisão do trabalho amadurecida até certo grau de desenvolvimento no interior da sociedade” (MARX, 2017, p. 427).

Para se chegar a esse amadurecimento, o processo de trabalho social pela cooperação<sup>18</sup> “torna-se uma condição material para a transformação de inúmeros processos de trabalhos individuais” (MARX, 2017, p. 404), uma vez que “a produção capitalista só começa, de fato, “quando o mesmo capital individual emprega simultaneamente um número maior de trabalhadores; quando, portanto, o processo de trabalho aumenta seu volume e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes” (MARX, 2017, p. 397). Portanto, no capitalismo a cooperação se torna uma condição material do desenvolvimento da riqueza ao fundar as bases do processo de trabalho especificamente capitalista. Para este autor,

Com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital se converte num requisito para a consecução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção. O comando do capitalista no campo da produção torna-se agora tão imprescindível quanto o comando do general no campo de batalha. (MARX, 2017, p. 406).

Sabe-se que todo trabalho requer uma direção, porém, no capitalismo, a direção está para além do domínio do trabalhador<sup>19</sup>. O capital tem a função de dirigir o processo social no capitalismo, daí o trabalho subordinado ao capital tornar-se cooperativo, com características específicas. Inicialmente, há divisão entre quem executa o trabalho manual e os que direcionam o processo de trabalho intelectual. Nesse processo, “como cooperadores, membros de um organismo laborativo, eles

---

<sup>18</sup> É importante também denotar que a divisão social do trabalho pode existir como organismo de produção em que se desenvolve simultaneamente ao processo de trabalho. Como organismo produtivo, a divisão social do trabalho é parte constitutiva da produção, almejando atender as necessidades comuns a um determinado grupo social. Nesse processo, os homens se relacionam estabelecendo entre si um processo de trabalho representando uma forma especificamente humana de cooperação. Segundo MARX (2017, p. 404-405), “a jornada de trabalho combinada obtém essa força produtiva mais elevada por meio da intensificação da potência mecânica do trabalho, ou pela expansão de sua escala espacial de atuação, ou pelo estreitamento da área de produção em relação à escala da produção, ou porque, no momento crítico, ela mobiliza muito trabalho em pouco tempo, ou desperta a concorrência entre os indivíduos e excita seus espíritos vitais (*Lebensgeist*), ou imprime às operações semelhantes de muitos indivíduos a marca da continuidade e da multiplicidade, ou executa diversas operações simultâneas, ou economiza os meios de produção por meio de seu uso coletivo, ou confere ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio – de qualquer forma a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social”.

<sup>19</sup> Essa organização se mantém num processo de alienação onde o capital passa a controlar as potências produtivas do próprio trabalho, num estágio mais desenvolvido da divisão do trabalho para atendimento da extração de mais-valia. Essa organização requer o desenvolvimento de funções de controle, dando origem a uma espécie particular de trabalhador assalariado durante o processo de trabalho que comandam em nome do capital.

próprios não são mais do que um modo de existência específico do capital. A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, assim, força produtiva de capital” (MARX, 2017, p. 408).

Os trabalhadores desprovidos dos meios de produção passam a ser dependentes dos capitalistas, uma vez que sua única forma de sobrevivência foi-lhes retirada, sobrando-lhes apenas a venda de sua força de trabalho para seu empregador, o burguês. Nas palavras do autor, “proprietário de sua força de trabalho é o trabalhador, enquanto como vendedor da mesma mercadoria com o capitalista, e ele só pode vender o que possui: sua força de trabalho individual isolada” (MARX, 1983, p. 408). Anteriormente à sociedade capitalista, o trabalhador produzia a partir de uma relação de dominação direta; já no capitalismo, o trabalhador está “livre” para vender o que lhe resta como alternativa de subsistência: sua força de trabalho por um salário.

A cooperação capitalista aparece como uma forma histórica específica da cooperação. Seu ponto de partida é o trabalho abstrato, regido por inúmeros trabalhadores simultaneamente controlados por um mesmo capital. Através dela o capital faz os trabalhadores executarem seus trabalhos de forma combinada e se organizarem a partir da concentração dos meios de produção pertencentes apenas ao capitalista.

O progresso ascendente da produtividade burguesa modificou o antigo cenário feudal explicitado nas pequenas propriedades rurais inglesas em grandes cidades e centros industriais urbanos<sup>20</sup>. Na Idade Média, o processo de divisão social do trabalho predominantemente familiar, destinado à produção para consumo, passa a ser substituído pelo sistema de corporações, integrando na produção os chamados mestres, artesãos e ajudantes, todos donos da matéria e ferramentas do trabalho. Estes trabalhadores não necessitavam vender sua força de trabalho, apenas o produto do seu trabalho.

À medida que a demanda crescia, o sistema doméstico entrava em cena. Do século XVI ao século XVIII, tal sistema era regido pela produção doméstica do

---

<sup>20</sup> Para compreendermos o berço da acumulação primitiva vinculada à cooperação manufatureira, maquinaria e seu coroamento na sociedade especificamente capitalista, com a grande indústria, torna-se necessário retomarmos algumas questões que já expusemos na seção anterior. De forma simplória, resgatamos em Huberman alguns elementos históricos para retomar os processos evolutivos de transição nas formas de trabalho que culminaram no assalariado.

chamado mestre artesão e ajudante, porém, ao contrário do sistema anterior, eles não eram independentes – eram apenas tarefeiros assalariados: tinham a ferramenta, mas dependiam da matéria de um intermediário ao consumidor. Com o passar dos anos, surge o sistema fabril liderando o espaço produtivo em edifícios cujo dono é um empregador que se apodera também de todas as ferramentas e da matéria a ser trabalhada. O trabalhador nesse sistema é destituído de todas as ferramentas e matérias para executar seu trabalho, tendo como meio de sobrevivência a venda de sua força de trabalho em troca de um salário do seu empregador. Nesse cenário, cabe lembrar que

Os artesãos independentes da Idade Média tendem a desaparecer, e em seu lugar surgem os assalariados, que cada vez dependem mais do capitalista-mercador-intermediário-empREENDEDOR. É útil fazermos um sumário das fases sucessivas da organização industrial: 1. Sistema familiar: os membros de uma família produzem artigos para seu consumo, e não para a venda. O trabalho não se fazia com o objetivo de atender ao mercado. Princípio da Idade Média. 2. Sistema de corporações: produção realizada por mestres artesãos independentes, com dois ou três empregados, para o mercado, pequeno e estável. Os trabalhadores eram donos tanto da matéria-prima que utilizavam como das ferramentas com que trabalhavam. Não vendiam o trabalho, mas o produto do trabalho. Durante toda a Idade Média. 3. Sistema doméstico: produção realizada em casa para um mercado em crescimento, pelo mestre artesão com ajudantes, tal como no sistema de corporações. Com uma diferença importante: os mestres já não eram independentes; tinham ainda a propriedade privada dos instrumentos de trabalho, mas dependiam, para a matéria-prima, de um empreendedor que se interpusera entre eles e o consumidor. Passaram a ser simplesmente tarefeiros assalariados. Do século XVI ao XVIII. (HUBERMAN, 2011, p. 115),

Do século XIX aos dias atuais, o sistema fabril se caracterizou por ter uma

Produção voltada para um mercado cada vez maior e oscilante, realizada fora de casa, nos edifícios do empregador e sob rigorosa supervisão. Os trabalhadores perderam completamente sua independência. Não possuía a matéria-prima, como ocorria no sistema de corporações, nem os instrumentos, tal como no sistema doméstico. A habilidade deixou de ser tão importante como antes, devido ao maior uso de máquinas. O capital tornou-se mais necessário do que nunca. (HEBERMAN, 2011, p. 115).

As formas de trabalho especificamente feudais foram transformadas para que o processo histórico da acumulação primitiva capitalista se efetivasse. No período de

transição entre a decadência do sistema feudal e a ascensão burguesa, surge um processo violento de expropriação dos trabalhadores autônomos e individuais, que resultou na transformação da propriedade privada obtida com o próprio trabalho do trabalhador em propriedade privada do capital. A burguesia trouxe uma inovação no cenário produtivo por meio da construção de grandes cidades industriais, momento em que a habilidade manual passou a ser substituída pelas máquinas. Em regiões ainda rurais, a propriedade privada do capital também passou a estabelecer uma grande expropriação da força de trabalho do campesinato das terras, dando-lhes trabalho na indústria dos grandes centros urbanos em troca de um salário para sobrevivência.

Conforme Marx (2017, p. 787),

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o sistema.

Na particularidade da Inglaterra, na segunda metade do século XIV, Marx (2017, p. 768) evidencia que a servidão já havia praticamente desaparecido. No século XV, a maioria da população tornou-se “camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse o rótulo feudal a encobrir sua propriedade”. Neste cenário,

O prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais [...]. A velha nobreza feudal fora aniquilada pelas grandes guerras feudais, a nova nobreza era uma filha da sua época, para a qual o dinheiro era o poder de todos os poderes. Sua divisa era, por isso, transformar as terras de lavouras em pastagens de ovelhas. (MARX, 2017, p. 790).

A expropriação dos pequenos camponeses de suas terras significou uma ruína do campo; suas habitações foram demolidas ou abandonadas à ruína. Como uma

necessidade do capital de ampliar a extensão do processo de trabalho e fornecer seus produtos numa escala crescente, a acumulação primitiva do capital passou a requerer um número cada vez maior de trabalhadores ocupando a produção. Com os camponeses e trabalhadores livres para aceitar as novas relações de trabalho, surge um número cada vez maior de trabalhadores na produção. Esta, por sua vez, era realizada de forma simultânea e no mesmo lugar era produzida a mesma espécie de mercadoria sob a ordem do mesmo capitalista. Denominadas de período manufatureiro, tais relações de produção entram em cena envolvendo muitos trabalhadores que planejadamente trabalham lado a lado, no mesmo processo da produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos.

Para Marx (2017, p. 434), na manufatura

O corpo de trabalho em funcionamento é uma forma de existência do capital. O mecanismo social de produção integrado por muitos trabalhadores parciais individuais pertence ao capitalista. Por isso, a força produtiva que nasce da combinação dos trabalhos, aparece como força produtiva do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente, como também cria uma estrutura hierárquica entre os próprios trabalhadores.

Assim, a manufatura amplia a oficina do mestre artesão, embora esta forma de produzir seja muito similar em seus primórdios à indústria artesanal das corporações. A propriedade privada capitalista teve no processo de cooperação a condição necessária para dar início ao seu progresso na base industrial. A cooperação manufatureira como uma forma de organização específica do sistema produtivo burguês transformou o processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo dos pequenos mestres artesãos em força de trabalho disponível ao capital. Esse cenário torna-se o ponto de partida da produção capitalista pela sua similaridade à indústria artesanal das corporações, tendo apenas como diferença um maior número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital.

Vários fatores decorrentes do trabalho em cooperação foram decisivos para revolucionar o padrão de produção manufatureiro. Entre eles podemos citar o aumento da potência das forças mecânicas do trabalho; o estreitamento do espaço produtivo em relação à escala da produção; a mobilização de muito trabalho em pouco

tempo; a execução de diversas operações ao mesmo tempo, bem como a economia dos meios de produção mediante seu uso coletivo.

Com esses elementos conjugados, o capitalista passou a dispor de certo capital inicial que, por meio da produção de mais-valia, assegurou a transformação do pequeno patrão em capitalista e estabeleceu o capital como relação social. Este capital inicial tornou-se a condição material para transformar os processos de trabalhos individuais num processo de trabalho social combinado. Assim, por meio da cooperação de muitos trabalhadores assalariados, as ordens capitalistas tornam-se agora indispensáveis para a execução do próprio processo de trabalho.

Na cooperação manufatureira, cristalizam-se os processos ascendentes de exploração sobre a força de trabalho ocupada e o antagonismo de classes existentes entre capital e trabalho. O controle e a vigilância sobre a força de trabalho tornam-se evidentes quando gerentes e administradores de diversos níveis exercem o comando em nome do capital sobre a força de trabalho ativa. Como um sistema produtivo que necessita obter um maior crescimento possível de capital, nessa fase o capitalismo reproduz mais-valia em escala cada vez mais ascendente por meio da produção de mais-valia absoluta, com base na ampliação do número de trabalhadores ocupados e pela efetivação da jornada coletiva e simultânea de trabalho, ao invés da jornada individual. Portanto, “a lei geral de valorização só se realiza plenamente para o produtor individual quando ele produz como capitalista, emprega muitos trabalhadores simultaneamente e, desse modo, põe em movimento, desde o início, trabalho social médio” (MARX, 2017, p. 399).

A fim de preservar a base técnica na cooperação, grandes transformações ocorrem nas condições objetivas do processo de trabalho com a introdução de um elevado número de trabalhadores na produção. Essa enorme gama de trabalhadores no mesmo espaço produtivo propicia um consumo comum dos meios de produção, gerando assim economia de trabalho morto. Conforme Marx, os meios de produção coletivos e concentrados entram no processo de produção com um valor relativamente menor, embora seja absolutamente maior, considerando sua escala de produção. Vejamos:

Mas como a produção de uma oficina para vinte pessoas custa menos trabalho do que a produção de dez oficinas para cada duas pessoas, o valor dos meios de produção coletivos e massivamente concentrados não aumenta, em geral, na proporção de seu volume e efeito útil. [...] uma dúzia de indivíduos forneça, numa jornada de trabalho

simultânea de 144 horas, um produto total muito maior que o de doze trabalhadores isolados (MARX, 2017, p. 401-402).

Como um salto qualitativo no desenvolvimento produtivo de capital, a Revolução Industrial surge no século XVIII através da produção mecanizada em substituição à cooperação manufatureira. Na manufatura, “o revolucionamento do modo de produção começa com a força de trabalho”. Na grande indústria, tal revolucionamento surge “com o meio de trabalho” (MARX, 2017, p. 445). É importante analisarmos como o meio de trabalho é transferido de ferramentas para máquinas e como as máquinas diferem do modelo artesanal. De forma universal, Marx nos traz estes elementos característicos essenciais:

A máquina motriz atua como força motora de todo o mecanismo. Ela produz a sua própria força motriz, como a máquina a vapor, a máquina calórica, a máquina eletromagnética, etc., ou recebe o impulso de uma força natural já pronta fora dela, como a roda d'água, o da queda d'água, as pás do moinho, o do vento etc. O mecanismo de transmissão, composto de volantes, eixos, rodas dentadas, rodas piões, barras, cabos, correias, dispositivos intermediários e caixas de mudanças das mais variadas espécies, regula o movimento, modifica, onde necessário, sua forma, por exemplo, de perpendicular em circular, o distribui e transmite para a máquina-ferramenta. Essas duas partes do mecanismo só existem para transmitir o movimento à máquina-ferramenta, por meio do qual ela só apodera do objeto do trabalho e modifica-o de acordo com a finalidade. É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que se origina a revolução industrial do século XVIII. Ela constitui ainda todo dia o ponto de partida, sempre que artesanato ou manufatura passam à produção mecanizada. (MARX, 2017, p. 447).

A máquina-ferramenta ou máquina de trabalho reaparece de forma modificada como ferramenta de um mecanismo ou ferramentas mecânicas, “que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes”. Nesse processo, a própria ferramenta é transferida do homem para um mecanismo, uma máquina no lugar de uma mera ferramenta surge e a diferença salta logo à vista: “o número de instrumentos de trabalho com que o homem pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus próprios órgãos corpóreos”. (MARX, 2017, p. 448). Assim, com o desenvolvimento dos

instrumentos de trabalho pela máquina, as ferramentas naturais do homem tornaram-se limitadas.

A Revolução Industrial movida por um sistema complexo que envolve um sistema de máquinas (força motriz, sistema de transmissão de máquinas) “substituiu o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz” (MARX, 2017, p. 449). Ela surge mediante a necessidade de ampliação do processo simplificado da produção mecanizada. Ainda vista como elemento simples da produção mecanizada, a força de trabalho humana foi complementada por um sistema de mecanismo motor mais volumoso, que, para superar sua resistência, necessitou de uma força motriz mais potente que a força humana.

Os primeiros elementos científicos e técnicos da grande indústria surgiram no período manufatureiro. Quando as ferramentas manuais se transformaram em ferramentas mecânicas, a máquina motriz adquiriu forma autônoma dos limites da força humana, para poder prover, ao mesmo tempo, muitas máquinas de trabalho. A partir do momento em que a máquina de trabalho passou a executar todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem a ajuda humana, necessitando somente de assistência humana, surge um sistema automático de maquinaria com capacidade contínua de aperfeiçoamento em seus detalhes. A produção mecanizada tornou-se a forma mais desenvolvida na esfera da produção por ser um sistema articulado de máquinas de trabalho e por receber seu movimento mediante um agente de transmissão.

Nas palavras de Marx (2017, p. 455), ela surge como “um monstro mecânico, cujo corpo enche prédios fabris inteiros e cuja força demoníaca, de início escondida pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros gigantescos, irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho”. Assim, “a grande indústria teve de apoderar-se de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas. Só assim ela criou sua base técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés” (MARX 2017, p. 458). O meio de trabalho explícito na maquinaria requereu um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da experiência pela aplicação consciente das ciências da natureza. Ou seja,

Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores manuais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na especificada pela divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria, com algumas exceções, só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho. (MARX, 2017, p. 459).

No modo de produção especificamente burguês, “o capital põe o operário a trabalhar agora com uma máquina, que conduz por si mesma suas ferramentas”. O revolucionamento da grande indústria ampliou a produtividade do trabalho por meio da incorporação de monstruosas forças da natureza e das ciências naturais ao processo de produção. Como precursora do processo de trabalho na fábrica desenvolvida e por meio da grande indústria, a máquina foi a base técnica que proporcionou o eixo direcional da produção capitalista.

É importante aqui registrar que no processo de acumulação genuinamente capitalista, a parte da jornada de trabalho que produz apenas um equivalente do valor da força de trabalho pago pelo capital, em determinadas condições de produção e num determinado grau de desenvolvimento da sociedade, é uma grandeza constante. Além do tempo de trabalho necessário, a jornada de trabalho e a taxa de mais valor dependiam da grandeza desse prolongamento. “Se o tempo de trabalho necessário era constante, a jornada de trabalho total era, ao contrário, variável” (MARX, 2017, p. 387).

Com uma grande revolução nas condições de produção do trabalho, amplia-se a força de trabalho e, também, altera-se o processo de trabalho. “O tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso” (MARX, 2017, p. 387). Em outras palavras,

O valor da força de trabalho, ou seja, o tempo de trabalho requerido para sua produção determina o tempo de trabalho necessário para a reprodução de seu valor. Com o valor de seus meios de subsistência está dado o valor de sua força de trabalho, e com o valor de sua força de trabalho está dada a grandeza de seu tempo de trabalho necessário. A duração do mais-trabalho, no entanto é obtida

subtraindo da jornada de trabalho total o tempo de trabalho necessário. (MARX, 2017, p. 388).

Nesse sentido,

É preciso, portanto, que ocorra uma revolução nas condições de produção de seu trabalho, isto é, em seu modo de produção, e assim no processo de trabalho. Por elevação da força produtiva do trabalho entendemos precisamente uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força de trabalho para produzir uma quantidade maior de valor de uso. (MARX, 2017, p. 388).

Enquanto a produção de mais-valor absoluto, antes de o capitalismo atingir sua forma de ser especificamente capitalista, é obtida pelo prolongamento da jornada de trabalho, a forma da mais-valia relativa “deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho” (MARX, 2017, p. 390). Para o autor,

A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital - nisso consiste a produção do mais-valor absoluto. Ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo. Nesta última, a jornada de trabalho está, desde o início, dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalhador e os agrupamentos sociais (MARX, 2017, p. 578).

Na produção especificamente capitalista a economia do trabalho por meio do desenvolvimento de sua força produtiva “não visa em absoluto a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas a redução do tempo de trabalho necessário para a produção de determinada quantidade de mercadorias” (MARX, 2017, p. 395-396).

Nessa direção, a mais-valia relativa no âmbito da Revolução Industrial burguesa, cujo desenvolvimento da força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista atinge um nível maduro de acumulação econômica, é processada mediante

o encurtamento da parte da jornada de trabalho “que o trabalhador tem de trabalhar por si mesmo precisamente para prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista” (MARX, 2017, p. 395-396).

O que o capitalismo em sua fase madura de desenvolvimento considera relevante é a extração da mais-valia relativa da força de trabalho. Seu principal interesse ao contratar o trabalhador na indústria é barganhar uma contínua elevação da exploração da força de trabalho e economizar o tempo de trabalho para o capitalista, ou seja, ampliar a mais-valia, rebaixando o valor da força de trabalho. Nesses termos, a mais-valia relativa

Supõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus próprios métodos, meios e condições, só surge e se desenvolve naturalmente sobre a base da subsunção formal do trabalho sob o capital. O lugar da subsunção formal do trabalho sob o capital é ocupado por sua subsunção real. [...] Se, por um lado, para a produção do mais-valor absoluto basta a subsunção meramente formal do trabalho sob o capital – por exemplo, que artesões que antes trabalhavam para si mesmos ou como oficiais de um mestre de corporação passem a atuar como trabalhadores assalariados sob o controle direto do capitalista-, vimos, por outro, que os métodos para a produção do mais-valor relativo são, ao mesmo tempo, métodos para a produção do mais-valor absoluto. (MARX, 2017, p. 579).

O lugar da subsunção formal do trabalho sob o capital “se converte, agora, na forma geral socialmente dominante no processo de produção” (MARX, 2017, 579). Como método particular para a produção do mais-valor relativo, ele atua:

Em primeiro lugar, apoderando-se de indústrias que até então estavam subordinadas apenas formalmente ao capital; ou seja, atua em sua propagação; em segundo lugar, na medida em que as mudanças nos métodos de produção revolucionam continuamente as indústrias que já se encontram em sua esfera de ação. (MARX, 2017, 579).

Nesses termos, Marx (2017, p. 579) compreende que “toda diferença entre mais valor absoluto e mais valor relativo parece ser ilusória”. Porém,

quando observamos o movimento do mais valor, desfaz-se essa aparência de identidade. Tão logo o modo de produção capitalista esteja constituído e se tenha tornado o modo geral de produção, a

diferença entre mais-valor absoluto e relativo torna-se perceptível assim que se trate de aumentar a taxa de mais-valor em geral. Pressupondo-se que a força de trabalho seja remunerada por seu valor, vemo-nos, então, diante da seguinte alternativa: por um lado, dada a força produtiva de trabalho e seu grau normal de intensidade, a taxa de mais-valor só pode ser aumentada mediante o prolongamento absoluto da jornada de trabalho; por outro lado, com uma dada limitação da jornada de trabalho, a taxa de mais-valor só pode ser aumentada por meio de uma mudança relativa de grandeza de suas partes constitutivas, do trabalho necessário e do mais-trabalho, o que, por sua vez, pressupõe, para que o salário não caia abaixo do valor da força de trabalho, uma mudança na produtividade ou intensidade de trabalho (MARX, 2017, p. 579-580).

Nessas condições,

Se o trabalhador necessita de todo seu tempo para produzir os meios de subsistência necessários ao seu próprio sustento e o de sua descendência, não lhe sobra tempo algum para trabalhar gratuitamente para um terceiro. Sem um certo grau de produtividade do trabalho não haverá esse tempo disponível para o trabalhador; sem esse tempo excedente, não haverá mais-trabalho e, por conseguinte, nenhum capitalista (MARX, 2017, p. 580).

Portanto, “quanto mais cresce a força produtiva do trabalho, tanto mais se pode reduzir a jornada de trabalho, e quanto mais se reduz a jornada de trabalho, tanto mais pode crescer a intensidade do trabalho” (MARX, 2017, p. 597). Com o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, cresce a economia. Esta requer que se economizem os meios de produção e que também se evite toda forma de trabalho inútil. Mas, “ao mesmo tempo em que o modo de produção capitalista impõe a economia em cada empresa individual, seu sistema anárquico de concorrência gera o desperdício mais desenfreado dos meios de produção e das forças de trabalho sociais” (MARX, 2017, p. 597), além de inúmeras funções indispensáveis na atualidade, mas em si mesmas supérfluas.

A natureza da mais-valia relativa como constituição de uma nova etapa do capital, expressa na subordinação real do trabalho, cria as condições objetivas para o desemprego. Uma vez que a lei geral da acumulação capitalista se movimenta revolucionando a composição orgânica do capital na esfera produtiva, tanto na composição-valor quanto na composição-técnica ela promove um leque de contradições sem precedentes.

O desemprego nasce nesse movimento natural da acumulação capitalista. No cenário industrial, surge como efeito desse movimento um exército industrial de reserva necessário à continuidade do caráter permanentemente expansivo do capital. Como efeito, uma superpopulação relativa surge no cenário social, sofrendo os impactos do movimento da lei geral de acumulação capitalista, seja nas condições de desemprego, subemprego, precarização etc. Diante da trajetória histórica da cooperação manufatureira à grande indústria, a efetivação daquilo que se denomina desemprego é uma particularidade considerável que tem raízes profundas nesse processo. A respeito disso, detemo-nos na discussão a seguir.

### 3.2. A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: o desemprego como efeito do movimento da composição orgânica do capital industrial.

Diante do cenário histórico das forças produtivas movidas pela cooperação manufatureira, maquinaria e grande indústria, torna-se importante elucidar neste item o movimento da lei geral da acumulação capitalista sobre a estrutura do trabalho abstrato. Trata-se de expor os elementos essenciais que movimentam a composição orgânica do capital para a contínua expansão da acumulação de riqueza. Vejamos, então, como Marx explica o movimento dessa lei no processo produtivo e as condições objetivas daí decorrentes que viabilizam o conseqüente aparecimento do desemprego.

O fator mais importante da influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora deve partir da compreensão de sua composição orgânica e das alterações que esta sofre no processo da acumulação de capital. Num primeiro momento, Marx explica que a composição orgânica do capital na esfera da produção capitalista deve ser considerada num duplo sentido: pela perspectiva do valor e pela perspectiva da matéria.

Essa composição se movimenta no âmbito da cooperação manufatureira à grande indústria, onde a estrutura produtiva sofre modificações mediante as necessidades de expansão crescente da acumulação capitalista. Os inúmeros processos de reestruturação produtiva surgem a partir de uma necessidade nata do capitalismo de elevar constantemente seu capital acumulativo à custa da exploração da classe

trabalhadora. Vejamos o que Marx, em seus escritos, evidencia na lei geral da acumulação capitalista.

Em Marx (2017), a acumulação de capital é estabelecida por composições que se repartem no processo produtivo: por um lado, a composição do valor, definida pela proporção em que se repartem em “capital constante ou valor dos meios de produção” e “capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários”; e, por outro lado, a composição técnica, em que cada capital é determinado pela proporção entre “a massa dos meios de produção utilizados” e o “montante de trabalho exigido para seu emprego”. Essa composição do capital estabelecida no processo produtivo é o ponto de partida para se compreender como funciona a acumulação capitalista.

A composição do valor e a composição técnica do capital estão intrinsecamente relacionadas e espelham suas modificações na composição orgânica do capital. A composição do capital é sempre entendida pela sua composição orgânica. A perspectiva do valor e a perspectiva técnica são investidas pelo capital na mesma proporção e uma parte de mais-valia é retirada para suprir a força de trabalho conforme as necessidades do sistema produtivo.

Em determinada esfera da produção, os capitais individuais aplicados possuem composição mais ou menos diferenciada entre si. Obtidos com diferentes composições em maior ou menor grau entre si, inúmeros capitais são efetivados nas mãos de muitos capitalistas individuais. A composição do capital global de um ramo da produção é a média de suas composições individuais, o resultado da soma desses numerosos capitais individuais. E a média global de todas as composições dos diversos ramos da produção estabelece uma composição do capital social de um país. Nesse processo, “crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho” (MARX, 2017, p. 699). Quanto mais se desenvolve o capital, em termos de crescimento amplo e contínuo da acumulação de mais-valia, mais cresce a sua parcela variável através da sua exploração na produção.

Por meio da crescente exploração da força de trabalho, o capitalista passa a acumular de forma acelerada uma parcela de mais-valia extraída do trabalho, “uma parcela de mais-valia transformada em capital adicional” (MARX, 2017, p. 689). Esta parcela precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho a fim de gerar permanentemente mais-valia. Como supõe MARX (2017, p. 690), no processo da produção, mesmo que “determinada massa de meios de produção ou de capital constante requeira sempre a mesma massa de força de

trabalho para ser posta em movimento, então cresce evidentemente a demanda de trabalho”, e junto a este, “o fundo de subsistência dos trabalhadores proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresce o capital”.

No processo de produção, a lei geral que rege a composição orgânica do capital necessita sempre de uma mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento. Para que a acumulação da produção capitalista se desenvolva, o processo de extração de mais-valia para o capital deve ser constante mediante a ampliação da exploração da força de trabalho. O enriquecimento acelerado da burguesia é impulsionado pela mais-valia produzida anualmente e adicionada ao capital global, na mesma proporção. A produção em sua ampla expansão determina esse enriquecimento pela transformação de parte da mais-valia em capital e renda. Nas palavras de Marx,

Como o capital produz anualmente um mais-valor, do qual uma parte é anualmente adicionada ao capital original; como esse incremento mesmo aumenta a cada ano com o volume crescente do capital já em funcionamento; e como, por fim, sob o acicate particular do impulso de enriquecimento, como a abertura de novos mercados, de novas esferas para a aplicação de capital em decorrência de necessidades sociais recém-desenvolvidas, etc., a escala da acumulação pode ser subitamente ampliada por uma mudança na divisão do mais-valor ou do mais-produto em capital e renda, as necessidades da acumulação do capital podem sobrepujar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, e a demanda de trabalhadores pode sobrepujar sua oferta. (MARX, 2017, p. 690).

Nessa direção, o momento da própria reprodução do capital está diretamente relacionado com “a reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele, e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende” (MARX, 2017, p. 690). O trabalhador vende sua força de trabalho por um salário que apenas lhe garante o necessário à sobrevivência e boa parte da riqueza produzida por ele passa para as mãos de uma oligarquia burguesa.

A finalidade da compra da força de trabalho pelo burguês “é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim,

é realizada pela venda de mercadorias”. Ou seja, “produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, 2017, p. 695).

Nesses termos,

A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital. Reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital. (MARX, 2017, p. 695).

Quanto aos salários, sabe-se que ele é estabelecido pela conversão da parte mínima do produto em dinheiro, produzida pelos operários através do trabalho explorado; o restante é acrescentado ao acúmulo de mais-valia que se transforma em capital. O salário condiciona o fortalecimento de determinada quantidade de trabalho não pago por parte do trabalhador, portanto, o aumento do salário significa apenas redução quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador tem de prestar ao capital, pois

Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. A condição de sua venda quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. O salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador (MARX, 2017, p.695-696).

Se o salário aumenta, reduz-se a lucratividade para o capital, mas, se o salário se reduz, amplia a acumulação em decorrência da mais-valia que é o trabalho não pago dos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas. Por isso, o processo de acumulação do capital é inversamente proporcional ao acréscimo do salário. O trabalho não pago somente pode ser diminuído se não ameaçar o sistema de acumulação de capital. Nesses termos,

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa ‘lei natural da população’, redonda simplesmente nisso: a relação entre capital, acumulação e taxa de salário não é nada mais que a relação entre

trabalho não pago transformado em capital e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional. De maneira nenhuma é uma relação de duas grandezas independentes entre si, por um lado, a grandeza do capital, por outro o tamanho da população trabalhadora, mas é, em última instância, muito mais a relação entre o trabalho não pago e o trabalho pago, da mesma população trabalhadora (MARX, 2017, p.697).

A elevação do salário somente pode ocorrer mediante o desenvolvimento da acumulação do capital de modo a não afetar a necessidade crescente de acumulação de capital como a fonte de riqueza necessária aos interesses da classe dominante. Como vimos, por meio da divisão manufatureira do trabalho e da utilização das máquinas, processou-se mais matéria-prima e “o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressou a crescente produtividade do trabalho” (MARX, 2017, p. 698). Esse acréscimo da produtividade surge com um decréscimo da massa de trabalho, pois a mudança que ocorre na composição técnica do capital é explicitada no crescimento da massa dos meios de produção, que não é mais proporcional à massa da força de trabalho. Assim,

O decréscimo da parte variável do capital em confronto com a constante ou composição modificada do valor do capital indica, no entanto, de modo apenas aproximado, a mudança na composição de seus componentes materiais. Se hoje, o valor do capital investido na fiação é  $\frac{7}{8}$  constante e  $\frac{1}{8}$  variável, a massa de matéria-prima, meios de trabalho etc., que determinado quantum de trabalho de fiação consome hoje produtivamente é quatrocentas vezes maior do que no começo do século XVIII. (MARX, 2017, p.699).

Ao elevar os volumes do meio de produção, o aumento da produtividade corresponde à menor quantidade de força de trabalho em relação aos meios de produção. O crescimento da força produtiva social do trabalho pressupõe a cooperação em ampla escala para “organizar a divisão e a combinação do trabalho; poupar os meios de produção mediante concentração maciça; criar os meios de trabalho apenas utilizáveis em conjunto, postas a serviço da produção as colossais forças da Natureza” (MARX, 2017, p. 700). A partir disso, o processo de produção pode ser aplicado nas bases tecnológicas da ciência.

Para Marx, na produção de mercadorias onde os meios de produção são propriedades de pessoas privadas,

o trabalhador manual produz mercadorias, portanto, de modo isolado e autônomo ou vende sua força de trabalho como mercadoria porque lhe faltam os meios para produzirem automaticamente. Aquele pressuposto só se realiza pelo crescimento dos capitais individuais ou à medida que os meios sociais de produção e subsistência são transformados em propriedade privada de capitalistas. (MARX, 2017, p.700).

A composição orgânica do capital se altera em favor do capital e em detrimento da condição humana. Pois, “todos os métodos de elevar a força produtiva social do trabalho sobre esse fundamento são, ao mesmo tempo, métodos de elevar a produção de mais-valia ou mais-produto, que, por sua vez, é o elemento constitutivo da acumulação”. Para Marx, esses métodos são necessários para acelerar a acumulação de capital. A contínua reprodução de mais-valia em capital é “a grandeza crescente do capital que entra no processo de produção” (MARX, 2017, p. 700). Nas palavras do supracitado autor,

O solo da produção de mercadorias só tolera a produção em larga escala na forma capitalista. Certa acumulação de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias constitui, por isso, o pressuposto do modo específico da produção capitalista, razão pela qual tivemos que pressupô-la na passagem do artesanato para a produção capitalista. Podemos chamá-la de acumulação primitiva, pois, em vez de resultado, ela é o fundamento histórico da produção especificamente capitalista. [...] Devemos assinalar, no entanto, que todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho surgidos sobre esses fundamentos, são, ao mesmo tempo, métodos para aumentar a produção do mais-valor ou mais-produto, que, por sua vez, forma o elemento constitutivo da acumulação. Portanto, tais métodos servem, ao mesmo tempo, para produzir capital mediante capital ou para sua acumulação acelerada. (MARX, 2017, p. 700).

O crescimento acelerado da produção promove um maior investimento do capital constante com relação ao capital variável. Em conveniência à acumulação e ao lucro, a intensificação da exploração sobre a força de trabalho se alia à pouca oferta de ocupação na produção. Os fatores econômicos “criam, de acordo, a relação conjugada dos impulsos em que eles se dão mutuamente, a mudança na composição

técnica do capital pela qual a componente variável se torna cada vez menor comparada à constante” (MARX, 2017, p. 700-701). Ou seja,

A contínua reconversão de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, o fundamento de uma escala ampliada da produção, dos métodos nela empregados para o aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração da produção do mais-valor. Se, portanto, certo grau de acumulação de capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último provoca, em reação, uma acumulação acelerada de capital. Com a acumulação do capital, desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos provocam, de acordo com a conjugação dos estímulos que eles exercem um sobre o outro, a mudança na composição técnica do capital, o que faz com que o seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante. (MARX, 2017, p. 700-701).

Nesse processo, o montante do capital individual “é uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército industrial maior ou menor de trabalhadores”. Nesses termos, “toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia, com a multiplicação da riqueza, que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais”. Portanto, amplia-se a base da produção em larga escala e os métodos de produção especificamente capitalistas (MARX, 2017, p. 701).

A elevação de muitos capitais individuais faz crescer o capital social. Capitalistas individuais se multiplicam da mesma forma que a concentração dos meios de produção. Isso contribui para transformar parcelas de capitais originais em novos capitais autônomos. Esse processo chamado de concentração de capitais, por Marx, está diretamente ligado à acumulação por meio de dois pontos característicos. O primeiro refere-se a uma concentração dos meios de produção social sempre crescente nas mãos de capitalistas individuais. O segundo, a repartição entre muitos capitalistas, num confronto direto com produtores de mercadorias independentes e reciprocamente correspondentes, do capital social arrecadado em cada esfera específica da produção. Tanto a acumulação quanto a concentração que a acompanha estão dispersas em muitos pontos, e o crescimento dos capitais em

funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais ao se fragmentar os capitais antigos.

A acumulação, para Marx (2017, p. 701), viabiliza a concentração crescente dos meios de produção para o comando sobre o trabalho e gera uma “repulsão recíproca entre muitos capitais individuais”. Ou seja, a transformação de muitos capitalistas menores em poucos capitalistas maiores. Entretanto, é importante ressaltar que a acumulação e a concentração são processos que se diferenciam. No caso da concentração, “o capital se expande aqui numa mão até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido em muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração” (MARX, 2017, p. 702).

Diante da concorrência, do aumento da produtividade em larga escala e do conseqüente barateamento das mercadorias, segundo Marx (2017, p. 702), capitalistas menores disputam as esferas de produção com os capitalistas maiores. Assim, surge uma rivalidade entre os capitais, que “termina sempre com a ruína de muitos capitais menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor, em parte soçobram”. Além disso, nesse processo aparece “uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito”, que surge na mesma proporção em que se desenvolve a produção, a acumulação capitalista e a concorrência, estas últimas sendo “as duas mais poderosas alavancas da centralização. Paralelamente, o progresso da centralização não depende do crescimento positivo da grandeza social”. Isso é o que diferencia a centralização da concentração.

A centralização pode estar situada mediante a mudança na distribuição de capitais já existentes, muitas vezes, mudanças simples do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social. Nesse processo,

O capital pode crescer aqui numa mão até formar massas grandiosas, porque acolá ele é retirado de muitas mãos individuais. Em dado ramo de negócios, a centralização teria alcançado seu limite último se todos os capitais aí investidos fossem fundidos num só capital individual. Em dada sociedade, esse limite seria alcançado no instante em que o capital global da sociedade estivesse na mão seja de um único capitalista, seja de uma única sociedade de capitalistas. (MARX, 2017, p.702-703).

Conforme o autor, o crescimento expansivo dos estabelecimentos industriais por toda parte é o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo, a fim de alcançar um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes

materiais. Por meio da centralização, poucos capitais que investiram no desenvolvimento das forças produtivas mediadas pela concentração tiram muitos capitais menores, aglomerando assim grandes capitais nas mãos de alguns poucos. A centralização “reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumenta sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho”<sup>21</sup>. (MARX, 2017, p. 703).

Essas transformações na produção intensificam o processo de diminuição da demanda de trabalho. Através da centralização e da concentração da riqueza, a acumulação do capital passa a se realizar com a “alteração qualitativa contínua de sua composição, com acréscimo permanente de seu componente constante à custa do variável” (MARX, 2017, p. 703). Assim, o capital variável diminui enquanto o capital constante aumenta. Com o crescimento do capital global também cresce a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente. O crescimento acelerado do capital resulta no decréscimo do capital variável, que se dá em proporções cada vez maiores e “aparece como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que o capital variável ou seus meios de ocupação” (MARX, 2017, p. 704). Todavia,

A acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital. Considerando o capital global de uma sociedade, o movimento de sua produção ora provoca variações periódicas, ora seus movimentos se repartem, simultaneamente, nas diferentes esferas da produção. Em algumas esferas ocorre mudança na composição do capital sem crescimento de sua grandeza absoluta, em decorrência de mera concentração; em outras o crescimento absoluto do capital está ligado ao decréscimo absoluto de seu componente variável ou força de trabalho absorvida por ele; em outras, ora o capital continua a crescer sobre sua base técnica dada e atrai força de trabalho adicional em proporção a seu crescimento, ora ocorre mudança orgânica e se contrai sua componente variável; em todas as esferas, o crescimento

---

<sup>21</sup> Leite, em seu artigo “A dialética do imperialismo: contribuição para uma reinterpretação marxista” (2018), esclarece que Marx estabelece as bases para a teoria do imperialismo e para a compreensão da anatomia do capital financeiro nesta seção de *O capital*. A lei geral possui a tendência máxima de centralizar os capitais, isto é, constituir as associações capitalistas em geral – como os oligopólios, cartéis e trustes, e o exército industrial de reserva. Assim, a tendência à oligopolização e a criação do capital financeiro são características do imperialismo na sua forma clássica como desdobramentos empíricos diretos da lei geral. Sobre a sua manifestação vinculada ao trabalho e ao desemprego, discutiremos no próximo capítulo.

da parte variável do capital, e portanto do número de trabalhadores ocupados, está sempre ligado a fortes flutuações e à produção transitória de superpopulação, que assuma esta agora a forma mais notável de repulsão de trabalhadores já ocupados, quer a menos aparente, mas não menos efetiva, de absorção dificultada da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros. (MARX, 2017, p. 705-706).

Para Marx (2017, p. 707), o processo de concentração e centralização do capital alterou a composição do capital, na qual a força de trabalho passou a ser cada vez mais supérflua em comparação aos meios de produção. Tal mudança tornou-se favorável para o capital, pois ele pode explorar mais com a frequente intensificação da extração do sobretrabalho e o conseqüente acúmulo exacerbado de mais-valia. Com a alteração das relações de produção surge um exército industrial de reserva, no qual grandes massas são colocadas à disposição do capital, constituindo uma “condição de existência do modo de produção capitalista”. A superpopulação “constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa”. O material humano está sempre pronto para ser explorado.

Interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, o processo da indústria moderna “repousa na contínua constituição, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação” (MARX, 2017, p. 708). Esse processo da indústria moderna é algo inteiramente novo:

A expansão súbita e internamente da escala de produção é o pressuposto de sua contração súbita; a contração provoca novamente a expansão, mas esta é impossível sem material humano disponível, sem multiplicação dos trabalhadores independentes do crescimento absoluto da população. Ela é criada pelo simples processo de liberar constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que diminuem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. Toda forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação da parte da população trabalhadora em braços de desempregados ou semi-empregados. (MARX, 2017, p.708).

Como condição da existência da lei geral de acumulação do capital, o exército industrial de reserva ou superpopulação relativa torna-se evidente no início do

processo de industrialização e se intensifica com a expansão das forças produtivas. Os trabalhadores são submetidos ao processo de valorização e esta condição os coloca à mercê do capital; uma das consequências deste processo é o trabalho sem estabilidade ou o desemprego para a maior parte dos trabalhadores.

Nessa direção, torna-se propício expor as mudanças do ciclo industrial que a superpopulação engloba todo o trabalhador desocupado parcial ou integralmente. A forma líquida da superpopulação refere-se aos trabalhadores que ora são repelidos, ora atraídos pelo mercado industrial de reserva, de modo que o número de ocupados cresce de maneira decrescente se comparado com o processo de acumulação. Nos centros da indústria moderna, muitos trabalhadores são “ora repelidos, ora atraídos em maior proporção, de modo que, ao todo, o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala da produção. A superpopulação existe aqui em forma fluente” (MARX, 2017, p. 716).

Por sua vez, a forma latente ocorre por meio do envolvimento da produção capitalista com a agricultura, provocando uma diminuição da demanda da população trabalhadora do campo que se encontra na eminência de mudar-se para a cidade como o proletariado urbano. Nessa condição, o fluxo constante de trabalhadores rurais para as cidades surge de uma contínua superpopulação latente no próprio campo. “O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo” (MARX, 2017, p.717). Assim, a apropriação do capital na agricultura gera desemprego para o proletariado rural ao ingressá-lo na indústria urbana.

Outra parte significativa do exército de trabalhadores ativos, porém com ocupação irregular, compõe a forma estagnada da superpopulação relativa. Tal forma de ocupação é caracterizada pelo máximo do tempo do serviço e mínimo do salário, constituindo-se, ao mesmo tempo, “como um elemento autorreprodutor e autopetruador da classe operária” (MARX, 2017, p. 718). Ao serem inseridos na produção, os trabalhadores são direcionados a realizar mais trabalho de maneira irregular, produzir com um tempo de serviço elevado e receber menores salários. Para Marx, esse tipo de ocupação completamente irregular proporciona ao capital “um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital” (MARX, 2017, p. 718).

A lei geral da acumulação de capital permite compreender as bases materiais da sociedade capitalista que fundam o desemprego, bem como as crises cíclicas do sistema do capital e o próprio mecanismo que o capital usa para obstar as crises, intensificando a exploração da força de trabalho mediante a redução dos salários. Alicerçados no processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, os efeitos da lei geral da acumulação capitalista permitem compreender o rumo da classe trabalhadora, seja para absorvê-la, seja para expulsá-la do ciclo produtivo.

A composição orgânica do capital é um dos fatores constitutivos da lei geral que amplia a acumulação da riqueza material por meio de uma apropriação cada vez mais privada da burguesia sobre os meios de produção. Com o desenvolvimento do mercado na base da industrialização do capital, a intensificação da exploração sobre o ritmo de trabalho torna-se permanente, assim como a oscilação dos salários e o processo de atração e repulsão dos operários nas indústrias, que praticamente se amoldam a instabilidades constantes. Nesse cenário, nem sempre o sustento da classe operária foi garantido por meio do trabalho, pois, de forma cada vez mais acirrada, suas condições de vida e de existência perpassam as margens de um pauperismo inegável, como veremos a seguir.

### 3.2.1. Os efeitos da lei geral da acumulação capitalista sobre a classe operária inglesa no século XIX

A acumulação capitalista eleva a riqueza dos grandes donos do capital mediante uma ampliação constante da exploração sobre a força de trabalho. Num período histórico em que o desenvolvimento das forças produtivas torna-se autossuficiente, nasce o capitalismo cercado por contradições e desumanizações criadas em sua própria base material. Tais contradições e desumanizações já estavam presentes desde a acumulação primitiva capitalista. No período manufatureiro, já se ampliavam os “escravos” do trabalho. A superpopulação relativa já estava à mercê das leis do mercado, sob a lógica de atração e repulsão da força de trabalho no âmbito da produção. As inovações da maquinaria, ao se expandirem no ramo da indústria à custa do artesanato ou da manufatura anteriores, passaram a obter suma importância por causa dos extraordinários lucros que ajudaram a produzir.

Nesse cenário, o sistema fabril ganhou uma base existencial e um grau de maturidade, principalmente quando sua base técnica, por meio da maquinaria, alcançou uma produtividade mediante as máquinas. No caso da extração de carvão e ferro, bem como da elaboração dos metais e os meios de transportes, ao serem revolucionados, ou seja, ao serem estabelecidas as condições gerais de produção correspondentes à grande indústria, esse modo de produzir adquiriu elasticidade, grande capacidade de expansão nos mercados de escoamento.

Essa enorme capacidade de expansão que o capitalismo alcançou com a instalação das fábricas nos grandes centros industriais ingleses na dependência do mercado mundial, levou a uma produção febril às margens de uma conseqüente saturação dos mercados. A vida na indústria se transforma numa seqüência de períodos de vitalidade média, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. Cercada de insegurança e instabilidade, a produção mecanizada submete a ocupação e, com isso, a situação de vida dos trabalhadores experimenta oscilações periódicas do ciclo industrial.

O ciclo industrial faz crescer o número de trabalhadores nas fábricas na mesma proporção que o capital investido nelas. Tal crescimento só passa a ser interrompido com o progresso técnico, ao substituir os trabalhadores por máquinas e transformá-los em mercadoria. As transformações que buscam qualificar a produção mecanizada separam os trabalhadores da fábrica ou deixam de contratar mais trabalhadores, reduzindo seu quadro de demanda. Assim, a força de trabalho é ininterruptamente repelida e atraída.

O desenvolvimento da grande indústria, ao superar tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho, intensificou o processo de exploração sobre a força de trabalho. Ele reproduziu, ainda mais intensamente, a divisão do trabalho e transformou o trabalhador em um apêndice consciente de uma máquina parcelar. Como conseqüência, surge uma tensão e um desgaste da força de trabalho. O processo de exploração sobre a força de trabalho tornou a vida da classe trabalhadora degradante. Processos de trabalho monstruosos, muitas vezes, eram estabelecidos no chão das fábricas, “e isso, sobretudo para menores, que eram condenados a essa tortura”.

Assim, a grande indústria reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho com suas particularidades degradantes. Trata-se de uma contradição absoluta que “elimina toda tranquilidade, solidez e segurança na situação de vida do trabalhador, ameaçando constantemente o arrancar-lhe da mão, com o meio de

trabalho, o meio de subsistência ao torná-lo, com sua função parcelar, supérfluo”. Essa contradição desencadeia “um ofício contínuo de sacrifícios da classe operária”.

Segundo Thompson (2020, p. 237), o cenário produtivo que antecedeu ao período histórico movido pela Revolução Industrial tornou evidente uma

profunda separação entre as classes na Inglaterra, e os trabalhadores foram lançados a um estado de *apartheid* cujos efeitos – nos detalhes da discriminação social e educacional – podem ser sentidos até hoje. É nisso que a Inglaterra diferia de outras nações europeias: o fluxo de sentimentos e disciplinas contrarrevolucionárias coincidiu com o fluxo da Revolução Industrial; na medida em que avançavam novas técnicas e formas de organização industrial, recuavam os direitos sociais e políticos. A aliança ‘natural’ entre uma burguesia industrial impaciente, com ideias radicais, e um proletariado em formação rompeu-se tão logo chegou a se formar.

Esse cenário remonta a um momento de “fermentação entre os industrialistas e comerciantes ricos dissidentes de Birmingham e as cidades industriais do norte, principalmente aos anos de 1791 e 1792; o auge da ‘inimizade’ entre artesãos e assalariados em Londres, Norwich e Sheffield – causada pela fome”. Depois desse período, “todos os industriais manufatureiros, com exceção de uma pequena minoria, se amedrontavam com a causa da reforma”. O motivo pelo qual não houve uma revolução na Inglaterra nos anos 1790 deveu-se “à desintegração da única aliança suficientemente forte para realizá-la; depois de 1792, não havia girondinos para abrir as portas por onde poderiam passar os jacobinos”. Nesses termos, “a Revolução Francesa consolidou a velha corrupção, unindo num pânico comum os proprietários da terra e os industriais manufatureiros; e as sociedades populares eram frágeis demais e por demais inexperientes para executar, por elas mesmas, seja a reforma ou a revolução” (THOMPSON, 2020, p. 237-238).

Para o autor,

Se formos dar crédito a um dos pesquisadores mais meticolosos, Patrick Colquhoun, havia, na virada do século e apenas na metrópole, 50 mil prostitutas, mais de 5 mil taberneiros e 10 mil ladrões; seus cálculos mais ampliados das classes criminosas, incluindo receptores de propriedades roubadas, falsos moedeiros, jogadores, agentes lotéricos, lojistas fraudulentos, parasitas às margens do rio, e personalidades pitorescas como garotos da sarjeta, caçadores de brigas,

marreteiros, marroquinos, cocheiros de ocasião, idiotas, açuladores de ursos, menestréis ambulantes, somam (com os grupos anteriores) 115 mil indivíduos, numa população metropolitana inferior a 1 milhão. Seu cálculo sobre as mesmas classes em todo o país – incluindo 1 milhão na receita da assistência paroquial – totaliza 1.320,716. (THOMPSON, 2020, p. 67-68).

Essas estimativas reúnem indiscriminadamente

Ciganos, vagabundos, desempregados, mascates e antepassados dos camelôs de Mayhew; ao passo que suas prostitutas, vistas mais de perto, vêm a ser ‘mulheres indecentes e imorais’, incluindo ‘o prodigioso número entre as classes baixas de casais sem casamento’ (e isso numa época em que o divórcio para os pobres era absolutamente impossível). (THOMPSON, 2020, p. 68).

Essas estimativas retratam como a classe dominante enxergava os despossuídos. Nas duas décadas anteriores, houve um aumento significativo de preocupação humanitária entre as classes dominantes e seu interesse pela liberdade entre a pequena nobreza rural e os comerciantes dissidentes. “A maioria dos homens e mulheres de posses sentiu a necessidade de pôr em ordem as causas dos pobres”, segundo (THOMPSON, 2020, p. 69). A classe proprietária não levava tal fato a uma percepção social aguda, antes “reforçava a tendência natural das autoridades a considerar um incômodo às tabernas, feiras e quaisquer grandes concentração de gente – fontes de ociosidade, rixas, sedição ou contágio” (THOMPSON, 2020, p. 69). No final do século XVIII, essa percepção foi favorecida por três outras direções, a saber:

Em primeiro lugar, temos as atitudes utilitárias da nova classe manufatureira, cuja necessidade de impor uma disciplina de trabalho nas cidades fabris tornou-se hostil a muitos divertimentos e frivolidades tradicionais. Em segundo lugar, há a própria pressão metodista, com sua procissão interminável de pecadores a bater no peito e torrenciais biografias confessionais na imprensa. [...] por uma terceira direção, alguns dos primeiros líderes e cronistas do movimento operário eram trabalhadores autodidatas, que se sobressaíram por esforços de autodisciplina que lhes exigiam abandonar o despreocupado mundo da taberna. (THOMPSON, 2020, p. 70-72).

Entre 1760 e 1810, a força policial era totalmente inadequada, e muito casual a aplicação da justiça. A punição com a morte não era válida apenas para pequenos

roubos; havia um legado histórico das formas primitivas de rebelião industrial, a saber, “a destruição de um tear de seda, a derrubada de cercas quando se deu o fechamento das terras comunais, o incêndio de moendas de trigos” (THOMPSON, 2020, p. 75). Nos últimos anos do século XVIII, multiplicaram-se os delitos e “alguns júris relutavam em condená-los; caiu a proporção de delinquentes condenados realmente executados. A sentença de morte, caso adiada, era em geral comutada pelo degredo ou pela terrível morte em vida nas masmorras” (THOMPSON, 2020, p. 75).

Nos anos iniciais da Revolução Industrial, com a expansão comercial e o movimento de fechamento de terras comunais tudo ocorria à sombra da força:

Os pobres perdiam seus direitos na terra e eram tentados ao crime pela sua pobreza e pelas medidas preventivas inadequadas; o pequeno comerciante ou mestre de oficinas era tentado à falsificação ou a transações ilícitas, por temer a prisão por dívidas. Quando não se podia provar o crime, as justiças de Paz tinham amplos poderes para enviar vagabundos, o malandro incorrigível ou a mãe solteira para a prisão (ou ‘casa de correção’) – esses lugares terríveis, empesteados, dirigidos por funcionários corruptos [...]. A maior ofensa contra a propriedade era não ter propriedade. (THOMPSON, 2020, p. 76).

Segundo Thompson (2020, p. 77), “o povo inglês era conhecido por toda a Europa pela sua turbulência, e o povo de Londres assustava visitantes estrangeiros pela sua falta de respeito”. Esse fato se dava entre o século XVIII e o início do século XIX, quando surgiram os motins “ocasionados pelos preços do pão, pelos pedágios e portagens, impostos de consumo, ‘resgates’, greves, nova maquinaria, fechamentos das terras comunais, recrutamentos e uma série de outras injustiças”.

Na Inglaterra do século XVIII, essas ações turbulentas assumiram duas formas diferentes: “a de uma ação direta popular mais ou menos espontânea, e a da utilização deliberada da multidão como instrumento de pressão, por pessoas ‘acima’ ou à parte da multidão”.

A primeira forma não recebeu a atenção que merece. Ela se baseava em bases populares mais articuladas e era legitimada por tradições mais sofisticadas do que sugere a palavra ‘motim’. O exemplo mais comum é o levante pelo pão ou pelo alimento, e podem-se encontrar repetidos casos em quase todas as cidades e distritos até os anos 1840. Raramente era uma mera gritaria que culminava no arrombamento de celeiros ou no saque de lojas. Ele vinha legitimado pelos pressupostos de uma economia moral mais antiga, que ensinava ser imoral qualquer método desonesto de aumentar o preço dos alimentos, para se aproveitar das necessidades do povo. (THOMPSON,

2020, p. 78).

Ademais, tanto em comunidades rurais quanto em urbanas, surgia uma consciência de consumidor que precedeu outras formas de antagonismo político ou industrial. Para Thompson (2020 p. 78-79),

O indicador mais sensível do descontentamento popular era, não o salário, mas o preço do pão. Os artesãos, os artífices por conta própria ou grupos como os mineiros de estanho de Cornish (onde as tradições do mineiro 'livre' coloriam e davam com a suas reações até o século XIX) consideravam seus salários regulados pelo costume ou pelo seu poder de barganha. Esperavam comprar suas provisões no mercado livre, e mesmo em tempos de escassez esperavam preços também regulados pelo costume (As 'leis' divinas da oferta e da procura, segundo as quais a escassez necessariamente levava a alta de preços, não conseguiram de jeito nenhum ser aceitas pela mente popular, onde ainda persistiam nações mais antigas de barganha direta).

O autor nos mostra um exemplo desses motins por alimento: “o ‘Grande Motim do Queijo’ na Feira do Ganso em Nottingham, em 1764, quando queijos inteiros rolavam pelas ruas; ou o motim na mesma cidade, em 1788, provocado pelo alto preço da carne”. Aqui, “as portas e venezianas dos açougues foram arrancadas e incendiadas, juntamente com os livros de conta dos açougueiros, na praça do mercado”. Essa violência mostra, além do motivo da fome, as revoltas pelos altos preços e, muitas vezes “pela má qualidade da carne” (THOMPSON, 2020, p. 79).

Engels (2008), em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, também descreve o cenário histórico da Revolução Industrial: “o mais forte pisa no mais fraco, e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta a vida” (ENGELS, 2008, p. 68). Um turbilhão caótico se alastrava nas cidades onde a Revolução Industrial se instalava. A força de trabalho humana se “lançava nesse turbilhão caótico” do desenvolvimento capitalista. Caso “se tivesse a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia fizesse o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para mantê-lo vivo; se não encontrasse trabalho e não temesse a polícia, poderia roubar; ou ainda, morrer de fome” (ENGELS, 2008, p. 69). É certo que, muitos morriam de fome, mas

Que segurança tem o operário de que amanhã a mesma sorte não o espera? Quem pode garantir-lhe que não perderá o emprego? Quem

lhe assegura que amanhã, quando o patrão – com ou sem motivos – o puser na rua, poderá aguentar-se, a si e à sua família, até encontrar outro que lhe dê o pão? Quem garante ao operário que, para arranjar emprego, lhe basta boa vontade para trabalhar, que a honestidade, a diligência, a parcimônia e todas as outras numerosas virtudes que a ajuizada burguesia lhe recomenda são para ele realmente o caminho da felicidade? Ninguém. O operário sabe que, se hoje possui alguma coisa, não depende dele conservá-lo amanhã; sabe que o menor suspiro, o mais simples capricho do patrão, qualquer conjuntura comercial e desfavorável podem lançá-lo no turbilhão do qual momentaneamente escapou e no qual é difícil, quase impossível, manter-se à tona. Sabe que se hoje tem meios para sobreviver, pode não os ter amanhã. (ENGELS, 2008, p. 69-70).

A instabilidade no trabalho estava estampada nas grandes cidades inglesas, gerando insegurança e competitividade entre os operários ativos e a busca da sorte por qualquer proposta entre aqueles que se somavam às fileiras do exército de reserva. A busca pela sobrevivência não dependia de uma solidez nos salários; a cada dia era necessário lutar para ganhar o pão. Essa verdade no âmago do modo de ser capitalista torna evidente o caos social imposto à classe que nada possui. Salários baixos para os que ainda tinham sorte em tê-los e a inegável ausência de uma dignidade de vida para os que não os tinham demarcava a situação desumana dos que não possuíam nas mãos as ferramentas de trabalho para sobreviver.

Nos bairros de má fama, a habitação da classe operária era indiscutivelmente precária. “Milhares de famílias honestas e laboriosas – muito mais honestas que todos os ricos de Londres – encontravam-se em condições indignas de seres humanos” (ENGELS, 2008, p. 74). Eram ameaçados por um destino lamentavelmente desumano todos os operários, sendo considerados “felizes” os proletários que ainda tinham lugar para morar. Ficavam de fora os que viviam à margem do pauperismo, dependentes de esmolas para sobreviver. Assim, estruturados quase da mesma forma em todas as cidades inglesas, esses bairros eram descritos como

as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se cottages e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgoto ou canais de escoamento, cheios de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área

é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias. (ENGELS, 2008, p. 70).

Ademais,

Todas as manhãs, em Londres, 50 mil pessoas acordam sem a menor ideia de onde repousarão a cabeça na noite seguinte. Dessas 50 mil pessoas, afortunadas são aquelas que conseguem 1 ou 2 pence para pagar um abrigo nos albergues noturnos (lodginghouses) que, numerosos, existem em todas as grandes cidades. Mas que abrigo! Os alojamentos estão cheios de camas, de alto a baixo: num quarto, quatro, cinco e seis camas, também quantas caibam e, em cada cama, empilham-se quatro, cinco e seis pessoas, também quantas caibam, - saudias e doentes, velhos e jovens, homens e mulheres, sóbrios e bêbados, todos misturados. Naturalmente, discutem, agredem-se, ferem-se e, se chegam a algum acordo, pior ainda: planejam roubos e entregam-se a práticas cuja bestialidade nossa língua se recusa a descrever. E quanto àqueles que nem esse tipo de abrigo podem pagar? Pois bem: dormem em qualquer lugar, nas esquinas, sob uma arcada, num canto qualquer onde a polícia ou os proprietários os deixem descansar tranquilos; alguns se acomodam em asilos construídos aqui e acolá pela beneficência privada, outros nos bancos dos jardins, quase sob as janelas da rainha Vitória. (ENGELS, 2008, p. 75).

Os pobres nas grandes cidades inglesas de meados do século XIX estavam por toda parte a sofrer os males decorrentes da lógica da exploração e desumanização burguesa. Muitos trabalhadores ativos no trabalho ou desempregados dormiam nas ruas, sem proteção contra intempéries. Em milhares de becos e vielas, muita miséria proliferava com a falta de uma estrutura habitacional digna para milhares de trabalhadores. Além da precária estrutura habitacional, homens e mulheres, jovens e crianças viviam em péssimas condições sanitárias. Só havia água limpa nas fontes públicas, e “a dificuldade para buscá-la favorecia naturalmente a imundície” (ENGELS, 2008, p. 79). Tal situação resultava na disseminação de doenças que ameaçavam a saúde de toda a população.

Num quadro de horror e indignação datado da época da Revolução Industrial, o processo de expropriação dos trabalhadores dos campos para as cidades por meio da industrialização fez com que muitos trabalhadores se inserissem em péssimas condições de habitação. Isso permitiu que os proprietários dos estábulos alugassem suas habitações “por altos preços e como se fossem habitações humanas, explorando a miséria dos operários, minando a saúde de milhares de pessoas e enriquecendo-os

apenas a eles, os proprietários” (ENGELS, 2008, p. 96). Esses trabalhadores, “recém-liberados da servidão”, foram obrigados pela indústria a utilizar tais cômodos imundos, dada a extrema pobreza. A indústria necessitava desses operários, de sua miséria e de sua escravidão.

O sistema de moradia dos trabalhadores era o mais nefasto e moralmente degradante. Muitos trabalhadores somente aceitavam morar em casas arruinadas porque não podiam pagar aluguel em outras em melhor estado. Mas não eram apenas as formas de moradia que caracterizavam as péssimas condições da vida operária; o modo como instalavam os operários nessas habitações nos permite apontar como eram satisfeitas as outras necessidades. Para Engels (2008, p. 108),

é muito fácil concluir que nesses sujos covis só pode morar uma população esfarrapada e mal alimentada. Justa conclusão. As roupas da esmagadora maioria dos operários estão em péssimas condições, os tecidos empregados em sua confecção são os menos apropriados e o linho e lã quase desaparecem do vestuário de homens e de mulheres, substituídos pelo algodão; as camisas são de algodão branco ou colorido e as roupas femininas são de chita estampada; nos varais, raramente se veem secar roupas interiores de lã. Em sua maior parte os homens usam calças de fustão ou de qualquer outro tecido grosso de algodão e casacos e paletós do mesmo pano.

Além das péssimas condições de desgastes, o tipo de tecido usado pela classe trabalhadora era desapropriado para o clima frio da Europa. Mulheres, homens, crianças e idosos andavam com roupas sujas e rasgadas. Ademais, “em todas as cidades industriais, viam-se muitíssimas pessoas, sobretudo mulheres e crianças, andando descalças, e pouco a pouco esse hábito ia se difundindo entre os ingleses pobres” (ENGELS, 2008, p. 109). O mesmo se verificava quanto à alimentação habitual de cada operário, que variava naturalmente em decorrência dos salários.

Os operários mais bem pagos, em especial os operários fabris, em cuja família todos os membros conseguem ganhar alguma coisa, tem – enquanto essa situação perdura – uma boa alimentação: carne todos os dias e, à noite, toucinho ou queijo. Nas famílias que ganham menos, só há carne aos domingos ou, às vezes, em dois ou três dias da semana; em compensação, comem-se mais batata e pão. À medida que descemos na escala salarial, verificamos que a alimentação à base de carne se reduz a alguns pedaços de toucinho misturados à batata; descendo ainda mais, até o toucinho desaparece, permanecendo o

queijo, a batata, o pão e o mingau de aveia (porridge); quando chegamos nos irlandeses, restam apenas as batatas como único alimento. (ENGELS, 2008, p. 114).

Para o trabalhador empregado, ainda havia alimentos, diferentemente do desempregado, que ficava “à mercê da sorte e comia o que lhe davam, o que mendigou ou o que roubou. Se não encontrava nada, simplesmente morria de fome”. Não é difícil compreender que a qualidade e a quantidade da alimentação dependiam tão somente do salário. Entre os operários mais mal pagos, em especial aqueles que tinham uma família numerosa, “a fome imperava, mesmo em períodos nos quais havia empregos”, pois o contingente de operários mal pagos era enorme, sobretudo em Londres, “onde a concorrência entre os operários crescia na proporção direta do crescimento da população”. Essa categoria encontrada em todas as cidades era imensa (ENGELS, 2008, p. 114).

O crescimento da concorrência afetava perversamente as condições de vida e de trabalho de muitos trabalhadores. No período manufatureiro, “o tecelão que operava um tear mecânico concorria com o tecelão manual; o tecelão manual desempregado ou mal pago concorria com aquele que estava empregado ou era mais bem pago e procurava substituí-lo” (ENGELS, 2008, p. 114).

Na grande indústria, o exército industrial de reserva era mantido para atender às necessidades de acumulação e, nestas condições, o proletariado era desprovido de tudo, sendo ele, de direito e de fato, um escravo da burguesia, que buscava lhe oferecer os meios de subsistência, mas em troca da força de seu trabalho. O patrão chegava ao ponto de oferecer ao operário “a aparência de agir segundo a sua própria vontade, de estabelecer livremente com ela um contrato, sem constrangimentos, como se o proletariado fosse o autor de seu próprio destino” (ENGELS, 2008, p. 114).

Como hoje também se observa, o modo de vida dos trabalhadores era o reflexo do salário que se ganhava pelo trabalho. Para sobreviver, famílias inteiras tinham de trabalhar. Muitas não conseguiam e ficavam à mercê dos poucos membros empregados. Nas condições de subsistência demasiadamente precárias, inúmeros proletários preferiam “morar numa pocilga a não ter teto, aceitar farrapos para não andar desnudo, comer batatas para não morrer de fome”, assinar um contrato de trabalho para não morrer na miserabilidade. Na esperança por dias melhores, muitos aceitavam até metade do salário para se sentar silenciosamente numa rua e morrer na frente de todo

mundo, como ocorrera entre tantos desempregados (ENGELS, 2008, p. 119).

Essa realidade desumana caracterizava de fato o cenário das grandes cidades inglesas em meados do século XIX. “Se havia mais operários que aqueles que à burguesia interessava empregar, se, ao término da luta concorrencial entre eles, ainda restava um contingente sem trabalho, esse contingente deveria morrer de fome”, pois “o burguês só lhe oferecerá emprego se puder vender com lucro o produto de seu trabalho” (ENGELS, 2008, p. 119). Diante dessa realidade,

O operário é, de direito e de fato, um escravo da classe proprietária, da burguesia; é seu escravo a ponto de ser vendido como uma mercadoria e, tal como uma mercadoria, seu preço aumenta e diminui. Se a procura por operários cresce, seu preço sobe; se diminui, seu preço cai; e se a procura cai ao ponto de certo número de operários não ser vendável, eles ficam como que em estoque e, como não há emprego que lhes forneça meios para subsistir, morrem de fome. (ENGELS, 2008, p. 121).

A desigualdade explícita num sistema produtivo repleto de contradições propicia uma aparente liberdade dada pela burguesia aos proletários. Na verdade, estes padecem a “desvantagem de ninguém lhes garantir a sobrevivência, de poderem ser despedidos pelo patrão a qualquer momento e ser condenados à morte pela fome a partir do instante em que à burguesia não interesse mantê-los vivos” (ENGELS, 2008, p. 121). Como vimos na Lei geral da acumulação de Marx,

A concorrência eleva ao máximo o desempenho de cada trabalhador, a divisão do trabalho, a introdução das máquinas e a utilização das forças naturais provocam o desemprego de um grande número de operários – e esses desempregados já não contam no mercado, não podem comprar nada e, conseqüentemente, as mercadorias que antes adquiriam tem reduzida a sua demanda; logo, não é preciso produzi-las e os operários que as fabricavam também são despedidos, deixam de contar no mercado e assim sucessivamente, sempre segundo o mesmo ciclo, ou melhor, seria sempre assim não fosse a intervenção de outros fatores. (ENGELS, 2008, p. 122).

Em meio aos constantes ciclos de crises do capital, os salários caem devido à concorrência entre os desempregados, pela redução do tempo de trabalho e pela falta de vendas lucrativas. A miserabilidade existente generaliza-se entre os operários, pois o que se tem como economias é rapidamente devorado pelos indivíduos para não desfalecerem. As instituições beneficentes, sobrecarregadas, não conseguem dar

conta de toda a miséria reinante pelas vielas das cidades. Cabe mencionar que o Estado nesse período não atendia às necessidades sociais com políticas públicas, pois ainda não reconhecia a questão social. Os impostos para os pobres duplicavam, triplicavam e, entretanto, continuavam insuficientes, sendo inevitável o crescimento do número de famintos.

A beneficência e as leis sobre os pobres ajudam a prolongar vegetativamente a existência de muitos deles; outros encontram aqui e acolá, naqueles setores de trabalho mais afastados da indústria, menos suscetíveis à concorrência, alguma forma miserável de subsistência – e tão pouco basta ao homem para sobreviver por algum tempo! Pouco a pouco a situação melhora; as mercadorias em estoques são escoadas e o desânimo geral reinante entre industriais e comerciantes impede que os mercados sejam rapidamente reabastecidos, mas enfim os preços se veem em alta e as notícias favoráveis que chegam de todas as partes estimulam a retomada das atividades. (ENGELS, 2008, p. 124).

As eternas crises que movem a Revolução Industrial do século XIX a cada cinco ou seis anos estabelecem o curso sempre da mesma forma: “prosperidade, crise, prosperidade, crise” (ENGELS, 2008, p. 125). Como resultado, exceto nos escassos momentos em que se dá a grande prosperidade, “a indústria inglesa tem a necessidade de uma reserva de trabalhadores desempregados precisamente para que possa produzir, durante os meses de maior atividade, a massa de mercadorias que o mercado reclama”. Ou seja,

é mais ou menos numerosa, conforme a situação que o mercado determine ou não a ocupação de parte dela. E ainda que, nas condições de máxima atividade industrial, as zonas agrícolas, a Irlanda e setores menos envolvidos pela retomada econômica possam fornecer por algum tempo um certo número de operários, estes constituem, de um lado, uma minoria e pertencem, de outro, à reserva, com única diferença de que só quando ocorre um período de retomada se prova que eles fazem parte dela. Quando transitam para ramos da indústria mais prósperos, seus ex patrões, a fim de reduzir o impacto de sua falta, aumentam a jornada de trabalho, empregam mulheres e trabalhadores mais jovens; e quando retornam, despedidos ao surgir uma nova crise, os que partiram constatam que seu posto de trabalho já está ocupado e que – pelo menos a maior parte deles – são supérfluos. Essa reserva – que durante as crises envolve uma enorme massa e, nos períodos que medeiam entre uma crise e outra, uma grande quantidade de trabalhadores – é a 'população supérflua' da Inglaterra, que arrasta uma existência penosa, mendigando e roubando, varrendo ruas e recolhendo imundícies, transportando coisas com um carrinho de mão ou um burro, fazendo comércio ambulante ou biscates. (ENGELS, 2008,

p. 126).

A superpopulação relativa revela no cenário das grandes cidades inglesas o efeito das crises mediante a necessidade contínua de acumulação de capital. Ao operário que não encontrava trabalho restava-lhe a mendicância; sua sobrevivência dependia exclusivamente de esmolas. Assim, um exército de pedintes constituído até de famílias inteiras proliferava nas grandes cidades. Operários desempregados vagavam pelas ruas e mendigavam sozinhos ou em grupos, “porque as fábricas estavam fechadas e os patrões não tinham empregos para oferecer” (ENGELS, 2008, p. 129). A miséria assolava os empregados e a fome fazia definharem a enorme quantidade de desempregados que se amontoavam nas cidades industriais.

Essa realidade faz parte de um cenário em que o crescente desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo reafirma os interesses do capital e do seu processo de acumulação expansionista, ao manter as condições fundamentais da produção e reprodução da mais-valia. Em todos os processos de expansão e acumulação de capital, a classe operária debilita-se pelo ritmo de trabalho e pelas condições fundamentais de produção e reprodução do sistema econômico. O potencial explosivo do desemprego dispara a patamares cada vez mais altos e constantes, na mesma direção que o enriquecimento da classe dominante.

O desenvolvimento das forças produtivas pela maquinaria e grande indústria elevou a acumulação de capital, tornando a produção especificamente capitalista. Os elementos que movimentam a composição orgânica do capital no âmbito da Revolução Industrial elevam as contradições entre capital e trabalho e estabelecem as bases objetivas do desemprego. Este tem raízes profundas com o desenvolvimento do mercado na industrialização do capital, cuja lógica de atração e repulsão do trabalhador nas fábricas torna-se frequente e, cada vez mais, uma realidade irreparável nas bases expansivas da acumulação capitalista. Para Marx (1988, p. 58-59):

A maquinaria, depois do pavor de seu período de introdução e desenvolvimento, aumenta, em última instância, os escravos do trabalho, ao invés de finalmente diminuí-los! Sim, a Economia Política se rejubila com o teorema repelente, repelente para qualquer “filantropo” que acredite na eterna necessidade natural do modo de produção capitalista, de que mesmo a fábrica baseada na produção mecanizada, depois de certo período de crescimento, depois de maior ou menor “período de transição”, esfalfa mais trabalhadores do que ela originalmente pôs no olho da rua!

Assim, “apesar da massa de trabalhadores factualmente deslocada e virtualmente substituída, como, com seu próprio crescimento, expresso em maior número de fábricas da mesma espécie ou nas dimensões ampliadas das fábricas existentes”, os operários nas fábricas tornam-se “cada vez mais numerosos do que os trabalhadores de manufatura ou artesãos deslocados por eles” (MARX, 1988, p. 60). As inovações da maquinaria expandiram-se no ramo da indústria à custa do artesanato ou da manufatura anteriores. “Suas vitórias foram tão seguras quanto a vitória de um exército equipado com fuzis de agulha contra um exército de arqueiros” (MARX, 1988, p. 61).

Esse período inicial, em que “a máquina primeiramente conquista seu raio de ação, é de importância decisiva por causa dos extraordinários lucros que ajuda a produzir” (MARX, 1988, p. 61). Mas, “ao tempo que esse modo de produzir adquire elasticidade, uma súbita capacidade de expansão aos saltos, ele também encontra limites na matéria-prima e no mercado de escoamento” (MARX, 1988, p. 61).

A perpétua “transformação em excedentes” dos trabalhadores dos países que vivenciaram a grande indústria promoveu de forma artificialmente rápida a emigração e a colonização de países estrangeiros, que se transformaram em áreas de plantações das matérias-primas do país de origem. Surge assim uma nova divisão internacional do trabalho, ajustada “às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola para outro campo preferencialmente industrial” (MARX, 1988, p. 62).

Nas palavras de Marx (1988, p. 62), “a enorme capacidade de expansão aos saltos do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial produzem necessariamente produção febril e a conseqüente saturação dos mercados, cuja contração provoca a estagnação.” Assim, “a vida da indústria se transforma numa seqüência de períodos de vitalidade média, prosperidade, superprodução, crise e estagnação”. Entre a insegurança e a instabilidade, “a produção mecanizada submete a ocupação e, com isso, a situação de vida dos trabalhadores torna-se normal com essas oscilações periódicas do ciclo industrial”.

Nessa direção, “descontados os tempos de prosperidade, impera entre os capitalistas a mais intensa luta em torno de sua participação individual no mercado. Essa participação está em relação direta com a barateza do produto”. Ademais, “no uso de maquinaria aperfeiçoada, que substitui a força de trabalho, e de novos métodos

de produção, surge toda vez um ponto em que o barateamento da mercadoria é buscado mediante a diminuição forçada dos salários abaixo do valor da força de trabalho”.

O crescente número de trabalhadores na fábrica ocorre devido ao crescimento acelerado do capital global investido nestas fábricas, por meio do ciclo industrial. Tal crescimento só é interrompido com o progresso técnico, que passa a substituir os trabalhadores de fato. As transformações que buscam qualificar a produção mecanizada separam os trabalhadores da fábrica ou deixam de contratar mais trabalhadores, reduzindo seu quadro de demanda. “Já com a expansão apenas quantitativa das fábricas engole, além dos expulsos, novos contingentes”. Dessa forma, “os trabalhadores são ininterruptamente repelidos e atraídos, jogados de um lado para outro, e isso numa mudança constante de sexo, idade e habilidade dos recrutados” (MARX, 1988, p. 64). Aqui,

Os operários, porém, não tiveram de sofrer apenas com as experimentações dos fabricantes nas fábricas e das municipalidades fora das fábricas, não só com reduções salariais e desemprego, com penúrias e esmolas, com discursos laudatórios dos lordes e dos membros da Câmara dos Comuns. ‘Infortunadas mulheres, desempregadas devido à crise algodoeira, tornaram-se párias da sociedade e assim continuaram. [...] O número de jovens prostituídas cresceu mais do que durante os últimos 25 anos.’ (MARX, 1988, p. 67).

Os trabalhadores são os mais afetados, seja pelas reduções salariais, pelo pauperismo ou pelo desemprego. O capitalismo se desenvolve e junto com este crescimento se expandem, também, a pobreza, a desvalorização e a precarização do homem enquanto ser social. O desenvolvimento da grande indústria passou a superar tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho. Sua forma capitalista buscou reproduzir, ainda mais intensamente, a divisão do trabalho, através da transformação do trabalhador “em acessório consciente de uma máquina parcelar e, em todos os outros lugares, em parte mediante o uso esporádico das máquinas e do trabalho das máquinas” (MARX, 1988, p. 77). Neste sentido,

Como a grande indústria, em certo estágio, mediante o revolucionamento do modo de produção material e das relações sociais de produção, também revoluciona as cabeças, [...] onde máquinas artesanais, impulsionadas por força humana, concorrem direta ou indiretamente com maquinaria mais desenvolvida e, portanto,

pressupondo força motriz mecânica, ocorre grande mudança com referência ao trabalhador que movimenta a máquina. Originalmente, a máquina a vapor substituía esse trabalhador, agora é ele quem deve substituir a máquina a vapor. Por esse motivo, a tensão e o desgaste de sua força de trabalho tornam-se monstruosos, e isso, sobretudo para menores, que são condenados a essa tortura! (MARX, 1988, p. 77).

Com o desenvolvimento da indústria, o capitalismo passou a explorar cada vez mais o trabalhador, além de não se importar com o perfil desse trabalhador: se é uma criança, uma mulher, enfim, todos foram submetidos a esta tortura do trabalho. Por isso fica claro que “a natureza da grande indústria condiciona, portanto, variação do trabalho, fluidez da função, mobilidade, em todos os sentidos, do trabalhador”. Além disso, “reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas” (MARX, 1988, p. 85). Desse modo:

Essa contradição absoluta elimina toda tranquilidade, solidez e segurança na situação de vida do trabalhador, ameaçando constantemente arrancar-lhe da mão, com o meio de trabalho, o meio de subsistência e torná-lo, com sua função parcelar, supérfluo; como essa contradição desencadeia um ritual ininterrupto de sacrifício da classe trabalhadora, o mais desmensurado desperdício de forças de trabalho e as devastações da anarquia social. (MARX, 1988, p.85).

Podemos concluir que o capitalismo não pode existir sem redimensionar continuamente os instrumentos de produção, tanto as relações de produção quanto todas as relações sociais. Seu redimensionamento contínuo e sempre crescente na produção abala todas as condições sociais, por meio da insegurança, dos atos desumanos de desigualdades, de seus necessários movimentos que caracterizam a época burguesa na sua essência em face de todas as épocas anteriores.

Assim, compreendemos que o desemprego é imanente ao capital; seus reflexos brotam nas grandes cidades industriais do século XIX. Esse é o ponto de partida para uma longa jornada do desenvolvimento das forças produtivas pelo capital que dilaceram a classe trabalhadora com um desemprego cada vez mais amplo, chegando, no século seguinte, a alcançar uma dimensão estrutural, diante da fase monopólica do capital financeiro e de mudanças significativas na divisão do trabalho.

Os efeitos contínuos da lei geral da acumulação capitalista chegam ao século XX viabilizando um processo de reestruturação produtiva do capital a partir da

implantação de padrões de gerenciamento adotados em momentos de progressão tecnológica e científica do trabalho. Ao lado de novos padrões de produção, o desemprego cresce com as crises.

A partir dos anos 1970, elas vão culminar numa crise de proporção estrutural que ativa os limites absolutos do capital. Ao lado da crise estrutural, a acumulação flexível, o neoimperialismo e a política neoliberal trazem novos contornos aos processos de degradação e exploração do trabalho, e uma dimensão crônica do desemprego quando este passa a atingir até mesmo os países de capitalismo avançado.

Sobre esses elementos que deflagram a produção capitalista no século XX, é preciso prosseguir na discussão, na próxima seção.

#### 4. DESEMPREGO NA PRODUÇÃO GERENCIAL DO CAPITAL FINANCEIRO

Os efeitos do movimento do capital sobre as forças produtivas capitalistas adensam-se na sociedade. O exército industrial de reserva e a superpopulação relativa surgem como consequência do movimento expansivo da acumulação capitalista na estrutura produtiva. Já que as bases objetivas do desemprego são estabelecidas na produção, as contradições que se formam no interior do capitalismo não retrocedem, mas ganham proporções cada vez maiores, na mesma proporção do crescimento da riqueza material.

O desemprego nasce no âmbito do modo de produção especificamente capitalista, à medida que o capitalismo atinge a sua maturidade. Desde a expansão do sistema manufatureiro até a Revolução Industrial, o desenvolvimento da proletarização operou-se através da concentração física da força de trabalho. Esses elementos condicionaram as bases objetivas do desemprego nos marcos de um capitalismo não mais concorrencial, mas monopólico.

O capital financeiro implica a superação da fase concorrencial capitalista para a constituição da etapa monopolista; a concorrência continua latente no interior do capital monopolista, sendo este produto da fase concorrencial, pois a concorrência gera os monopólios. No capítulo 23 de *O Capital*, quando trata da lei geral da acumulação, Marx já evidenciava como a concorrência entre capitalistas forja o monopólio e como as grandes empresas contam com total respaldo e apoio das políticas estatais para conseguirem ser bem-sucedidas em suas lutas contra as pequenas empresas.

A natureza e a composição do capital financeiro foi bem delineada no Terceiro livro de *O Capital*, no instante que Marx trata do capital portador de juros e mostra como o movimento D-M-D pode ser precedido pelo capital financeiro, quando o representante do capital produtivo comparece destituído da mercadoria-dinheiro e recorre ao empréstimo bancário. O prestamista está no começo e no fim do processo de rotação do capital, fazendo com que o movimento se expresse na forma D-D-M-D'-D'. Assim o dinheiro sai das mãos do prestamista e acaba nas mãos do prestatário, que transforma a mercadoria-dinheiro em mercadoria (meios de produção e força de trabalho) e depois retorna à forma mercadoria-dinheiro, em que a metamorfose D-D-M-D'-D' representa a produção de valor que se valoriza ou opera a alquimia em que dinheiro se converte em mais dinheiro. O capital emprestado é investido na compra

de meios de produção e força de produção pelo capital produtivo, tendo como preceito ontológico fundamental a captura da mais-valia que deve ser partilhada entre o representante do capital portador de juros e o capital produtivo.

Apesar de Marx não tratar diretamente do capital financeiro, ele teve oportunidade de dedicar-se ao capital portador de juros e aos bancos, mostrando como as distintas manifestações do capital se apropriam do lucro resultante da exploração da força de trabalho. Assim, Marx desfaz o fetichismo do monstro que parece ter vida própria, ou seja, de que dinheiro gera dinheiro ou que juros emanam do nada.

Os juros pagos pelo capitalista do setor industrial ou de serviços ao capitalista do setor bancário decorrem da exploração da força de trabalho; não passam de uma fração da mais-valia apropriada pelo capital industrial/produtivo que é partilhado com o prestamista da mercadoria-dinheiro. Desse modo, Marx explica detalhadamente de onde emanam os juros no movimento de  $D-D-M-D'-D'$  ( $D + \Delta D$ ), lançando por terra todo o misticismo que envolve os juros como se estes emanassem de si mesmos e não da articulação estabelecida entre capital portador de juros e capital produtivo.

A divisão meramente quantitativa do lucro bruto entre duas pessoas que possuem títulos distintos sobre o mesmo capital – e, portanto, sobre o lucro engendrado por ele – converte-se, assim, numa divisão qualitativa tanto para o capitalista industrial que trabalha com capital emprestado como para o capitalista monetário que não investe diretamente seu capital. Uma parte do lucro se apresenta agora como fruto que, como tal, pertence ao capital na qualidade de juros; a outra parte se apresenta como fruto específico do capital numa forma oposta, isto é, como ganho empresarial. Uma aparece como simples fruto da propriedade do capital, a outra, como fruto da mera operação com o capital, como fruto do capital em ação ou das funções que o capitalista ativo desempenha. (MARX, 2017b, p. 424).

A complexidade do capital ganha novos corolários com a ampliação do poder do sistema financeiro no decorrer do século XIX, à proporção que os bancos passam a acompanhar e, depois, a controlar o desenvolvimento do capital industrial. Os bancos deixam de ser meros espaços para guardar dinheiro e passam a definir o movimento de rotação do capital produtivo, pois observam de forma interessada o caminho do sucesso das empresas capitalistas no mercado mundial.

Na esteira da teoria marxiana desenvolvida no Livro terceiro de *O Capital*, Rudolf Hilferding escreve sua obra importantíssima para a compreensão da anatomia do capital, que ganha uma nova configuração no final do século XIX, na Alemanha e nos

EUA, superando a economia inglesa. O capital financeiro se constitui como categoria econômica decisiva para o entendimento do desenvolvimento político do imperialismo, o que é tematizado por Lenin, Bukharin e Rosa Luxemburgo. Estes servem como ponto de inflexão para a teoria do novo imperialismo ou imperialismo norte-americano, desenvolvida nas pesquisas de Paul Baran e Paul Sweezy, Harry Magdoff, John Bellamy Forster, Fred Magdoff, Ellen Meiksins Wood, David Harvey etc.

Assim como o capital industrial claramente configurado depois da Revolução Industrial na Inglaterra se mostrou como uma espécie de síntese das formas pretéritas de manifestação do capital usurário, comercial e mercantil, o capital financeiro emerge como categoria econômica mais complexa que o capital industrial e, portanto, como síntese das múltiplas determinações.

Encontramos em Hilferding o esclarecimento da peculiaridade do capital financeiro nos seguintes termos:

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma vez cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais (HILFERDING, 1985, p. 219).

O capital financeiro comparece como uma espécie mais desenvolvida e elevada de manifestação do capital e, conseqüentemente, com capacidade mais aguçada tanto de obliterar sua verdadeira essencialidade quanto de subordinar o trabalho aos seus imperativos e comandos. A fusão do sistema financeiro com o sistema produtivo é assim destacada por Hilferding (1985, p. 174):

Nesse caso, o capital monetário é transformado, primeiro, em capital bancário e, depois, este, em produtivo. Ao invés de capitalistas monetários particulares investirem seu dinheiro em ações industriais, investiram em ações bancárias, e o banco, ao comprar ações industriais, o transformou em capital industrial. O capital financeiro serve para expressar a nova relação social em que os bancos deixam de ser simples mediadores das operações para se constituírem como co-proprietários da indústria.

A entrada em cena do capital financeiro abre o leque de possibilidades para o capitalista destituído da mercadoria-dinheiro. No entanto, com o novo processo de administração da burguesia mediante sociedades anônimas, o capitalista privado e centrado no núcleo familiar perde a função protagonista para a natureza cada vez mais abstrata do capital. A personificação do capital se dilui na figura dos acionistas que distribuem seu capital nos ramos mais lucrativos do mercado mundial. A mundialização do capital inaugurada pelo capital mercantil invade todas as partes do mundo e transforma os estados nacionais em correias de transmissão de seus interesses. Desse modo, todas as formas de organização da produção alheia e estranha ao capital são paulatinamente destruídas.

A subordinação do capital usurário, mercantil, comercial, industrial e agrário ao capital financeiro marca toda a história da humanidade nos séculos XX e XXI, assumindo, depois das crises econômicas de 1970, um envoltório de misticismo nas formas do capital produtivo e improdutivo, especulativo, fictício ou parasitário. A hipertrofia do capital financeiro na década de 1970 representa uma nova mundialização do capital; a dívida pública, os derivativos, os fundos de pensão e fundos mútuos assumem corolários centrais no desenvolvimento do mercado mundial. Este processo contará com o respaldo sistemático do desenvolvimento científico-tecnológico, que acelerará as operações nas bolsas de valores e as transações internacionais em que o sistema financeiro assume papel de protagonista no controle do trabalho do proletariado.

O imperialismo não passa de política econômica subordinada aos grandes oligopólios, que substituíram a livre concorrência como a esfera principal da acumulação de capital até então. O imperialismo implica a intensificação da luta capitalista entre os estados-nacionais pela busca de mercados, excesso de produção e possibilidades de capitalização para a acumulação de mais-valia. Nesse processo, os mecanismos de acumulação por espoliação passam a ser recorrentes. O complexo industrial-militar revela-se claramente na partilha do mundo por áreas de influência das grandes corporações transnacionais e os estados-nacionais não passam de satélites especializados para a concentração e a centralização de capitais.

No contexto de recuperação das economias imperialistas afetadas pela Segunda Guerra Mundial, o fim do pacto de Breton Woods, ou da relação de paridade do dólar com o ouro, implicou uma hipertrofia do capital financeiro em que a economia mundial passou a experimentar crises cada vez mais crescentes. A impossibilidade de

deslocar as contradições do capital mediante a recorrência a uma terceira guerra mundial desvela os limites absolutos da capital financeiro.

Nota-se que no capitalismo monopolista, desenvolve-se um novo padrão produtivo, primeiramente, vinculado à gerência científica do trabalho: o taylorismo e o fordismo. A lógica de gerenciamento da empresa capitalista diante desses novos padrões de produção estimulou um novo tipo de divisão do trabalho visando ao máximo de produtividade com o máximo de controle sobre a força de trabalho. A dimensão estrutural do desemprego surge ante uma crescente proletarização de atividades profissionais para além das fábricas. O desemprego estrutural alcança a magnitude expansiva do capital financeiro, num cenário onde o exército industrial de reserva e uma superpopulação relativa tornam-se cada vez mais intensos.

Como o capitalismo necessita constantemente elevar sua acumulação de capital, o constante processo de reestruturação na produção torna-se uma condição de sobrevivência do sistema. O capitalismo avança a produção na mesma proporção em que gera crises que, com o tempo, alcançam uma dimensão estrutural, na mesma direção em que se amplia um desenfreado índice de desemprego no mundo inteiro. A partir dos anos 1970, com a crise estrutural do capital, entram em cena o padrão produtivo da acumulação flexível e a política neoliberal e neoimperialista atrelados a uma dimensão crônica do desemprego.

A intensificação de uma constelação de práticas econômicas, políticas e culturais, adotadas pelo imperialismo clássico, ampliou a capacidade das economias avançadas para extrair lucros das economias atrasadas. Nesse cenário, a nova espécie de imperialismo desenvolvido pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial se intensificou na década de 1980, agravando ainda mais o problema do desemprego mediante inúmeros processos de privatizações de empresas estatais para atender aos interesses das grandes corporações transnacionais. Com isso, o capital financeiro assumiu um domínio universal na contemporaneidade, avançando e retrocedendo junto às contradições disseminadas no interior de sua ordem. O desemprego crônico segue na beira do precipício dos limites absolutos na etapa da hipertrofia do capital financeiro.

#### 4.1. TAYLORISMO. FORDISMO E O DESEMPREGO ESTRUTURAL

Na trajetória histórica do modo de produção capitalista, a burguesia se apoderou de inúmeras táticas para elevar seu acúmulo de capital. Em seus primórdios, retirou todas as ferramentas de trabalho das mãos dos operários e camponeses, deixando-lhes apenas a oportunidade de garantir o sustento por meio da venda de sua força de trabalho no mercado. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o capitalismo passou por vários ciclos que evidenciaram estabilidade, prosperidade, superprodução e estagnação. As fases desses ciclos desembocam sempre numa crise geral que necessita ser reestruturada para dar continuidade à lógica da existência do sistema produtivo vigente: elevar incessantemente o padrão de acumulação de capital.

O modo de produção capitalista busca preservar a sua hegemonia diante de uma constante reformulação de suas bases produtivas. Pela sua essência, ele precisa estabelecer-se “a partir de dentro do turbilhão da mudança” (HARVEY, 2009, p. 22). As mudanças no interior da produção capitalista são necessárias, pois o capitalismo precisa constantemente obter uma crescente expansão de capital para assegurar o seu poder hegemônico. Sabendo que o capitalismo é permeado por crises e transformações que o colocam, a todo tempo, em risco de constante instabilidade, reestruturar a produção para manter o padrão acumulativo de capital sempre crescente é o seu objetivo econômico primordial.

Antes da Primeira Guerra Mundial, o capitalismo estava sob “novas condições de produção (a máquina, a fábrica, a urbanização), de circulação (os novos sistemas de transportes e comunicações) e de consumo (a ascensão dos mercados de massa, da publicidade, da moda de massas)” (HARVEY, 2009, p. 32). O estabelecimento de uma crescente acumulação de capital levou à produção, mais especificamente no século XX, a atingir as bases de um capitalismo monopolístico, financeiro mundial, no qual rápidas mudanças se fizeram necessárias diante da sofisticação dos meios para absorver, codificar e sugerir novas linhas de ação na produção. Essas novas linhas de ação foram criadas para reordenar e manter a expansão da produção de capital sempre ascendente.

Os processos de reestruturação produtiva do capital são sempre uma reação profunda da burguesia às suas “crises que incidem diretamente na própria

organização capitalista, no empobrecimento e na congestão da vida” (HARVEY, 2009, p. 34) social. Novas táticas no processo de produção são geradas para suprir a economia e os déficits financeiros em meio às crises; tudo isso à custa da exploração de uma classe que nada tem de valor para o sistema produtivo a não ser sua força de trabalho transformada em capital.

A persistência da dispensação da força de trabalho é um fator necessário e tem raízes profundas nas contradições insanáveis do modo de produção capitalista. Os condicionantes conjunturais que tornaram evidente essa problemática<sup>22</sup> estão alicerçados nas relações de produção do século XVI ao século XIX, período em que a manufatura deu lugar à maquinaria e à grande indústria. Atrelado ao desenvolvimento produtivo sob o viés da lei geral de acumulação capitalista, os processos de crise<sup>23</sup> e reestruturação do capital se adensam e resultam em novas configurações nas relações de produção. Estas, por sua vez, inauguram um novo cenário no século XX; o desemprego operário generaliza-se como um fator estrutural irrefutável na esfera da mundialização monopólica do capital.

O capitalismo concorrencial experimentou as modificações de um novo ordenamento na dinâmica produtiva com a era monopolista. Segundo Netto (1992, p. 19), ele “recolocou em patamar mais alto o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica”, potencializando as contradições fundamentais do sistema burguês já explicitadas no estágio anterior e combinando-as com novas contradições e antagonismos.

No século XX, a dinâmica econômica tem um crescimento progressivo dos preços das mercadorias, das taxas de lucros nos setores monopolizados, da taxa de acumulação de capital e dos custos de venda, da concentração dos investimentos nos

---

<sup>22</sup> Este salto histórico reflete os condicionantes conjunturais que tornaram evidente a problemática do desemprego operário e sua ampliação a proporções estruturais e crônicas no modo de produção capitalista. Tal processo remete ao século XVI com a gênese da produção comercial, ao século XIX com a maquinaria e a grande indústria, e aos séculos XX e XXI, com o capital monopólico em escala mundial.

<sup>23</sup> A constante ampliação e socialização da produção acompanha a crescente apropriação privada do produto. Essa contradição leva a uma concentração e centralização do capital; a uma constante expulsão da força de trabalho, criando uma população desempregada cada vez maior; a uma tendencial ampliação da pauperização absoluta e relativa; e a uma tendencial queda da taxa de lucro. Partindo dessa contradição e seus efeitos, o capitalismo passa a se desenvolver ciclicamente. As fases desse ciclo são estabilidade, prosperidade, superprodução e estagnação. Assim, “os ciclos capitalistas desembocam sempre numa crise geral, o fim de um ciclo é o começo de outro”.

setores de maior concorrência e a ampliação do desemprego ao economizar trabalho vivo com a introdução de novas tecnologias.

A partir da criação da administração científica do trabalho ou do modelo taylorista de produção, no início do século XX surge um novo processo de cooperação sobre a gerência capitalista. Trata-se de “um padrão de acumulação sustentado no industrialismo e na atuação monopolista dos capitais, cujo conhecimento científico se torna cada vez mais decisivo para desenvolver as diversas áreas da produção industrial” (DRUCK, 1999, p. 41). Enquanto prática gerencial do capital, a nova face desse padrão de produção torna-se fundamental para consolidar a subsunção real do trabalho ao capital. No plano da subjetividade, ela foi necessária para complementar o papel desempenhado pela maquinaria, pois a função de estabelecer um maior controle sobre o processo de trabalho na busca de mais eficiência e produtividade diante da concorrência capitalista impôs, na organização produtiva, a garantia da subordinação intensiva dos trabalhadores ao capital.

Segundo Bernardo (2004, p. 77),

O taylorismo levou ao limite o desenvolvimento da mais-valia relativa assente na componente muscular da força de trabalho. Quando basta apertar com botão para fazer com que uma máquina exerça pressões gigantescas, e não havendo quaisquer motivos técnicos para que as forças mecânicas não continuem a aumentar, pode afirmar-se que é impossível multiplicar mais os músculos do operário. E quando chega o momento em que para provocar um ligeiro aumento no ritmo de execução das tarefas, os patrões têm de aumentar muitíssimo mais todas as formas de vigilância e de pressão sobre os trabalhadores, de maneira que a intensificação do trabalho passe a gerar rendimentos decrescentes, pode concluir-se que é impossível levar mais longe a divisão dos gestos de cada operário nos seus componentes elementares.

O padrão fordista de produção representou a amplificação, a difusão e a consolidação do taylorismo. Transcendendo o chão da fábrica, o fordismo estabeleceu as marcas da racionalidade por meio da capacidade de comando do capital sobre o trabalho. A integração do fordismo ao taylorismo incrementou o uso da tecnologia na linha de montagem e da gerência racional do trabalho, trouxe mudanças necessárias à continuidade da expansão e ampliação do mercado industrial, caracterizando-se pela produção em massa, “obtida por meio da neutralização das resistências e da eliminação de uma parte da classe trabalhadora; e pela ‘persuasão’ sustentada essencialmente na nova forma de remuneração e de benefícios” (DRUCK, 1999, p.

47). Esse padrão de produção “realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido” (BERNARDO *apud* ANTUNES, 2004, p. 83).

A nova organização do trabalho permite às empresas auferir economias de mão-de-obra [...] e *melhoramento do aproveitamento do tempo de trabalho* [...] dada a ritmação imposta pelas máquinas, e trabalha-se mais intensamente. [...] todas as operações estratégicas foram automatizadas com o aumento do poder de comando da gerência sobre o processo produtivo como um todo. (CARVALHO 1987, p. 127).

Conforme Harvey (2009, p. 121), o fordismo, iniciado em 1914, surgiu quando Henry Ford introduziu oito horas de trabalho diário e cinco dólares por dia para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros. Ford visava ao “reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho”.

Nesse padrão de produção,

O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer, suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores (HARVEY, 2009, p. 122).

Ford acreditava tanto no poder corporativo de regulamentação da economia que sua empresa atingiu altos salários no começo da Grande Depressão para aumentar a demanda efetiva, recuperar o mercado e restaurar a confiança nos negócios. Porém, “as leis coercitivas da competição se mostraram demasiado fortes mesmo para o poderoso Ford, forçando-o a demitir trabalhadores e a cortar salários” (HARVEY, 2009, p. 122).

Além de um crescente desemprego, em consonância com as necessidades de acumulação, a produção taylorista-fordista experimenta momentos de crises também nas guerras mundiais. Conforme Baran e Sweezy (1966, p. 222), o capitalismo

monopolista se inicia com “uma década e meia de (relativa) paz, e desde então o mundo inteiro esteve continuamente sob a influência de guerras devastadoras ou de suas consequências”. Isso acarretou um abalo da economia, alterando os recursos disponíveis e toda a estrutura da vida econômica, como o desemprego e a capacidade ociosa de produção. Na particularidade dos Estados Unidos,

A taxa de desemprego média para os oito anos do período 1900-1907 foi 2,9%; para os anos 1908-1915 foi 6,6%. Além disso, de 1900 até 1907 a taxa nunca se elevou a mais de 5%, enquanto de 1908 a 1915 apenas uma vez foi inferior a 5%. Finalmente, quando a economia dava todos os sinais de prosseguir em direção a uma séria depressão, o desemprego subiu a 8% em 1914 e quase 10% em 1915. (BARAN E SWEEZY, 1966, P. 233).

Entre 1920 e 1922, período após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, milhares de trabalhadores tornam-se desempregados por causa da falência de inúmeros estabelecimentos comerciais. A guerra deixou muitos países na miséria, atingindo a economia de algumas empresas e afetando os meios de subsistência dos trabalhadores. No imediato pós-guerra, a economia estadunidense enfrentava uma situação instável “porque não havia a mesma escala de consumo destrutivo promovido pela guerra [...], e a volta dos soldados à vida civil constituía uma massa de trabalhadores aos quais não havia empregos. O desemprego era um empecilho a mais para o consumo” (LESSA, 2007, p. 280).

Esse período de guerras deflagra uma grave crise econômica. A crise de 1929 se alastrou nas bases da acumulação e expansão do capitalismo monopolista, trazendo consequências avassaladoras, “expressas no aumento da produção, no desemprego e na diminuição das vendas. Em 1930, economistas sugeriam maior eficiência e produtividade para o crescimento da acumulação de capital, porém o resultado mais uma vez resultou na elevação do desemprego e das lutas trabalhistas” (FÉLIX, 2021).

No final da década de 1930, aproximadamente,

Um quinto da força de trabalho dos Estados Unidos e mais de um quarto de sua capacidade produtiva estavam ociosos. Daí chegar-se-ia à conclusão de que o produto nacional não teria podido sequer aumentar muito mais do que, digamos, um terço, mesmo se trabalhadores adicionais fossem introduzidos na força de trabalho e se o equipamento de capital trabalhasse com intensidade maior do que a

normal. E, não obstante tudo isso, nos poucos anos seguintes, sob o impacto da guerra e com as restrições inerentes ao mercado capitalista temporariamente removido, a produção industrial duplicou, sendo que o Produto Nacional Bruto real cresceu mais de dois terços. Deve-se acrescentar que esses aumentos ocorriam durante um período em que virtualmente não se realizava investimento líquido algum e mais de 11 milhões de homens nos grupos de idade mais produtiva estavam sendo mobilizados para as forças armadas. Conquanto, naturalmente, nem a capacidade de trabalho nem o equipamento pudessem continuar indefinidamente a ser acionados no auge de intensidade da guerra, ainda assim julgamos que a tremenda expansão da produção entre 1939 e 1944, prova categoricamente que a estimativa oficial do desemprego e os cálculos sobre utilização da capacidade produtiva, deduzidos por métodos estatísticos amplamente aceitos, subestimam a extensão da subutilização de recursos humanos e materiais numa economia monopolista. (BARAN E SWEEZY, 1966, p. 241).

A intensificação das lutas sociais contra a precarização e o desemprego fordista estabeleceu novos rumos aos problemas advindos da crise capitalista em meio às guerras. A monopolização do capital na direção do binômio fordismo/Estado de Bem-Estar Social foi uma saída emergente à crise, utilizada pelo sistema produtivo a fim de modernizar o modelo gerencial taylorismo-fordista e fortalecer o aparato estatal na reprodução da força de trabalho com a garantia de direitos sociais. Para Druck (1999, p. 50, grifos do autor),

O Estado de Bem-Estar Social surge nos países capitalistas centrais como resposta ao movimento de lutas do trabalhador, abrindo um novo período de disputa política, no plano mundial, entre capitalismo e socialismo e, nos planos nacionais, o *Welfare State* como forma de enfrentar a intensificação das lutas operárias, na busca por recuperar a iniciativa, a participação e o controle sobre os trabalhadores e suas vidas. Este Estado foi bastante funcional ao capital, pois, como um aliado primordial da classe dominante tinha o intuito de amenizar os conflitos sociais, buscando uma aparente harmonia social, para, com isso, evitar o colapso de sua ordem, efetivando o controle por meio de soluções parciais.

Por meio do Estado de Bem-estar Social, as práticas fordistas rearticularam-se com as propostas de políticas de “pleno emprego” e de proteção social do Estado, no intuito de garantir um padrão de qualidade de vida exigido pelas lutas dos trabalhadores. O controle para além das necessidades fabris resultou num grande suporte político e ideológico que conseguiu inserir a participação dos trabalhadores

na produção pelo mercado de países de capitalismo central. Também, ampliou a articulação entre coerção e consenso, fazendo com que as manifestações de conflitos trabalhistas se rendessem à lógica burguesa.

Entre 1945 e 1970, período tido como os “anos de ouro” do capitalismo, um surto de prosperidade proporcionou um grande avanço no padrão de vida de dezenas de milhões de pessoas, além dos gastos com armamentos, que cresceram cerca de “cinco vezes mais – de 11,4 bilhões de dólares em 1947 para 55,2 bilhões em 1963”, conforme Baran e Sweezy (1966, p. 245). Nesse momento histórico, nunca a economia esteve tão sujeita a tão poderosos estímulos. Apesar disso, prematuramente já começaram a surgir alguns indícios de absorção inadequada do excedente, como o agravamento crescente do desemprego e a subutilização da capacidade produtiva. “[...] Entre 1960 e 1963, ocorreu um declínio de 1% na taxa de participação da força de trabalho, o que significa que houve a saída de cerca de 1,3 milhão de trabalhadores da força de trabalho, além das perdas normais através de morte e aposentadoria” (BARAN E SWEEZY, 1966, p. 246).

A tais problemas soma-se a instabilidade da garantia da taxa de lucros. Nesse processo, o sistema de contradições da ordem burguesa se pôs à tona e o binômio fordismo/Estado de bem-estar não conseguiu sobreviver por muito tempo na base da produção. O acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados fez crescer os preços das mercadorias e serviços, elevando as taxas de lucros nos setores monopolizados e provocando um subconsumo e a redução na taxa de lucros de investimentos gerados pela concorrência, economia de trabalho, pela inovação tecnológica e, por fim, o aumento da taxa de afluência de trabalhadores industriais de reserva.

Com isso, nos anos 1970, torna-se evidente a crise do fordismo.

O enfraquecimento das resistências dos trabalhadores foi um elemento importante para abrir caminho a um movimento do capital que, na busca por soluções para resolver a crise, iniciou um processo de reestruturação produtiva, apoiado na crescente adoção da base tecnológica microeletrônica, nas novas políticas de gestão e organização do trabalho fundadas na 'cultura de qualidade' e numa estratégia patronal que visa cooptar e neutralizar todas as formas de organização e resistência dos trabalhadores. São políticas que, por um lado, 'incluem' uma elite no novo padrão que está sendo gestado e, por outro, 'excluem' – através do desemprego e das formas precárias de contratação e subcontratação – grandes parcelas de trabalhadores assalariados. (DRUCK, 1999, p. 72).

Segundo Harvey (2009), a Grande Depressão dos anos 1930 e as subsequentes mobilizações entre guerras trouxeram à tona dois principais impedimentos à continuidade do fordismo.

Sobre o primeiro impedimento,

O estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo. Ford usara quase exclusivamente a mão-de-obra imigrante no seu sistema de produção, mas os imigrantes aprenderam e os trabalhadores americanos eram hostis. [...] A tecnologia da linha de montagem para a produção de massa, implantada muitas vezes nos Estados Unidos, tinha um desenvolvimento muito fraco na Europa antes da metade dos anos 1930. A indústria de automóveis europeia permanecia em sua maior parte uma indústria artesanal de alta habilidade, produzindo carros de luxos para consumidores da elite, sendo apenas ligeiramente influenciada pelos procedimentos de linha de montagem na produção em massa de modelos mais baratos antes da Segunda Guerra Mundial. (HARVEY, 2009, p. 124).

A segunda barreira importante

Estava nos modos e mecanismos de intervenção estatal. Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista; e foi preciso o choque da depressão selvagem e do quase colapso do capitalismo na década de 30 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado. (HARVEY, 2009, p. 124).

O problema da configuração do poder estatal só pôde ser resolvido após 1945. Somente então o fordismo se tornou um regime de acumulação plenamente acabado e maduro. Conforme Harvey, “sua maturidade teve como marco um longo período de expansão pós-guerra, mantendo-se mais ou menos intacto até 1973”. Ao longo desse processo histórico, o modo de produção vigente “nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico” (HARVEY, 2009, p. 125).

Desse modo, “os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas,

tornada remota”. Por fim, “o fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas” (HARVEY, 2009, p. 125). Esse processo de grande expansão capitalista trouxe também “sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema” (HARVEY, 2009, p. 132).

Esse processo de grande expansão capitalista trouxe também “sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema”. (HARVEY, 2009, p. 132). Para este autor,

A negociação fordista de salários estava confinada a certos setores da economia e a certas nações-Estado em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção em massa. Outros setores de produção de alto risco ainda dependiam de baixos salários e de fraca garantia de emprego. E mesmo os setores fordistas podiam recorrer a uma base não fordista de subcontratação. [...] As desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos – movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado. [...] Sem acesso ao trabalho privilegiado da produção de massa, amplos segmentos da força de trabalho não tinham acesso às tão louvadas alegrias do consumo de massa. [...] E o choque da descoberta de uma terrível pobreza em meio à crescente afluência gerou fortes movimentos de descontentamento com os supostos benefícios do fordismo. (HARVEY, 2009, p. 132).

Não podemos esquecer todos os insatisfeitos do Terceiro Mundo, cujo processo de modernização, que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, “na prática, promovia a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios, a não ser para uma elite nacional” que colaborava com o capital internacional ativamente (HARVEY, 2009, p. 133).

Harvey também reconhece que o fordismo, devido a um ciclo de desenvolvimento econômico e de crises, tornou evidentes alguns problemas incontornáveis na base do capital. Por um lado, muitos investimentos foram necessários para continuar a larga escala tecnológica na produção em massa, porém, por outro lado, elevam-se ainda mais a precarização dos salários e o desemprego. Com a falta de emprego, a precarização dos salários e do trabalho, torna-se evidente

a subcontratação que intensificou as desigualdades sociais, e conseqüentemente, as fortes tensões sociais advindas dos movimentos sociais. Nas palavras do autor,

A subsequente desvalorização do poder do trabalho e a consistente degradação relativa da condição da classe operária nos países de capitalismo avançado tiveram então como paralelo a formação de um proletário imenso, amorfo e desorganizado em boa parte do mundo em desenvolvimento. Isso gerou uma pressão descendente sobre as taxas de salários e as condições de trabalho em toda parte. Forças de trabalho de baixa remuneração facilmente exploradas associaram-se à crescente facilidade de mobilização geográfica da produção, na abertura de novas oportunidades de empregos lucrativo de capital excedente. Mas em pouco tempo isso exacerbou em todo o mundo o problema da produção de capital excedente. Mesmo assim, o desemprego se elevou e as taxas de salário e a militância da classe operária foram contidas. (HARVEY, 2009, p. 59).

Além disso,

O conseqüente enfraquecimento da demanda efetiva foi compensado nos Estados Unidos pela guerra à pobreza e pela guerra do Vietnã. Mas a queda da produtividade e da lucratividade corporativas depois de 1966 marcou o começo de um problema fiscal nos estados Unidos que só seria sanado à custa de uma aceleração da inflação, o que começou a solapar o papel do dólar como moeda reserva internacional estável. A formação do mercado do eurodólar e a contratação do crédito no período de 1966-1967 foram, na verdade, sinais prescientes da redução do poder norte-americano de regulamentação do sistema financeiro internacional. Foi também perto dessa época que as políticas de substituição de importações em muitos países do Terceiro Mundo [...] geraram uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente. (HARVEY, 2009 p. 135).

No período de 1965 a 1973, a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo tornou-se cada vez mais evidente. Toda tentativa de superar esses problemas “encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período de 1968-1972” (HARVEY, 2009, p. 135). Em 1973, o colapso desse padrão produtivo iniciou o período de rápida mudança e incerteza: a acumulação flexível, como se verá a seguir.

## 4.2. DESEMPREGO EM FACE DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Como vimos anteriormente, o padrão produtivo fordista-keynesiano, que se estendeu num longo período pós-guerra, de 1945 a 1973, entra em colapso e dá lugar a um novo padrão de produção. Em 1973, iniciou-se um novo período de rápida mudança e incerteza. Para que o capital reconstituísse sua base de valorização, que foi debilitada pelo “desenvolvimento da Terceira Revolução Tecnológica”<sup>24</sup>, foi necessário a implantação de um novo modelo de acumulação, o padrão flexível ou Toyotismo. Essa alternativa no processo produtivo foi propiciada para recuperar a economia na esfera entre capital e trabalho, que, em meio a um momento complexo da reestruturação produtiva, alcançou um poder ideológico e estruturante considerável.

Segundo Alves (2000, p. 29), ao se vincular “ao sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional”, um processo de universalização ocorre quando, várias técnicas passam a ser importadas do Japão para diversos países e setores entre 1970 e 1980. Os primeiros indícios disso ocorrem com os chamados “CCQs e, quase que em paralelo, a do *Kanban/just-in-time*”. Logo depois, vários elementos foram acrescentados, como “TQC (*Total Quality Control*), *Kaizen*, técnica dos 5Ss, TPM (*Total Productive Maintenance*) e outras” (ALVES, 2000, p. 29, grifos do autor). Para lograr valor universal por meio das próprias exigências do capitalismo mundial, foram necessárias “novas condições de concorrência e de valorização do capital, surgidas a partir da crise capitalista dos anos 1970” (ALVES, 2000, p. 30).

Para além das condições históricas de sua gênese, o toyotismo torna-se adequado, sob a mundialização do capital, mediante nova base técnica do capitalismo, com a presença de tecnologias microeletrônicas na produção. Tal inovação no âmbito das relações de produção exige um novo tipo de envolvimento operário e, portanto, uma nova subordinação real e intelectual do trabalho ao capital.

---

<sup>24</sup> A Primeira Revolução Industrial surgiu na era da máquina a vapor no século XVIII e a Segunda Revolução Industrial ocorreu entre 1860 e a Primeira Guerra Mundial, onde o petróleo passou a competir com o carvão e a eletricidade foi efetivamente utilizada pela primeira vez, criando uma nova fonte de energia para operar motores, iluminar cidades e proporcionar comunicação instantânea entre as pessoas. Já a chamada Terceira Revolução Tecnológica emerge imediatamente após a Segunda Guerra Mundial e começa a ter um impacto significativo no modo como a sociedade organiza a sua atividade econômica através da implantação de robôs com controle numérico, computadores e softwares avançados – o início de ‘máquinas inteligentes’. (RIFKIN, 2004, p. 60).

Novos princípios de administração da produção capitalista e de gestão da força de trabalho são regidos pelo modelo da acumulação flexível como um nível superior de racionalização do trabalho que não rompe rigorosamente com a essência do taylorismo-fordismo, mas estabelece uma linha de continuidade. Assumindo um valor universal, “o toyotismo mescla-se, em maior ou menor proporção, a suas objetivações nacionais (e setoriais), com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilização” (ALVES, 2000, p. 33).

No que se refere à gestão da força de trabalho, houve um novo salto qualitativo “na captura da subjetividade operária pela lógica do capital no plano da consciência de classe” (ALVES, 2000, p. 31). Por imperar uma intensificação do ritmo de trabalho na busca de uma maximização de lucros e utilizar uma repetitividade do trabalho numa margem de polivalência operária que representa o extremo da desqualificação, fragmentação e precarização do trabalho, o modelo flexível de acumulação de capital estabelece grandes impactos sobre a classe trabalhadora. Tais impactos, também se revelam na busca de

capturar o pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias. É por isso que, por exemplo, a auto-ativação centrada sobre a polivalência, um dos nexos contingentes do toyotismo, é uma iniciativa 'educativa' do capital, é – entre outros – um mecanismo de integração (e controle) do trabalho à nova lógica do complexo produtor de mercadorias. (ALVES, 2000, p. 55).

Nessa perspectiva, um mecanismo de controle e de integração é atribuído aos trabalhadores que produzem uma dada mercadoria, ou que prestam um dado serviço, cuja função é a de “fiscalizarem eles mesmos a qualidade do produto” (BERNARDO, 2004, p. 85). Fixando a produção de um grande volume global de mercadorias num curto período de tempo, o movimento automatizado da cadeia de montagem dita o ritmo global das operações por meio de um grupo de poucos trabalhadores dentro dos limites estabelecidos pela administração das empresas, em vez de cada posto de trabalho corresponder a um único trabalhador, encarregado de uma tarefa simples e inteiramente predeterminada, como na fase do taylorismo clássico.

Conforme Harvey (2009), esse novo padrão produtivo de acumulação se caracterizou pela negociação de mercados transnacionais, taxas elevadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, novos setores de produção, rápidas

mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual e um vasto movimento no emprego com o “terceiro setor”, além de um índice elevado do desemprego massivo. Para ele,

Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. [...] A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego 'estrutural' (em oposição à 'friccional'), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 2009, p. 141).

Sobre o mercado de trabalho, Harvey explica que ele passou por uma radical reestruturação. Por meio da volatilidade do mercado, elevação da competição e diminuição dos lucros, os capitalistas tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de desempregados ou subempregados, para impor regimes e contratos de trabalhos flexíveis. Além disso, a intensificação da exploração do trabalho tornou-se bastante notória:

Mesmo para os empregados regulares, sistemas como 'nove dias corridos' ou jornadas de trabalho que tem em média quarenta horas semanais ao longo do ano, que obrigam o trabalhador a trabalhar bem mais em período de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vem se tornando muito mais comuns. (HARVEY, 2009, p. 143).

Tão importante quanto isso é a *progressiva* redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Esses arranjos de empregos flexíveis são uma forma de trabalho benéfica apenas para a classe capitalista, jamais para a classe trabalhadora. A falta de emprego formal, devido às intensas crises capitalistas e ao crescente desenvolvimento de capital, deixou milhões de pessoas à mercê da informalidade do trabalho. Os arranjos de empregos flexíveis proporcionaram grandes desvantagens para a classe trabalhadora, pois trouxeram a insegurança, a desregulamentação, a precariedade, a estagnação e a privatização. Já para a classe burguesa foi uma saída estratégica a fim de amenizar os crescentes índices de desemprego, pauperização e lutas sociais.

Harvey (2009, p. 144) reconhece que “os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo”. Assim, cresce a subcontratação ou o trabalho temporário, em vez do trabalho em tempo parcial. Como afirma o autor, “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”.

As transformações da estrutura no mercado de trabalho tiveram, em paralelo, mudanças também importantes na organização industrial. Como o exemplo da subcontratação, sabe-se que esta “abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalista revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não como apêndices do sistema produtivo” (HARVEY, 2009, p. 145). Contudo,

A ascensão de novas formas de organização industrial e o retorno de formas antigas [...] representam coisas bem diferentes em diferentes lugares. Às vezes, indicam o surgimento de novas estratégias de sobrevivência para os desempregados ou pessoas totalmente discriminadas (como os haitianos em Miami ou Nova Iorque), enquanto em outros casos existem apenas grupos imigrantes tentando entrar num sistema capitalista, formas organizadas de sonegação de impostos ou o atrativo de altos lucros no comércio ilegal em sua base. Em todos esses casos, o efeito é uma transformação do modo de controle do trabalho e de emprego. (HARVEY, 2009, p. 145).

As formas antigas de organização da classe trabalhadora dependiam muito mais do acúmulo de trabalhadores nas fábricas, do que os que trabalhavam nos sistemas familiar e doméstico. A partir da implantação da acumulação flexível, o uso dessas formas antigas de trabalho e produção pequeno-capitalistas trouxe grandes vantagens para o capitalista, por proporcionar o “solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação objetiva da luta de classes” (HARVEY, 2009, p. 145). Conforme este autor, a consciência de classe, nesse retorno do sistema familiar e doméstico

já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho, passando para um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentescos ou semelhantes a um clã que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas. A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional. (HARVEY, 2009, p. 146).

É preciso ter em mente que o sistema de produção familiar e doméstico de trabalho deve estar relacionado à lei de mercado para não sucumbir pela lógica da concentração e centralização do capital. O colapso de muitas pequenas empresas torna-se um fator bastante comum por muitas delas não possuírem capital inicial suficiente para fazer perdurar a expansão da produtividade. É importante mencionar a transformação do papel da mulher na produção e no mercado de trabalho com a acumulação flexível. Sua inserção está atrelada a uma forte exploração em ocupações de tempo parcial, “substituindo assim trabalhadores homens mais bem remunerados e menos facilmente demissíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação” (HARVEY, 2009, p. 146).

Em paralelo a este processo, segue “o aumento da capacidade do capital multinacional de levar, para o exterior, sistemas fordistas de produção em massa, e ali explorar a força de trabalho feminino extremamente vulnerável em condições de remuneração extremamente baixa e segurança do emprego negligenciável” (HARVEY, 2009, p. 146).

Segundo Harvey (2009, p. 148-149), em comparação com a duplicação da oferta de empregos ocorrida nas fábricas entre 1954 e 1970, o índice de contratação de força de trabalho restou estacionário depois de 1970. Somente após 1972 houve uma rápida contração do emprego industrial, com maior relevância “do rápido aumento do emprego em serviços, não tanto no varejo, na distribuição, nos transportes e nos serviços pessoais (que se mantiveram razoavelmente estáveis ou até perderam terreno), como na assistência, nas finanças, nos seguros e no setor de imóveis”; além da “saúde e educação”.

Conforme o autor,

A exata interpretação a ser dada a isso é objeto de considerável controvérsia. Pode-se atribuir parte da expansão, por exemplo, ao

crescimento da subcontratação e da consultoria, que permitem que atividades antes internalizadas nas firmas manufatureiras sejam entregues a empresas separadas. Também pode ser que a necessidade de acelerar o tempo de giro no consumo tenha provocado uma mudança de ênfase da produção de bens para a produção de eventos. Seja qual for a explicação completa, para tratar da transformação das economias capitalistas avançadas a partir de 1970, é preciso considerar cuidadosamente essas transformações da estrutura ocupacional. (HARVEY, 2009, p. 149).

Conforme Harvey, sempre existiu no capitalismo uma tensão entre monopólio e competição, entre centralização e descentralização de poder econômico, mas hoje ela está se manifestando de maneira fundamentalmente nova. O capitalismo tem se “organizado *através* da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo”, “tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto institucional” (HARVEY, 2009, p. 150-151).

Tais processos de organização e de centralização implosiva no interior da produção capitalista, de acordo com Harvey (2009), foram alcançados por meio de dois desenvolvimentos paralelos de grande importância.

Em primeiro lugar, “as informações precisas e atualizadas são agora uma mercadoria muito valorizada” (HARVEY, 2009, p. 151). Ou seja,

O acesso à informação, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados. A capacidade de resposta instantânea a variações das taxas de câmbio, mudanças das modas e dos gostos e iniciativas dos competidores tem hoje um caráter mais crucial para a sobrevivência corporativa do que teve sobre o fordismo. [...] Mas isso é, em certo sentido, apenas a ponta ilegal de um *iceberg* em que o acesso privilegiado a informações de qualquer espécie (tais como conhecimentos científicos e técnicos, políticas do governo e mudanças políticas) passa a ser um aspecto essencial das decisões bem-sucedidas e lucrativas. (HARVEY, 2009, p. 151, grifos do autor).

O segundo desenvolvimento, que foi muito mais importante do que o primeiro na visão do autor, “foi a completa reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira” (HARVEY, 2009, p. 152). Assim,

Mais uma vez, houve um movimento dual; de um lado, para a formação de conglomerados e corretores financeiros de extraordinário poder global; e, do outro, uma rápida proliferação e descentralização das atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercados financeiros totalmente inéditos. [...] A formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito. (HARVEY, 2009, p. 152).

Harvey (2009, p. 155) conclui que “os novos sistemas implantados a partir de 1972 mudaram o equilíbrio de forças em ação no capitalismo global, dando muito mais autonomia ao sistema bancário e financeiro em comparação com o financiamento corporativo, estatal e pessoal”. E acrescenta (2009, p. 155): “a potencialidade de formação de crises financeiras e monetárias autônomas e independentes é muito maior do que antes”, embora o sistema financeiro tenha “mais condições de minimizar os riscos através da diversificação e da rápida transferência de fundos de empresas, regiões e setores em decadência para as empresas, regiões e setores lucrativos”.

Harvey (2009, p. 160) também considera que há muitos sinais de continuidade, em vez de ruptura, da acumulação flexível com a era fordista. Isso porque “o compromisso com a competição no ‘livre mercado’ e com a desregulamentação não se enquadra inteiramente na onda de fusões, consolidações corporativas, nem no extraordinário crescimento de interligações entre distintas firmas nacionais rivais”. É que “foram abertas arenas de conflito entre a nação-Estado e o capital transnacional, comprometendo a fácil acomodação entre grande capital e grande governo, tão típica da era fordista”.

Para o autor, esse cenário do Estado hoje se encontra numa posição muito mais problemática, pois

É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um 'bom clima de negócios', para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas. [...] As modalidades, os alvos e a capacidade de intervenção estatal sofreram uma grande mudança a partir de 1972

em todo o mundo capitalista, pouco importando a tendência ideológica do governo no poder. Isso não significa, porém, que o intervencionismo estatal tenha diminuído de modo geral, visto que, em alguns aspectos – em particular no tocante do controle do trabalho - a intervenção do Estado alcança hoje um grau bem mais fundamental. (HARVEY, 2009, p. 161).

#### Outro problema ainda mais grave é

O sucesso político do neoconservadorismo que dificilmente pode ser atribuído as suas realizações econômicas globais (seus fortes resultados negativos em termos de desemprego, de crescimento sofrível, de rápido deslocamento e da espiral da dívida só são compensados pelo controle da inflação), vários comentaristas tem atribuído sua ascensão a uma mudança geral das normas e valores coletivos que tinham hegemonia, ao menos nas organizações operárias e em outros movimentos sociais dos anos 50 e 60, para um individualismo muito mais competitivo como valor central numa cultura empreendedimentista que penetrou em muitos aspectos da vida. (HARVEY, 2009, p. 161).

Em meio às evidentes raízes que proporcionaram a transição do fordismo para a acumulação flexível, o movimento do capital atual acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contraditório. Segundo Harvey (2009, p. 164, grifos meus), “como a acumulação flexível ainda é (*e sempre será*) uma forma de capitalismo, podemos esperar que algumas proposições básicas se mantenham”.

Neste processo, três características essenciais do modo de produção capitalista incidem diretamente sobre a lógica do desemprego na perspectiva de Harvey (2009, p. 166). A primeira característica tem como pressuposto que “o capitalismo é orientado para o crescimento”, ou seja:

Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. Isso implica que o capitalismo tem de preparar o terreno para uma expansão do produto e um crescimento em valores reais (e, eventualmente, atingi-los), pouco importa as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas. Na medida em que a virtude vem da necessidade, um dos pilares básicos da ideologia capitalista é que o crescimento é tanto inevitável como bom. A crise é definida, em consequência, como falta de crescimento. (HARVEY, 2009, p. 166).

A segunda característica do capitalismo é o seu “crescimento em valores reais que se apoia na exploração do trabalho vivo na produção”. O que não significa que

o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista. (HARVEY, 2009, p. 166).

E, por fim, como terceira característica: o “capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico” (HARVEY, 2009, p. 169). Para o autor,

Isso decorre em parte das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovações em sua busca do lucro. Mas a mudança organizacional e tecnológica também tem papel chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho. Além disso, se o controle do trabalho é essencial para a produção de lucros e se torna uma questão mais ampla do ponto de vista do modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como o aparelho do Estado, os sistemas políticos de incorporação e representação etc.) se torna crucial para perpetuação do capitalismo. Deriva em parte dessa necessidade a ideologia de que o 'progresso' é tanto inevitável como bom. (HARVEY, 2009, p. 169).

O revolucionamento das forças produtivas em sua ordem dissemina contradições e crises que trazem a necessidade da produção se reestruturar. Ao longo da história do capitalismo, vimos em Marx que a lei geral da acumulação capitalista tem como essência trazer um movimento gerador e perpetuador de contradições na órbita dos limites absolutos do capital. Dada a natureza do capital, no capitalismo ele se ajusta para atender às necessidades primordialmente econômicas da burguesia.

É importante trazermos algumas considerações finais sobre os efeitos da essência do capitalismo, no que se refere à acumulação flexível e sua dinâmica na estrutura de classes.

O padrão produtivo da acumulação flexível aproveitou os resultados do taylorismo com relação à análise do processo de trabalho nos seus componentes elementares, aprimorando esses resultados, alterando os métodos de ajustamento e mobilização dos trabalhadores e analisando os elementos do processo de trabalho físico e intelectual. As atividades intelectuais do trabalho movidas pela maquinaria automatizada e informatizada foram estabelecidas num ritmo do processo de trabalho mais intensificado, configurando um quadro extremamente rentável para o capital, na retomada dos ciclos de acumulação e na recuperação da sua rentabilidade. Já a reestruturação produtiva do capital no âmbito da acumulação flexível impulsiona grandes transformações no trabalho e na fragmentação de classe. Nas palavras de Bernardo (2004, p. 120),

A fragmentação da força de trabalho atingiu um estágio ainda mais avançado quando os chefes de empresas começaram na década de 1990 a proceder a despedimentos maciços. Além da forma tradicional e mais simples, que consiste em mandar as pessoas para a rua e deixá-las sem qualquer emprego, o que na realidade se passou foi a conjugação de várias modalidades de assalariamento num processo novo e bastante complexo.

Em primeiro lugar, a fase estagnada da superpopulação relativa no ciclo industrial agora se revela num cenário onde “muitos trabalhadores, frequentemente providos de excelentes qualificações, que antes encontrariam nas grandes firmas empregos estáveis e relativamente bem remunerados, não conseguem mais do que contratos a prazo ou lugares a tempo parcial” (BERNARDO, 2004, p. 120).

Ao deflagrar a crise econômica mundial, desde 1974 até 1981,

Em praticamente todas as economias evoluídas aumentou a parte ocupada no emprego pelo trabalho a tempo parcial. [...] A queda das taxas de desemprego, quando se verifica, tem correspondido a um aumento da porcentagem do trabalho temporário e a tempo parcial. Um grande número de desempregados é convertido, com a ajuda do Estado ou diretamente das empresas que os demitiram, em trabalhadores por conta própria. São muito frequentes os casos em que eles passam a trabalhar sob contrato para a mesma empresa em que antes haviam exercido funções enquanto assalariados, mas a possibilidade que a empresa tem de ditar as condições do contrato e de controlar o seu desempenho faz com que a independência destes profissionais seja meramente fictícia. (BERNARDO, 2004, p. 120-123).

Em concordância com Harvey (2009) quanto ao aumento da empregabilidade em tempo parcial, Bernardo (2004) explica que a oferta de emprego temporário ou mesmo em tempo parcial tem crescido desenfreadamente como uma forma de as empresas enxugarem gastos. Essa dinâmica também corresponde à conversão de um grande número de desempregados, que antes estavam recebendo ajuda do governo ou das empresas e das quais foram demitidos para se tornar trabalhadores independentes.

Essa independência é meramente fictícia, pois esse tipo estagnado de superpopulação relativa destitui o trabalhador de seus direitos trabalhistas, além de resultar em baixos salários e no agravamento da instabilidade. Diante desse quadro, a lógica de diminuição do desemprego não passa de uma manobra da gerência capitalista para adaptar o mercado de trabalho a fim de elevar o acúmulo de capital. Instaura-se uma redução do desemprego com base em preceitos de mais empregos, cujo fim é a elevação da precarização.

Essa tendência tem se manifestado não apenas nos países de chamado terceiro mundo, mas também nos países de nível mais avançado. Sob as determinações do capital, instala-se uma das principais características do recente perfil do mundo do trabalho. Para Bernardo (2004, p. 93), essa forma de precarização do trabalho é uma tática do capital para amenizar a elevação do desemprego estrutural. Aliada à necessidade de inovar as empresas capitalistas para o acúmulo crescente do capital, há a tendência de diminuir gastos com pessoal por meio da empregabilidade tecnológica. Nas fábricas da Fiat, por exemplo, a introdução da primeira geração de robôs reduziu pela metade o número de operários entre 1965 e 1979. Nos anos 1980, o desemprego massivo não se vinculou apenas à dinâmica dos ciclos industriais, mas também a outros componentes estruturais por meio de um impulso tecnológico pronunciado que gerou um crescimento constante da produtividade do trabalho.

Outro exemplo, conforme Beaud & Pialoux (2009, p. 25), são as fábricas francesas da Peugeot, em fins do século XX. As novas exigências sociais contrastavam fortemente com as qualidades que os operários possuíam nos tempos do taylorismo, com as incidências ideológicas instaladas num trabalho aparentemente humanizado. No setor de carroceria das oficinas da Peugeot, instaurava-se, nos anos de 1970, na França, “uma espécie de compromisso entre operários e pequenos agentes de controle” (BEAUD & PIALOUX, 2004, p. 27). A partir dos anos 1980, uma onda de

desemprego forte ocorre entre os operários nas fábricas da Peugeot. Nesse novo cenário da produção capitalista, há um clima de demissões em massa que provoca um receio de dispensas temporárias entre os operários instalados nessas fábricas.

Para conter essas desestabilizações na esfera da produção, uma série de mudanças organizacionais foi instituída. O autocontrole e a criação de novos grupos de monitoração para impedir aqueles que se formavam em torno dos representantes da oficina foram algumas alternativas estabelecidas nas bases da gestão. As práticas de autocontrole foram introduzidas aos próprios operários e não mais a um controlador em particular. Em geral, esse novo processo representou um aumento da carga de trabalho, pois “o autocontrole traduz, sobretudo, a pressão ‘moral’, por assim dizer, que obriga cada operário a sentir-se responsável pela ‘qualidade’ do produto acabado e por seu próprio trabalho” (BEAUD & PIALOUX, 2004, p. 32). Como cada operário se sentia individualmente ameaçado de demissão e sabia que seria incapaz de encontrar trabalho rapidamente, submetia-se às novas formas de controle estabelecidas.

um novo espírito, baseado na ‘responsabilidade’ (inclusive financeira, ainda que relacionada a uma parte pequena do salário) de cada operário em relação à equipe e desta em relação ao produto acabado. A busca obsessiva pelo ‘defeito zero’ e pela qualidade perfeita tende a reduzir, de maneira objetiva e subjetiva, a margem de ação para esses trabalhadores, principalmente, de ação sobre o tempo. (BEAUD & PIALOUX, 2004, p. 32).

Esse novo sistema de trabalho exigia uma forte coesão dos novos grupos, uma nova solidariedade de trabalho, forte e extremamente opressiva para os trabalhadores. Para o autor, surge “uma inversão do antigo modo de solidariedade operária no trabalho”, uma nova gestão oposta à antiga maneira de ser da oficina dos anos 1970.

Os que se recusam a entrar no jogo da empresa – segundo eles, ‘na lógica do patrão’ - pertencem a uma geração formada na ‘cultura de oposição’ dos anos 1970. Paralelamente à transformação da organização técnica do trabalho nos anos 1980, a direção empenhou-se em eliminar pouco a pouco o que se pode chamar, numa primeira abordagem, de espírito ou cultura de resistência – as formas de solidariedade (passivas ou ativas) que se desenvolveram nas oficinas -, isolando os operários, separando-os dos representantes sindicais para conseguir, de certo modo, que a solidariedade de oficina funcionasse em proveito da direção. (BEAUD & PIALOUX, 2004, p. 33).

Entre 1985 e 1989, do coletivo operário e do agente de controle exigiu-se que se dedicassem cada vez mais a melhorar o desempenho da oficina, no intuito de se alcançar com responsabilidade uma unidade de produção. Nesse processo, o monitoramento na forma de controle foi necessário para registrar as falhas humanas e os defeitos técnicos, a fim de se prever algum problema e estabelecer a tempo uma intervenção corretiva. Arelado ao intenso processo de controle e exploração, seguiu na corda bamba o desemprego dos operários com mais idade e tempo de serviço. Buscava-se trazer uma inovação de contratos com um pessoal mais jovem para atender às novas demandas físicas que as novas máquinas exigiam.

Esse processo se intensificou entre os anos de 1980 e 1990. “Com a suspensão das contratações em 1979 e a renovação muito tardia e parcial da mão de obra a partir do fim dos anos 1980, a média de idade dos operários aumentou de maneira contínua” (BEAUD & PIALOUX, 2004, p. 38). Nos primeiros anos da década de 1990, havia muitos trabalhadores desqualificados para atender às novas técnicas incorporadas na produção. Com a contratação de temporários, muitos tiveram de redobrar seus esforços para não serem substituídos. Com a escassez de trabalhadores qualificados nos mercados de trabalho, os recém-chegados recebiam uma carga de exploração ainda mais densa pelo ritmo das máquinas. Muitos tinham dificuldade de se adaptar às novas exigências de fluidez estabelecidas pelas novas máquinas e pelos novos setores. Nesse cenário

Havia 3,5 mil temporários na fábrica, ou seja, quase um terço dos operários não qualificados de Sochaux. Esses temporários, (muitos dos quais selecionados no norte e no oeste da França) constituíam então uma espécie de viveiro para a gestão, que esperava poder tirar partido das novas disposições, muito diferentes daquelas dos antigos operários. Desde o primeiro dia de trabalho na fábrica, eles são destacados para as cadeias de produção; um operário do setor mostra-lhes o trabalho e eles aprendem, em um dia, a manter o posto (se para isso algumas horas são suficientes para aprender os movimentos adequados e não ‘descer a cadeia’ são necessários vários dias). Alguns, assustados com a intensidade do trabalho, não ficam mais do que um dia; outros se seguram por mais tempo, na esperança de conseguir uma contratação (um contrato de duração indeterminada). [...] Empregados sobretudo nos setores de montagem e acabamento, os temporários ocupam os postos que tem fama de ser os mais ‘duros’, que exigem resistência física e, ao mesmo tempo, rapidez de execução; postos que os ‘amigos’ têm cada vez mais dificuldade para manter nesse período de forte crescimento de ritmo. (BEAUD & PIALOUX, 2004, p. 38-39).

Esses trabalhadores temporários foram alocados como reserva para suprir as necessidades de crescimento da demanda e permitiram que se concretizasse a elevação do ritmo de trabalho e do processo de exploração. Por necessidade, jovens trabalhadores temporários se submeteram a um rebaixamento e à desqualificação de suas habilidades. Esse tipo de trabalho precário era “prova viva de que os velhos operários podiam ser substituídos de uma hora para outra por assalariados sem formação, cuja única vantagem era a juventude e o ‘frescor’ físico” (BEAUD & PIALOUX, 2004, p. 41). O que havia era uma concorrência entre jovens temporários e disponíveis e os velhos extenuados para suportar um elevado ritmo produtivo diante das mudanças de modernização das máquinas e do aprimoramento técnico. Nesse processo,

Não se pode compreender os efeitos sobre os operários das novas formas de organização do trabalho nas oficinas se não se tiver em mente o fenômeno central do envelhecimento, ao mesmo tempo físico e social, objetivo e subjetivo, individual e coletivo. Envelhecer ‘na cadeia’ é um sofrimento indissociavelmente físico e moral. É na vida cotidiana que os operários percebem, de uma maneira dura, que sua resistência física no trabalho está diminuindo, que os horários de ‘dobra’ são cada vez mais difíceis de suportar, que eles precisam de mais tempo para se recuperar e descansar. As novas formas de trabalho ligadas à informatização da produção fizeram crescer seu sentimento de espoliação. Além disso, com a crescente transparência das relações de trabalho dentro dos novos ‘grupos’, eles têm cada vez menos a possibilidade de esquivar-se, ainda que temporariamente, da ordem da fábrica. (BEAUD & PIALOUX, 2004, p. 45-46).

Ademais,

O medo de perder o emprego (que ressurgiu periodicamente, a cada piora da conjuntura) e a consciência de estar preso a um futuro pouco promissor, de estar ‘confinado’ na empresa, reforça a impressão de ter ‘envelhecido’ antes do tempo. Esse envelhecimento social dos operários também está ligado ao sentimento de que a fábrica estendeu seu domínio sobre os operários, recuperou o terreno que foi obrigado a abdicar depois das lutas dos anos 1960 e 1970, e de que os operários perderam grande parte dos antigos meios de resistência coletiva que possuíam ‘antes’. O medo, que é uma dimensão constitutiva da vida fabril, reapareceu e reinstalou-se nas oficinas. Esse medo é multi-forme: medo de perder o emprego, sempre presente nos operários sem qualificação, medo de não conseguir mais manter o posto de trabalho ou de mantê-lo com cada vez mais dificuldade, medo de ser transferido para um posto ‘ruim’ (um posto mais difícil quanto às exigências físicas), como também o medo mais difuso de ter que enfrentar o universo da nova fábrica. (BEAUD & PIALOUX, 2004, p. 48).

Conforme mencionamos, o capitalismo intensifica as desumanizações a cada momento em que se reestrutura a fim de lançar na esfera da produção sua sede incessante de acumulação. A intensidade do trabalho “cresce sob o efeito da diminuição drástica da porosidade do tempo de trabalho. A produtividade intensificou-se na modernização das operações solidárias à desmoralização dos operários, perda de sua identidade e desvalorização social” (BEAUD & PIALOUX, 2004, p. 90).

Nessa configuração industrial, as marcas da flexibilização acompanhavam o incentivo ao trabalho precário, temporário e de duração determinada; seleção quase que exclusiva de jovens contratados para ocupar os postos de operador; horários variáveis com a imposição de ritmos de trabalho intensos; individualização desmedida e marginalização sindical. O salário mínimo era o único horizonte salarial possível. A progressão salarial e de carreira operária inexistia, ou mesmo era inconcebível. A enorme concorrência entre os jovens para ocupar esses empregos era o suficiente para manter uma forte pressão salarial.

Essas marcas da flexibilização que intensifica a precarização e o desemprego em escala mundial continua cada vez mais grave. Na particularidade dos Estados Unidos, entre 1983 a 1990,

O desemprego continuou praticamente inalterado. Tal fato deu origem a um novo léxico econômico nos EUA – *joblessgrowth*. O índice de emprego industrial tende a não acompanhar a taxa de crescimento do PNB. Por exemplo, nos EUA, de 1970 a 1990, o índice de emprego industrial baixou de 24,9% para 17,9%, enquanto no mesmo período o PNB cresceu de 21,4% para 22,4%. No Japão, tal defasagem entre emprego industrial e PNB foi mais gritante. De 1970 a 1990, o índice de desemprego baixou de 31,8%, em 1970, para 27, 7% em 1990. Enquanto isso o PNB cresceu de 29,3% para 38,2%. Por outro lado, na Europa, de 1970 a 1990, o PNB decresceu um pouco, de 26,2% para 25,3%. Nesse período, o índice de emprego industrial caiu ainda mais – de 28,5% para 22,7%. (ALVES, 2003, p. 68-69, grifos do autor)

Em meio a um ritmo elevado e crescente de desemprego, o capitalismo financeiro, presente no capital desenvolvido em nível mundial, reproduz uma extensão do seu poder no mercado produtivo. Por um lado, um sistema amplo no complexo social de produção permeia o globo terrestre na lógica do mercado capitalista. Sua “penetração nos países do ex-socialismo real, ex-URSS e China Comunista” (ALVES, 1999, p. 20) estabelece um único mercado mundial de dinheiro e crédito, que se

propaga “de Tóquio a Londres, de Nova Iorque a São Paulo, os denominados ‘empreendimentos com papéis’, maneiras alternativas de obter lucros que não se restringem à produção pura e simples de mercadorias”, mas a “lucros estritamente financeiros sem dar importância à produção real” (ALVES, 1999, p. 22).

Esse mercado, atingido por instabilidades financeiras e planos nacionais de estabilização arruinados sob a lógica do capital financeiro, está “voltado para a reprodução hermafrodita da riqueza abstrata” (ALVES, 1999, p. 22). A tendência predominante em escala planetária “são as dificuldades de valorização do valor, num cenário de irracionalidade societária, de barbárie social e cultural”, num cenário mundial onde uma nova era de trevas surge “marcada pela perpétua desintegração-integração societária global” (ALVES, 1999, p. 38).

Apesar de alcançar um elevado padrão de acumulação, o período histórico de crise do capital na dimensão dos múltiplos capitais aparece como uma crise de superprodução. Um novo cenário do capitalismo tardio em crise surge no âmbito da mundialização do capital. Cenário que sucede os anos de ouro do capitalismo do pós-guerra, “cuja maior característica é dada pela *normalidade caótica*, onde o “sujeito” capital em processo cria (e destrói) novos mundos, postos como condição de seu próprio desenvolvimento efetivo” (ALVES, 1999, p. 38).

Diante desses pressupostos, o modo de produção vigente, em sua lógica e essência contraditória e, justamente por ser assim, torna-se necessariamente propenso a crises. Não há como produzir um crescimento capitalista equilibrado e sem problemas. Uma condição generalizada de superacumulação torna-se a indicação de “uma capacidade produtiva ociosa, um excesso de mercadorias e de estoques, um excedente de capital-dinheiro (mantido como entesouramento) e grande desemprego” (HARVEY, 2009, p. 170). Nesses termos, “a tendência de superacumulação nunca pode ser eliminada sob o capitalismo. Trata-se de um interminável e eterno problema de todo o modo capitalista de produção” (HARVEY, 2009, p. 170).

Essa tendência nos leva a pensar sobre como o capital, com todas as evidências estabelecidas pelo avanço de suas contradições, inclusive o desemprego crônico, chega a seus limites absolutos a partir da crise estrutural dos anos 1970. A constante necessidade de reestruturação produtiva torna-se uma fonte inesgotável de acumulação de riqueza, com base no tempo de trabalho disponível, para contemplar as regalias da burguesia. No capitalismo, o tempo de trabalho disponível torna-se incompatível com o tempo de trabalho necessário, uma vez que, para perpetuar a

sede incontrolável de lucratividade da burguesia, é inevitável não sangrar a força de trabalho que mantém de pé toda a riqueza social.

A respeito dessas questões, vejamos a seguir as alternativas do capital em curso, seja pelas políticas econômicas que lhe dão sustentação para adensar sua fonte inesgotável por acumulação, seja pela intensificação da acumulação flexível como uma arma cada vez mais perversa sobre o conjunto da classe trabalhadora.

#### 4.3. DESEMPREGO NOS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL: os interesses do capital transnacional em meio à crise dos anos 1970 e os efeitos sobre o trabalho em fins do século XX.

Atualmente, a humanidade tem experimentado um agravamento dos problemas sociais, econômicos e ideológicos desencadeado por uma crise do capital global, que tem se revelado como uma crise estrutural. Essa crise abrange todas as esferas do sistema do capital como resultado de suas dimensões internas fundamentais: “produção, consumo e circulação, distribuição, realização” (MÉSZÁROS, 2002, p. 798). Como tendência, a ampliação e o fortalecimento dessas dimensões reproduzem os processos de crise, atingindo, de forma extensa e contínua, uma escala de alcance verdadeiramente global.

A crise estrutural frequentemente se revela tanto nos processos internos quanto nas instituições públicas do capital. Em meio a instabilidades socioeconômicas, a alta burguesia tem considerado a política neoliberal<sup>25</sup> como uma arma poderosa que privilegia a lógica do mercado transnacional como uma arma poderosa que privilegia a lógica do mercado transnacional. Como uma crise de dominação em geral, a crise estrutural do capital possui um caráter devastador sobre todas as esferas das atividades no conjunto das relações humanas. Esta crise requer “a extração máxima de trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites

---

<sup>25</sup> Enquanto expressão da necessidade de encontrar novos mecanismos para deslocar suas contradições, o capital recorreu ao neoliberalismo a partir da década de 1970, o que significou o fim do pacto taylorista-fordista e o esgotamento das políticas que marcaram os anos dourados do capitalismo – o capital desconheceu grandes crises durante as três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. A crise econômica de 1973 inaugura um ciclo histórico de crises sucessivas que marcam, segundo Mézáros, a crise estrutural do sistema do capital. O capital financeiro constitui-se como sua força motriz. (SANTOS NETO, CANEL, 2020, p. 28).

estruturais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 99). Nesse processo, o desemprego crônico<sup>26</sup> torna-se evidente num cenário contraditório de extrema desigualdade e de explícita disseminação de desumanizações nos limites do capital, em sua sede desenfreada por acumulação de mais-valia.

A crise estrutural vigente desde os anos 1970, decorrente dos componentes destrutivos do capital, anuncia tanto a autodestruição para o sistema produtivo quanto para a humanidade. Os limites absolutos do capital são ativados no âmbito da crise estrutural, diferentemente do período em que as crises cíclicas, como resultado das contradições entre consumo e produção, não colocavam em risco a expansão e a acumulação do capital. Esses limites são considerados absolutos para o sistema do capital porque partem das contradições mais profundas de seu domínio sociometabólico; são limites com consequências desastrosas para a totalidade social em processo de desenvolvimento.

Entre os fatores que ativam os limites absolutos do capital, acha-se o antagonismo estrutural entre a expansão do capital transnacional – e os Estados nacionais – e o agravamento do desemprego ao atingir sua dimensão de cronicidade. Tais fatores se incluem no centro de um conjunto de contradições articuladas numa dimensão destrutiva do sistema sociometabólico do capital e, portanto, são insuperáveis nesta forma de sociabilidade. O antagonismo estrutural que envolve o capital transnacional em expansão e os Estados nacionais beira um processo de irreconciliação insuperável entre “monopólio e competição”, a crescente “socialização do processo de trabalho”, “a apropriação discriminatória e preferencial de seus produtos” e “a divisão internacional de trabalho” (MÉSZÁROS, 2002, p. 222).

Sobre a monopolização e a competição, o estabelecimento e a consolidação das grandes cooperações no século XX, com a função de maximizar os lucros e de acumular capital <sup>27</sup>, são constituintes do próprio capitalismo monopolista e

---

<sup>26</sup> É interessante ressaltar a particularidade de Mézáros sobre o desemprego crônico. Enquanto os demais autores citados neste estudo entendem o desemprego como estrutural, mediante os processos de reestruturação produtiva, Mézáros entende ser um fenômeno crônico ao atingir uma dimensão global, pois, para ele, “desemprego em massa é estrutural somente para o capital e não para o avanço do processo de produção em si”. (MÉSZÁROS 2002, p. 674).

<sup>27</sup> Conforme Santos Neto (2020, p. 132), “enquanto manifestação do capital, o século XX é praticamente a história da conquista do mercado mundial para o capital financeiro. O propósito do capital financeiro é somar com o capital industrial no sentido de assegurar a mais plena e ubíqua conquista do mundo inteiro para o capitalismo. ‘O imperialismo revela-se no corolário de um longo processo de reprodução ampliada do capital, que implicou a subsunção progressiva dos diversos ramos e formas não capitalistas de produção, em todo o globo, à lógica da mais-valia’. Para operar essa guinada na direção da completa mundialização da economia segundo os imperativos capitalistas, o capital financeiro se

desencadearam uma série de contradições que, ao longo do desenvolvimento produtivo, não foram neutralizadas, senão intensificadas. Mediante a expansão imperialista e neoimperialista, a competição pelo domínio de forma mais acirrada entre os interesses antagônicos deslocou as contradições para uma escala de intensidade ainda maior. Em poucas décadas desencadearam-se como resultado as duas grandes guerras mundiais, acompanhadas de inúmeras guerras menores e de um leque de desumanizações sem uma solução sustentável.

A grande expansão imperialista – clássica e na forma do novo imperialismo<sup>28</sup>- reforçou as contradições insolúveis dos antagonismos existentes entre o capital transnacional e os Estados nacionais. As chamadas multinacionais, como corporações transnacionais que não possuem meios de se autossustentar, estabeleceram uma reprodução ampliada das contradições mais profundas do capital. Cada uma das empresas capitalistas relaciona-se com o sistema mundial por meio do Estado-nação, tornando-se dependente dele.

Para Mézáros (2002, p. 227), “a tendência fundamental do desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições a ela impostas pelos Estados nacionais historicamente criados” requerem soluções complexas. Tais contradições estão imbricadas às formas antagônicas da reprodução sociometabólica e elevam as desigualdades com a dominação estrutural do grande capital pelos países de capitalismo avançado sobre as economias periféricas.

As deficiências estruturais do capital impedem a solução de suas próprias contradições num contexto histórico em que os interesses conflitantes do capitalismo monopolista não possuem mecanismos adequados para garantir o seu necessário

---

configura como capital transnacional ou capitalismo dos monopólios. A concentração e a centralização de capitais nas mãos de poucos capitalistas, com a colaboração sistemática do Estado, torna a tarefa muito mais exitosa e célere. O capital financeiro unifica regiões, continentes, hemisférios etc. Nada pode conter a fome incomensurável do capital financeiro por mais-valia. Ele representa a verdadeira natureza diluviana do capital”.

<sup>28</sup> É importante denotar que a forma clássica se efetivou na multiplicidade de economias imperialistas (que culmina nas duas grandes guerras mundiais) e o novo imperialismo surge sob a hegemonia dos EUA. “O capital financeiro ou o imperialismo não é um movimento regular ou linear, mas é perpassado por contradições. Enquanto síntese das formas precedentes de ser do capital, ele se revela como muito mais complexo e contraditório, carecendo de uma atenção mais concentrada para elucidar sua particularidade. A etapa forjada pela inter-relação e pela interconexão de várias nações, em que várias potências tentam dividir a partilha do mundo entre si, constitui a etapa clássica do imperialismo. Entre essas nações merece destaque a emergência de duas grandes potências fora do eixo europeu no final do século XIX: Japão e EUA. A segunda forma de manifestação do imperialismo financeiro aparece sob a hegemonia dos EUA. A maioria dos estudiosos do imperialismo na contemporaneidade confirma essa formatação como a nova forma de configuração do imperialismo”. (SANTOS NETO, 2020, p. 166-167).

deslocamento expansionista. O processo de centralização e concentração do capital segue inexorável mediante “uma lei natural baseada na inconsistência dos participantes” (MÉSZÁROS, 2002, p. 242).

No âmbito das contradições que cercam as deficiências estruturais do capital, o desemprego crônico ganha cena na atualidade, atingindo até mesmo os países capitalistas mais avançados. Seu teor de cronicidade surge no período de expansão do capitalismo no pós-guerra, como um fenômeno decorrente da crise estrutural. Para Mézáros (2006, p. 74), esse fenômeno pode afetar “o sistema do capital global não apenas em um dos seus aspectos – o financeiro/monetário –, mas em todas as suas dimensões fundamentais”.

As projeções emergenciais e catastróficas em período de crise estrutural alinham-se ao mecanismo neoliberal, confirmando a significância do capital financeiro. Num cenário de elevadas taxas de lucros dos grandes aglomerados financeiros e das grandes corporações empresariais para a liberdade do mercado, “se destrói a rede de proteção social dos trabalhadores e se transforma o desempregado crônico na figura do empreendedor”. Como suporte do grande capital, “a lógica da gestão empresarial e da administração da vida individual se generaliza como se fosse uma empresa” (SANTOS NETO, CANEL, 2020, p. 30). A “flexibilização” e a “desregulamentação” aceleram os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, tanto nos negócios quanto na política.

Para Mézáros (2006, p. 29), o patamar crônico<sup>29</sup> do desemprego na escala mundial é um aspecto central do desenvolvimento capitalista. As consequências da crise estrutural do capital sobre o desemprego reafirmam sérias implicações do processo de ampliação da acumulação do capital, que “não podem ser evitadas nem mesmo nos países de capitalismo mais avançado”. Os desdobramentos da crise capitalista sob as condições de desemprego são percebidos tanto em trabalhadores não qualificados quanto nos altamente qualificados, na disputa dos empregos raramente disponíveis. Trata-se de uma contradição necessária do sistema produtivo,

---

<sup>29</sup> Mézáros (2002, p. 674) analisa o desemprego como um fenômeno crônico, devido sua expansão em escala mundial no cerne do desenvolvimento capitalista. Para ele, “quando uma proporção sempre crescente de trabalho vivo se torna força de trabalho supérflua do ponto de vista do capital, ‘a ciência econômica’ apologética subitamente descobre que a expulsão do trabalho é um problema estrutural, e começa a falar de ‘desemprego estrutural’. Só se esquece de acrescentar que, ‘simplesmente’, desemprego em massa, é estrutural somente para o capital, e não para o avanço do processo de produção em si. A culpa, ainda quando é reconhecida, é superficialmente lançada sobre os ombros do próprio ‘progresso tecnológico’, ao qual, claro, ninguém em sã consciência pode se opor, exceto, talvez, em nome da utopia pessimista do pensamento liberal desencantado denominada ‘economia estável’.

que estabelece as conquistas de desenvolvimento em contrapartida a uma carga crônica de subdesenvolvimento.

No século XX,

Mais de 40 milhões de desempregados surge nos países industrialmente mais desenvolvidos. Desse número, a Europa contou com mais de 20 milhões, e a Alemanha – outrora elogiada por produzir o “milagre alemão” – ultrapassou a marca de 5 milhões. Em um país como a Índia – reverenciada pelos organismos econômicos tradicionais por suas realizações na direção do desenvolvimento -, houve não menos do que 336 milhões de pessoas desempregadas e outros milhões sob condições inadequadas de trabalho. (MÉSZÁROS, 2006, p. 30).

O desenvolvimento capitalista propicia cada vez mais um elevado número de trabalhadores supérfluos para o mecanismo da produção, embora “estejam longe de ser supérfluos como consumidores” (MÉSZÁROS, 2006, p. 32). Nesse processo, ou ele “mantém seu impulso incansável de expansão, não importando se as consequências forem devastadoras para a base social e ambiental, ou se torna incapaz de controlar a base da reprodução social por meio de sua lógica”.

Conforme o autor, pela primeira vez na história, a dinâmica expansiva do sistema produtivo capitalista, e todas as suas implicações finais, dinamicamente destrutivas, “expele, brutalmente se necessário, uma maioria esmagadora de seres humanos do processo de trabalho” (MÉSZÁROS, 2006, p. 32). Diante do desemprego crônico, quando o capital alcança um elevado estágio de desenvolvimento, “não há maneiras de corrigir as causas de sua crise estrutural, pode-se apenas falsear com efeitos e manifestações à sua superfície”.

A situação é tão agravante que

Há poucos anos previu-se que, seguramente, todos os males sociais conhecidos, mesmo nos mais “subdesenvolvidos” locais do mundo, seriam superados pela “modernização”, em conformidade com o modelo americano. Contudo, somos agora confrontados por algo diametralmente oposto àquele quadro otimista, pois as condições outrora confinadas, segundo a “teoria do desenvolvimento” e a sabedoria governamental, às supostamente temporárias dificuldades do “subdesenvolvimento” estão agora se tornando claramente visíveis mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos. (MÉSZÁROS, 2006 p. 32-33).

Projeções emergenciais e catastróficas são acionadas pelo sistema capitalista a fim de resolver o problema do desemprego. Assim, “uma tendência irresistível de desemprego crônico em todos os países é definida por determinações sociais muito precisas – e muito perigosas em suas implicações. O que hoje se chama de “excesso de população” significa, cada vez mais, trabalho supérfluo”. O “excesso” ou “população redundante” que surge na contemporaneidade capitalista está relacionado a um “excesso em relação às necessidades” (MÉSZÁROS, 2002, p. 320-321). Tal “explosão populacional” é ignorada pelo sistema como se fosse movida por “leis naturais”.

O sistema capitalista de produção naturaliza as necessidades sociais, criando paliativos emergentes que não resolvem o problema. Tais necessidades são geradas no âmbito de suas contradições, criadas na acumulação de riqueza e distribuídas numa desigualdade cada vez mais acentuada. Elas são visíveis no transcurso do crescimento econômico, uma vez que o desenvolvimento tecnológico e as descobertas científicas contemporâneas aliadas ao sistema colocam em xeque o rumo da classe operária, bem como dos demais trabalhadores no cenário da produção.

Conforme o autor, essa expansão é cada vez mais visível, sem nenhuma solução plausível no horizonte capitalista. Isso se torna ainda mais gritante quanto mais se revoluciona a tecnologia a serviço da acumulação em níveis sem precedentes. A particularidade da “indústria da biotecnologia gerou menos de 97 mil empregos entre 1985 e 1995” e, mesmo assim, muitos empresários continuaram a acreditar que “as perdas no mercado interno seriam compensadas por um aumento na demanda internacional e pela abertura de novos mercados internacionais”.

Entretanto, “os esforços das empresas para criar novos mercados estavam encontrando apenas um sucesso periférico, pela simples razão de que as mesmas forças tecnológicas e econômicas em ação nos Estados Unidos afetavam grande parte da economia global”. Na Europa, no Japão e num crescente número de nações em desenvolvimento, a reengenharia e a automação estavam elevando o índice de desemprego num ritmo cada vez mais acelerado (RIFKIN, 2004, p. 34).

Os altos índices de desemprego e subemprego também diminuiram as possibilidades de mais consumo, mesmo com as facilidades do sistema de crédito. Esse sistema foi uma estratégia importante para o desenvolvimento capitalista, “ao proporcionar compras a prazo, empréstimos e cartões de crédito, tornando-se um

meio de vida em muitos países industrializados”. Entretanto, “as pessoas se endividaram consideravelmente: só nos Estados Unidos, as dívidas dos consumidores aumentaram em 210%, na década de 1960, e em 268% durante a década de 1970. Em 1994 estava em mais de US\$ 4 trilhões” (RIFKIN, 2004, p. 35).

O sistema de crédito foi uma estratégia do capital a fim de ampliar a sua produtividade, mas acarretou novos problemas. A facilidade de consumo por meio do crédito elevou o endividamento de milhões de consumidores, colocando em risco o setor econômico-financeiro. Cumpre lembrar que o modo de produção capitalista não pode elevar os seus meios de crescimento sem criar, na mesma proporção, grandes problemas econômico-sociais.

O setor industrial emergente conseguia absorver grande parte dos milhões de trabalhadores agrícolas e fazendeiros que foram deslocados pela rápida mecanização da agricultura. Entre meados da década de 50 e o início da década de 80, o setor de serviços, que crescia rapidamente, foi capaz de reempregar muitos dos operários demitidos em função da automação. Atualmente, no entanto, à medida que todos esses setores vão sucumbindo, vítimas da rápida reestruturação e da automação, nenhum novo setor 'significativo' foi desenvolvido para absorver os milhões que estão sendo demitidos. (RIFKIN, 2004, p. 36).

O desemprego em escala cada vez mais ascendente é uma tendência do modo de produção capitalista, em virtude da necessidade de expansão do capital em patamares cada vez mais elevados. Os altos níveis tecnológicos incorporados no mercado transmitem esse desenvolvimento, afetando o mercado de trabalho. Configuram-se novas necessidades do capital para empregar trabalhadores qualificados que estejam capacitados, treinados e adaptados às novas exigências do mercado. O capitalismo necessita sempre adequar-se às novas formas produtivas e, com ele, todos os meios envolvidos nesse processo. A lógica da reeducação e do retreinamento da força de trabalho é fundamental no capitalismo contemporâneo para moldar as novas tendências do mercado.

Além dos problemas da qualificação da força de trabalho, o trabalho informal e temporário cresce mais rapidamente que o trabalho permanente. Ambos “tornam-se parte de uma estratégia de longo prazo das empresas a fim de reduzir salários e evitar os altos custos de benefícios, tais como assistência médica, aposentadorias, licenças médicas pagas e férias” (RIFKIN, 2004, p. 192). Ou seja,

Trabalhadores temporários e terceirizados constituem a maior parte da força de trabalho contingencial – milhões de americanos cujo trabalho pode ser usado e descartado a uma fração do custo de manter uma força de trabalho permanente. Sua própria existência age como redutor dos salários dos trabalhadores fixos. Cada vez mais os empregadores estão usando a ameaça da contratação temporária e a terceirização para negociar concessões de benefícios e salários com os sindicatos – uma tendência que deve se acentuar nos próximos anos. (RIFKIN, 2004, p. 195).

### Nessa trajetória histórica

Salários achatados, ritmo frenético no ambiente de trabalho, rápido crescimento do trabalho contingencial de meio período, maior desemprego tecnológico, crescente disparidade de renda entre ricos e pobres e o dramático encolhimento da classe média vem impondo um estresse sem precedentes sobre a força de trabalho americana. O otimismo tradicional, que motivou gerações de imigrantes a trabalhar arduamente, na crença de que poderiam melhorar sua situação e as perspectivas para seus filhos, foi despedaçado. Em seu lugar ficou um ceticismo crescente quanto ao poder corporativo e uma desconfiança crescente sobre homens e mulheres que exercem um controle praticamente total sobre o mercado global. A maioria dos americanos sente-se encurralada pelas novas práticas de produção enxuta e pelas sofisticadas novas tecnologias de automação, não sabendo se ou quando o movimento da reengenharia atingirá seu próprio escritório ou seu local de trabalho, arrancando-os do que pensavam ser um emprego seguro e arremessando-os no exército industrial de reserva de trabalhadores contingenciais, ou, pior, às filas dos desempregados. (RIFKIN, 2004, p. 195).

Como vimos ao longo desta exposição, a insegurança no trabalho está presente em todos os setores do mercado. O desenvolvimento capitalista em virtude da sua natureza, com os avanços tecnológicos utilizados em favor do crescimento de capital, amplia a desordem e o caos social. Nesta direção segue a concorrência mundial, aumentando o índice de desemprego para poder reagir mais aceleradamente às flutuações do mercado.

As contradições e os antagonismos são inseparáveis da natureza capitalista da maquinaria; existem porque decorrem de sua utilização capitalista. No âmbito do sistema burguês, as mudanças realizadas pelo avanço tecnológico, com ênfase na biotecnologia e na robótica, tornam evidente o problema da proliferação e da intensificação do desemprego. É um reflexo direto da crise estrutural, decorrente do exacerbado crescimento econômico da produção mundial.

Cabe mencionar que “os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, no presente e no futuro próximo são ocasionados pela ‘flexibilidade’ e ‘desregulamentação’” – as duas armas do capital manifestadas por meio do neoliberalismo (MÉSZÁROS, 2006, p. 33). Desde a crise dos anos 1970, o crescimento econômico tem afetado profundamente as relações de produção entre capital e trabalho. A política neoliberal obsta a redução da margem de manobra do sistema do capital, pois, no passado, “as formas organizacionais e suas estratégias correspondentes para obter ganhos defensivos para o trabalho foram estritamente temporárias e em longo prazo se tornaram totalmente inviáveis” (MÉSZÁROS, 2002, p. 330).

Aliado ao nível de instabilidade que acompanha as pressões econômicas e políticas no processo de ajustamento estrutural, o desemprego crônico se estabelece como uma necessidade intrínseca ao movimento de recuo do capital. A dimensão crônica do desemprego é, portanto, um reflexo da crise estrutural, um agravamento das contradições que se movem no interior de uma acumulação que extrapola os limites absolutos do capital. Mesmo com todos os esforços em busca de soluções, sua dimensão é permanente e cada vez mais segue numa constância agravante.

Para Meszáros (2006, p. 341):

A atual “explosão populacional” sob a forma do aumento do desemprego crônico nos países capitalistas mais avançados representa um perigo sério para a totalidade do sistema, pois se acreditava no passado que o desemprego maciço fosse algo que só afetasse as áreas mais “atrasadas” e “subdesenvolvidas” do planeta. Na verdade, a ideologia associada a este estado de coisas poderia ser – e, com um toque de cinismo, ainda é – usada para acalmar o operariado dos países “avançados” com relação à sua suposta superioridade concedida por deus. Entretanto, como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro – como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua.

A lei tendencial da equalização descendente da taxa de exploração diferencial<sup>30</sup> surge por meio da destrutiva globalização capitalista no período de crise

---

<sup>30</sup> Segundo Mézáros (2002, p. 340), “dadas as características fundamentais definidoras do atual modo de reprodução socio metabólico, com seu imprescindível impulso expansionista, a tendência à equalização da taxa diferencial de exploração deverá afetar todos os ramos da indústria em todos os

estrutural do capital, nas raízes contraditórias da defesa da “flexibilidade” aliada com a legislação trabalhista. De acordo com Mészáros (2006, p. 37), “essa lei de equalização é uma tendência de longo prazo, já que o sistema global do capital é afetado”. Nela, o “capital social total” não deve ser confundido com o “capital nacional total”. Este último, “quando sofre os efeitos de um enfraquecimento relativo da sua posição dentro do sistema global, tentará inevitavelmente compensar suas perdas com o aumento de sua taxa de exploração específica sobre a força de trabalho sob o seu controle direto”.

A lei geral de acumulação capitalista torna permanente e irreconciliável o antagonismo entre o capital social global e a totalidade do trabalho. A relação de dominação do capital sobre o trabalho tem se mostrado cada vez mais como um fenômeno global, e a classe trabalhadora tem experimentado a natureza real das relações capitalistas. Basta notar as circunstâncias socioeconômicas locais, a posição de cada país e o amadurecimento relevante do crescimento sócio-histórico mundial. Com isso, “não pode haver nenhuma saída, senão pela intensificação das taxas específicas de exploração, as quais somente podem conduzir, tanto localmente como em termos globais, a uma explosiva intensificação do antagonismo social em longo prazo” (MÉSZÁROS, 2006, p. 37).

Conforme vimos, o novo processo de globalização produz em suas raízes a equalização descendente da taxa de exploração diferencial. Seu reflexo é evidente tanto nos países periféricos quanto nos mais avançados. Enquanto isso, os processos de precarização e de insegurança avançam por todo o mundo e “o trabalho desprotegido e subpago está a alastrar-se como mancha de óleo, ao passo que mesmo o trabalho mais estável experimenta uma pressão em direção à intensificação sem precedentes” (MÉSZÁROS, 2006, p. 37).

---

países, inclusive os que estão no topo da hierarquia internacional do capital. A dominação neocolonial da maior parte do mundo por um punhado de países pode adiar o desenvolvimento completo dessa tendência objetiva do sistema nos países privilegiados (e mesmo assim de forma desigual), mas não pode amortecer indefinidamente, e muito menos anular completamente, o seu impacto. Quando a Ford das Filipinas paga 30 centavos por hora à força de trabalho local, conseguindo, desta forma, um retorno de 121,3 por cento sobre o capital próprio, em contraste com uma média mundial de 11,8 por cento (valor que inclui, evidentemente, os lucros imensos de fábricas no Terceiro Mundo), é óbvio que isso ajudou a Ford Corporation a pagar o salário de 7,50 dólares no mesmo ano (1971) pelo mesmo tipo de trabalho a sua força de trabalho de Detroit, ou seja, 25 vezes mais que o salário das Filipinas. Entretanto, imaginar que essas práticas possam continuar para sempre vai contra todas as evidências, como demonstram claramente os graves problemas das montadoras americanas em anos recentes – resultando em enormes prejuízos e nas enormes quantidades de mão-de-obra excedente, já citados, nos próprios Estados Unidos”.

Nessa direção, crescimento econômico e prosperidade só ocorrem para os capitalistas, restando para a classe trabalhadora os pesares da redução dos salários, do desemprego, enfim, de todos os males evidentes na sociedade burguesa. Nela há verdadeiramente a necessidade de elevar as condições de precarização para os mais desfavorecidos, na busca de promover continuamente a prosperidade econômica global. Da cooperação manufatureira do trabalho e da grande indústria até os dias atuais, com os novos padrões de produção evidentes na inovação tecnológica da informatização, o desenvolvimento das forças produtivas, acompanhado de um alto índice de desemprego, metamorfoseia o cenário econômico capitalista a serviço de sua lei geral de acumulação de capital. Portanto,

Dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma. (MARX, 2017, p 675).

Ademais, qualquer que seja o grau de sucesso das medidas que surjam ou que sejam compatíveis com os requisitos e as limitações básicas do sistema burguês, o fato crucial é, e continuará sendo, “que, sob as circunstâncias e condições atuais da produção do capital, a totalidade da força de trabalho se envolve numa confrontação cada vez mais intensa com o capital – o que traz consigo profundas consequências para o desenvolvimento da consciência social” (MÉSZÁROS, 2011, p. 69). Nesses termos,

desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagrená do capital. Mas todos os métodos de produção do mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação se torna, em contrapartida, um meio para o desenvolvimento desses métodos. Segue-se, portanto, que à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. Por último, a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do

que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX, 2017, p. 721).

Em nível global, as contradições do sistema produtivo do capital criam o tempo “supérfluo” na sociedade, sem reconhecer, dada a sua natureza, a existência de um “tempo disponível” utilizado na sociedade para satisfazer as necessidades humanas. A essência do sistema do capital nega a possibilidade de um tempo disponível, uma vez que ele necessita do trabalho excedente para se legitimar. Se todo o trabalho de um país fosse destinado apenas a fornecer o sustento de toda a população, sem a lógica da mais-valia, não haveria trabalho excedente e, conseqüentemente, “nada que pudesse ser permitido acumular como capital” (MÉSZÁROS *apud* MARX, 2006, p. 43).

Segundo Mézáros (2007, p. 141), vários países europeus e americanos estão lutando “pelo objetivo de reduzir o tempo de trabalho para 35 horas semanais sem perda salarial”. Trata-se de uma estratégia em meio aos “problemas urgentes do desemprego mundial, quanto às contradições de um sistema socioeconômico que por sua própria necessidade perversa impõe sobre milhões de pessoas a privação e o sofrimento que acompanham o desemprego”.

Além do cenário de desemprego crônico, há um crescimento da concorrência internacional e o esgotamento dos ganhos de produtividade advindos dos processos de flexibilização e precarização na esfera do trabalho. Na particularidade francesa, é como se os operários se tivessem “convencido do interesse de dividir seu trabalho, como se tivessem de se conformar em ver suas condições de trabalho se degradar mais ainda sob o impacto da aplicação da lei das 35 horas. Na verdade, durante anos, a esperança dos militantes se agarrou à perspectiva de diminuir o tempo de trabalho” (BEAUD & PIALOUX, 2004, p. 297).

Na Peugeot, o acordo de 1999, prevê a incorporação do tempo de intervalo (25 minutos por dia) ao tempo de trabalho efetivo, o pagamento do trabalho aos sábados não como hora extra (como era antigamente) etc. A maioria dos operários da fábrica vê isso como um retrocesso, e os militantes como uma maneira disfarçada de rever as conquistas obtidas pela luta dos ‘antigos (as greves de 1961 e de 1964 permitiram a incorporação dos intervalos ao tempo de trabalho). Os operários teriam assim de se conformar em ver a questão material como

acessória, como se tivessem de desistir de obter uma melhoria em seus ganhos. Em nome da divisão do trabalho, eles parecem condenados a ter de se manter na linha de flutuação, sob ameaça permanente de cair do lado dos novos *working poor* e dos que vivem de salário mínimo. (BEAUD & PIALOUX, 2004, p. 297, grifos do autor).

Sobre a inspeção do trabalho, Beaud & Pialoux (2004, p. 298) explicam que “os acidentes de trabalho aumentaram e as condições de trabalho se degradaram. Ao mesmo tempo, os fiscais de trabalho são em número tão insuficiente na França que não conseguem cumprir seu ofício com eficiência”. Nesse cenário, a estagnação dos salários dos operários e a diminuição dos salários de contratação eram fenômenos muito malvistos. As famílias sofriam com a pauperização e com o “desatrelamento dos grupos sociais mais próximos (as classes médias baixas e os funcionários de escritório, cuja luta em dezembro de 1995 ficou longe de ser unanimidade entre os operários do setor privado)”. O avanço dos salários baixos e a ampliação do desemprego “produziram uma clientela cativa nas lojas de desconto: bem adaptadas a uma freguesia popular a caminho da proletarização, elas proliferam nas regiões operárias (como as lojas de comida barata)”.

A estratégia fundamental de redução da semana de trabalho afeta diretamente o trabalhador, tanto o manual quanto o intelectual. Conforme Mészáros (2007, p. 158, grifos do autor), “essa é uma demanda estratégica vital para o trabalho, uma vez que é ‘não negociável’: isto é, não pode integrar-se nas pseudoconcessões manipuladas da ordem existente, pois concerne diretamente à questão *do controle*”, ou seja, “*um sistema alternativo de controle sociometabólico* – ao qual o capital se opõe e tem de se opor adversamente”.

Portanto, pode-se compreender que

As 35 horas semanais de trabalho – ainda que pudessem ser concedidas de forma genuína, e não sorrateiramente anuladas de diversas maneiras, como já se planeja e pratica com cinismo – não poderiam resolver o problema monumental e cada vez maior, bem como grave do ponto de vista socioeconômico, do desemprego. Assim a questão legitimada suscitada é: por que 35, e não 25 ou 20 horas por semana, que fariam uma diferença maior nesse respeito? Eis a questão que nos conduz ao cerne do problema. (MÉSZÁROS, 2007, p. 158).

Há uma incompatibilidade radical entre a ordem social existente e outra em que “os seres humanos detenham o controle sobre a sua atividade-vital, incluindo seu

“tempo liberado” (MÉSZÁROS, 2007, p. 158). O sistema produtivo do capital cria tempo supérfluo na sociedade como um todo, de forma cada vez mais crescente. Nesse processo, a classe trabalhadora sofre as incertezas diante das rápidas mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. O capital dissemina a dimensão desumana e bárbara sobre a humanidade.

Nos seus limites, seguem as desumanizações estabelecidas pelas contradições que a própria essência capitalista proporciona em suas bases de acumulação. Para solucionar suas contradições, novas formas de restabelecer a economia são criadas e reestruturadas, independentemente de a classe trabalhadora sofrer penosamente as consequências, além de as condições naturais serem danosamente ameaçadas pela extinção e de se colocar em risco a vida inteira no planeta Terra.

As soluções situam-se nas bases neoimperialistas do capital financeiro, que se concentram na lógica privatizante das empresas estatais em todo o globo. O livre mercado ressurge na mediação entre a intervenção estatal das nações imperialistas e as políticas de cunho neoliberais. Assim, novas configurações nas empresas são estabelecidas e novos acordos de trabalho são efetivados.

Surge, nessa direção, uma intensificação da degradação e precarização das condições de trabalho, atrelada a um ritmo sem precedentes do revolucionamento tecnológico. Este, por sua vez, define ainda mais a fragmentação do trabalho e, como consequência, ativa os limites absolutos do capital em meio a uma infinidade de contradições, tendo em vista a nova dimensão do desemprego, disseminada em escala mundial como um fenômeno crônico.

Dada a primordial necessidade de restabelecimento econômico das bases neoimperialistas, o neoliberalismo surge como palavra de ordem do capital no contexto de crise estrutural e de reestruturação produtiva fortemente concentrada nas bases da acumulação flexível. Alinhado a essas novas configurações no âmbito do capital financeiro, o desemprego dispara a sua dimensão crônica. Em outras palavras, para assegurar a reprodução social em grande escala, o modo de produção capitalista se utiliza do neoliberalismo no atendimento dos interesses de seus representantes. O movimento de ascensão dos ideais neoliberais representa o arsenal político necessário para minimizar a crise de expansão e acumulação que se intensifica cada vez mais na etapa histórica de hipertrofia do capital financeiro.

Para atenuar as acentuadas quedas de acumulação e expansão do capital, os processos crescentes de intensificação da exploração da força de trabalho postos em

prática pela famigerada reestruturação produtiva são insuficientes. Por isso o capital financeiro recorre aos processos de espoliação e expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores. A intensificação da exploração da força de trabalho é seguida pela intensificação das espoliações das riquezas produzidas pelos trabalhadores, promovendo a multiplicação do número dos trabalhadores desempregados que perderam suas terras e riquezas para o grande capital financeiro.

Os projetos de privatização das empresas estatais servem como manifestação dos novos processos de espoliação do capital, em que não basta a exploração direta da força de trabalho, já que o capital financeiro precisa reeditar a prática do roubo das riquezas das sociedades indígenas, das comunidades quilombolas, dos camponeses etc. A violência aberta revela a natureza de um sistema assentado em contradições e que se sustenta na intensificação da violência e das contradições em todo o seu edifício social.

Entre os problemas estruturais que beiram os limites absolutos do capital sob o domínio neoimperialista e neoliberal, o desemprego crônico torna-se um fator preponderante, legitimado pelos processos de legalização da terceirização, da flexibilização e da precarização das relações de trabalho. Nos espaços privatizados, a flexibilização eleva a exploração, alcançando níveis análogos ao trabalho escravo, em que a precarização das relações de trabalho se adensa de maneira acoplada aos processos de expropriações. Nesse processo, o Estado é fundamental para assegurar o controle absoluto do capital sobre o trabalho; a violência estatal e a paraestatal ganham novos corolários e revelam os limites absolutos do sistema do capital.

O desemprego está no cerne da incompatibilidade do capital entre a ordem social existente e aquela na qual a humanidade poderá estar no controle de sua atividade essencial. No entanto,

A incapacidade de estabelecer limites significativos e praticamente observáveis é uma das características definidoras mais importantes dos desenvolvimentos capitalistas, com implicações de longo alcance para a viabilidade do sistema. A esse respeito, é altamente sintomático que, apesar das inúmeras tentativas, a economia política burguesa não possa fornecer uma definição adequada de 'consumo produtivo e improdutivo' (nem de 'trabalho produtivo e improdutivo'), uma vez que a incapacidade de tolerar limites no geral solapa a possibilidade de formular critérios objetivos limitantes neste particular. (MÉSZÁROS, 2002, p. 658).

A incapacidade de estabelecer limites acha-se no cerne da lei geral da acumulação capitalista. A natureza do sistema produtivo dissemina uma infinidade de desumanizações sociais ao tempo que amplia uma riqueza material nas mãos dos grandes capitalistas. No interior do modo de produção capitalista, todos os meios para o desenvolvimento da produção transformam-se em meios de dominação e exploração do capital. Com isso, o trabalhador torna-se apenas um apêndice da máquina. Suas condições de trabalho são desfiguradas e submetidas ao despotismo burguês, e transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho.

A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação produz também uma acumulação de miséria na mesma proporção que a acumulação de capital. Isso é uma contradição fundamental do modo de produção capitalista: os seus processos de “racionalização” e de “modernização” elevam os fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. Neste processo, quem sofre todas as consequências é a totalidade da força de trabalho humana.

Isto é prova de que “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação de toda a humanidade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 251). Embora o capitalismo tenha trazido para a sociedade um desenvolvimento cada vez mais intensivo das forças produtivas indispensáveis à reprodução social, o seu caráter irracional e destrutivo torna essa abundância restrita a uma minoria. Desse modo, todos os males existentes na produção burguesa são imanentes à sua lógica e, por isso, são insuperáveis em seu interior.

Fora do sistema capitalista existem amplas possibilidades de superação. Como o capital é totalmente incompatível com o tempo livre utilizado de forma autônoma pelos indivíduos sociais livremente associados, resta-nos a transição para uma ordem social conscientemente posta em movimento pelos homens, como defende o projeto socialista inspirado na emancipação humana. Em meio à experiência histórica do século XX e ao fracasso de todas as tentativas passadas de superar os constrangimentos desumanizadores e as contradições do capitalismo, a humanidade não pode sustentar a ideia de que sobreviverá por muito tempo ainda dentro dos limites estruturais necessariamente destrutivos do modo de produção capitalista.

Partindo desse entendimento, é importante agora focar o desenvolvimento das forças produtivas no século XXI, no domínio do capital em seus limites absolutos. Compreender nesse processo as novas configurações da estrutura produtiva do

capital, a natureza explosiva do desemprego estrutural e o seu caráter dinamizador na atualidade é imprescindível para se trazer Marx de volta, a fim de atestar que a superação do desemprego para ele somente é possível além dos limites absolutos do capital.

## 5. REDIMENSÃO DO DESEMPREGO NA FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI

Como vimos, as crises do capital surgem como consequência do movimento oscilante da composição orgânica do capital na produção no âmbito de uma lei geral da acumulação capitalista. Elas ganham um patamar estrutural quando atingem, em escala mundial, os problemas políticos, econômicos e sociais que se agravam até nos países de capitalismo avançado, na peculiaridade histórica do pós-Segunda Guerra Mundial.

Vimos também que o modo de produção capitalista, por sua essência, não é um sistema democrático e igualitário. Portanto, não há como atender às necessidades dos pobres da mesma forma que as dos ricos. Os problemas agravados pelo poder de mercado nesse período histórico do capitalismo pós-guerra reforçam os mecanismos ideológicos do capital para a reprodução da ordem estabelecida e para a perpetuação de sua dominação.

Por razões econômicas, mas também ideológicas, a burguesia cria “um novo internacionalismo através do mercado mundial, ao lado da sujeição das forças da natureza ao homem, do maquinário, da aplicação da química à agricultura e à indústria, da navegação a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo” (HARVEY, 2009, p. 97). Mas os resultados de todo esse progresso geraram um alto custo: “violência, destruição de tradições, opressão, redução da avaliação de toda atividade ao frio cálculo do dinheiro e do lucro” (HARVEY, 2009, p. 97). E com as “máquinas inteligentes”, como veremos ao longo desta exposição, não é diferente. O capitalismo intensifica os problemas sociais, econômicos e políticos, já que eleva seus padrões de produção. Nos limites absolutos do capital, seguem os problemas sem solução plausível no horizonte burguês, pela sua própria essência contraditória, desigual e desumana.

Se o modo de produção capitalista assume a direção da vida dos homens, não há uma liberdade ampla individual, mas uma liberdade individual restrita à lógica capitalista. Pois, os homens “agem e pensam, em larga medida, segundo as necessidades do processo global de acumulação deste, sempre na esperança de também amealharem a sua riqueza social” (LESSA e TONET, 2008, p. 98). Nesses termos, a fragmentação torna-se um aliado no processo ideológico do capital, a fim de amenizar as crises e expandir a produção. É assim que se inaugura uma divisão

social e técnica altamente organizada do trabalho no âmbito do capitalismo maduro. E “isso forma uma poderosa alavanca de promoção do crescimento econômico e da acumulação do capital” (HARVEY, 2009, p. 100).

A própria condição de existência do capital é manter a desigualdade, é fragmentar, é alienar, é desumanizar. A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, conforme afirma Marx e, portanto, as relações de produção. As leis coercitivas da competição de mercado conduzem, como parte da natureza do capital, os capitalistas a procurar “mudanças tecnológicas e organizacionais que melhorem sua lucratividade com relação à média social, levando todos os capitalistas a saltos de inovação dos processos de produção que só alcançam seu limite sob condições de maciços superávits de trabalho” (HARVEY, 2009, 102). Esse estímulo de inovação no mercado produtivo é necessário para o capitalista controlar o trabalhador e reduzir o seu poder de barganha no mercado, mediante condições de relativa escassez de trabalho e ativa resistência de classe.

A inovação exacerbada, a instabilidade e a insegurança conduzem o capitalismo a períodos de crises. Não apenas a vida na indústria moderna perpassa por “prosperidade, excesso de produção, crise e estagnação, mas a incerteza e a instabilidade a que as máquinas sujeitam o emprego e, em consequência, as condições de existência dos operadores que se tornam normais” (HARVEY, 2009, p. 102). Nessa direção, “a luta pela manutenção da lucratividade apressa os capitalistas a explorarem todo tipo de novas possibilidades” (HARVEY, 2009, p. 103).

As últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI conformam um longo ciclo de mudanças que afetou diretamente a estrutura produtiva do trabalho. Em poucas palavras, a sede exacerbada de acumulação burguesa ao longo de sua trajetória produtiva dissemina perdas, precariedade e insegurança. O trabalho abstrato/alienado favorece o desenvolvimento de habilidades parciais. O conhecimento e as habilidades são confiscados pelo capital para concentrá-los nas grandes máquinas burguesas, na organização do trabalho e na tecnologia.

A materialização da organização capitalista de produção necessita constantemente acumular mais-valor através do domínio dos meios de produção e da força de trabalho. Nesse processo, o estabelecimento de padrões de organização e de gerenciamento científico e tecnológico, ao longo da história burguesa, mostrou-se adequado para elevar a exploração do trabalho e a acumulação de capital. Trata-se de um sistema produtivo que subordina a força de trabalho ao meio de trabalho, numa

estrutura de produção diversificada para a acumulação de riqueza material. O desenvolvimento das forças produtivas pelo capital, inclusive na margem do crescimento tecnológico, torna perceptível uma mudança extraordinária na estrutura produtiva do trabalho, a qual, por sua vez, exige, cada vez mais, certo tipo de subordinação, de hierarquia e de despotismo.

Com base nesse entendimento, torna-se importante abordarmos nesta seção a atualidade do desemprego na fragmentação do trabalho mediante o avanço da tecnologia e da instabilidade do mercado de trabalho. O novo revolucionamento nas bases produtivas da acumulação capitalista traz muitas mudanças na esfera do trabalho e ao mesmo tempo gera graves consequências para a questão do desemprego crônico.

O pensamento de Marx traduz a atualidade do capital ao descrever sua lógica e seus processos de crises no processo de acumulação e expansão. A crise confirma a tese da teoria do valor trabalho em Marx e a teoria da mais-valia como fundamento ontológico do sistema do capital. A crise impõe a necessidade de constituir novos mecanismos de acumulação; não basta a acumulação de mais-valia oriunda da exploração da força de trabalho, pois o capital necessita colocar em curso os mecanismos de espoliação e expropriação. A atualidade de Marx é bem evidente quando nos deparamos hoje com a grande característica da crise social, ou seja, o desemprego e o pauperismo crônicos e a crise ecológica mundial como grandes manifestações da lógica da lei geral da acumulação capitalista.

Afirmar a atualidade de Marx na sociedade contemporânea do capital possibilita desvelar a totalidade das mudanças que presenciamos a cada momento da história. O desemprego em Marx é uma realidade cada vez mais confirmada na sociedade capitalista; sua lógica é imanente ao processo de ampliação exorbitante da acumulação de riqueza nas mãos de uma classe dominante. A superação do desemprego só é possível, segundo Marx, para além do capital.

**5.1. DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL ÀS “MÁQUINAS INTELIGENTES”:** a fragmentação do trabalho diante do avanço científico-tecnológico nos limites absolutos do capital.

As revoluções tecnológicas, em pleno século XXI, trazem mudanças significativas na esfera produtiva do trabalho. O cenário atual vislumbra a possibilidade de se

instalar uma fábrica totalmente operada por robôs, com tecnologia para gerar relatórios operacionais em tempo real, alimentando assim os sistemas de gestão para fins de orientação e tomadas de decisões por gestores. Até pouco tempo, parecia ser um cenário de ficção científica; hoje, as inovações tecnológicas estão operantes em algum lugar do planeta, com mudanças significativas na vida social como um todo.

Do século XVIII aos dias atuais, o mundo ganhou novas roupagens sem perder a sua essência<sup>31</sup>. Mas é no século XXI que as revoluções tecnológicas dão um salto de qualidade e seguem num ritmo cada vez mais acelerado e intenso, em face do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. As novas descobertas tecnológicas que abastecem a locomotiva do capital na atualidade fazem parte do que se denomina quarta revolução industrial, onde convergem tecnologias digitais, físicas e biológicas.

Segundo o *site* de notícia da empresa de gestão e tecnologia Sankhya, publicado em junho de 2018, a *internet das coisas*, como uma inovação tecnológica de nossos dias, vem sendo desenvolvida para “substituir eletrodomésticos por sofisticadas máquinas da indústria. Com ela, será possível incorporar inteligência artificial aos equipamentos, fazendo com que eles gerem informações e funcionem de maneira cada vez mais autônoma” (SANKHYA, 2018). Exemplo dessas revoluções tecnológicas em elementos do nosso cotidiano “são as geladeiras programadas para adequar a temperatura interna ou, no futuro, as experiências com carros que dispensam o motorista”.

O armazenamento em nuvem “permite acesso às informações em qualquer lugar, de qualquer dispositivo. Isso traz mobilidade para a gestão, com o uso de

---

<sup>31</sup> Como vimos nas seções anteriores, a primeira revolução industrial aconteceu com a invenção das máquinas a vapor, entre a segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do século seguinte. Elas permitiram que os processos manuais de produção fossem mecanizados, ampliando consideravelmente a produtividade. Nesse momento do desenvolvimento das forças produtivas, as locomoções foram facilitadas com a aplicação da nova tecnologia aos meios de transporte da época, como trens e navios. A segunda revolução ocorreu com o advento da eletricidade, em meados do século XIX. A energia elétrica permitiu a manufatura em massa, com máquinas mais rápidas, autônomas e menos dependentes de recursos humanos. Os custos de produção caíram e aumentou a competitividade da indústria quando a maior parte das fábricas passou a usar energia. No século XX, a terceira revolução surge com a evolução tecnológica nos campos da eletrônica, da tecnologia da informação e das telecomunicações. No século XXI, o surgimento da internet, em todas as suas possíveis aplicações, criou a infraestrutura e o ambiente cultural propício ao desenvolvimento de *smartphones* e máquinas capazes de se comunicar com inteligência artificial. A chamada quarta revolução industrial possibilita uma interação entre o mundo físico e o tecnológico virtual, por meio de inovações como a internet das coisas, computação em nuvem e sistemas ciberfísicos. Robôs, máquinas e seres humanos trabalham lado a lado, com a contribuição da inteligência artificial, capaz de processar informações em velocidade superior à do cérebro humano.

assistentes virtuais”. Já os *sistemas ciberfísicos* se referem “às inovações tecnológicas instaladas por robôs que podem realizar tanto atividades operacionais quanto intelectuais”. Nas fábricas, eles são capazes de realizar vários processos produtivos, como já acontece na indústria automobilística. Na análise de dados, pesquisam e processam milhares de informações em tempo real (SANKHYA, 2018).

Essas manifestações tecnológicas em andamento na atualidade já causam impacto na maneira como as empresas produzem e fazem a gestão de seus negócios, da mesma forma que recriam desumanizações, tendo em vista uma ampliação da flexibilização na produção e um aumento sem precedentes de desemprego. Com máquinas “mais inteligentes”, os processos de trabalho passam por uma transformação junto à revolução tecnológica e os sistemas de gestão precisam se adequar a essa nova maneira de produzir. A inovação tecnológica envolve também uma mudança de mentalidade quanto aos atuais métodos de administração de empresas. Algumas mudanças presentes nos atuais sistemas de gestão empresarial viabilizam uma maior flexibilização vinculada às potencialidades da IA. Como exemplo, temos o

Planejamento de recursos Empresariais – ERP – que chegam ao mercado de forma cada vez mais inteligente, por permitir uma análise de informações em tempo real, com um nível alto de assertividade e flexibilidade, a fim de melhor atender a diferentes negócios. Como podem ser acessados a partir de diferentes dispositivos tecnológicos, conectados à internet em qualquer lugar, é o conceito de mobilidade que permite ao empreendedor acessar seu ERP a qualquer hora, em qualquer lugar. Na Sankhya, o sistema B.I.A. (*Business Intelligence Analyst*) oferece inúmeras possibilidades para que o gestor tenha acesso ao seu ERP, a partir de comandos de voz para tablets ou smartphones. O sistema oferece um retrato da organização, de acordo com as informações programadas. Com o tempo, a assistente é capaz de aprender sobre as preferências dos usuários e programar-se para determinadas tarefas rotineiras. (SANKHYA, 2018).

Essas manifestações tecnológicas em andamento na atualidade já causam impacto na maneira como as empresas produzem e fazem a gestão de seus negócios, da mesma forma que recriam desumanizações, tendo em vista uma ampliação da flexibilização na produção e um aumento sem precedentes de desemprego. Com máquinas “mais inteligentes”, os processos de trabalho passam por uma transformação junto à revolução tecnológica e os sistemas de gestão precisam se adequar a essa nova maneira de produzir. A inovação tecnológica envolve também uma mudança de mentalidade quanto aos atuais métodos de administração de empresas. Algumas

mudanças presentes nos atuais sistemas de gestão empresarial viabilizam uma maior flexibilização vinculada às potencialidades da IA.

Essas mudanças no adensamento da tecnologia movida por “máquinas inteligentes” vêm acompanhadas por uma nova forma de produzir, consumir e se relacionar, a serviço da acumulação capitalista. Os impactos dessas transformações são inevitáveis tanto para o capitalista quanto para os trabalhadores, uma vez que estamos vivendo um momento de crise estrutural que beira os limites absolutos do capital. A questão que se coloca para os próximos anos é se o processo de transação digital será uma realidade em qualquer tipo de organização.

O modo de produção capitalista está preparando o terreno para que essas mudanças se efetivem, na busca de obter mais chances de se reinventar e aproveitar o desenvolvimento tecnológico a favor de sua contínua sede por acumulação e exploração. Enquanto isso, as desumanizações continuam na história burguesa, como parte constitutiva das contradições evidentes na órbita do capital.

Conforme Bostrom, em seu livro *Superinteligência, caminhos, perigos e estratégias para um novo mundo*,

A maioria das tecnologias que nos próximos cinco ou dez anos terão um grande impacto no mundo já está em uso de forma limitada, enquanto as tecnologias que remodelarão o mundo em menos de quinze anos provavelmente já existem em laboratórios na forma de protótipos. [...] o fato de que, no passado, alguns indivíduos fizeram previsões exageradas a respeito da inteligência artificial (IA) não implica, entretanto, que a IA seja impossível de ser desenvolvida ou que nunca será desenvolvida. A principal razão para que o progresso tenha sido mais lento do que o previsto se deve ao fato de que dificuldades técnicas para a construção de máquinas inteligentes se mostraram maiores do que os obstáculos previstos pelos pioneiros da IA. [...] Mas notemos desde já que, independentemente de quantas paradas existam entre o presente e o IA de nível humano, ela não é o destino final. (BOSTROM, 2018, p. 25).

A tecnologia avança como coadjuvante das atividades humanas, mas, no capitalismo, ao tempo que busca trazer segurança e bem-estar, ela é usada primordialmente como uma arma de controle. Para Bostrom (2018, p. 43),

Nos últimos anos, programas de reconhecimento facial têm se aperfeiçoado suficientemente a ponto de serem utilizados na automatização do controle de fronteiras na Europa e na Austrália. O Departamento de Estado dos Estados Unidos opera um sistema de reconhecimento facial com mais de 75 milhões de fotografias para o

processamento de vistos. Sistemas de vigilância utilizam IA cada vez mais sofisticadas e tecnologias de mineração de dados para analisar voz, vídeos ou texto, sendo que boa parte desses dados são coletados em meios de comunicação eletrônicos no mundo todo e armazenado em enormes data centers.

A inovação tecnológica que permite a digitalização virtual dos dados pessoais de cada indivíduo, por um lado, vem acompanhada de uma suposta segurança social, mas, por outro lado, serve, sobretudo, como uma arma de controle nas mãos do capital sobre cada ser humano. Essa situação no processo de trabalho pode trazer inúmeros benefícios para as empresas capitalistas; em contrapartida, para os trabalhadores, traz um fardo ainda mais intensivo de controle na base do padrão de acumulação flexível.

Bostrom (2018, p. 44) menciona, em outro exemplo, o caso das organizações militares e de inteligência norte-americana que têm liderado “a implementação em larga escala de robôs desarmadores de bombas, drones de vigilância e ataque e outros veículos não tripulados”. Para ele, esses processos tecnológicos “ainda dependem, sobretudo, do controle remoto operado por humanos, mas o trabalho para aumentar suas capacidades autônomas está em andamento”.

Essa tendência numa guerra intercapitalista pode trazer inúmeras vantagens para os que lideram a tecnologia, uma vez que não necessitarão de um número grande de soldados e as formas de trabalho cada vez mais poderão ser controladas por mentes humanas a distância. Nota-se que o trabalho manual não perde sua relevância, uma vez que a montagem dos equipamentos necessita de uma transformação da natureza pelo trabalho. A questão que se coloca é a necessidade cada vez maior de uma fragmentação do trabalho com ênfase na especificidade das formas do trabalho intelectual.

Outra questão a ser referida é quanto à manifestação da IA nos serviços de internet. Conforme o autor, “programas de computador policiam mundialmente o tráfego de *e-mails* e, apesar da contínua adaptação de *spammers* para driblar as contramedidas impostas a eles, filtros bayesianos *antispam* têm conseguido controlar o problema” (BOSTROM, 2018, p. 44). Esses programas de computador que utilizam componentes de IA “são responsáveis por aprovar ou reprovar automaticamente transações realizadas com cartões de crédito e monitoram continuamente a atividade das contas, procurando sinais de uso fraudulento” (BOSTROM, 2018, p. 44-45).

O sistema de controle do capital invade a internet e a privacidade da vida humana para travar suas necessidades de acumulação através da lógica de crédito. As supostas fraudes somente serão detectadas conforme os interesses mercadológicos dos grandes donos do capital. Enquanto a classe trabalhadora fica à mercê desse suposto benefício de segurança, as maiores fraudes do sistema capitalista permanecem escamoteadas.

Sobre a operação atual de sistemas de IA em mercados financeiros globais:

Sistemas de negociação de ações automatizados são amplamente usados por grandes corretoras de investimentos. Enquanto alguns deles são simplesmente utilizados para automatizar a execução de uma ordem de compra ou venda emitida por um administrador de fundos humanos, outros seguem complicadas estratégias de compra e venda que se adaptam às mudanças das condições de mercado. Sistemas analíticos usam uma variedade de tecnologias de mineração de dados e análise de séries temporais para mapear padrões e tendências em mercados de valores mobiliários ou para correlacionar os movimentos históricos dos preços com variáveis externas tais como palavras-chave em painéis eletrônicos de notícias. Agências de notícias financeiras vendem *feeds* de notícias que são formatados especialmente para o uso de tais programas de IA. Outros sistemas se especializam em encontrar oportunidades de arbitragem entre mercados ou dentro deles, ou em negociações de alta frequência que buscam lucrar com pequenos movimentos dos preços que ocorrem em questão de milissegundos (uma escala de tempo na qual as latências de comunicação, mesmo para sinais na velocidade da luz em cabo de fibra ótica, se tornam significativos, tornando vantajosa a localização de computadores próximos ao local da transação). (BOSTROM, 2018, p. 45-48, grifos do autor).

Segundo o *site* de notícias Exame (2021), o potencial da tecnologia *blockchain* e de *criptoativos* como o *bitcoin* tornou-se uma nova forma de tramitação financeira do mercado, uma vez que essa inovação de moedas digitais é uma tendência para a extinção do dinheiro físico. Num momento de forte crise econômica mundial, causada pela pandemia do coronavírus em 2020<sup>32</sup>, essa novidade adentrou no mundo dos negócios para disruptar grandes setores da indústria: “a adoção da tecnologia por diversos setores, o desenvolvimento de novos produtos financeiros e novas

---

<sup>32</sup> Segundo Santos Neto e Fernandes (2020, p. 15), a partir de 2020 o problema sanitário desencadeado com a pandemia do Sars-CoV-2 agravou as contradições nos limites estruturais do sistema capitalista. Tal fato trouxe novas maneiras de contornar os déficits financeiros, confirmando a impossibilidade de o sistema “colocar a vida humana acima dos imperativos centrados na necessidade de ampliação e de expansão das taxas de lucro”.

regulamentações vêm contribuindo para sua expansão nos mercados nacional e internacional”.

Com o aumento e a transformação digital do mercado financeiro, impulsionado pela pandemia do coronavírus, a tecnologia blockchain tem tomado um espaço de grande importância. Segundo uma pesquisa realizada pelo Deutsche Bank entre os *players* do setor financeiro, a tecnologia blockchain pode ser a principal ferramenta para a solução para falhas de sistemas e interrupções do mercado financeiro mundial. Já de acordo com um estudo elaborado pelo Banco Santander, a tecnologia blockchain pode reduzir os custos operacionais em até 20 bilhões de dólares anuais, até 2022. (EXAME, 2021)

Tal investimento tem como premissa reduzir os custos associados a pagamentos internacionais, negociação de títulos e processos regulatórios, da seguinte maneira:

Pagamentos internacionais: com o advento da tecnologia de base de dados descentralizada, bancos e usuários finais serão capazes de reduzir os altos custos e a morosidade, durante as transações entre redes de pagamentos e remessas internacionais. Negociação de títulos: contratos inteligentes (softwares) desenvolvidos em blockchain, poderão automatizar pagamentos e execução automatizada de cláusulas contratuais relativas a negociação de títulos, empréstimos, financiamentos, swaps e derivativos. Conformidade regulatória: a melhor qualidade de dados otimizados e controles internos trás redução de custos em aproximadamente 70%, a maior transparência e auditabilidade das operações de compliance reduz custos de 30% à 50%, e processos de Know-Your-Customer (KYC) com identidades digitais pode reduzir custos em até 50% de acordo com a consultoria multinacional Accenture. A adoção em massa da tecnologia blockchain por instituições financeiras, além de simplificar remessas e transferências financeiras vai viabilizar de forma mais eficiente o gerenciamento e negociações de ativos a custos muito mais baixos. (EXAME, 2021).

Grandes instituições financeiras buscam cada vez mais aderir a tais ativos digitais criptografados, a exemplo da “JPMorgan, Standard Chartered, Citi e Deutsche Bank” (EXAME, 2021). Em 2020, “diversos países exploraram a possibilidade de emitir sua própria moeda digital”, através da CBDCs de varejo (sigla para “central bank digital currencies”), “que prometem ser a versão digital do dinheiro em papel emitido pelos bancos centrais e disponíveis para o grande público” (EXAME, 2021).

O destaque desse mercado é o governo chinês, que tem explorado fortemente a tecnologia de CBDCs. Durante sua última fase de testes, foram realizadas mais de 4 milhões de transações em “yuan digital”,

atingindo a soma de cerca de 2 bilhões de yuans (306 milhões de dólares). Este projeto desponta a China no mercado global de CBDCs, buscando seu pioneirismo e status como moeda digital, e inovando a frente do dólar. Outro país que se prepara para lançar uma CBDC em 2021 é o Líbano. A criação de uma moeda digital pretende combater a crise financeira do país, fortalecer a confiança no sistema bancário e otimizar o fluxo de dinheiro local e internacional, uma vez que os libaneses têm armazenado mais de 10 bilhões de dólares em suas casas e colchões. Já no Brasil, o sistema Pix é considerado um grande passo para a criação de um CBDC nacional. Desde 2017, o país vem debatendo a viabilidade para o desenvolvimento de uma moeda digital própria, mas segundo o presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, a possibilidade da criação de um real digital poderá ser alcançada até 2022. (EXAME, 2021).

Como instrumentos permanentes e fundamentais no mercado de capitais, a tecnologia *blockchain* e *criptomoedas* tornou-se uma nova onda digital de financeirização que tende a substituir o dinheiro físico. “Bancos, bolsas e instituições financeiras deverão se posicionar e se preparar para participar deste mercado digital extremamente lucrativo, que a cada dia cria novas soluções, produtos inovadores e infraestruturas de mercado extraordinárias” (EXAME, 2021).

Todas essas mudanças tecnológicas são lançadas na sociedade atual para adensar as necessidades de acumulação do capital, para a organização e a manutenção do sistema de controle capitalista. Em todos os setores da vida humana, essas inovações têm revolucionado o mundo e prometem mudar ainda mais, no presente século, as relações sociais vigentes.

A fim de não incorreremos num viés fetichista da tecnologia, faremos um resgate da interpretação de Marx sobre tecnologia e ciência, o desvelar dessas categorias no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e suas consequências para o trabalho nos dias atuais.

Como vimos, a dinâmica do capital em movimento evolui no capitalismo desde a Revolução Industrial do século XVIII. Hoje, ela alcança novos corolários ao reestruturar a produção, fragmentando ainda mais o trabalho nos moldes da alta tecnologia. Marx nos traz, em *O Capital*, análises das transformações tecnológicas para lucro e renda da burguesia, para intermediação financeira e circulação monetária, onde trata do papel da tecnologia e da ciência em relação à valorização do capital e à produção de mercadorias. Nessa direção, a Revolução Industrial seguiu seu ritmo desenfreado para a acumulação de capital nas mãos dos grandes capitalistas e se apoderou de

inúmeros processos de reestruturação produtiva a fim de expandir ainda mais o capital.

A tecnologia aliada à ciência e sob o domínio de grandes capitalistas é resultado do desenvolvimento das forças produtivas na processualidade histórica da reprodução social. Embora seja algo importante para a vida humana, seu investimento objetiva em primeira instância acumular capital através de uma organização legitimada pelo trabalho abstrato-alienado, repleto de contradições e desumanizações sem precedentes, que permeia a esfera produtiva da vida global. Nessa direção, a tecnologia dissemina uma mudança radical nas formas de vida e de trabalho, uma evolução plausível e benéfica do ponto de vista da reprodução social; mas, sob o domínio do capital, essa evolução vem recheada de consequências penosas que recaem sobre a vida humana em vários aspectos.

Ao longo da história das sociedades humanas, mudanças técnicas e organizacionais ocorreram por vários lugares, afetando diversos tipos de atividades. Novas técnicas e formas organizacionais foram sendo adaptadas para o atendimento das necessidades dos homens em sociedade. A partir do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas alcança um patamar de autossuficiência, as técnicas e formas organizacionais ganham novas formas, se reestruturam no processo produtivo e são lançadas para adensar a produção cada vez mais em ritmo acelerado.

Conforme Harvey (2018, p. 111), é a partir do regime capitalista “que encontramos uma força sistemática e poderosa impulsionando o dinamismo tecnológico e organizacional, com efeitos duradouros e acumulativos”. A concentração dessa força está no processo de valorização onde “ela é moldada pela busca perpétua, sob o capitalismo, por mais-valor relativo”.

Nesse processo,

Capitalistas sem concorrência uns com os outros vendem suas mercadorias a um preço social médio. Aqueles que possuem uma tecnologia ou forma organizacional superior em sua produção têm lucros extras (mais-valor relativo), pois produzem a um custo individual de produção menor e vendem pela média social. Inversamente, os que utilizam tecnologia ou forma organizacional inferior obtêm lucros menores ou até mesmo prejuízos, e ou vão à falência ou são forçados a adotar novos métodos. (HARVEY, 2018, p. 112).

Conforme o autor, os produtores que estão numa situação mais vantajosa adotam métodos melhores como incentivo para garantir a sua fatia no mercado e ampliar

os lucros extras. Quanto maior a concorrência, maior a probabilidade de ocorrerem inovações à medida que as empresas passam à frente e as demais correm para ultrapassá-las, tendo de ir além das bases tecnológicas e da forma organizacional que as moldam na média social. O processo de trabalho, no momento da valorização, é ditado por forças que incessantemente buscam elevar a produtividade da força de trabalho.

Uma vez que a produtividade do trabalho se eleva, o valor individual das mercadorias diminui. Se nesse processo houver um barateamento dos bens salariais, o valor da força de trabalho entra em declínio ao assumir um padrão de vida fixo, deixando uma quantidade maior de mais-valor para o capital. Assim, os capitalistas passam a lucrar com o mais-valor relativo e com a produtividade do trabalho na produção de bens salariais. Nessa direção, “o impulso de produzir mais-valor relativo sustenta a pressão incessante por transformações tecnológicas e organizacionais na produção” (HARVEY, 2018, p. 112).

As máquinas são, de fato, uma fonte de mais-valor extra. Os capitalistas inferem que as máquinas são uma fonte de valor, mas, para Marx, isso não é possível. As máquinas não podem produzir nada por conta própria, pois elas são capital constante, ou seja, capital que não altera seu valor por meio do valor de uso. O trabalho vivo é a única fonte de mais-valor na produção; apenas parte do valor da máquina é transferida para o valor da mercadoria. Assim, “as máquinas apenas ajudam a elevar a produtividade da força de trabalho, de modo que o valor total permanece o mesmo, enquanto o valor das mercadorias individuais cai” (HARVEY, 2018, p. 112-113).

Segundo o autor, o resultado disso é um paradoxo:

Máquinas, quando combinadas com trabalho, produzem uma quantidade maior de mais-valor para o capitalista, apesar de o valor produzido permanecer constante. Boa parte dos capitalistas (alinhados ao senso comum) acredita que as máquinas produzem valor e tende a agir com base nessa crença. Marx considera isso uma visão fetichista. O fetichismo da tecnologia é muito disseminado e isso tem consequências importantes. Ele leva, por exemplo, à crença generalizada de que há uma solução tecnológica para qualquer problema social ou econômico. (HARVEY, 2018, p. 113),

Numa situação de concorrência bem consolidada e persistente, “o poder monopólico atenua a força motriz por trás do dinamismo tecnológico” (HARVEY, 2018, p.

113). A força motriz é apenas deslocada, mas não destruída. A forma social do mais-valor relativo permanece, ao derivar da redução do valor da força de trabalho via redução no valor dos bens salariais.

Vejamos alguns exemplos de como isso funciona:

No século XIX, interesses industriais ingleses viam que os índices salariais estavam vinculados ao preço do pão. Eles fizeram campanha (em parceria com os trabalhadores) contra os interesses agrícolas da aristocracia fundiária para abolir as tarifas sobre o trigo importado e assim baixar o preço do pão. O objetivo dos industriais não era elevar o padrão de vida dos trabalhadores (embora alegassem com frequência que o faziam para obter o apoio dos trabalhadores), e sim reduzir os salários e aumentar o mais-valor relativo (lucros monetários). Pregavam o evangelho do livre-comércio enquanto foi vantajoso para eles. (HARVEY, 2018, p. 113).

Isso não é diferente na atualidade, por exemplo, dos Estados Unidos:

Se o valor da força de trabalho for determinado, digamos, com base no preço do tênis da Nike e das camisetas da Gap, então será conveniente para o capital em geral adotar o evangelho do livre-comércio para esses artigos. Os preços baixos da Walmartt para produtos importados propiciam a redução do valor da força de trabalho e a elevação da taxa de lucro dos capitalistas dos Estados Unidos. O problema é que os interesses dos fabricantes e da classe trabalhadora dos Estados Unidos que querem fabricar camisetas e tênis saem prejudicados, em comparação com os outros setores do capital que se deleitam com a mão de obra barata vestida, alimentada e entretida por importados baratos. (HARVEY, 2018, p. 113).

Os processos de concentração e centralização de capitais entre grandes capitalistas permitem o incentivo de novas tecnologias. Conforme Harvey (2018, p. 114), “muitas inovações são concebidas para desempoderar o trabalhador no mercado e no processo de trabalho”. Crescem “tecnologias que substituem a mão de obra qualificada e o poder monopólico que determinadas habilidades conferem como estruturas laborais que não exigem qualificação”. Nessa direção, o desemprego estrutural amplia a necessidade de novas adaptações tecnológicas que

[...] melhoram a eficiência e a coordenação, ou aceleram os tempos de rotação na produção e na circulação, produzem quantidades maiores de mais-valor para o capital. A necessidade de expansão da

produção para acomodar a acumulação infundável de capital cria um forte incentivo para se ampliar o mercado de bens existentes, reduzindo-se o preço de produção ou criando-se linhas de produtos e setores industriais inteiramente novos (como o de eletrônicos nas últimas décadas). (HARVEY, 2018, p. 114).

Num cenário em que novas tecnologias e a inovação de produtos andam de mãos dadas, os incentivos a suas implementações surgem até mesmo sob condições de monopólio ou oligopólio. Porém, em larga medida, todos se concentram no momento da valorização. Para Harvey (2018, p. 114), “independentemente do equilíbrio entre concorrência e poder monopólico, o resultado global é assegurar a dinâmica contínua e perpetuamente revolucionária da mudança tecnológica e organizacional sob o capitalismo”.

Essa mudança tecnológica é analisada por Marx com base nas forças que afetam a produtividade da força de trabalho no processo de valorização. Sua abordagem ampla se refere aos meios mobilizados para tanto, a exemplo da “importância do *software* e da forma organizacional, para além do *hardware* das máquinas. Para serem efetivos, computadores e telefones celulares requerem programas e aplicativos, bem como redes de comunicação” (HARVEY, 2018, p. 115). Ou seja,

A evolução das formas organizacionais (tais como as empresas capitalistas modernas, as redes de comunicação, as universidades e institutos de pesquisa) foi tão importante quanto o desenvolvimento do hardware (design programado, aplicativos, agendamento otimizado e sistemas de gestão *just-in-time*). Ainda que sejam importantes e úteis as distinções entre hardware, software e forma organizacional, é preciso aprender a reconhecer cada um desses elementos como uma relação interna do outro. É possível, obviamente, escrever sobre a evolução do designer automobilístico em si, mas fazer isso como se as inovações de Henry Ford na linha de produção não tivessem tido nenhum papel na evolução subsequente da indústria seria simplesmente deixar de lado algo vital para a história. Seria como escrever sobre a história do computador sem fazer menção à Microsoft e às consequências sociais e políticas da internet. (HARVEY, 2018, p. 115, grifos do autor).

A tecnologia para Marx está ligada “a uma abordagem ampla de seu papel na trajetória evolutiva do capital” (HARVEY, 2018, p. 115). Para ele, a tecnologia se processa mediante a atitude do homem em transformar a natureza, como um processo imediato de produção de sua vida e das necessidades de reprodução social. Operando como um motor da totalidade, as forças produtivas se relacionam no interior do

capitalismo em um processo de evolução constante, movido pela circulação contínua de capital. Nesse processo, novas tecnologias são “cooptadas pelo capital e transformadas em novas formas e modos de exploração e acumulação” (HARVEY, 2018, p. 116).

Na atualidade, mesmo que o capital seja, nas palavras de Harvey (2018, p. 117), “valor em movimento sob condições de contínuo crescimento e contínua inovação tecnológica”, para Marx ele é contrarrevolucionário, pois se mostra essencialmente destrutivo (destrói a natureza, destrói a força de trabalho, destrói os meios de produção e impõe o desemprego crônico).

Nesses termos,

O capital se apropria dos processos e condições existentes e os transforma em algo perfeitamente ajustado aos requisitos de um modo de produção capitalista. O mesmo vale para as técnicas. Ele se apropria de antigas capacidades de cooperação (como aquelas demonstradas na construção das pirâmides do Egito) e as combina em uma forma organizacional adequada à reprodução de uma classe capitalista que procura colher para si todos os ganhos de produtividade advindos da cooperação e das crescentes economias de escala. Com isso, transforma as relações sociais entre o capital e o trabalho (com capatazes e administradores entre eles) no interior do processo de trabalho. (HARVEY, 2018, p. 119).

Da mesma forma,

Apropria-se das divisões de trabalho preexistentes e separa cada uma delas em divisões planejadas de trabalho no interior da forma capitalista e em divisões de trabalho na sociedade coordenadas por indicadores do mercado. Cria novas hierarquias no processo de trabalho e sujeita tanto o capital quanto o trabalho à disciplina do capital na produção e à indisciplina dos processos anárquicos de mercado. Radicaliza técnicas antigas em larga medida por meio de transformações na escala da produção e na complexidade dos diferentes ofícios reunidos sob o comando do capital. Subdivide as divisões de trabalho existentes em divisões cada vez mais especializadas, formando partes de um ritmo muito maior. (HARVEY, 2018, p. 119).

Segundo Marx, esse cenário de fragmentação cada vez intensa sobre a esfera do trabalho na produção se caracteriza como a passagem de uma subsunção formal, coordenado por intermédio de mecanismos de mercado, a uma subsunção real, sob o comando direto do capital. Organizada de maneira puramente capitalista, a tecnologia se instala para além da força manual do trabalhador e, no século XXI, dissemina-se com “a produção de máquinas por máquinas (um *insight* espantoso de Marx, que

somente agora, com o advento da inteligência artificial, está sendo plenamente elaborado)” (HARVEY, 2018, p. 120).

Nesse processo, podemos entender que

A produção, que anteriormente era considerada uma arte repleta de mistérios, aprendidos por certa dinâmica de aprendizagem, deve se tornar uma ciência que, quando combinada com o controle capitalista do processo de trabalho, efetivamente define a tecnologia como uma esfera distinta de ação, própria do capital. Sociedades pré-capitalistas possuem *techmé*, mas o capitalismo possui uma tecnologia que não admite mistérios, que disseca cientificamente a natureza a fim de exercer controle. (HARVEY apud MARX, 2018, p. 120).

Enquanto isso, o trabalhador permanece como indivíduo parcial, “preso em uma função particular da divisão do trabalho, sob o domínio da máquina – em vez de uma pessoa inteira controlando o seu próprio processo de trabalho” (HARVEY, 2018, p. 120). Em relação à produção artesanal, o trabalho fabril surge mudando a natureza das relações sociais. Assim, cria-se um novo fundamento econômico pela flexibilidade e fluidez exigidas ao trabalhador, e a regulação estatal passa a intervir sobre a jornada de trabalho mediante a promulgação de leis trabalhistas, além da determinação de educação compulsória “para garantir uma força de trabalho letrada e prontamente adaptável às necessidades cambiantes dos processos de trabalho em evolução do capital” (HARVEY, 2018, p. 121).

Dentro de uma lógica de evolução que parte da revolução industrial, a própria tecnologia é uma fonte de negócio:

Com a invenção da máquina a vapor, surgiu uma inovação que teve múltiplas aplicações no campo dos transportes, da mineração, da lavoura e da moagem, sem falar das fábricas e seus teares mecânicos. É precisa aqui a analogia com os computadores nos dias de hoje e suas inúmeras aplicações. Uma vez que se torna um negócio, a tecnologia produz uma mercadoria – novas tecnologias ou formas organizacionais – que precisa encontrar ou até mesmo criar um novo mercado. (HARVEY, 2018, p 121-122).

Nesse processo,

Não estamos mais diante do empreendedor individual que tenta encontrar maneiras de aprimorar a produtividade por meio de invenções e inovações em seu próprio estabelecimento de produção, e sim de um vasto setor da indústria especializado em inovação e dedicado a

vender inovações para os demais (tanto produtores, como consumidores). A mercearia ou a loja de ferragens da esquina é instigada, persuadida e eventualmente forçada (pelas autoridades tributárias) a adotar uma sofisticada máquina de negócios para gerir seu estoque e controlar vendas, compras e impostos. O custo dessa tecnologia pode excluir do setor os pequenos negócios em benefício de grandes lojas e centros atacadistas, favorecendo, portanto, a crescente centralização de capital. (HARVEY, 2018, p. 122).

Com isso, “o capitalismo como um todo cai de amores pela transformação tecnológica e pela certeza do progresso econômico” (HARVEY, 2018, p. 122). Para o autor, essa crença fetichista é alimentada por seguimentos do capital que transformam inovação e tecnologia em um grande negócio:

[...] com consultores especializados em formas organizacionais vendendo receitas para melhorar a gestão, empresas farmacêuticas criando remédios para doenças que não existem e peritos em informática insistindo em sistemas de automação que ninguém, além de uns poucos iniciados, consegue compreender. Empreendedores e corporações capitalistas não adotam inovações porque querem, mas porque são persuadidos a fazê-lo ou porque precisam fazê-lo a fim de obter ou manter sua fatia no mercado e assim garantir sua reprodução enquanto capitalistas. (HARVEY, 2018, p. 122).

Nesse processo, os ganhos de produtividade fazem parte do centro da dinâmica capitalista e “contribuem para produzir a mazela da instabilidade e da volatilidade. Da mesma maneira, descompassos na produtividade produzem sérios problemas para o espiral de acumulação infundável” (HARVEY, 2018, p. 123). É um equívoco procurar uma solução tecnológica para os dilemas atuais da instabilidade econômica sob os ditames do capital.

Para Harvey (2018, p. 123), “a crença fetichista em soluções tecnológicas sustenta a visão naturalista segundo a qual o progresso tecnológico é ao mesmo tempo inevitável e bom, e não há nenhuma maneira de controlá-lo ou redirecioná-lo coletivamente”. Vejamos um exemplo dado pelo autor, considerando o controle sobre o processo de trabalho como algo central para a valorização:

A fantasia de que o trabalhador pode ser transformado em mero apêndice da circulação do capital estranha-se nesse processo. Muitos inovadores industriais adotam essa fantasia como sua principal meta. Um industrial francês, renomado por suas inovações na indústria de máquinas-ferramentas, proclamou abertamente que seus três objetivos eram esses: aumentar a precisão, aumentar a produtividade e desempoderar o trabalhador. O sistema fabril, o taylorismo, a automação, a

robotização e a derradeira eliminação do trabalho vivo por meio da inteligência artificial (IA) respondem a esse desejo. Robôs (exceto na ficção científica) não reclamam, não respondem, não processam, não adoecem, não fazem operação tartaruga, não perdem o foco, não entram em greve, não exigem salários melhores, não se preocupam com as condições de trabalho, não exigem pausas para o café e muito menos deixam de comparecer ao trabalho. A fantasia fetichista de controle total sobre o trabalhador e da derradeira substituição deste por meio da tecnologia tem suas raízes no imperativo de aumentar a produtividade por qualquer meio possível. (HARVEY, 2018, p. 123).

A tecnologia, uma vez que se tornou um negócio, estendeu seu alcance na construção de mercados para atrair investimentos de capital portador de juros a fim “de sustentar e ampliar sua posição como próspera esfera de criação de valor e mais-valor no interior da divisão geral de trabalho” (HARVEY, 2018, p. 125). Na época de Marx, essa forma de negociação da tecnologia estava ainda incipiente; hoje, as tecnologias de circulação sofreram mudanças drásticas. Essa efetiva transformação no processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas merece a nossa atenção:

Em primeiro lugar, as inovações em uma esfera provocam efeitos de externalidade que proliferam de tal forma que há uma conseqüente difusão de impulsos tecnológicos e organizacionais ao longo da totalidade de qualquer sistema capitalista. Em segundo lugar, quando a tecnologia se torna um negócio autônomo, ela deixa de responder primariamente a determinadas necessidades e passa a criar inovações que precisam encontrar e definir novos mercados. A partir desse momento, ela precisa criar ativamente novas vontades, necessidades e desejos não apenas nos produtores (pelo consumo produtivo), mas também, como todos nós testemunhamos cotidianamente à nossa volta, nos consumidores. O negócio prospera e promove ativamente a crença fetichista na existência de soluções tecnológicas para todos os problemas. (HARVEY, 2018, p. 126).

E, por fim,

É simplesmente ridícula a ideia de que a construção de cidades inteligentes, geridas por meio da mineração de vastos conjuntos de dados, possa ser a resposta para erradicar todos os males urbanos, como a pobreza, as desigualdades, as discriminações racial e de classe e a extração de riqueza por meio de desejos e outras formas de acumulação por espoliação. É contraproducente, se não contrarrevolucionária. Cria uma névoa fetichista – uma grande distração – entre o ativismo político e as realidades urbanas, os prazeres e os desafios da vida cotidiana que precisam ser enfrentados. (HARVEY, 2018, p. 127).

A tendência de fetichizar a tecnologia é um empecilho que deve ser eliminado. É certo que contemplamos na atualidade inúmeras possibilidades e combinações tecnológicas sem precedentes na história da humanidade, mas com o capital no controle das forças produtivas, não há como solucionarmos os problemas que beiram já seus limites absolutos. A relação entre ciência e tecnologia afeta a fragmentação do trabalho no decorrer da história do capitalismo até o presente século.

As bases científico-tecnológicas, sob o controle do capital, evoluíram na processualidade do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e hoje estão cada vez mais dinamizadas para atender às necessidades economicamente primordiais do capital financeiro, devido à elevação sem precedentes da exploração sobre o conjunto da classe trabalhadora sob este fim.

Nessa direção, confirmamos com Santos Neto (2020, p. 236) que, sendo a constituição do mercado mundial criada pelo capital mercantil para expandir desmedidamente seus tentáculos com a grande indústria, a exploração do trabalho somente pode ocorrer “mediante um constante processo de concentração e centralização de capital, realizado na esfera do mercado mundial estabelecido”. A subsunção real do trabalho ao capital transcendente é “o aspecto meramente endógeno da produção para constituir-se como sua essencialidade, porquanto, pela mediação da subsunção real do trabalho ao capital, dá-se a subordinação de todas as esferas da existência humana aos imperativos do capital”.

No âmbito do mercado mundial e na base da competição dos capitais internacionais, “a tecnologia mais desenvolvida destrói a tecnologia menos desenvolvida. Essa aniquilação contínua produz pobreza, subdesenvolvimento e tecnologia dependente. É nesse nível concreto do mercado mundial que a tecnologia atinge seu mais elevado grau de objetividade” (SANTOS NETO, 2020, p. 237-38). “A tecnologização da ciência marca o desenvolvimento do capitalismo e serve para que o capital subordine completamente o trabalho aos seus imperativos de acumulação e expansão” (SANTOS NETO, 2020, p. 239).

Para Marx, a ciência e a tecnologia não aliviam o fardo do trabalho. Na realidade, “a aplicação do conhecimento científico ao processo produtivo, mediante a mecanização da produção, produz impacto tanto na vida dos trabalhadores quanto na concorrência entre os capitalistas, que auferem lucros acima da média socialmente

estabelecida” (SANTOS NETO, 2020, p. 240). Assim, as novas descobertas não constituíram novas relações de sociabilidade articuladas com a emancipação humana; muito pelo contrário, elas têm aprofundado a alienação e a transformação dos seres humanos em mercadoria (SANTOS NETO, 2020, p. 240).

Conforme este autor

Os progressos tecnológicos experimentados nas últimas décadas em nada amenizaram as contradições geradas pelo sistema do capital; pelo contrário, os avanços tecnológicos corroboraram para a ofensiva do capital sobre o trabalho, em que as velhas formas de controle foram maximizadas, tornando realidade as projeções distópicas anunciadas pelos escritores Aldous Huxley (*Admirável mundo novo*) e George Orwell (1984). (SANTOS NETO, 2020, p. 250).

Como um enorme engodo para os trabalhadores, a denominada terceira revolução industrial intensificou o poder tanto econômico quanto político da burguesia internacional. Desde a década de 1970, “tem-se colocado em curso uma contrarrevolução com a colaboração da ciência, em que a informática, a cibernética e a robótica intensificaram a flexibilização e a terceirização do trabalho” (SANTOS NETO, 2020, p. 250). No século XXI, com a chamada quarta revolução tecnológica, não é diferente, pois todas as manifestações para adensar a produção estão sendo desenvolvidas a serviço do capital financeiro.

O caráter reacionário do modelo toyotista ainda continua a irradiar-se e a ganhar novos corolários cada vez mais perversos. As grandes corporações “que concentram suas atividades em pesquisa e na criação de bens culturais, científicos e tecnológicos têm caráter eminentemente rentista, pois não produzem riqueza, mas participam dos lucros resultantes da exploração do trabalho” (SANTOS NETO, 2020, p. 250).

Mesmo com todas as mudanças que surgem no cenário atual do processo de desenvolvimento das forças produtivas, o desemprego não desaparece, pois é uma realidade consequente do trabalho abstrato cada vez mais fragmentado no horizonte da flexibilização do capital em seus limites absolutos.

Nessa direção, vejamos a seguir o desvelar do desemprego no século XXI, como uma dinamite em explosão diante da fragmentação do trabalho via alta tecnologia.

## 5.2 A NATUREZA EXPLOSIVA DO DESEMPREGO ESTRUTURAL E O SEU CARÁTER DINAMITADOR NA ATUALIDADE

É evidente a irracionalidade do capitalismo diante dos problemas gerados no interior de sua ordem. A essência do capital estabelece a geração de uma série de contradições que, a partir dos anos 1970, atingem a estrutura desse sistema em seus limites absolutos. As consequências disso são o montante de desumanizações que perpassam a vida social como um todo. A natureza explosiva do desemprego estrutural e o seu caráter dinamitador na atualidade são apenas um dos efeitos dessa irracionalidade e merecem a nossa atenção.

Nas bases do capitalismo, “capital e mão de obra excedentes existem lado a lado, sem haver aparentemente uma forma de uni-los no meio de um intenso sofrimento humano e necessidades não realizadas” (HARVEY, 2011 p. 175). O capital busca ampliar sua sede por acumulação, enquanto os trabalhadores desempregados sofrem com as dificuldades para conseguir um emprego, seja pela exigência de qualificação no mercado de trabalho ante os avanços da tecnologia, seja pelas mudanças na própria estrutura do trabalho, que se fragmenta ainda mais com os novos setores organizacionais tecnológicos movidos por formas intensas de flexibilização. Como não observar esses elementos contraditórios no capitalismo e não considerar que esse sistema de produção promove irracionalidades em sua essência?

Conforme Harvey (2011, p. 175), essa irracionalidade do modo de produção capitalista permanece inalterada, pois, mesmo que a estrutura do trabalho passe por inúmeros processos de reestruturação, e mesmo que a tecnologia avance oferecendo inúmeros complexos de desejos, a essência do capital é a mesma e não altera a busca incessante de elevar continuamente a sua sede por acumulação.

A crise estrutural, ao ativar os limites absolutos do capital, traz uma série de problemáticas sem solução no horizonte burguês. Como exemplo, Harvey mostra que, “em 2009, um terço do equipamento de capital nos Estados Unidos esteve parado, enquanto 17% da força de trabalho estavam ou desempregados, forçados a trabalhar meio período, ou ‘sem ânimo’”. Estamos diante de uma tamanha irracionalidade do sistema: a acumulação do capital precisa crescer necessariamente, buscando novas aspirações para lucrar e absorver capital.

No passado, a forma irracional de fazê-lo foi por meio “de guerras, desvalorização de bens, degradação da capacidade produtiva”, entre outras. As consequências chegam não apenas ao mundo da produção e comércio de mercadorias, mas também a muitas vidas humanas que são afetadas e, muitas vezes, destruídas. Não são poucos os casos em que “carreiras inteiras e sucesso de uma vida ficam sob risco, crenças profundas são postas em questão, mentes são feridas e o respeito pela dignidade humana fica de lado”. Desse modo, “crises, pode-se concluir, são os racionalizadores irracionais de um sistema irracional”, e o desemprego é um dos efeitos mais ameaçadores e preocupantes na atualidade do capitalismo.

Essa irracionalidade está no cerne do sistema capitalista. Ele precisa se sustentar explorando tudo o que lhe possa retornar como fonte de lucro. Enquanto isso, milhares de pessoas sofrem com o problema crescente do desemprego. Milhares de pessoas sofrem com a pobreza em níveis cada vez mais acentuados. Para que o capitalismo seja capitalismo, é necessário propagar desumanizações em todas as esferas da vida. A falácia de que ele não só é bom para os capitalistas, mas bom para todos nós, vem sendo anunciada por um discurso que defende o estímulo de um crescimento econômico contínuo, mesmo com alguns momentos ocasionais de destruição massiva, sem nenhuma razão para que tudo isso chegue ao fim. Afinal, suas inovações, enfim,

lançaram as bases para novas tecnologias maravilhosas, como carrinhos de Velcro e Maclaren, que podem beneficiar toda a humanidade, e não há fronteiras de pesquisa ainda a ser conquistadas, capazes de gerar novas linhas de produtos e novos mercados tão necessários para a expansão contínua. Tecnologias verdes e de novos mercados de emissões de carbono nos direitos de poluição vão ajudar a salvar o planeta Terra. Um candidato mais provável para a próxima onda de inovação reside na engenharia biomédica e genética. Aqui reside um campo ético (no entanto duvidoso) que nos promete vida eterna e formas de vida química e biologicamente compatíveis com Estados (se o modelo dos EUA emergindo agora continuar) garantindo enormes lucros aos complexos industriais de assistência médica, farmacêutica e saúde. Esse é o campo em que as fundações mais ricas como Gates e Soros têm cultivado com suas doações. As rendas de direitos de propriedade intelectual e patentes vão garantir retornos no futuro para quem as possui. (Imagine o que acontecerá quando a própria vida for patenteada!). (HARVEY, 2012, p. 179-180).

O capital não abre mão de sua essência, ele precisa existir mesmo que destrua o planeta como um todo. Vidas humanas não importam; as forças produtivas, a serviço do capital, devem manter o ritmo de exploração para o benefício dos grandes donos do poder. Seus investimentos ambiciosos em tecnologias que estimulam o funcionamento de “máquinas inteligentes” não passam de grandes negócios, e, portanto, não podem ser uma fonte de solução para os problemas atuais, uma vez que o modo de produção vigente precisa progredir gerando, no mesmo patamar, desumanizações. Nesse cenário, não podemos perder de vista os efeitos do trabalho sobre a classe trabalhadora.

Muitas vezes referido, hoje em dia, como ‘o precariado’ (para enfatizar o caráter flutuante e instável de seus empregos e estilos de vida), esses trabalhadores têm sempre representado um grande segmento da força de trabalho total. No mundo capitalista avançado se tornaram cada vez mais proeminentes nos últimos trinta anos devido a mudanças nas relações de trabalho impostas pela reestruturação societária neoliberal e pela desindustrialização. (HARVEY, 2012, p. 196).

O desenvolvimento das forças produtivas que hoje acompanhamos é consequência de um legado histórico do ser social pelo trabalho. Como já expusemos, ao longo dos anos, muitas mudanças trouxeram novas formas de se processar o trabalho. Hoje, o trabalho no sentido abstrato, ao estimular o progresso das inovações movidas pela alta tecnologia, não pode apagar a essência de um sistema degradante, como consequência das contradições que o fundaram.

Mesmo que a tecnologia cumpra um papel de facilitar os meios de vida de toda a humanidade, com promessas de bem-estar e praticidade, no capitalismo elas somente podem ser acessíveis se o indivíduo tiver os meios financeiros para adquiri-las. Diante de um sistema que necessita de consumidores para atender às necessidades de mercado, as relações de trabalho são cada vez mais reconfiguradas e o trabalho abstrato é fragmentado ainda mais.

Atualmente, crescem novos setores informais, terceirizados, que assistem ao que podemos dizer de “novo precariado”. Nessa categoria de trabalhadores, muitos estão instalados nas grandes indústrias tecnológicas, outros trabalham boa parte nas ruas ou onde puderem instalar seus pequenos negócios. Ao lado dos que podem manter algum negócio próprio sem garantias duráveis, um grande número de

desempregados no mundo está sujeito a inúmeras formas de ocupação para suprir a subsistência, mesmo que seja catando latas nas ruas, ou até mesmo pedindo esmolas.

Segundo Harvey (2012, p. 212), o capital nunca resolve suas tendências a crises; ele simplesmente as contorna em um duplo sentido: “de uma parte do mundo para outra e de um tipo de problema para outro”. Como exemplo disso, o autor cita as doações generosas que muitos na Europa ocidental e na América do Norte fizeram às vítimas do tsunami, no oceano Índico, em 2004. Segundo o autor, muitos deles “não prestaram atenção aos 15 milhões de indonésios que perderam seus empregos com o colapso econômico de 1977 a 1988 ou ao enorme aumento do desemprego que abalou a Argentina na crise de 2001 a 2002”.

Assim, ajudas humanitárias circulam o mundo em desastre, mesmo que seja por fatores naturais que intensificam os fatores econômico-sociais. Todos os dias uma superpopulação relativa cresce de forma desordenada. O incentivo a ajudas humanitárias, como responsabilidade de todos os cidadãos, oculta quem deve realmente ter o papel de resolver os problemas que cria. Mas o capitalismo não é movido por um sistema humanitário, muito pelo contrário, sua ajuda vem recheada de desumanizações. Basta olharmos para os processos de flexibilização que imperam ainda com mais vigor na atualidade do trabalho, ou contemplar o ritmo de vida dos chamados precarizados, ou a reduzida qualidade de vida dos desempregados que precisam se virar para conseguir uma fonte de sustento. Assim, não precisamos esperar por um desastre natural espantoso em uma determinada região para garantir uma ajuda desse nível, se o nosso mundo está cercado todos os dias por catástrofes provocadas pelo próprio capitalismo.

Como um desastre em pleno século XXI, segue o desemprego crônico vinculado ao progressivo acúmulo de capital. Conforme documento de debate emitido pelo FMI e pela Organização Internacional do Trabalho em 2010,

A perda de empregos no mundo durante a recessão de 2007 a 2009 atingiu 30 milhões. Dos 20 milhões que puderam ser documentados por meio de estatísticas oficiais, três quartos estavam localizados nas economias avançadas, com os Estados Unidos contabilizando 8,4 milhões, a Espanha 1,8 milhão e o Reino Unido, 0,9 milhão. As perdas de emprego foram muito menos acentuadas em economias de mercado emergentes, com a China reportando 3 milhões que, dada a enorme dimensão de seu mercado de trabalho, é um dado sério, mas não catastrófico. Curiosamente, pequenos aumentos de trabalho

foram registrados em alguns países de baixa renda (em parte devido ao movimento de postos de trabalho para fora da China para a região Sul e Sudeste da Ásia onde o trabalho é ainda mais barato). (HARVEY, 2012, p. 212-213).

Conforme o autor, os Estados Unidos lideram o índice de perda de empregos, e, de forma desigual, ela segue na Europa:

As taxas de desemprego oficiais aumentaram 11 pontos percentuais na Espanha, 9 na Irlanda, 5 nos Estados Unidos e entre 3 e 4 na Grécia, Portugal, Espanha, Reino Unido, Suécia e Itália. Mas a taxa de desemprego manteve-se baixa na Holanda, caiu na Alemanha (em parte devido a sua política de redução de horas de trabalho no lugar da demissão dos trabalhadores em situações de baixa no mercado) e quase não se moveu na Coreia do Sul e na China (apesar dos 3 milhões de postos de trabalho perdidos em 2008). (HARVEY, 2012, p. 213).

Para Harvey (2012, p. 2013), essa persistência da perda de postos de trabalho nos Estados Unidos em pleno século XXI “imita a maneira como as duas recessões anteriores (1990-1992 e 2001-2002) foram seguidas pelas chamadas ‘recuperações do desemprego’ – só que dessa vez parece mais uma situação de ‘recuperação criando desemprego’”. Ademais, “a proporção de desempregados considerados de ‘longo prazo’ (fora do mercado de trabalho por mais de seis meses), que nunca ultrapassou um quarto no passado, agora representa mais da metade das pessoas sem trabalho”. Quando os trabalhadores formais e os de empregos temporários “são adicionados à taxa de desemprego oficial de mais ou menos 10%, então um quinto da população estadunidense carece de um emprego adequado”.

Esse nível de desemprego estrutural crônico amplia a “pressão descendente sobre os salários e condições de trabalho para aqueles que estão empregados” (HARVEY, 2012, p. 213). A exemplo da falência da General Motors, percebe-se a criação de um sistema de dois níveis, em que “pessoas que se juntam à força de trabalho aceitam salários e benefícios mais baixos do que aqueles que já estão empregados” (HARVEY, 2012, p. 213). Trata-se de um sistema em que o lucro reaparece num ritmo crescente a fim de estimular a recuperação do mercado à custa de um maior aprofundamento do arrocho salarial iniciado desde fins de 1970.

Como efeito colateral do desemprego crônico, o autor menciona que “o fechamento de casas que levou à crise de 2007 continua inabalável e a toxicidade das

carteiras de ativos torna-se pior” (HARVEY, 2012, p. 214). Assim, “a taxa mensal de execuções hipotecárias caiu de uma alta de 142 mil em abril de 2009 para pouco mais de 100 mil em 2010, mas o número de compra desses imóveis atingiu 95 mil nesse mês” (HARVEY, 2012, p. 214). Esse estado de coisas nos Estados Unidos e em boa parte dos países europeus é um reflexo de que o desemprego estrutural crônico continua a crescer, até mesmo no mundo capitalista avançado, sem nenhuma solução eficaz no horizonte do capital.

O autor também chama atenção para as medidas anunciadas pelo governo britânico em outubro de 2010, quando se estimou que 1,6 milhão de pessoas perderiam seu emprego nos próximos anos, sendo “cerca de 500 mil no setor público e o resto no setor privado que atende às demandas do governo” (HARVEY, 2012, p. 215).

Para o autor, “a ideia de que o setor privado, sem ajuda, tomará medidas a esse respeito, quando o melhor que tem sido capaz de fazer é criar postos de trabalho numa taxa de cerca de 300 mil por ano na Grã-Bretanha, é puro pensamento positivo, para dizer o mínimo” (HARVEY, 2012, p. 215). Nenhuma medida vinculada aos ideais neoliberais deve soar como solução plausível aos momentos de dificuldades pelos quais passa o mundo do trabalho. Na verdade, o capitalismo é incapaz de resolver os problemas que propriamente cria; até o momento não há garantias de mudança, o que vemos é exploração em cima de exploração, e um cenário catastrófico de desemprego e subemprego.

Segundo avaliação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a crise do mercado de trabalho após a incidência da pandemia da Covid-19 em 2020 elevou o índice de desemprego no mundo, pois medidas de quarentena tornaram a abertura de emprego insuficiente para compensar as perdas sofridas até pelo menos 2023 (OIT, 2021). No relatório intitulado “Perspectivas Sociais e do Emprego no Mundo: Tendências 2021”, projeções da OIT indicaram que “o déficit de empregos resultante da crise global chegará a 75 milhões em 2021, antes de cair para 23 milhões em 2022”. Esse déficit correspondente em horas de trabalho inclui a redução de postos de trabalho e de horas de trabalho, o que equivale a “100 milhões de empregos em tempo integral em 2021 e 26 milhões de empregos em tempo integral em 2022”.

Tanto a escassez de empregos quanto a de horas de trabalho juntam-se aos níveis agravantes de “desemprego, subutilização da mão de obra e condições precárias de trabalho anteriores à crise”. Há uma estimativa de que o desemprego global atinja “205 milhões de pessoas em 2022, superando em muito o nível de 187 milhões

registrado em 2019, o correspondente a uma taxa de desemprego de 5,7%” (OIT, 2021).

Antes do período de crise da Covid-19, essa taxa foi observada pela última vez em 2013. Conforme a OIT (2021), “as regiões mais afetadas no primeiro semestre de 2021 foram América Latina e Caribe, e Europa e Ásia Central”. Nessas regiões, houve perdas de horas de trabalho que “superaram 8% no primeiro trimestre e 6% no segundo, em comparação com as perdas globais em horas de trabalho, que foram de 4,8% e 4,4%, respectivamente, no primeiro e no segundo trimestres”.

Como consequência da queda no emprego e de horas de trabalho, observa-se uma redução drástica da renda do trabalho e o conseqüente aumento da pobreza. De modo global, em comparação com 2019, “108 milhões a mais de trabalhadores são agora considerados como vivendo na pobreza ou extrema pobreza (o que significa que eles e suas famílias vivem com o equivalente a menos de US\$ 3,20 por pessoa por dia)”. De acordo com o relatório da OIT (2021), “os cinco anos de progresso para a erradicação da pobreza laboral foram perdidos”, e isso afeta o horizonte da realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de erradicar a pobreza até 2030.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em um ano, cresceu em “1,6 milhão o número de desempregados no país”. No mesmo período, a “população ocupada aumentou em 4,4 milhões de pessoas, sendo que 71% das novas ocupações foram de trabalhadores por conta própria”. O trabalho por conta própria bateu recorde, “atingindo 24,8 milhões de trabalhadores”. A taxa de informalidade foi de “40,6% da população ocupada, contra 36,9%” há 1 ano. Já a taxa de desemprego foi de “11,7% para homens e 17,1% para mulheres, e ficou abaixo da média para brancos (11,7%) e acima para pretos (16,6%) e pardos (16,1%). (G1, 2021).

Ademais, “os mais jovens e os trabalhadores com baixa escolaridade são os mais afetados”. Para a faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de desemprego foi de 29,5%; já para o grupo dos 25 a 39 anos, foi de 13,8%. Para os trabalhadores com ensino médio incompleto, a taxa de desemprego foi de 23%, enquanto para os profissionais com ensino superior completo, foi de apenas 7,5%. Para o grupo com ensino superior incompleto, ficou em 16,5% (G1, 2021).

As maiores taxas de desemprego no Brasil no segundo trimestre de 2021 ocorreram em Pernambuco, com 21,6%, Bahia, com 19,7%, Sergipe, com 19,1%, e Alagoas, com 18,8%. As menores foram as de Santa Catarina, com 5,8%, Rio Grande do Sul, com 8,8%, Mato Grosso, com 9%, Paraná, com 9,1%, e Mato Grosso do Sul, com

9,9%. Em São Paulo foi de 14,4%. Em relação ao trimestre anterior, os maiores recuos ocorreram nas taxas do Amazonas, com -1,9 ponto percentual, Espírito Santo, com -1,5 p.p., Rio de Janeiro, com -1,5 p.p., e Minas Gerais, com -1,3 p.p. Nos demais estados, as variações foram classificadas pelo IBGE como estáveis (G1, 2021).

Essas estatísticas não podem ser pensadas apenas diante de uma crise pandêmica ocasionada pela Covid19, uma vez que o ideário neoliberal e o acirramento da flexibilização de capital, ao lado da alta tecnológica, estão no presente século avançando a todo o vapor nas relações de produção, com inúmeros impactos sobre o trabalho. A qualificação de trabalhadores é uma exigência do mercado cada vez maior. Também, grande quantidade de trabalhadores não mais é necessária nas grandes indústrias, uma vez que as “máquinas inteligentes” são as novas fontes de aceleração da produção a serviço do capital. Isso não quer dizer que elas substituem integralmente os trabalhadores, mas que sua inserção na produção vem ampliando o índice de desempregados, subempregados ou precarizados.

Essa nova onda tecnológica tem sido uma das maiores preocupações nas discussões atuais sobre o mundo do trabalho. Se atualmente o impacto da flexibilização aliada à alta tecnologia degrada ainda mais o trabalhador, como as tecnologias serão empregadas no futuro de modo a não afetá-lo ainda mais, num sistema ordenado pela acumulação de capital e, portanto, pela propagação de desumanizações?

Segundo Jonas Valente, repórter da *Agência Brasil*,

Pesquisas apontam para previsões e tendências diversas, desde as que indicam riscos de substituições de muitos postos de trabalho a outras que defendem um efeito positivo com a criação de novas ocupações. Em meio às divergências, ganha força o consenso de que se para o bem ou para o mal, a IA mudará parte das profissões como as conhecemos e demandará a requalificação dos trabalhadores. (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Uma das aplicações intimamente relacionadas à adoção de IA nas atividades econômicas é a robótica. Especialmente nas linhas de montagem na indústria, ultimamente vêm crescendo e sendo empregados, de forma articulada, tanto máquinas comuns quanto as que funcionam com um sistema inteligente. Atuando de maneira conjunta, esses dois domínios tecnológicos são impulsionados pelo aumento do número de robôs. Segundo a federação internacional da área, “entre 2012 e 2018, o número de unidades fabricadas anualmente quase triplicou, saindo de 150 mil para 430 mil ao longo do período” (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Conforme estudos, as previsões são

variadas com relação a potencialidade da IA e de tecnologias associadas sobre os empregos:

Um dos mais notórios, dos pesquisadores Carl Frey e Michael Osborne, divulgado em 2013, apontava 47% dos empregos nos Estados Unidos como passíveis de substituição por máquinas inteligentes. Outro estudo, dos pesquisadores Melanie Arntz, Terry Gregory e Ulrich Zierahn, em 2016, estimou que o potencial de substituição seria de apenas 9%. Relatório da consultoria McKinsey de junho de 2019 estima um equilíbrio no saldo de empregos até 2030, com perdas de 20% e ganhos na mesma proporção, com pequenas variações. Contudo, se a diferença nominal não se alterar, as mudanças devem ser robustas. Entre 40 e 160 milhões de mulheres e 60 e 275 milhões de homens podem ter que mudar de ocupação. (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Em novembro de 2019, outro estudo da consultoria, ao ouvir gestores de diversos países, “identificou uma previsão maior de redução (34%) do que ampliação (21%) dos seus postos de trabalho na estimativa desses empresários. Outros 28% preveem uma alteração não muito representativa (com variação de cerca de 3%)” (AGÊNCIA BRASIL, 2020). O Fórum Econômico Mundial, em apoio aos aspectos positivos da denominada quarta revolução industrial, num relatório de 2018 pontua a inteligência artificial como “um dos quatro fatores de mudança do trabalho – além da conectividade móvel, coleta massiva de dados e computação em nuvem” (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Nesses termos,

Metade dos empresários ouvidos no documento previu mais perdas do que ganhos em número de empregos. Enquanto em 2018 a proporção em tarefas humanas e desempenhadas por máquinas era de 71% para 29%, a expectativa era que em 2022 essa diferença caísse para 58% a 42%. Mas na projeção consolidada as transformações ensejariam um saldo positivo até 2022 de 58 milhões de postos de trabalho (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

A inteligência artificial potencializa a adoção de soluções automatizadas para as atividades mais complexas. Pela grande capacidade de processar dados, ela permite a entrada em áreas onde hoje predomina a atividade humana, como, por exemplo, “a realização de diagnósticos, elaboração de textos, relação com clientes e operacionalização de vendas ou transações financeiras. As ocupações mais suscetíveis são aquelas de tarefas de rotina tanto físicas quanto cognitivas” (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

As atividades mais complexas, como as que demandam juízo e decisão, são as mais desafiadoras. Mas os sistemas podem adquirir capacidade de substituir

tarefas mais complexas, à medida que o desenvolvimento da tecnologia vai evoluindo, no tocante a uma aproximação de habilidades intelectuais humanas (como avaliação ou tomada de decisão). Enquanto isso, o desemprego aumenta consideravelmente, tendo em vista a necessidade de novos especialistas para atender a essas demandas. As velhas atividades serão substituídas pelas novas; os novos empregos requererão a adequação de trabalhadores para uma nova realidade na esfera produtiva. Nesse cenário,

Conforme o relatório da McKinsey, as atividades com maior risco de substituição serão trabalhadores de serviços (30%), operadores de máquinas (40%). Já os ganhos maiores devem ocorrer nas áreas de saúde (25%) e manufatura (25%). Já de acordo com o relatório de 2019 da consultoria, no segmento de transporte e logística, 19% dos ouvidos previram uma diminuição acima de 10% dos empregos, e 25% dos entrevistados indicaram uma queda entre 3% e 10%. No setor de telecomunicações, os percentuais ficaram em 18% e 37%; e no automotivo, em 18% e 28%. (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Para onde irão esses trabalhadores, uma vez que o mundo da tecnologia tem avançado e exige transformações drásticas nas formas de trabalho a que estamos acostumados? A palestra na 5ª Semana de Inovação do governo federal, promovida em novembro de 2019, no Brasil, trouxe uma preocupação sobre a necessidade de qualificação de trabalhadores em face do desafio da implantação de novos setores de trabalho via alta tecnologia.

Trabalhos que são feitos hoje vão desaparecer ou mudar e outros novos vão emergir. Mas não sabemos se os novos serão suficientes e é um problema retrainar pessoas para os novos trabalhos. Se você é caminhoneiro e perde seu emprego para um veículo automático, como uma pessoa de 45 anos se reinventa como professor de ioga ou engenheiro de software? Mesmo que você faça isso, não será uma solução de longo tempo”, ponderou (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Reforçam essa preocupação o pesquisador da Fundação Konrad Adenauer e o autor de livros sobre o tema, Eduardo Magrani:

O avanço da inteligência artificial ao mesmo tempo em que pode proporcionar um ganho econômico oferece risco de substituição de homens por máquinas. O problema da empregabilidade gera necessidade imediata de plano de ação pelos Estados para que faça trabalho

de formação para empregos do futuro de modo que não seja só ameaça e que pessoas consigam se requalificar para trabalhar juntos, defende (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Essa preocupação requer um pouco de nossa atenção, uma vez que segundo Marx o trabalho jamais deixará de existir, pois é a eterna condição de existência do ser social. A substituição de homens por máquinas pode até ocorrer em alguns setores específicos, como já acontece em algumas repartições industriais. Na verdade, esse desenvolvimento tecnológico vinculado à robótica acrescenta uma redução das ocupações na esfera produtiva, mas outras formas de trabalho serão necessárias para compor o cenário da produção e, junto a elas, novas formas de exploração e degradação sobre o trabalhador.

Nota-se uma intensificação da fragmentação do trabalho, uma vez que ele vai se reestruturando conforme as necessidades de acumulação do capital diante das novas tecnologias. Nessa fragmentação do trabalho, mais precarização nas formas de emprego e subemprego, mais trabalhadores desempregados e mais desumanizações vinculadas ao empobrecimento dessas massas. Isso tudo contribui para ampliar ainda mais o esgotamento da crise estrutural nos limites absolutos do capital.

A atual crise global de acumulação de capital cria novas dificuldades, em vez de resolver as antigas. Conforme Mészáros (2007, p. 145), “nos últimos anos, um grande número de discursos propagandeou as virtudes universalmente benéficas da ‘globalização’, deturpando a tendência de expansão e integração globais do capital como um fenômeno radicalmente novo, destinado a resolver todos os nossos problemas”.

O desemprego que vivenciamos hoje é “inerente à lógica do capital desde a constituição inicial desse sistema séculos atrás, e que atinge sua maturidade em nosso próprio tempo de uma forma inextricavelmente associada à sua crise estrutural”. Observa-se que “o avanço produtivo desse modo antagônico de controle do metabolismo social lança uma parcela cada vez maior da humanidade na categoria do trabalho supérfluo” e, também, na margem do pauperismo, dada a explosão do desemprego estrutural crônico.

Resumindo em apenas duas palavras, os grandes obstáculos confrontados pelo trabalho no presente e no futuro próximo são, segundo Mészáros (2007, p. 148), “flexibilidade e desregulamentação”. Hoje, eles são altamente estimados como “lemas

das ‘personificações do capital’. Sua inserção nas relações de trabalho atuais têm a intenção de soar bastante atraentes e progressistas”.

Essa realidade nos traz a reflexão de que “o sistema do capital, em todas as suas formas concebíveis ou historicamente conhecidas, é totalmente incompatível com suas próprias projeções – ainda que distorcidas e estropiadas - de universalidade globalizante” (MÉSZÁROS, 2012, p. 17). Esse sistema é incapaz “de harmonizar o desenvolvimento universal das forças produtivas com o desenvolvimento abrangente das capacidades e potencialidades dos indivíduos” (MÉSZÁROS, 2012, p. 17).

Mesmo com todo o aparato tecnológico da atualidade é improvável o capitalismo avançar sem correr o perigo de gerar desumanizações. Crises fazem parte de sua natureza destrutiva e a crise estrutural está essencialmente relacionada à natureza destrutiva do capital.

O desemprego crônico no século XXI avança a níveis intransponíveis, ainda que as estatísticas mostrem momentos oscilantes, em que há avanços e retrocessos em vários lugares do mundo. Na verdade, o desemprego cresce desordenadamente sem nenhuma solução plausível nos limites absolutos do capital. Como uma dinamite a explodir, o mundo do trabalho vai sendo reconfigurado e o desemprego é uma consequência perigosa.

Milhares de pessoas perdem seus empregos todos os dias, enquanto outros milhões lutam para continuar em suas atividades remuneradas, mesmo que precisem passar por inúmeras degradações nas condições de trabalho. Degradações diante de um padrão de acumulação flexível que, junto à política neoliberal, lança uma sobrecarga de desvalorização e parcialização sobre uma força de trabalho com direitos sonhados. Os registros apontam o tempo todo que o mundo inteiro está em colapso.

Por todos os lados, gritos de socorro ganham eco em meio às desumanizações que avançam sem solução. Enquanto isso, o ritmo das mudanças na produção segue na direção da valorização do capital, não do trabalhador. Esse é o reflexo de um sistema contraditório, no qual as conquistas de desenvolvimento se sustentam na propagação de subdesenvolvimento crônico.

O desemprego é uma condição imprescindível da acumulação do capital e possui raízes materiais profundas sob os efeitos do movimento da composição do capital na esfera do trabalho abstrato. Cada vez que o trabalho abstrato se fragmenta, estrutura-se o desemprego no mundo inteiro e avança a patamares crônicos.

Se o capital se encontra desde a crise estrutural dos anos 1970 em seus limites

absolutos, como reverter a situação do desemprego diante do avanço tecnológico no século XXI que fragmenta ainda mais a esfera do trabalho abstrato? A natureza explosiva do desemprego crônico é tema de debates instigantes. Para os que defendem que o capitalismo é passível de ser humanizado, uma vez que o desenvolvimento tecnológico no futuro poderá solucionar os problemas da desigualdade, Marx assevera que isso não é possível.

O sustento das regalias da classe dominante é suprido com base na exploração do trabalho abstrato. Trabalhadores de todo o mundo são altamente explorados, e mesmo que a tecnologia avance o trabalho não desaparece. A fragmentação do trabalho se intensifica no processo de desenvolvimento das forças produtivas pelo capital; novas formas de produzir são lançadas para atender aos interesses dos grandes capitalistas e novas formas de exploração são criadas para suprir a necessidade de valorização do valor capital.

O redimensionamento do desemprego na fragmentação do trabalho no século XXI é uma realidade que comprova o fato de não haver igualdade numa sociedade que subsiste com desigualdades. Para tentar solucionar o problema do desemprego segundo Marx, é indispensável debruçarmo-nos nos escritos a seguir.

### 5.3. A SUPERAÇÃO DO DESEMPREGO PARA ALÉM DOS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL.

A atual situação do desenvolvimento capitalista vem acompanhada de sérios problemas intrínsecos à ordem burguesa que precisam urgentemente de uma solução duradoura. Entre tantas tentativas fracassadas para resolver tais problemas, como a questão do desemprego, chegou-se à conclusão de que somente uma resposta universalmente válida poderia funcionar. No entanto, essa resposta dentro do capitalismo não pode, de fato, ocorrer, pois “é impossível existir universalidade no mundo social sem igualdade substantiva” (MÉSZÁROS, 2012, p. 17). Não há possibilidade de existir uma universalidade globalizante num modo de produção que propaga desigualdades no campo de suas projeções históricas.

O modo de produção capitalista é incompatível com a realização da universalidade viável, “capaz de harmonizar o desenvolvimento universal das forças produtivas

com o desenvolvimento abrangente das capacidades e potencialidades dos indivíduos sociais” (MÉSZÁROS, 2012, p. 17). É na essência burguesa que se evidencia uma potência inesgotável de alienação desumanizante e de reificação. Todas as esferas da vida são drasticamente afetadas por uma forma de produzir que ignora o sentido de humanização, sendo o desemprego, entre essas esferas, uma realidade explosiva que atinge os limites absolutos do capital.

Conforme Mézáros (2012, p. 18),

O desenvolvimento da divisão *funcional* – em princípio, universalmente aplicável – do trabalho constitui a dimensão *horizontal* potencialmente libertadora do processo de trabalho do capital. Contudo, essa dimensão é inseparável da divisão *vertical/hierárquica* do trabalho no quadro da *estrutura de comando do capital*. A função da dimensão vertical é proteger os interesses vitais do sistema assegurando a expansão contínua da extração do sobretrabalho baseada na exploração máxima praticável da totalidade do trabalho. Consequentemente, a força estruturante horizontal só pode se desenvolver até o ponto em que permanece sob o controle firme da dimensão vertical no horizonte reprodutivo do capital. (MÉSZÁROS, 2012, p. 18, grifos do autor).

Pensar num desenvolvimento universal do trabalho é entendê-lo para além do capital, onde potencialmente suas bases se libertam das amarras que o prendem sob a lógica da acumulação. O desenvolvimento do trabalho, em seu sentido abstrato, subsiste inseparavelmente na estrutura de comando do capital.

Nesses termos, os processos de trabalho estão voltados à manutenção vital do sistema capitalista. Eles consistem numa expansão contínua da extração do sobretrabalho, onde se extrai o máximo de exploração da totalidade do trabalho. O trabalho abstrato, cada vez mais fragmentado, somente pode se desenvolver se estiver sob o comando da força estruturante do capital. Enquanto o processo de trabalho estiver sob o domínio do capital, ele jamais conseguirá alcançar sua plenitude universal, e todos os elementos gerados nessa correlação, como o desemprego, tampouco o serão nesses limites.

Segundo Mézáros (2012, p. 19),

As exigências de controle da ordenação vertical do capital constituem o momento supremo na relação entre as duas dimensões. Mas, ao passo que na fase ascendente do desenvolvimento do sistema as dimensões horizontal e vertical se complementavam por meio de trocas recíprocas relativamente flexíveis, uma vez terminada a fase ascendente, o que antes era momento predominante de um complexo

dialético se transforma numa determinação disruptiva unilateral, que traz em si graves limitações ao desenvolvimento produtivo e uma importante crise de acumulação já completamente evidente em nosso tempo. É por isso que, no interesse de salvaguarda e da parcialidade auto-orientada e da insuperável hierarquia estrutural do capital, aborta-se a prometida universalidade potencial no desenvolvimento das forças produtivas.

A relação de controle entre capital e trabalho segue atualmente no ritmo da flexibilização junto à crise estrutural que assolou o mundo a partir dos anos 1970. Graves limitações ao desenvolvimento produtivo afetaram o trabalho de modo que a sua base foi novamente reestruturada a fim de reverter os problemas econômicos gerados com a crise. O interesse econômico prevalece sobre os interesses dos trabalhadores, pois a universalidade potencial no desenvolvimento das forças produtivas é abortada diante das necessidades primordiais da acumulação capitalista.

Conforme Mészáros (2012, p. 19, grifos do autor), “o sistema do capital se articula numa rede de contradições que só consegue *administrar* medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue *superar* definitivamente”. Nessa rede de contradições<sup>33</sup>, encontramos a raiz do antagonismo irreconciliável entre capital e trabalho, “assumindo sempre e necessariamente a forma de subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la”.

No interior do sistema produtivo capitalista, é impossível superar a sua rede de contradições inextrincavelmente combinada, alicerçada nas bases da acumulação de capital. Sem uma alternativa radical de controle do metabolismo social do capital, não há saída para a superação dos problemas contraditórios constituídos nas raízes

---

<sup>33</sup> Conforme Mészáros (2012, p. 19-20), algumas das principais contradições a serem enfrentadas são: “produção e controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio; desenvolvimento e subdesenvolvimento (ou seja, a divisão entre norte e sul, tanto globalmente quanto no interior de cada país); expansão das sementes de uma contração destinada a produzir crises; produção e destruição (esta última geralmente glorificada como ‘produtiva’ ou ‘destrutiva criativa’); dominação estrutural do capital sobre o trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo; produção de tempo livre (sobretalho) e sua paralisante negação com o imperativo de reproduzir e explorar o trabalho necessário; forma absolutamente autoritária da tomada de decisões no processo produtivo e a necessidade de sua implementação ‘consensual’; expansão do desemprego e geração do desemprego; impulso de economizar recursos materiais e humanos combinado ao absurdo desperdício deles; crescimento da produção a todo o custo e a concomitante destruição ambiental; tendência globalizadora das empresas transnacionais e restrições necessárias exercidas pelos Estados nacionais contra seus rivais; controle sobre unidades produtivas específicas e falta de controle sobre seu ambiente (daí o caráter extremamente problemático de todas as tentativas de *planejamento* em todas as formas concebíveis do sistema do capital); e contradição entre a regulação econômica e política de extração de sobretalho”.

materiais do capitalismo. Portanto, no sistema burguês, pensar numa alternativa baseada na *igualdade substantiva*, conforme Mézáros (2012, p. 21), é não atentar para “o denominador comum e o núcleo vicioso de todas as relações sociais sob o sistema existente”. É acreditar em algo impossível diante da essência que move a composição do capital na direção dos interesses dominantes.

Os problemas no interior da crise estrutural do capital estão fatalmente agravados no estágio de desenvolvimento atual do capitalismo. Como uma questão de maior urgência, insere-se na agenda histórica a necessidade de controle global viável da produção material e dos intercâmbios culturais da humanidade. Num trajeto histórico, vimos como o modo de produção capitalista buscou se desenvolver dentro de suas necessidades de acumulação de capital. Hoje “não há nenhum sentido em falar de um ‘desenvolvimento geral de produção’ associado à expansão das *necessidades humanas*” (MÉSZÁROS, 2012, p. 21, grifos do autor). A urgente questão que se coloca na agenda histórica não pode ser associada à deformada tendência globalizante do capital. De forma paralela a esses desenvolvimentos, a questão do desemprego segue alterada para pior.

Seria suicídio encarar a realidade destrutiva do capital como o pressuposto do novo e absolutamente necessário modo de reproduzir as condições sustentáveis da existência humana. Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o ‘aumento do círculo de consumo’, para benefício do ‘indivíduo social pleno’ de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição. Pois, do perverso ponto de vista do ‘processo de realização’ do capital, *consumo e destruição são equivalentes funcionais*. (MÉSZÁROS, 2012, p. 21-22, grifos do autor).

De forma paralela a esses desenvolvimentos, a questão do desemprego segue significadamente alterada para pior:

Ele já não é limitado a um ‘exército industrial de reserva’ à espera de ser ativado e trazido para o quadro da expansão produtiva do capital, como aconteceu durante a fase da ascensão do sistema, por vezes numa extensão prodigiosa. Agora a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter crônico, reconhecido até mesmo pelos defensores mais acrílicos do capital como ‘desemprego estrutural’, sob a forma de autojustificação, como se ele nada tivesse que ver com a natureza perversa do seu adorado sistema. (MESZÁROS, 2012, p. 22).

Como vimos, na época de expansão contínua do pós-guerra, o problema do desemprego não tinha ainda um nível de cronicidade, e muitos acreditavam na possibilidade de resolvê-lo permanentemente. Nesse período, segundo Mészáros (2012, p. 23), “todo o exército da economia burguesa previu confiadamente que não somente os ‘bolsões de desemprego’ das democracias ocidentais se transformariam rápida e permanentemente em oásis de ‘riqueza’ e prosperidade”, mas, também, o Terceiro Mundo “chegaria ao mesmo nível de ‘desenvolvimento’ e da feliz realização das ‘nossas democracias ocidentais’”. Acreditava-se, assim, que o subdesenvolvimento seria superado no processo de desenvolvimento capitalista com a produção de uma indústria generosa de estudos a respeito de tal possibilidade. Essa euforia não foi avante devido ao surgimento da crise estrutural e à derrubada da “salvação” pela política keynesiana.

Assim, a ideologia da Modernização do Terceiro Mundo teve de ser abandonada; isso, no domínio da produção, trouxe consigo uma expansão intensiva do emprego. Hoje, essa expansão dá lugar “à tendência perigosa do desemprego crônico” (MÉSZÁROS, 2012, p. 26). Em todo o mundo, o desemprego crônico segue num ritmo descontrolado. Ao lado desse desordenamento, pessoas ainda empregadas não têm alternativas senão a de suportar as precarizações nas formas de trabalho diante do arrocho da flexibilização na atualidade.

Para o autor,

O fim da ‘modernização do Terceiro Mundo’ acentua um problema fundamental do desenvolvimento do sistema do capital. Ele enfatiza o relevante significado histórico do fato de o capital ter-se mostrado incapaz de completar seu próprio sistema na forma de capitalismo global, ou seja, como a regulação absolutamente econômica da extração do *sobretabalho* como *mais-valia*. Apesar de todas as fantasias passadas da ‘decolagem’ e do ‘impulso para a maturidade’, hoje quase a metade da população do mundo é forçada a reproduzir suas contradições de existência sob formas que contrastam fortemente com o ‘mecanismo de mercado’ idealizado como regulador absolutamente dominante do metabolismo social. (MESZÁROS, 2012, p. 28, grifos do autor).

Por essas razões, devemos atentar para o desenvolvimento das forças

produtivas, movido pela alta tecnologia, que segue num ritmo desigual entre os países de primeiro mundo e os terceirizados. Tal ritmo nos alerta sobre a ineficácia dos inúmeros processos de crescimento econômico trazidos pela tecnologia, visando contornar as pendências vinculadas às contradições do sistema. O avanço tecnológico a serviço do capital gera um conjunto de novos problemas sem a solução dos antigos; o desemprego é um exemplo disso, assim como o subdesenvolvimento crônico e a precarização das condições de trabalho.

Estamos diante de uma catástrofe movida pelo anseio desordenado de um sistema que avança sem considerar seus limites. Assim, “quando o capital alcança esse estágio de desenvolvimento, não tem como tratar as causas de sua crise estrutural; pode apenas perder tempo com esforços e manifestações superficiais” (MÉSZÁROS, 2007, p. 146).

Nesse rol de tentativas de superar seus entraves contraditórios em pleno avanço tecnológico, o capital reestrutura todas as esferas de que necessita para perpetuar seu ritmo de exploração. No caso do trabalho, como ele “não pode assegurar a existência de seu escravo, as ‘personificações’ de seu sistema (para usar a expressão de Marx) procuram resolver o problema encurtando até mesmo os limitados benefícios concedidos ao trabalho” (MÉSZÁROS, 2007, p. 146). Assim,

Nos Estados Unidos, os desempregados são obrigados a submeter-se aos ditames do ‘*workfare*’ para receber algum benefício. E, tipicamente, na Inglaterra, o governo de um partido que já foi considerado socialista procura agora instituir a mesma mudança, do ‘bem-estar social’ [*welfare*] para o *workfare*. Por conseguinte, quando o artigo de oito colunas de um jornal inglês liberal (que, aliás, é muito amigável ao governo do ‘Novo Trabalhismo’) anuncia: ‘Desocupados são avisados: entrem no Exército ou perderão o benefício’, oferece uma amostra das medidas que aguardam ser implementadas para a juventude desempregada. Isso, mais uma vez, ao lado dos outros aspectos do nosso problema mencionados até o momento, sublinha o fato de que ‘a globalização’ agora plenamente concluída do desemprego e da precarização não pode ser solucionada sem a suplantação do próprio sistema do capital. (MESZÁROS, 2007, p. 146-147, grifos do autor).

No século XXI, essa realidade está cada vez mais acentuada. Presenciamos um agravamento dos problemas vinculados ao trabalho, como, por exemplo, a volta da mais-valia absoluta. O atual crescimento desigual e combinado do capitalismo envolve uma permanência desmedida da necessidade de expansão do capital em vários lugares do mundo, onde o sistema adentra para poder explorar e instalar sua

destruição criativa.

As tentativas de fracasso no passado não invalida o que hoje temos como subdesenvolvimento e desemprego crônicos, precarização e elevado ritmo de exploração da força de trabalho. Estamos diante de um Terceiro Mundo que dispara um desenfreado ritmo de problemas graves que subsistem mesmo após as tentativas desenvolvimentistas de outrora.

Assim,

A crise global de acumulação de capital na era da globalização avançada cria grandes dificuldades novas, ao invés de resolver as iniquidades há muito contestadas no sistema, como os porta-vozes 'otimistas' da 'globalização' desprovida de problemas que querem que acreditemos. Pois as *margens* da viabilidade produtiva do capital estão diminuindo (daí também o direcionamento à *mais-valia absoluta*), a despeito de todos os esforços dos Estados capitalistas – individualmente ou em conjunto, como os *jamborees* do G7/G8 – para expandir, ou ao menos manter constantes, as *margens* que se escolhem de acumulação de capital: à custa do trabalho. (MÉSZÁROS, 2007, p. 153, grifos do autor).

Atualmente, diante dessa crise vinculada aos limites absolutos do capital, “torna-se absolutamente necessário ‘reordenar o bolo econômico da nação’, mais do que nunca, em favor do capital, de modo a assegurar uma ‘retomada do arrocho do trabalho’, em virtude da passividade e resignação da força de trabalho” (MÉSZÁROS, 2007, p. 155). Do ponto de vista do capital, sua expansão consiste na continuidade do capitalista ir se adequando às melhores maneiras de “explorar as oportunidades de especulação financeira ‘globalizada’” (MÉSZÁROS, 2007, p. 155). Assim, conclui-se que “não pode haver ‘nenhuma alternativa’ verdadeira ao máximo ‘arrocho’ possível ‘do trabalho’ – e tanto mais em situação de emergência – ainda que se percebam alguns dos perigos implícitos do curso socioeconômico seguido” (MÉSZÁROS, 2007, p. 156).

Com o intuito de estabelecer o reordenamento do sistema, adotar o ponto de vista do capital, em sua forma neoliberal mais agressiva hoje e em suas inúmeras reformas liberais ilusórias do passado, significa desconsiderar os graves impasses que crescem na mesma proporção em que se eleva o desenvolvimento capitalista. As contradições que se amontoam na estrutura acumulativa em seu processo de expansão contínuo já ativaram os limites absolutos do capital desde a crise estrutural dos

anos 1970. Até o presente momento presenciamos um agravamento sem nenhuma possibilidade de superação nos moldes da sociedade burguesa.

Nas palavras de Mészáros (2007, p. 157), “a novidade radical do nosso tempo é que o sistema do capital não está mais em posição de conceder absolutamente nada ao trabalho, em contraste com as aquisições reformistas do passado”. O trabalho, assim como o desemprego, não pode ser negociável do ponto de vista do trabalhador; seu sentido abstrato segue sob o domínio das necessidades econômicas primordiais.

Enquanto isso,

Continua a intensificação das contradições e dos antagonismos associados as causas irremovíveis. Sob o comando do capital, estruturalmente incapaz de dar solução às suas contradições – e daí a maneira como ele adia o ‘momento da verdade’ até que as pressões econômicas resultem em algum tipo de explosão -, existe uma tendência à representação equivocada do tempo histórico, tanto em direção ao passado quanto ao futuro, no interesse da eternização do presente. A leitura tendenciosa do passado resulta do imperativo ideológico de representar erroneamente o presente como moldura estrutural necessária de toda a mudança possível. Pois é precisamente em razão da necessidade de se projetar o presente estabelecido no futuro indefinido que o passado deve também ser imaginado – na forma de um *dejà vu* – como o domínio da presença eterna do sistema sob roupagens diferentes, de modo a remover as determinações históricas reais e as limitações temporais do presente. (MÉSZÁROS, 2012, p. 75-76, grifos do autor).

Desse modo, “o resultado dos perversos interesses que estão na raiz da relação do capital com o tempo é ser ele incapaz de uma perspectiva de longo prazo, e de um senso de urgência mesmo na iminência de uma explosão” (MÉSZÁROS, 2012, p. 76).

Nesse sentido,

A articulação hierárquica e conflituosa do capital permanece como o princípio estruturador geral do sistema, não importando o seu tamanho, nem o gigantismo de suas unidades constituintes. Isto se deve à natureza íntima do processo de tomada de decisão do sistema. Dado o inconciliável antagonismo estrutural entre capital e trabalho, este último é categoricamente excluído de toda a tomada de decisão significativa. E é forçoso que seja assim, não apenas no nível mais abrangente, mas até mesmo em seu ‘microcosmo’, em cada unidade produtiva. Pois o capital, como poder de decisão alienado, seria incapaz de funcionar sem tornar suas decisões absolutamente inquestionáveis (pela força de trabalho) nos locais de trabalho, nem (por complexos produtores rivais do próprio país) no nível intermediário, nem mesmo numa escala mais abrangente (pelo pessoal de comando encarregado

nas unidades internacionais competidoras). Essa é a razão por que o modo de tomada de decisão – em todas as variedades conhecidas e viáveis do sistema do capital – é sempre uma forma autoritária, de cima para baixo, de administrar as várias empresas. (MÉSZÁROS, 2012, p. 99-100).

Além destas considerações, temos uma destruição ainda mais perigosa:

Hoje, além da ameaça nuclear da MAD (Mutually Assured Destruction / Mutuamente Assegurada), o conhecimento de como empregar armas químicas e biológicas para extermínio de massa está disponível para todo aquele que não hesitar em usá-las em caso de ameaça ao domínio do capital. E isso não é tudo. (MÉSZÁROS, 2012, p. 87).

Segundo o autor, estamos diante de uma dimensão militar antes inimaginável, um poder altamente destrutivo dos armamentos acumulados ao longo da segunda metade do século XX. Estamos vivenciando uma fase mais perigosa do imperialismo em toda a história, pois o que está em jogo hoje não é uma região particular do planeta, não importando o seu tamanho, nem a sua condição desfavorável, mas “o controle de sua totalidade por uma superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos meios militares – à sua disposição” (MÉSZÁROS, 2012, p. 53-54).

A postura do imperialismo norte-americano desde a crise estrutural dos anos 1970 revelou-se uma atitude “cada vez mais agressiva e aventureira, apesar da retórica da conciliação, e mais tarde o absurdo propagandístico de ‘uma nova ordem mundial’, com sua promessa sempre adiada de um ‘dividendo de paz’”. Para este autor, seria um erro atribuir essas mudanças à implosão do modelo soviético, embora seja verdade que a Guerra Fria e a presumida ameaça soviética tenham sido usadas com muito sucesso no passado para justificar a expansão descontrolada daquilo que o general Eisenhower, no final de seu mandato, chamou de “complexo industrial-militar”. Na verdade, essa atitude agressiva existe desde muito antes do colapso soviético; este somente pode ser entendido mediante a crise estrutural do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2012, p. 59).

A destruição do meio ambiente a serviço dos interesses cegos do capital deve perseguir novas implicações vinculadas ao revolucionamento científico-tecnológico na atualidade. Os experimentos são elaborados como formas

potencialmente letais de se brincar com a natureza pelo uso imprudente de 'biotecnologia', 'clonagem' e pela modificação genética de alimentos, sob os ditames de gigantes empresariais gananciosos e de seus governos". Tais implicações "representam a abertura de uma nova 'caixa de Pandora'. (MÉSZÁROS, 2012, p. 87).

Estamos vivenciando uma fase de um imperialismo hegemônico global<sup>34</sup> potencialmente mortal, que corresponde à profunda crise estrutural do capital no plano militar e político.

Essa realidade não nos deixa espaço para tranquilidade ou certeza. Pelo contrário, "lança uma nuvem escura sobre o futuro, caso os desafios históricos postos diante do movimento socialista não sejam enfrentados com sucesso enquanto ainda há tempo" (MÉSZÁROS, 2012, p. 109). Resta-nos a possibilidade de um movimento socialista radicalmente rearticulado para enfrentar esse desafio. O autor nos indica quatro importantes considerações.

A primeira consideração resulta das contradições constantemente agravadas da ordem existente que acentuam a vacuidade das projeções apologéticas de sua permanência absoluta, pois a destrutividade pode se prolongar por muito tempo, mas não eternamente. A globalização atual é saudada pelos defensores do sistema como a solução de seus problemas. Na realidade, ela aciona forças que colocam em relevo não somente a incontornabilidade do sistema por qualquer processo racional, mas também, e ao mesmo tempo, sua incapacidade de cumprir as funções de controle que se definem como sua condição de existência e legitimidade. (MÉSZÁROS, 2012, p. 105).

---

<sup>34</sup> Vale lembrar que, conforme Mézszáros (2012, p. 72-73, grifos do autor), as três fases distintas da história do Imperialismo são: 1. O primeiro *imperialismo colonial moderno construtor de impérios*, criado pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo; 2. *Imperialismo 'redistributivista'* antagonicamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas quase monopolistas, chamado por Lenin de 'estágio supremo do capitalismo', que envolvia um pequeno número de contendores, e alguns pequenos sobreviventes do passado, agarrados aos restos da antiga riqueza que se chegou ao fim logo após ao final da Segunda Guerra Mundial; e 3. *Imperialismo global hegemônico*, em que os Estados Unidos são a força dominante, renunciado pela versão de Roosevelt da 'Política de Porta Aberta', com sua fingida igualdade democrática, que se tornou bem pronunciada com a eclosão da crise estrutural do sistema do capital – apesar de ter se consolidado pouco final da Segunda Guerra Mundial – que trouxe o imperativo de constituir uma estrutura de comando abrangente do capital sob um 'governo global' presidido pelo país globalmente dominante". Nesses termos, é importante denotar que não há como afirmarmos que o imperialismo hegemônico dos Estados Unidos continue sempre dominante, pois não há garantias de estabilidade diante da corrida intercapitalistas que move os processos atuais de centralização e de controle hegemônico do capital. Para o autor, "o sonhado 'governo global', sob a administração dos Estados Unidos, continua sendo um sonho propagandístico, assim como o foi a 'Aliança para o Progresso' e a 'Parceria para a Paz', projetadas – numa época de colisões militares e de explosões sociais cada vez mais frequentes – como a fundação firme da mais nova versão da 'Nova Ordem Mundial'".

A segunda consideração indica a possibilidade

de uma evolução positiva dos acontecimentos. Contudo, essa possibilidade é muito real por a relação entre capital e trabalho ser não simétrica. Isso quer dizer que, enquanto o capital depende absolutamente do trabalho – dado que o capital nada é sem o trabalho, e de sua exploração permanente –, a dependência do trabalho em relação ao capital é relativa, historicamente criada e historicamente superável. Noutras palavras, o trabalho não está condenado a continuar eternamente preso no círculo vicioso do capital. (MÉSZÁROS, 2012, p. 105).

Quanto à terceira consideração, o autor se refere a uma importante mudança histórica na confrontação entre capital e trabalho, que traz consigo “a necessidade de buscar uma nova forma de afirmar os interesses vitais dos ‘produtores livremente associados’” (MÉSZÁROS, 2012, p. 106). Para ele,

Isso contrasta nitidamente com o passado reformista que levou o movimento a um beco sem saída, liquidando simultaneamente até mesmo as concessões mais limitadas que foi possível arrancar do capital no passado. Assim, pela primeira vez na história, tornou-se totalmente inviável a manutenção da falsa lacuna entre *metas imediatas e objetivos estratégicos globais* – que tornou dominante no movimento operário a rota que conduziu ao beco sem saída do reformismo. O resultado é que a questão do controle real de uma ordem alternativa do metabolismo social surgiu na agenda histórica, por mais desfavoráveis que fossem as suas condições de realização no curto prazo. (MÉSZÁROS, 2012, p. 106, grifos do autor).

E, finalmente, “a questão da igualdade substantiva, por oposição tanto à igualdade formal e à pronunciada desigualdade hierárquica substantiva do processo de tomada de decisão do capital, como a forma pelo qual ela foi espelhada na fracassada experiência histórica pós-capitalista”. Uma vez que o modo socialista alternativo “de controle de uma ordem do metabolismo social não antagônica e genuinamente planejável – uma necessidade absoluta no futuro – é totalmente inconcebível se não tiver a igualdade substantiva como princípio estruturador e regulador” (MÉSZÁROS, 2012, p. 106).

Também, vale mencionar que a proposta de “um projetado governo global” sob a lei do capital para o alcance das necessidades de uma igualdade substantiva

“implicaria, como base material necessária, que se eliminassem da constituição global do sistema do capital todos os antagonismos materiais significativos, e a consequente administração harmoniosa da reprodução do metabolismo social” (MÉSZÁROS, 2012, p. 101).

Seria necessário que se firmasse “um monopólio global incontestado, que abrangeria todas as facetas da reprodução social com a alegre cooperação da força de trabalho global – uma verdadeira contradição em termos”. Ou ainda, “que um único país imperialista hegemônico governasse todo o mundo permanente e autoritariamente e, sempre que necessário, violentamente” (MÉSZÁROS, 2012, p. 101).

Nos limites do capital sempre haverá o que uma “ideia apocalíptica” da barbárie nos oferta – uma falsa paz e segurança, sobrevindo repentinamente tamanha destruição. Não podemos nos iludir com as artimanhas que se lançam no interior de um sistema destrutivo cujo prenúncio de uma “paz e segurança” é apenas aparente, sem sustentação plausível.

A luta pelo fim do desemprego para além dos limites absolutos do capital é mais que necessária diante da concepção teórica de Marx e dos acontecimentos atuais que exigem mudanças profundas nos processos produtivos para que o mundo não entre numa onda “apocalíptica” da barbárie. O fim do desemprego para além dos limites do capital não é somente possível em Marx, como é necessário diante dos agravamentos que estamos presenciando na atualidade.

Não existem rotas conciliatórias de fuga. Ainda assim, nem mesmo o fato de se poder afirmar com certeza que a fase histórica do imperialismo hegemônico global haverá também de fracassar em razão de sua incapacidade de dar solução para as contradições explosivas do sistema, ou mesmo de adiá-las indefinidamente, é promessa de solução para o futuro. Muitos dos problemas que teremos de enfrentar – desde o desemprego estrutural crônico até os graves conflitos econômicos, políticos, militares internacionais, e até a destruição ecológica generalizada observada por parte – exigem ação combinada em futuro muito próximo. A escala temporal dessa ação talvez possa ser medida em algumas décadas, mas certamente não em séculos. (MÉSZÁROS, 2012, p. 108).

O tempo está se esgotando e a alternativa radical ao modo de produção capitalista pode nos oferecer uma saída para a questão do desemprego. Conforme Mézáros (2007, p. 159-160), “um movimento de massa socialista radical pode adotar a alternativa estratégica de regulação da reprodução sociometabólica – uma

necessidade absoluta para o futuro”, mesmo que existam alguns defensores de uma “terceira via”<sup>35</sup>, nos moldes do sistema capitalista, como solução ao nosso dilema.

Os que afirmam humanizar o capital “em outros moldes de sociabilidade”, ignorando a possibilidade da revitalização de um movimento radical de massa<sup>36</sup>, “usam suas estratégias para nos enganar cinicamente ao dar o nome de ‘terceira via’ à aceitação submissa da ordem dominante”. Não entendem a gravidade da situação e acreditam num tão sonhado resultado positivo “que vem sendo prometido por quase um século, mas que não dá sinais de se realizar” (MÉSZÁROS, 2007, p. 159-160).

Essa revitalização de um movimento radical de massa torna-se mais que necessária na atualidade, uma vez que o desenvolvimento histórico da classe trabalhadora vem sendo gravemente afetado por parâmetros ideológicos do grande capital na busca de desarticular as mobilizações e lutas sociais. O caráter fragmentado e parcial das mobilizações de luta da classe trabalhadora é uma realidade que dificulta a via revolucionária de Marx, mas não a torna inviável.

Os problemas e as contradições estão tão intrinsecamente entrelaçados que para serem superados é necessário mudar profundamente todas as esferas que compõem o capital. Não apenas de modo isolado, as causas mais profundas das contradições explosivas do sistema devem ser atacadas em todos os lugares do globo terrestre. A iniciativa deve ser verdadeiramente internacional, “cujos elementos particulares se ocupem de sua própria parcela na rede de contradições selvagens do capital, em solidariedade às ‘classes trabalhadoras e produtoras’” (MÉSZÁROS, 2012, p. 82).

Uma vez que os grandes mercadores da terra se enriqueceram com a abundância de suas delícias, nutridos pelo sangue da classe trabalhadora, uma vez que

---

<sup>35</sup> Segundo Mézáros (2012, p. 94), essa terceira via diz respeito ao “Novo Trabalhismo” diante da “profunda crise de legitimidade do modo estabelecido de reprodução sociometabólica” e de “sua estrutura geral de controle político”. Essa via, com base na flexibilização e desregulamentação das novas formas de trabalho a serviço do capital, defende a manutenção da ordem existente, diminuindo ainda mais a articulação e a resistência política das mobilizações sociais.

<sup>36</sup> “O desenvolvimento histórico da classe trabalhadora, a parcialidade e a setorialidade não se confinaram às ‘associações parciais’ e aos vários sindicatos que delas surgiram. Já no início, a parcialidade inevitavelmente afetou todos os aspectos do movimento socialista, inclusive sua dimensão política” (MÉSZÁROS, 2012, p. 89). De fato, isso é verdade que atualmente ela ainda apresenta um problema imenso, e esperamos que seja resolvido num futuro não muito distante. Pois, conforme Marx, somente uma mobilização massiva do conjunto da classe trabalhadora, tendo em vista o projeto socialista voltado para a emancipação humana, e não apenas política, como defende alguns, pode ser capaz de substituir a velha ordem existente da sociedade civil por uma sociedade isenta de classes e seus antagonismos estabelecidos pelo poder político. Nessa direção, é urgente a revitalização de um movimento radical de massa tendo em vista que “o fracasso dos esforços passados para construir um socialismo tem de ser evitado e lições dessa história extremamente complicada devem ser aprendidas”. (HARVEY, 2011, P. 185).

todas as nações foram “enfeitiçadas” pela compra de suas mercadorias – mercadorias “de coisas, de corpos e de almas” –, acreditar na “arte destrutiva” do sistema do capital é se afundar no abismo de suas contradições, é experimentar o “gosto de morte” de todas as coisas gostosas e excelentes produzidas pelo suor do trabalhador.

Diante da fase mortal que estamos vivenciando, diante dos limites absolutos do capital, mesmo com todas as evidências de progresso tecnológica, todas as riquezas produzidas em razão da opulência do sistema burguês, de uma hora para outra, podem ser dizimadas e, com isso, todas as nações não serão mais enganadas pelos “fetiches mercadológicos” desse modo de produzir.

Hoje, estamos diante de uma verdade desagradável que não pode ser menosprezada: se não houver futuro para um movimento radical de massa, como querem os reformadores do sistema, “também não haverá futuro para a própria humanidade” (MÉSZÁROS, 2012, p. 108). A superação do desemprego, e de todos os males que assolam a vida humana na vigente forma de sociabilidade, somente é possível para além dos limites absolutos do capital. Nesses termos, resta-nos a revolução ou seremos consumidos pelo viés “apocalíptico” da barbárie.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar no desemprego sob Marx e em seu redimensionamento na fragmentação do trabalho no século XXI requer situar o aspecto histórico ontológico que revela a centralidade do trabalho ao longo do desenvolvimento das forças produtivas. Por dezenas de milhares de anos, muitas transformações entre as esferas do ser foram essenciais para efetivar o desenvolvimento da reprodução social.

Enquanto a reprodução da vida orgânica propiciava a existência biológica, a concretização de saltos qualitativos culminou no trabalho e promoveu a existência do ser social. No contexto da totalidade social, o trabalho, como a base da sociabilidade humana, ganhou existência ao mover e reproduzir processualmente um complexo social. A reprodução social passou a ser garantida através da atuação do homem sobre a natureza, a fim de produzir os meios necessários para a sua subsistência.

O constante intercâmbio orgânico do homem com a natureza gerou novas necessidades e possibilidades, desencadeou novos conhecimentos e habilidades, novas relações que se organizaram na forma de complexos sociais fundamentados no trabalho, mas com funções e especificidades peculiares. O trabalho teleologicamente posto possibilitou uma grande mudança na estrutura produtiva, gerando a dinâmica das sociedades singulares. A partir do trabalho, novos complexos sociais advindos dele estimularam a geração de uma divisão do trabalho. No interior dessa divisão, disseminou-se um conjunto de atividades especializadas para responder às necessidades que permeiam as relações sociais.

Os contínuos atos de trabalho desencadearam uma divisão de trabalho que, a princípio, estava baseada nas diferenças biológicas das pessoas que formavam grupos humanos. Numa dinâmica onde o social se sobrepõe cada vez mais ao natural, os aspectos biológicos como força, sexo e idade tornaram-se secundários nesta divisão, surgindo novas demandas e relações cada vez mais puramente sociais. O nível social cada vez mais apurado viabilizou a existência de relações não apenas individuais ou grupais, mas coletivas.

Em Marx (2017), a divisão do trabalho, compreendida como um processo “dentro da sociedade, e a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares” decorreu de uma base puramente fisiológica e evoluiu naturalmente com

o estabelecimento de grupos relacionados entre si, que se desenvolveram em comunidades num determinado momento de avanço populacional.

A divisão social do trabalho ocorrida no âmbito das relações de grupos e comunidades gerou uma dinâmica espontânea como um complexo dentro da divisão originária. Os momentos sociais cada vez mais sobrepostos aos momentos naturais estabeleceram um novo complexo através de uma divisão técnica do trabalho no interior das comunidades. Quando as ocupações singulares se autonomizaram em profissões, um grupo de pessoas se especializou em determinados trabalhos, implicando, de modo inevitável, que outros deveriam executar os trabalhos necessários para conservar e reproduzir a vida social. Desse modo, o processo de complexificação social gerou uma desigualdade social entre os homens; a divisão entre trabalho intelectual e físico e a divisão entre cidade e campo é estabelecida na geração das classes e dos antagonismos de classe pelos ditames do capital.

No cenário onde se desenvolve espontaneamente a divisão do trabalho, surge o valor de uso e sua acentuada caracterização de valor de troca como uma categoria puramente social. Esses valores também se associam ao movimento de criação do mercado e ao estabelecimento das forças produtivas nas bases da reprodução social.

Como resultado de uma significativa transformação nas relações de produção, a cooperação e a divisão do trabalho passaram por grandes processos de transformação, substituindo revolucionariamente o modo de produção feudal pelo tipicamente burguês. Assim, a divisão do trabalho ganha uma nova forma na manufatura como a primeira forma tipicamente capitalista de produção de mercadorias. O trabalho passa a ser deslocado para o indivíduo que dirige a produção, enquanto os grupos em trabalho coletivo repetem suas rotineiras atividades.

Num processo em que a divisão do trabalho é desenvolvida combinando-se os ofícios anteriormente separados, tem-se como resultado “um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 2017, p. 413). A qualificação da força de trabalho nessa fase de desenvolvimento do capitalismo alia-se a uma especialização pelo trabalhador nas funções peculiares a cada processo de trabalho.

A produtividade manufatureira, impulsionada por uma única operação no processo de parcialização do trabalho, faz desaparecer o trabalho artesanal, uma vez que a produção de forma parcial obriga o trabalhador a interromper o fluxo do seu trabalho para iniciar outra operação. Assim, “a continuidade de um trabalho uniforme

destrói a tensão e o impulso dos espíritos vitais, que encontram sua recreação e seu estímulo na própria mudança de atividade” (MARX, 2017, p. 415).

O desgaste contínuo da exploração do trabalho nessas condições transforma o prazer de trabalhar em tarefa árdua e cansativa. A repetição exaustiva de uma atividade impede o trabalhador de desenvolver sua capacidade produtiva e criativa e o torna incapaz de exercitar suas potencialidades. A especificidade da divisão manufatureira do trabalho afeta subjetiva e objetivamente o trabalhador no processo de trabalho. Nesse cenário, “os trabalhos parciais específicos são não só distribuídos entre diversos indivíduos, mas o próprio indivíduo é transformado num motor automático de um trabalho parcial” (MARX, 2017, p. 434).

A manufatura condiciona o estabelecimento da maquinaria, e esta, por sua vez, inicia uma verdadeira divisão do trabalho, determinada pela tecnologia. A maquinaria passa por um processo de desenvolvimento qualitativo, estabelecendo uma revolução industrial que firma as bases da acumulação especificamente capitalista. Esse processo evolutivo desenvolve cidades, tornando-as autônomas. Há um distanciamento entre o campo e as cidades, pois a produção de trabalho ganha novos contornos de atividades para além da troca orgânica do homem com a natureza.

O desenvolvimento econômico é estabelecido no capitalismo por meio da dimensão do valor cada vez mais abstrata – o valor de troca torna-se a base de todo o sistema produtivo. A lei geral da acumulação capitalista serve como ponto de inflexão para os elementos estruturantes dos limites absolutos do sistema do capital assentado na apropriação do mais-trabalho. Enquanto fundamento da teoria do valor, o sistema socioeconômico inserido na produção do tempo de trabalho socialmente necessário tem como premissa a acumulação da mais-valia ou do mais-trabalho. A alma da sociedade burguesa consiste na apropriação do tempo de trabalho excedente.

Ao se desenvolver a produtividade do trabalho, a força do capital se eleva. A quantidade de riqueza produzida impulsiona novos ramos da produção, de forma que grandes massas devem estar disponíveis para ser exploradas sem prejudicar a escala de produção em ramos existentes. Nesse processo, as profissões surgem para dinamizar a economia ante a sofisticação da produção em face de um desenvolvimento tecnológico cada vez mais apurado. Nessa forma de sociabilidade, a divisão do trabalho estabelece novas modalidades profissionais para o atendimento de suas necessidades produtivas, algo extremamente novo em relação às sociedades precedentes.

Como tendência geral da acumulação, o capitalismo precisa produzir mais com menos trabalhadores alocados na produção. Assim, o sistema eleva a força de trabalho excedente, que em meio a fortes flutuações e à produção transitória da superpopulação, demite os trabalhadores e dificulta a sua absorção. Esse estrago da superpopulação relativa na sociedade advém da essência do modo de produção capitalista, que reproduz a sua riqueza material e, ao mesmo tempo, a miséria. Trata-se de uma contradição necessária ao conflito entre capital e trabalho, da extração de mais-valia como fonte de acumulação de capital, da propriedade privada dos meios de produção e do produto de trabalho.

Na produção especificamente capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas segue o padrão do gerenciamento sob o controle absoluto do capital sobre o trabalho de forma ubíqua e intensa. Na fase dos monopólios forjada pelo capital financeiro, as mudanças na estrutura da produção levaram a dinâmica acumulativa a patamares exorbitantes, numa dimensão mundial. Os padrões revolucionários que transcenderam o chão das fábricas das antigas máquinas industriais no século XIX avançam no século seguinte por meio da gestão e do planejamento técnico-científico do trabalho.

Do taylorismo ao fordismo, crises cíclicas acompanhavam a dinâmica das forças produtivas até chegar à dimensão de uma crise estrutural. No âmbito dos limites absolutos do capital, a acumulação flexível buscou trazer novos contornos à produção para estabelecer uma intensa economia de tempo de trabalho como substrato essencial do sistema do capital, consubstanciada com a sistemática colaboração da política neoimperialista e neoliberal.

Os efeitos da expansão capitalista nos limites absolutos do capital fizeram a humanidade experimentar um agravamento dos problemas sociais, econômicos e ideológicos. A crise estrutural abrange todas as esferas do sistema do capital, seja a produção, o consumo, a circulação, a distribuição ou a realização. A ampliação e o fortalecimento dessas esferas produzem crises que, de forma extensa e contínua, apontam os limites absolutos do capital.

As constantes instabilidades socioeconômicas em meio à crise estrutural fazem a alta burguesia considerar a política neoliberal como uma necessidade de encontrar novos mecanismos para deslocar suas contradições. Trata-se de um mecanismo mais necessário que se inscreve na esfera dos mercados transnacionais. Na anatomia do capital, a crise estrutural devasta todas as forças motrizes do conjunto das relações

humanas, pois requer uma extração máxima de trabalho excedente, elevando o desemprego de uma dimensão estrutural a um patamar crônico que revela os limites absolutos do referido sistema. Os reflexos dessa crise recaem no mundo inteiro e o desemprego atinge tanto os países de capitalismo periférico quanto os países de capitalismo central.

Nesse processo, a acumulação e a expansão do capital na atualidade requer um domínio absoluto sobre toda a humanidade. Desumanizações são recriadas diante de um impulso incontrolável de acumulação. Consequências desumanizadoras surgem agravadas em meio à precarização de empresas privatizadas, uma subproletarização diante da instabilidade de emprego e um pauperismo e um desemprego cada vez mais massivos. Esse é o quadro atual da lógica que acompanha a política neoimperialista vinculada ao neoliberalismo e a acumulação flexível como saída à crise econômica.

Diferentemente do período em que as crises cíclicas – como resultado das contradições entre consumo e produção – não colocavam em risco a expansão e a acumulação do capital, essa crise anuncia a autodestruição tanto na esfera de seu sistema produtivo quanto para a natureza e toda humanidade. Os limites absolutos do capital são ativados no substrato de sua essencialidade destrutiva ao assumir um caráter universal, pela sua própria capacidade de se expandir e irradiar-se por todo o mundo.

Os limites relativos podem ser superados quando se expande progressivamente a ação socioeconômica. Estes minimizam por algum tempo os efeitos danosos que surgem na estrutura do capital, porém, quando a crise ganha proporções estruturais, os limites absolutos são ativados e as contradições no interior do sistema não alcançam uma solução efetiva e se intensificam.

Esses limites considerados absolutos partem das contradições mais profundas desencadeadas no interior do próprio domínio capitalista no plano mundial. Eles possuem consequências desastrosas para a totalidade social em processo de desenvolvimento, uma vez que intensificam as contradições que se articulam numa dimensão destrutiva do sistema capitalista mundial. Assim, são insuperáveis no interior do modo de produção onde o capital se movimenta. Nessa direção, torna-se inviável o acordo entre monopólio e competição, socialização do processo de trabalho, “apropriação discriminatória e preferencial de seus produtos” e “a divisão internacional de trabalho” (MÉSZÁROS, 2002, p. 222).

As grandes cooperações do capital mundial têm a função de maximizar os lucros e de acumular capital; foram constituintes do próprio capitalismo monopolista e desencadearam uma série de contradições que, ao longo do desenvolvimento produtivo, não foram neutralizadas, mas intensificadas. Mediante essa expansão imperialista e neoimperialista, a competição pelo domínio de forma mais acirrada entre os interesses antagônicos deslocou as contradições para uma escala de intensidade ainda maior.

Em poucas décadas colheu-se como resultado as duas grandes guerras mundiais, acompanhadas de inúmeras guerras menores e de um leque de desumanizações. A expansão neoimperialista reforçou as contradições insolúveis dos antagonismos existentes entre o capital transnacional e os Estados nacionais. As chamadas multinacionais estabeleceram uma reprodução ampliada das contradições mais profundas do capital, em que cada uma das empresas capitalistas se relaciona com o sistema mundial por meio do Estado-nação, tornando-o dependente daquele.

O desenvolvimento econômico transnacional expansionista requer soluções complexas. Imbricadas às formas antagônicas da reprodução capitalista no plano mundial, seguem as contradições, cujo domínio pelo trabalho e pela sede de explorar circunda a esfera da extração do trabalho excedente, além de elevar as desigualdades com a dominação estrutural do grande capital pelos países de capitalismo avançado sobre as economias periféricas.

Num contexto histórico em que os interesses conflitantes do capitalismo monopolista não possuem mecanismos adequados para garantir o seu necessário deslocamento expansionista, as deficiências estruturais do capital impedem o deslocamento de suas próprias contradições. O processo de centralização e concentração do capital precisa seguir seu itinerário inexorável na era da financeirização econômica e sua hipertrofia perante o capital produtivo. Nesse processo, o desemprego crônico entra em cena na atualidade, atingindo o sistema do capital global não apenas em um dos seus aspectos – o financeiro/monetário –, mas em todas as suas dimensões fundamentais.

Num cenário de disputa por “empregos” raramente disponíveis estão tanto os trabalhadores não qualificados quanto os altamente qualificados. O sistema capitalista transforma as conquistas de seu desenvolvimento em uma carga desenfreada de subdesenvolvimento crônico, com desdobramentos da crise estrutural sobre as condições de desemprego.

O impulso incansável de expansão do capital segue indiferente às consequências devastadoras para a vida humana, social e ambiental. Em seus limites absolutos, o capital mostra-se incapaz de controlar os reflexos contraditórios gerados no interior de sua ordem. As projeções emergenciais e catastróficas em período de crise estrutural se alinham ao mecanismo neoliberal, confirmando a significância do capital financeiro como síntese de suas formas precedentes de ser.

Num cenário de elevadas taxas de lucros dos grandes aglomerados financeiros e das grandes corporações empresariais para a liberdade do mercado, a rede de proteção social dos trabalhadores é desmantelada e transforma o desempregado crônico na figura do empreendedor ou associado. A gestão empresarial e administrativa da vida individual se generaliza como se fosse uma empresa.

Como suporte do grande capital, a flexibilização e a desregulamentação aceleram os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho. Nesse cenário, cresce o desemprego aliado a uma intensificação da precarização e da exploração da classe trabalhadora. O processo de exploração capitalista situa-se nas raízes contraditórias da defesa da “flexibilidade”, emparelhado com a legislação trabalhista, por meio da destrutiva globalização capitalista.

A relação de dominação do capital sobre o trabalho tem se mostrado cada vez mais um fenômeno preocupante. O antagonismo entre o capital social global e a totalidade do trabalho sempre foi irreconciliável. Atualmente isso é notório nas circunstâncias socioeconômicas mundiais. Somente a intensificação das taxas de exploração pode direcionar tanto nacionalmente como em nível global um intenso antagonismo social em longo prazo. Nessa direção, seguem as contradições dos limites absolutos do capital a alastrar-se como uma mancha de óleo. O capital é incapaz de se impor limites. Mesmo que se queira escamotear a sua essência com paliativos inconsistentes, sua lógica não consegue mais dirimir as consequências de seus antagonismos.

O capitalismo necessita explorar a força de trabalho para dar continuidade aos seus processos de acumulação. Não fosse isso, a desumanização gerada pelo capital destruiria o mundo com a maquinaria de guerra. O conflito de gerações em escala ascendente é gerado pelo sistema produtivo burguês. O desemprego torna-se crônico, o pauperismo assola o mundo inteiro, muitos jovens e velhos são considerados inúteis e supérfluos para o capital.

Para as gerações mais velhas, resta-lhes a inatividade com a perda de sua humanidade. Para os jovens, dificuldades de encontrar oportunidades de emprego por inexperiência. Quanto às mulheres, uma histórica opressão de luta por reconhecimento nas relações de trabalho; ao mesmo tempo, sua condição de “força de trabalho mais flexível” as torna mais vulneráveis para integrar as fileiras do desemprego.

Ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, a história revela a essência do capital na redução significativa do padrão de vida até mesmo dos trabalhadores ativos no mercado. Trata-se de uma realidade lastimável da essência capitalista que, apesar de todos os esforços de manipulação política e econômica, o problema só tem se agravado, sem nenhuma solução no horizonte capitalista até o presente século.

A explosão populacional na atualidade sob a forma do aumento do desemprego crônico nos países capitalistas mais avançados revela como a totalidade do sistema burguês de produção está à beira de seus limites absolutos. Se tomarmos como ponto de partida o desemprego em seus primórdios, sua densidade maciça era algo que só afetava as áreas mais atrasadas e subdesenvolvidas do capitalismo.

A partir dos anos 1970, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital se afirma reduzindo globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro. Como consequência, o desemprego se agrava juntamente à tendência devastadora para a população trabalhadora se transformar por toda parte numa força de trabalho crescentemente supérflua.

Nessa lógica agonizante do sistema, o desemprego avança num ritmo alarmante. Os intensos processos de reestruturação produtiva para acumulação e expansão do capital se desvelam num cenário histórico onde um crescente contingente de trabalhadores é expulso do processo de trabalho, enquanto poucos desses trabalhadores se encontram empregados, mas numa condição em que precisam se submeter a formas degradantes de jornada de trabalho.

A destrutiva globalização capitalista no período de crise estrutural do capital leva em conta a importante lei tendencial da equalização descendente da taxa de exploração diferencial. Esta se encontra nas raízes contraditórias da defesa da acumulação flexível emparelhada com a legislação trabalhista. Como um fenômeno global, a atual relação de dominação do capital sobre o trabalho traz à classe trabalhadora um experimento degradante da natureza real das relações capitalistas e um legado antagônico irreconciliável entre o capital social global e a totalidade do

trabalho.

Tanto num dado país como no sistema mundial do capital, a realidade objetiva das diferentes taxas de exploração é inquestionável; da mesma forma que se tornam inquestionáveis as diferenças objetivas nas taxas de lucro em qualquer período histórico do modo de produção capitalista. A realidade das diferentes taxas de exploração e lucro não altera em nada a própria a essência fundamental do sistema produtivo de acumulação capitalista. Tanto a crescente equalização das taxas de exploração diferenciais quanto a tendência global de desenvolvimento do capital mundial conduzem a uma explosiva intensificação do antagonismo social fundamental. O capitalismo por natureza é um sistema que não consegue obter êxito em dominar radicalmente suas contradições sociais.

As inquestionáveis diferenças das taxas de exploração e de lucro estão no cerne de um conjunto complexo de interesses distintos entre as classes sociais. O capitalismo necessita acumular cada vez mais para elevar suas necessidades insaciáveis de lucro. Para isso, necessita explorar “eternamente” a força de trabalho. O resultado da natureza do sistema do capital é a produção de um intenso antagonismo social, num cenário onde a precarização e a insegurança avançam por toda a parte no mundo do trabalho.

Como mancha de óleo se alastra, por todos os lugares onde o capital avança, o trabalho desprotegido e subpago. O trabalho, mesmo sendo o mais estável, experimenta uma pressão em direção à intensificação sem precedentes das taxas de exploração e degradação da força humana. A flexibilização do capital segue em direção à plena disponibilidade para a submissão aos mais diversificados horários de trabalho.

Dissemina-se assim uma exploração do tempo de trabalho e uma impossibilidade de efetivação do tempo disponível na sociedade. Nesse cenário, o desemprego se intensifica na incompatibilidade do capital entre a ordem social existente e aquela na qual a humanidade poderá estar no controle de sua atividade essencial.

O sistema produtivo do capital é profundamente contraditório. Por natureza, o capitalismo cria o “tempo supérfluo” na sociedade em nível global e não pode reconhecer a existência de um “tempo disponível” utilizado na sociedade para satisfazer as necessidades humanas, que atualmente são negadas. As necessidades humanas são colocadas em segundo plano numa sociedade cuja acumulação de

riqueza para uma classe dominante torna-se o interesse primordial. Nessa direção, o sistema capitalista não pode negar a sua essência; ele necessita perpetuar as desumanizações criadas para legitimar sua ordem enquanto modo de produção operante.

As palavras de Marx soam suaves diante da agonizante essência capitalista; ele entende que riqueza é tempo disponível e nada mais. Para efetivar essa riqueza, seria necessário aniquilar o trabalho excedente, retirar tudo o que pudesse ser permitido acumular como capital, moldar todo o trabalho a fim de atingir uma suficiência somente para obter o sustento de toda a população, sem a existência de lucro, sem o mais-trabalho, implantando um tempo de trabalho disponível na redução das horas de trabalho. No capitalismo isso não é possível, pois equivaleria à morte do sistema.

Na realidade, o capitalismo busca manipular, política e economicamente, os problemas no interior de sua ordem. Seus “truques” de manipulação não podem mais ser escondidos, pois beiram o precipício do capital em seus limites absolutos. Ao longo de uma trajetória histórica das forças produtivas, constata-se um agravamento desses problemas, sem solução alguma no interior do horizonte do capital. As intensas contradições que ativam os limites absolutos do capital (tais como o desemprego) precisam estar firmadas na esperança de uma transição para uma ordem social na qual os indivíduos se emancipem verdadeiramente, como sugere o projeto socialista de Marx.

No interior do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador. Todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração da força de trabalho pelos donos do capital. Estes mutilam o trabalhador, moldando-o num ser parcial, “degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma” (MARX, 2017, p 675). Desfiguram suas condições de trabalho, submetem-no a um despotismo, transformando o seu tempo de vida em tempo de trabalho.

Todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se meio de desenvolver aqueles métodos. À medida que se acumula capital, a situação do trabalhador,

qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar.

A lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza “num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, 2017, p. 721).

Qualquer que seja o grau de sucesso das medidas que surjam ou que sejam compatíveis com os requisitos e limitações do sistema burguês, o fato crucial é, e continuará sendo, “que, sob as circunstâncias e condições atuais da produção do capital, a totalidade da força de trabalho se envolve numa confrontação cada vez mais intensa com o capital – o que traz consigo profundas consequências para o desenvolvimento da consciência social” (MÉSZÁROS, 2011, p. 69).

Os problemas criados pelo desenvolvimento desenfreado do capital fazem parte de “uma contradição fundamental do modo de produção capitalista da ‘racionalização’ e da ‘modernização’ em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico” (MÉSZÁROS, 2011, p. 69).

Quem sofre com todas as consequências dessa situação não é somente a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas desprivilegiadas pelo sistema produtivo, mas “todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 69, grifos do autor).

Para Marx, o desemprego é uma categoria imanente à estrutura de acumulação do capital e, portanto, não desaparece sob o disfarce da fase estagnada da superpopulação relativa na atualidade, ou seja, não deixa de existir mediante a informalidade do trabalho temporário ou terceirizado. Essa categoria permanece no cerne da expansão do capital e, quanto mais este cresce, mais se elava aquele, numa evolução desde o seu nascimento na Revolução Industrial, no século XIX.

As categorias marxianas para se compreender o desemprego continuam rigorosamente irrevogáveis. Elas são suficientes para a crítica da essência do modo de produção capitalista. Apenas alguns fenômenos vinculados à continuidade das determinações essenciais do sistema burguês mudaram no modo de produção capitalista.

O capital deixa de ser revolucionário quando passa a ameaçar o destino da humanidade e do planeta. As contradições provenientes do sistema burguês crescem na mesma direção do desenvolvimento das forças produtivas, devido à qualidade alienante que marca uma história inédita no modo de produção especificamente movido pelo capital. A essência do capitalismo nesse processo não muda, apenas seu caráter se transforma nos moldes destrutivos da vida na organização social.

A alta tecnologia alcançada no século XXI somente foi possível por meio de um intenso desenvolvimento das forças produtivas, partindo pelo trabalho no intercâmbio orgânico do homem com a natureza, e seu processo num curso dialeticamente contraditório pela escravidão, servidão e exploração dos homens a serviço do capital. Como consequência desse progresso, mesmo diante de um desenvolvimento das forças produtivas conduzido sob a forma irracional e destrutiva de produção de novas necessidades sob o capital, a abundância é um dado legítimo e inegável, cada vez mais determinante. Essa tendência à abundância traz para a humanidade uma amplitude de possibilidades históricas para superar o capital, porém pode promover a destruição da vida no planeta.

Atualmente, o capital lança mão de um número maior e de uma maior variedade de complexos sociais aptos a gerar mais-valia. No entanto, esses complexos não possuem a capacidade de produzir novos meios de produção e de subsistência. Mesmo que o sistema busque diante de seu progresso tecnológico reencontrar um equilíbrio relativo em meio às flutuações da crise, ele não pode ir muito além disso.

Por mais que o capital eleve sua circulação, ele depende do trabalho e do intercâmbio orgânico do homem com a natureza. O trabalho fundante do ser social, metamorfoseado em trabalho abstrato, sobrevive cada vez mais a fim de produzir a crescente riqueza. Em sua totalidade, o sistema do capital permanece dependente do trabalho que lhe fornece o conteúdo material da riqueza no intercâmbio orgânico com a natureza.

Uma das consequências do progresso das forças produtivas no capitalismo é a intensificação e a ampliação da abundância. Outra consequência do progressivo desenvolvimento das forças produtivas neste presente século “é a redução do número relativo e absoluto dos proletários” (LESSA, 2007, p. 315). O desenvolvimento das forças produtivas tende a uma menor necessidade de trabalho para converter a natureza nos bens materiais indispensáveis à reprodução social. Atualmente, “nos países desenvolvidos, menos de 20% da força de trabalho está empregada na

transformação da natureza – e ainda assim temos o fenômeno da superprodução, a única forma pela qual o capitalismo pode tratar a abundância material” (LESSA, 2007, p. 315).

Uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas pelo capital acelera novos processos de reestruturação produtiva, fragmentando cada vez mais o trabalho e gerando novos setores de produção em meio ao avanço tecnológico e novos padrões de gerenciamento, é natural, nesta ordem das coisas capitalistas, que a classe proletária tenda a diminuir no conjunto dos trabalhadores. Contudo, “esta diminuição dos postos de trabalho que realizam o intercâmbio orgânico com a natureza não deve ser confundida com uma necessária diminuição da potencialidade revolucionária do proletariado” (LESSA, 2007, p. 316).

A classe proletária tem um potencial papel revolucionário por ocupar uma estrutura na produção social em que seu trabalho tem raízes fundantes na geração da riqueza da totalidade social. Ela permanece viva, mesmo que, muitas vezes, faça parte constitutiva da superpopulação relativa em face da atual acumulação flexível do trabalho.

Mesmo com a ampliação dos setores econômicos englobados na reprodução do capital, sobretudo pela mercantilização dos serviços, o setor assalariado cresceu significativamente, trazendo novas funções aos proletários. Independentemente de como o capitalismo a absorve na produção, a classe operária não pode desaparecer em sua essência porque ela possui uma importância significativa na sociedade, já que produz todo o conteúdo material da riqueza social.

A produção de mais e mais capitalismo é uma realidade diante de nossos olhos, mas há uma novidade fundamental: os limites absolutos do sistema estão acionados. Os processos de crises e contradições no interior do modo de produção capitalista estão esgotados e sem solução no horizonte. O desemprego cresce na mesma proporção que se eleva a alta tecnologia condicionada pelas “máquinas inteligentes” em nossa atualidade.

Desse modo, podemos estar entrando numa etapa de transição para uma nova sociedade. Se essa transição será para a barbárie ou para o socialismo – ou se simplesmente destruiremos a humanidade –, é algo que o futuro nos dirá. Estamos vivendo, no limite da sobrevivência da humanidade, uma crise irremediável no interior do modo de produção capitalista.

Superar o capital a fim de construir uma ordem social conscientemente

controlada pelos homens, como defende o projeto socialista de Marx, seria uma alternativa viável para o fim do desemprego, assim como para todos os males presentes na sociedade burguesa, uma vez que eles se encontram no cerne das contradições geradas na base objetiva da acumulação do capital.

Resta-nos a via revolucionária, ou a humanidade se encontrará fatalmente destinada ao viés “apocalíptico” da barbárie. Se o sistema do capital cada vez mais segue em busca de um controle total da vida humana, ele o faz por meio do “fetiche da mercadoria”, pelos desejos despertados diante das inovações movidas pela alta tecnologia, pela tendência de um mundo virtual repleto de “encantos” para satisfazer um prazer movido por aparências. O controle do capital sobre todas as esferas da vida destrói tudo o que vivifica a essência humana. Como tendência, destruição é a palavra de ordem para a irracionalidade de um sistema que se sustenta promovendo contradições.

Não há igualdade substantiva, não há possibilidade alguma de emancipação humana nos limites do capital. Mesmo com todas as articulações e buscas que elejam a possível representatividade de um governo mundial, sob a ordem econômica movida pela implantação de uma moeda única, como alguns defendem, a tecnologia a serviço do capital e todos os seus aparatos de controle não promovem uma paz e uma segurança duradouras, mas uma aparência enganosa que pode trazer a destruição. A via “apocalíptica” da barbárie é uma tendência real, caso não se busquem meios plausíveis de se solucionar a situação para além do capital.

Os ataques nucleares e a possibilidade de uma terceira guerra mundial podem explodir a qualquer momento e são uma ameaça real de destruição massiva. Quantos trabalhadores não seriam afetados com essas vias destrutivas? Não só os trabalhadores, mas todas as esferas da vida seriam gravemente afetadas no jogo de disputas intercapitalistas pelo poder. Todos os recursos necessários à vida tornam-se uma arma de poder nas mãos dos que lideram a ordem de expansão do capital.

A humanidade vem gemendo com dores de parto diante de um sistema que promove desumanizações. O veneno na alimentação é um exemplo a refletir. Experimentos nos pratos de cada dia causam mortes dolorosas e enchem os hospitais e as farmácias para satisfazer o prazer da acumulação burguesa. Se já é ruim para os que podem ainda obter esse tipo de produção alimentícia, imagine para os que nem isso conseguem. Estes morrem de fome, de sede e são abandonados como inúteis – sem trabalho, sem teto, vivem à mercê de esmolas, comendo do lixo ou do

que lhes restar das esmolas, enquanto tiverem fôlego para pedir e alguém que lhes dê algo por misericórdia.

Todos os dias, a indústria da beleza traz o seu “fetiche” pelo prazer do “bem-estar”. Por trás disso, há produtos cancerígenos em torno de um padrão de beleza considerado adequado aos grandes negócios capitalistas. Os cuidados excessivos com a beleza, mesmo com todos os produtos que exalam um “cheiro de morte”, destina-se a quem pode arcar com os seus custos, muitas vezes exorbitantes. Aos que ficam de fora, como os desempregados ou os subproletarizados, resta-lhes o que mal têm para subsistência, deixando em segundo plano o cuidar da aparência conforme os sedutores padrões mercadológicos da moda. Toda a sociedade está fadada ao engano do “fetiche mercadológico” do grande capital. O mundo está adoecendo por tantas inovações que promovem e incitam o vazio de uma vida aparente e não o essencial entre “coisas, corpos e almas”.

As contradições do modo de produção capitalista estão tão intrinsecamente entrelaçadas que somente podem ser superadas caso todas as esferas que compõem o capital sejam profundamente transformadas. Não apenas de modo isolado, já que as causas mais profundas das contradições explosivas do sistema devem ser superadas. O movimento emancipatório deve seguir firme sem os erros do passado, na busca de evitar o inevitável que tende a vir se nada for feito na direção para além do capital.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Inteligência artificial e os impactos nos empregos e profissões**. Publicado em 01 de setembro de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/inteligencia-artificial-e-o-impacto-nos-empregos-e-profissoes>. Acesso em agosto de 2021.

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização, 2ª ed. cap. 1 e. 7. Londrina: Práxis, 1999.

\_\_\_\_\_. **A vigência do capital**. Crise capitalista e problemas teórico-metodológicos do pensamento social centrado na categoria trabalho. Vol.1. Campinas: Revista Temática, 1993.

\_\_\_\_\_. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Coleção mundo do trabalho. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ARISTÓTELES. **Política** [Edição Bilingue]. Lisboa: Vega, 1998.

BARAN, P. A. SWEEZY, P. M. **Capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

BEAUD, S. PIALOUX, M. **Retorno à condição operária**: investigação em fábricas da Peugeot na França. Tradução Mariana Echalar. Boitempo. São Paulo, 2009.

BERNARDO, J. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.

BOSTROM, N. **Superinteligência**: caminhos, perigos e estratégias para um novo mundo. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2018.

CARVALHO, R. de Q. **Tecnologia e trabalho industrial**. Porto Alegre: L. P& M, 1987.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: investigações de antropologia política. Bernardo Frey (Trad.). Porto, Edições Afrontamento, 1979.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S. A., 1987.

DRUCK, M. G. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. Um estudo do complexo petroquímico. Coleção mundo do trabalho. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ENGELS, F. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Boitempo. São Paulo, 2008.

EXAME. **As novas tendências em blockchain e criptoativos para 2021**. Publicado em 26 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://exame.com/blog/alex->

nascimento/as-novas-tendencias-em-blockchain-e-criptoativos-para-2021/. Acesso em agosto de 2021.

FÉLIX, T. L. L. **O desemprego nos limites do capital**. 1ª Ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2021. *E-book*.

G1. **Desemprego recua para 14,1% no 2º trimestre, mas ainda atinge 14,4 milhões, aponta IBGE**. Publicado em 31 de agosto de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/31/desemprego-fica-em-141percent-no-2o-trimestre-diz-ibge.ghtml>. Acesso em novembro de 2021.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. 18ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Tradução: Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HUBERMAN, L. **A história da riqueza do homem**: do feudalismo até o século XXI. Editora Ltc. 22ª edição, 2011.

LEITE, L. M. **A dialética do imperialismo**: contribuição para uma reinterpretação marxista. *Crítica Marxista*, n.46, p.143-151, 2018.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. Vol. 14. 1ª Ed. Tradução Sérgio Lessa, revisão Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, K. **O capital**. crítica da economia política. Livro I, II Vol. I e II. Ed. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1988.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Crítica da Economia Política. Livro I – o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da

economia política. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. de Maria Helena Barreiro Alves. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K. – ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. In: O desemprego crônico: o significado real de "explosão populacional". Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo e Editora da UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo. 2ª Ed. Ver. E ampliada. – São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Desemprego e precarização um grande desafio para a esquerda**; São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo do século XXI. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim, São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **O século XXI: o socialismo ou barbárie?** Trad. Paulo Cezar Castanheira, São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **O conceito de dialética em Lukács**. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

OIT. **Danos da COVID-19 a longo prazo**: recuperação lenta do emprego e risco de aumento da desigualdade. Publicado em 2 de junho de 2021. Disponível em [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_797490/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_797490/lang--pt/index.htm). Acesso em novembro de 2021.

PIRENNE, H. **História econômica e social da Idade Média**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Trad. José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 2005.

PLUTARCO. **Vidas paralelas**. Tomo IV. Endereço eletrônico: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bk000479.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2021.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. Trad. Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2004.

SANKHYA. **Revoluções tecnológicas e a quarta revolução industrial**. Blog Gestão e Tecnologia. Publicado em junho de 2018. Disponível em [Revoluções Tecnológicas e a Quarta Revolução Industrial \(sankhya.com.br\)](https://sankhya.com.br). Acesso em agosto de 2021.

SANTOS NETO, A. B. **Mundialização do capital**: Imperialismo e Subimperialismo. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020. *E-book*.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, E. N. S. **Coronavírus e a crise do capital**: impactos aos trabalhadores e a natureza. Goiânia: Ed. Phillos Academy, 2020. *E-book*.

\_\_\_\_\_; CANEL, J. J. C. Neoliberalismo, Neofascismo e Pandemia. In: **Coronavírus e a crise do capital**: impactos aos trabalhadores e a natureza. SANTOS

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

TONET, I; NASCIMENTO, A. **Descaminhos da esquerda**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: editora Ala-Ômega, 2009.

WOOD, E. M. **O império do capital**. Trad. Paulo César castanheira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.